



**UNIFACS**  
**UNIVERSIDADE SALVADOR**  
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES\*

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E**  
**URBANO (PPDRU)**

**GILTON ALVES ARAGÃO**

**DESIGUALDADE NA BAHIA:**  
**UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DOS CONDICIONANTES SOCIOECONÔMICOS,**  
**POLÍTICOS E CULTURAIS DA DESIGUALDADE NO ESTADO DA BAHIA NO**  
**PERÍODO 1946 - 2006**

Salvador  
2011

**GILTON ALVES ARAGÃO**

**DESIGUALDADE NA BAHIA:  
UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DOS CONDICIONANTES SOCIOECONÔMICOS,  
POLÍTICOS E CULTURAIS DA DESIGUALDADE NO ESTADO DA BAHIA NO  
PERÍODO 1946 - 2006**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador - UNIFACS, Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Cardoso Pedrão.

Salvador  
2011

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS  
Universidade Salvador, Laureate Internacional Universities)

Aragão, Gilton Alves.

Desigualdade na Bahia: uma análise estrutural dos condicionantes socioeconômicos, políticos e culturais da desigualdade no estado da Bahia no período 1946 - 2006/ Gilton Alves Aragão. - 2011.

197 f. : il.

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador - UNIFACS, Laureate Internacional Universities, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Cardoso Pedrão.

1. Desigualdade - Bahia. 2. Economia - Bahia. 3. Industrialização - Bahia. I. Pedrão, Fernando William Ferreira, orient. II. Título.

CDD. 339.469142

GILTON ALVES ARAGÃO

DESIGUALDADE NA BAHIA:  
UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DOS CONDICIONANTES SOCIOECONÔMICOS,  
POLÍTICOS E CULTURAIS DA DESIGUALDADE NO ESTADO DA BAHIA NO  
PERÍODO 1946 - 2006

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano - Universidade Salvador, pela seguinte banca examinadora:

Fernando Cardoso Pedrão - Orientador \_\_\_\_\_  
Livre-docente pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
UNIFACS - Universidade Salvador

Amilcar Baiardi \_\_\_\_\_  
Doutor em Ciências Humanas Economia pela Universidade Estadual de Campinas  
Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)

Noélio Dantaslé Spínola \_\_\_\_\_  
Doutor em Análise Geográfica Regional pelo Universitat de Barcelona  
UNIFACS - Universidade Salvador

Silvio Humberto dos Passos Cunha \_\_\_\_\_  
Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas  
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Carolina de Andrade Spínola \_\_\_\_\_  
Doutorado em Geografia pelo Universitat de Barcelona  
UNIFACS - Universidade Salvador

Emmanuel Raufflet \_\_\_\_\_  
Doutor pela McGill University, Montreal, QC, Canadá  
HEC Montreal

Salvador, 28 de novembro de 2011.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, Fabiana, Monica e Daniel.

À Mira, minha esposa e parceira de todas as horas.

À minha afilhada Kailane.

Ao meu orientador, Fernando Pedrão.

Ao meu co-orientador na HEC Montreal, Emmanuel Raufflet.

Ao professor da Unifacs e colega da UEFS, Jair Santos.

Aos professores do PPDRU, em especial a Noélio Spinola, Alba Regina, Jorge Antonio, Carlos Alberto Costa Gomes, Débora Nunes e Alcides Caldas.

Aos colegas do PPDRU, em especial a Eduardo Bastos, Marcos Meirelles e Marinalva Silva

Aos funcionários da Unifacs, em especial a Lucy e Iracema.

Aos colegas da Unipessoa.

Aos amigos da HEC Montreal, em especial à Professora Martine Vézina e à aluna Larissa.

A CAPES, pela concessão da Bolsa para o Doutorado Sanduíche em Montreal no Canadá.

Aos amigos em Montreal, em especial a André Barachísio, Lucia, Marina Lima, Kristina Boudaeva e Curtis Page.

Aos dirigentes, professores e funcionários da UEFS, em especial a Jorge Aliomar, Margarida Rodrigues, Maria Emilia, Jerônimo Rodrigues, José Raimundo, Cesar Barbosa e Maria Auxiliadora (Dôra).

Aos amigos da SEI, em especial a Neilto Barreto.

Aos amigos do IPS, em especial a Anya, Helio Gamalho e Rafaela Ludolf.

Aos amigos da CCES, em especial a Edson Tenório de Albuquerque Filho

Aos amigos, em especial a Ely Pimenta, Chica Aragão, Cristina Alencar, Lucia Tavares, Iracema Melo, Valdumiro Galindo, Maria Lucia Carvalho e Ederval Xavier (Poly).

A Laura, pela excelência da revisão textual.

A Roseli Andrade, da Biblioteca da UNIFACS, pela elevada qualidade da normalização da ABNT.

A todos que ajudaram, direta ou indiretamente, na elaboração desta tese.

## RESUMO

O estudo do processo da desigualdade no Estado da Bahia no período de 1946 a 2006, mediante uma análise interdisciplinar dos condicionantes socioeconômicos, políticos e culturais dessa desigualdade, constitui o tema que caracteriza a presente tese. Amparada em um referencial teórico, proveniente das correntes marxista e da CEPAL e acrescido de relevantes concepções acerca do desenvolvimento regional, apresenta, inicialmente, um panorama do processo capitalista mundial; detém-se na sociedade brasileira, focaliza o Nordeste brasileiro, e destaca que o processo de industrialização caracterizou-se pela desigualdade, legitimada pelo planejamento econômico adotado. Em seguida, concentra-se na análise de três tipos de condicionantes dessa desigualdade na Bahia. No primeiro, no âmbito socioeconômico, os aspectos referentes ao comportamento dos principais setores, as estratégias governamentais adotadas e o papel das empresas e dos empreendimentos associativos. No segundo, analisa os condicionantes políticos, aborda a divisão da sociedade baiana em grupos e estratos sociais organizados e o papel de cada um deles no estabelecimento de medidas voltadas para o atendimento de seus interesses. No terceiro, em termos culturais, aborda a forma de engajamento da maioria da população no processo político e a existência de segregações sociais que resultam na negação de oportunidades que poderiam reduzir a desigualdade. Em seguida, mostra a discussão dos resultados; apresenta a conclusão; e, por fim, as referências bibliográficas, que fundamentaram a pesquisa para a elaboração desta tese.

**Palavras-chave:** Desigualdade. Economia da Bahia. Industrialização. Planejamento.

## ABSTRACT

The study of the inequality in the state of Bahia in the period 1946 to 2006, through an interdisciplinary analysis of socioeconomics conditions, political and cultural inequality, is the theme that characterizes the present thesis. Backed in a theoretical framework consisting of authors of the Marxist trend and CEPAL, besides relevant conceptions on regional development, initially presents an overview of the capitalist world, focus on Brazilian society, emphasizes the Brazilian Northeast and highlights that the process of industrialization, was characterized by inequality, legitimized by economic planning. The study then focuses on the three types of this inequality constraints in Bahia. First, in the socio-economic area, it was treated the aspects concerning the performance of major sectors; of the government strategies and of the role of business and cooperative ventures. Second, in the analysis of political constraints, it was studied the division of groups of Bahia's organized society and the role of each in the establishment of measures designed to meet their needs. Third, in cultural terms, the study found the engagement of the majority of the population in the political process and the existence of social segregation that result in the denial of opportunities that could reduce inequality. Then, sows the discussion of the results; presents the conclusion and, finally, the bibliographic references that underlie the search for the preparation of this thesis.

**Keywords:** Inequality. Economy of Bahia. Industrialization. Planning.

## **LISTA DE FIGURAS**

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 - Mapa de Semiárido do Brasil .....                              | 79  |
| Figura 2 - Mapa da Distribuição dos Ecossistemas no Estado da Bahia ..... | 102 |



## **LISTA DE QUADROS**

|   |     |
|---|-----|
| Quadro 1- Planos de Desenvolvimento do Brasil 1950 – 2003: Propostas e Avaliação .....      | 67  |
| Quadro 2 - Eventos da Economia Brasileira e da Economia Baiana no Período 1946 - 2006 ..... | 107 |
| Quadro 3 - Resumo dos Eventos da Economia Brasileira no Período 1946 – 2006 .....           | 109 |
| Quadro 4 - Resumo dos Eventos da Economia Baiana no Período 1946 – 2006.....                | 109 |
| Quadro 5 - Governadores do Estado da Bahia 1946 – 2006 Propostas e Avaliação.....           | 149 |

## LISTA DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 1 – Índice de Gini da Desigualdade de Renda no Brasil:1995-2005.....   | 71  |
| Tabela 2 – Indicadores Demográficos da Bahia, 1980 - 2000 .....   | 87  |
| Tabela 3 - Proporção de pessoas ocupadas de 10 anos de idade, ou mais, segundo os ramos de atividade econômica na Bahia, 1992-1999. ....    | 88  |
| Tabela 4 - Proporção de pessoas ocupadas de 10 anos de idade, ou mais, segundo a posição de ocupação Bahia, 1992-1999 .....                 | 90  |
| Tabela 5 – Pessoas empregadas de 10 anos de idade, ou mais, segundo a forma de inserção no emprego na Bahia, 1992 – 1999. ....              | 91  |
| Tabela 6 – Comparativo Bahia Brasil de Renda Média e de Renda Domiciliar per capita em 2005.....  | 92  |
| Tabela 7 – Indicadores de Desempenho do ensino Fundamental Brasil e Unidades da Federação .....   | 95  |
| do Nordeste, 1999.....  | 95  |
| Tabela 8 – Domicílios Particulares Permanentes por Alguns Serviços e Bens Duráveis Existentes nos Domicílios da Bahia, 1991 – 2000 .....    | 98  |
| Tabela 9 - Domicílios com acesso a infraestrutura básica (%). Bahia, 2005.....  | 98  |
| Tabela 10 – Percentagem da Área Total Ocupada pelos 5% Maiores Entre os Imóveis Rurais Brasil, Grandes Regiões e Bahia, 1967 – 1998 .....   | 117 |
| Tabela 11– Total de Imóveis Rurais Cadastrados e Área Segundo a Classificação em.....   | 118 |
| Módulos Fiscais - BAHIA, 1999 .....   | 118 |
| Tabela 12 - Distribuição dos Municípios por Faixas de Índice de GINI, Referentes à Área   | 118 |
| Apropriada pelos Imóveis Rurais da Bahia, 1999. ....  | 118 |
| Tabela 13 – Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção segundo as Categorias Familiar e Patronal da Bahia, 1995 - 1996..... | 119 |
| Tabela 14 - Composição Setorial da Economia Baiana.....   | 122 |
| (1960-2005) .....   | 122 |
| Tabela 15 - IDH e municípios com sede de cooperativas - 2003 .....  | 132 |
| Tabela 16 – Números do Cooperativismo por Ramo de Atividade, 31 DEZ. 2004.....  | 132 |
| Tabela 17 – Número de Cooperativas, Cooperados e Empregos Diretos por Unidade Federativa, dez., 2004 .....                                  | 133 |
| Tabela 18 – Participação da Bahia no Número de Cooperativas, Cooperados e Empregos Diretos .....  | 134 |
| no Brasil, dez. 2004 .....  | 134 |
| Tabela 19 - IDH por Estados brasileiros 1991-2000 .....   | 156 |
| Tabela 20 - Índice de Gini dos Estados brasileiros – 2001 .....   | 157 |
| Tabela 21 - Concentração econômica do PIB estadual 2000-2004 .....  | 158 |

Tabela 22 – População Ocupada, por Cor ou Raça, com Indicação do Rendimento Médio em Salário Mínimo e dos Anos Médios de Estudo na Bahia e Regiões Metropolitanas, 1992 e 1999..... 161

Tabela 23 - Distribuição da População Brasileira (1) Segundo raça/cor por anos de estudo – 1996/2006 (%)..... 163

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|              |   |
|--------------|---|
| ACI          | Aliança Cooperativa Internacional   |
| AGECOM       | Assessoria de Comunicação (Bahia)   |
| ANTEAG       | Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão (Brasil)       |
| APAEB        | Associação dos Pequenos Agricultores da Bahia (Brasil)                        |
| BC           | Banco Central (Brasil)  |
| BNB          | Banco do Nordeste do Brasil.  |
| BRIC's       | Brasil Rússia Índia e China   |
| CAR          | Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional                                  |
| CDES         | Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social                                |
| CEPAL        | Comissão Econômica para América Latina / Organização das Nações Unidas        |
| CHESF        | Companhia Hidroelétrica do São Francisco                                      |
| DIEESE       | Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Brasil) |
| GATT         | Acordo Geral de Tarifas e Comércio  |
| IBGE         | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                               |
| IES(s)       | Iniciativas de economia solidária   |
| MERCOSUL     | Mercado Comum do Sul  |
| MOC          | Movimento de Organização Comunitária  |
| OCB          | Organização das Cooperativas Brasileiras                                      |
| OIC          | Organização Internacional de Comércio   |
| OMC          | Organização Mundial de Comércio   |
| ONG(s)       | Organizações não-governamentais   |
| PCB          | Partido Comunista Brasileiro  |
| PDRI         | Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado                                    |
| PEA          | População economicamente ativa  |
| PIB          | Produto interno bruto   |
| PLANDEB      | Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia                          |
| PME          | Pesquisa Mensal de Empregos do IBGE (Brasil)                                  |
| PND          | Plano Nacional de Desenvolvimento   |
| PMES         | Pequenas e médias empresas  |
| POLOCENTRO   | Programa de Desenvolvimento dos Cerrados                                      |
| POLONORDESTE | Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste                   |
| PPS          | Partido Popular Socialista  |

|         |  |
|---------|--|
| PROGER  | Programa de Geração de Emprego e Renda (Brasil)            |
| PTB     | Partido Trabalhista Brasileiro                             |
| RLAM    | Refinaria Landulfo Alves Mataripe                          |
| SEBRAE  | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas   |
| SEI     | Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia  |
| SENAES  | Secretaria Nacional de Economia Solidária                  |
| SESCOOP | Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo         |
| SICREDI | Sistema de Crédito Cooperativo                             |
| SIES    | Sistema Nacional de Informações sobre a Economia Solidária |

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>16</b>  |
| <b>1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....</b>   | <b>22</b>  |
| 1.1 A ECONOMIA POLÍTICA E A ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR: KARL MARX E ANTONIO GRAMSCI..... | 22         |
| 1.2 TEORIAS E ESTRATÉGIAS DO DESENVOLVIMENTO.....  | 28         |
| <b>1.2.1 Vertentes do Desenvolvimento.....</b>   | <b>28</b>  |
| <b>1.2.2 Abordagens Teóricas.....</b>  | <b>36</b>  |
| <b>1.2.3 Estratégias Alternativas.....</b>   | <b>38</b>  |
| 1.3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....  | 40         |
| 1.4 A QUESTÃO REGIONAL EM GRAMSCI.....   | 42         |
| <b>2 CAPITALISMO E DESIGUALDADE.....</b>   | <b>44</b>  |
| 2.1 O CAPITALISMO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.....                                    | 44         |
| 2.2. AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO.....   | 47         |
| 2.3. O CAPITALISMO DO SÉCULO XXI.....  | 48         |
| 2.4. ALTERNATIVAS DE AÇÕES TRANSFORMADORAS.....  | 50         |
| <b>2.4.1 Enfatizando o Desenvolvimento Sustentável.....</b>                              | <b>51</b>  |
| <b>2.4.2 O Planejamento Participativo.....</b>   | <b>52</b>  |
| <b>3 A DESIGUALDADE NO BRASIL.....</b>   | <b>54</b>  |
| 3.1 FORMACAO ECONÔMICA BRASILEIRA.....   | 54         |
| <b>3.1.1 Corrente Liberal.....</b>   | <b>55</b>  |
| <b>3.1.2 Corrente Desenvolvimentista Estruturalista.....</b>                             | <b>58</b>  |
| <b>3.1.3 Corrente Socialista.....</b>  | <b>61</b>  |
| 3.2 A DESIGUALDADE COMO CARACTERÍSTICA BÁSICA.....                                       | 64         |
| <b>3.2.1 Concentração como Base da Desigualdade.....</b>                                 | <b>64</b>  |
| <b>3.2.2 Concentração de Renda.....</b>  | <b>71</b>  |
| 3.3 A DESIGUALDADE NO NORDESTE BRASILEIRO.....   | 72         |
| <b>3.3.1 O Planejamento do Nordeste Brasileiro.....</b>                                  | <b>73</b>  |
| 3.3.1.1 O Crédito ao Agricultor Familiar como Evidência de Atraso e Desigualdade.....    | 78         |
| <b>3.3.2 A Porção Semiárida do Nordeste e o seu Potencial Produtivo.....</b>             | <b>79</b>  |
| 3.4 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA DESIGUALDADE NA BAHIA.....                            | 85         |
| <b>4 ANÁLISE DA DESIGUALDADE NA BAHIA.....</b>   | <b>103</b> |
| 4.1 ANÁLISE DOS CONDICIONANTES SOCIOECONÔMICOS.....                                      | 105        |
| <b>4.1.1 Planejamento, Política e Estratégias Governamentais.....</b>                    | <b>105</b> |
| <b>4.1.2 Efeitos das Políticas Macroeconômicas.....</b>                                  | <b>106</b> |

|  |            |
|--|------------|
| <b>4.1.3 Gênese Teórica das Principais Estratégias.....</b>                          | <b>110</b> |
| <b>4.1.4 A Corrente Associada ao Plandeb .....</b>                                   | <b>111</b> |
| <b>4.1.5 O Neoliberalismo a partir dos anos 90 .....</b>                             | <b>113</b> |
| <b>4.1.6. A Estrutura Econômica do Estado da Bahia de 1946 - 2006 .....</b>          | <b>114</b> |
| <b>4.1.7 História Econômica da Bahia .....</b>                                       | <b>115</b> |
| <b>4.1.7.1 Concentração fundiária como base da desigualdade .....</b>                | <b>116</b> |
| <b>4.1.8 Planejamento Econômico na Bahia .....</b>                                   | <b>119</b> |
| 4.1.8.1 Implantação do Processo de Planejamento.....                                 | 120        |
| 4.1.8.2 Vertentes Estratégicas .....   | 121        |
| <b>4.1.9 Estratégias de Desenvolvimento da Bahia.....</b>                            | <b>124</b> |
| 4.1.9.1 Organizações Econômicas e Sociais .....                                      | 129        |
| 4.1.9.2 A Economia Solidária e Empreendimentos Afins .....                           | 134        |
| 4.1.9.3 Associações e Outras Formas .....  | 136        |
| 4.1.9.4 Arranjos Socioprodutivos .....   | 137        |
| <b>4.2 ANÁLISE DOS CONDICIONANTES POLÍTICOS.....</b>                                 | <b>140</b> |
| <b>4.2.1 Grupos e Estratos Sociais Organizados.....</b>                              | <b>140</b> |
| <b>4.2.2 O Pacto Político de Getúlio Vargas .....</b>                                | <b>142</b> |
| <b>4.2.3 Representação Política da Bahia .....</b>                                   | <b>143</b> |
| <b>4.2.4 Política e Projetos Econômicos na Bahia.....</b>                            | <b>145</b> |
| <b>4.3 ANÁLISE DOS CONDICIONANTES CULTURAIS.....</b>                                 | <b>151</b> |
| <b>4.3.1 Engajamento da Sociedade .....</b>  | <b>153</b> |
| <b>4.3.2 As Características Específicas do Estado da Bahia.....</b>                  | <b>155</b> |
| <b>4.3.3 Desigualdades Étnicas no Mercado de Trabalho .....</b>                      | <b>159</b> |
| <b>4.3.4 O Aspecto Étnico-Cultural da Sociedade Baiana.....</b>                      | <b>164</b> |
| <b>4.4 MOBILIZACAO CONTRA A DESIGUALDADE .....</b>                                   | <b>165</b> |
| <b>5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>  | <b>169</b> |
| <b>5.1 SOBRE A ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA.....</b>                                     | <b>169</b> |
| <b>5.1.1 Limitações do Planejamento Econômico.....</b>                               | <b>169</b> |
| <b>5.1.2 A Concentração Empresarial e o Desamparo das Médias e Pequenas Empresas</b> | <b>171</b> |
| <b>5.1.3 A Fragilidade das Organizações Associativas .....</b>                       | <b>172</b> |
| <b>5.2 SOBRE A ESTRUTURA POLÍTICA .....</b>  | <b>173</b> |
| <b>5.3 SOBRE A ESTRUTURA CULTURAL .....</b>  | <b>174</b> |
| <b>6 CONCLUSÃO.....</b>  | <b>176</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>180</b> |
| <b>APÊNDICE A – Notas .....</b>  | <b>195</b> |

## INTRODUÇÃO

Apresenta-se esta tese ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (UNIFACS), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano.

A abordagem histórica e estrutural adotada reconhece o caráter concentrador e excludente do capitalismo, gerador das desigualdades socioeconômicas em todo o mundo e permite realizar uma análise interdisciplinar, conjunta e integrada das dimensões socioeconômica, política e cultural. O arcabouço marxista é a referência básica, uma vez que a filosofia de ação, ali contida, permite orientar linhas concretas de transformação da realidade com nítido perfil humanista. A análise econômica de Marx é eminentemente histórica, e busca explicitar como os homens têm se organizado para produzir os bens materiais necessários à sua sobrevivência.

Nessa linha, Gramsci (1987) complementou essa abordagem quando revalidou e utilizou conceitos como hegemonia e sociedade civil, sendo que essa última é, antes de tudo, o extenso e complexo espaço público não estatal, onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos modernos.

A revolução industrial do período 1750-1850 tornou-se um marco histórico para o processo de riqueza e pobreza das nações, a partir da Europa Ocidental. O Brasil, colônia de Portugal naquele período, teve participação reflexa nesse fenômeno, inserindo-se, como os demais países da América Latina, no grupo de países periféricos, cujo atraso veio acompanhado de intensa desigualdade socioeconômica. O desenvolvimento de uma produção manufatureira foi interrompido pela chegada da Família Real, e retomado nas décadas seguintes.

A análise da formação econômica do Brasil demonstra o caráter concentrador e excludente de todo o processo colonial, inclusive determinando o comportamento da economia regional, embora estados, que adiante se tornaram líderes como São Paulo, e foram decisivos para a escolha da direção e da intensidade desses rumos. Apesar dessa restrição nacional, os instrumentos e linhas de ação, em nível estadual, funcionam como catalisadores dos efeitos da estratégia nacional.

Condicionadas pelo que ocorreu no âmbito internacional e nacional, as experiências com o desenvolvimento, no Estado da Bahia geraram questões cujas respostas podem contribuir para se entender o perfil das condições socioeconômicas da sua população.



Ao estudar as estratégias econômicas, verificaram-se os interesses implícitos e os grupos econômicos beneficiados. A ênfase do Governo estadual em atrair empresas de fora do Estado e os impactos socioeconômicos daí resultantes, por exemplo, demonstraram resultados da implantação do projeto econômico inerente a um determinado conjunto de forças políticas organizadas.

De acordo com esta análise, a incapacidade das estratégias adotadas para aproveitar a força de trabalho disponível ocupou um papel central, corroborando a existência de um “exército industrial de reserva” caracterizado pelo elevado número de pessoas ociosas ou subempregadas.

Na economia baiana, assim como na brasileira identificam-se ciclos de atividades, como o do açúcar; do fumo; dos diamantes; do cacau; do Petróleo e Petroquímica; e a consolidação do Polo Industrial de Camaçari. A dinâmica de cada ciclo determina características específicas que ajudam a explicar sua origem, a sua duração e os seus impactos na sociedade.

Desse processo surgem várias questões. Como aconteceu esse comportamento da sociedade baiana tal como refletido pelos principais indicadores socioeconômicos da Bahia? Quais as vertentes que explicam o surgimento dos ciclos ou fases do período compreendido entre o Pós-Segunda Guerra até 2006? Quais os vetores de transformação da Economia nesse período? Quais foram as estratégias econômicas nacionais e seus rebatimentos na economia baiana? De que modo foi construído e se manteve, o arranjo político ou o bloco histórico gramsciano, que deu suporte a esse modelo econômico? Quais as raízes culturais que explicam a formação econômica do Estado? Qual o nível da mobilização e participação das pessoas na formulação e na implementação das políticas públicas no Estado? Finalmente, quais os indicadores dos setores e dos subsetores econômicos e sociais que evidenciam o comportamento concentrador que exclui a maioria da população.

O Estado da Bahia ocupa lugares próximos dos últimos no “ranking” nacional: em termos de desenvolvimento humano (IDH), 22º em 2000; em termos de renda per capita, o 16º em 2002; e o 18º do índice de Gini, que mede a concentração pessoal da renda em 2001. O atraso e a desigualdade persistem, apesar do elevado potencial dos recursos naturais renováveis, de que o Estado detenha o sexto maior produto interno estadual do Brasil, e de uma atuação de destaque no cenário brasileiro da música, teatro e de várias outras manifestações científicas, artísticas e culturais.

Verifica-se que há uma elite que assume essa vanguarda intelectual, enquanto que o vultoso contingente da população permanece no atraso, submetido à exclusão econômica e

social. O elevado nível de desigualdade entre as pessoas que residem no Estado da Bahia é o problema. Além disso, a gênese desse processo e as perspectivas de uma substancial mudança nesse quadro permanecem semiocultas. Os estudos existentes, em sua maioria, diagnosticam o problema, mas não se dedicam a apontar caminhos para a sua superação.

Identifica-se uma opacidade na qual os desequilíbrios são percebidos, mas, ao mesmo tempo, ignora-se que o processo de sua redução seja demasiado lento; ignoram-se os conflitos de classe no bojo desse processo. Observa-se que persiste a crença nos efeitos proporcionados pela atuação política de líderes caudilhescos, para reduzir a desigualdade, quando a evidência maior é a presença de um grande grupo segregado, sem voz e com a auto-estima contida. O mecanismo de viabilizar e manter essa alienação observa-se através das estratégias de “incluir, sem incluir”; “beneficiar, sem beneficiar”, enquanto se propaga um discurso de valorização da música, do ritmo, da dança desse grupo.

Razões concretas explicam porque a maioria da população baiana continua apresentando baixos indicadores socioeconômicos, especialmente baixos níveis de renda, que resultam em baixos níveis de consumo de bens e serviços, dentre os quais, educação, saúde e abastecimento d'água

O estado da Bahia, como parte da federação brasileira, reproduz as características do processo de acumulação capitalista, em nível nacional, apresentando, entretanto, suas peculiaridades, tais como abrigar a maior porção semiárida do Brasil, que ocupa dois terços de sua área; concentrar em sua população quase 80%, que se identificam como negros ou pardos, um estrato social que historicamente recebeu tratamento diferente ao dispensado à minoria branca, especialmente quanto ao acesso à educação.

A realidade baiana pode ser entendida através de uma abordagem interdisciplinar que analise a totalidade do processo no qual os estratos sociais constroem um arcabouço sociopolítico, que por sua vez: a) articula o pacto político, b) assume o poder e exerce a hegemonia; c) analisa as potencialidades, o cenário interno e os condicionantes externos; d) engendra o projeto econômico; e) coloca o aparato estatal a serviço desse projeto; e f) gera resultados favoráveis a esses estratos sociais.

Com estes elementos, pode-se, desde já, eliminar a ilusão desenvolvimentista que se tenta manter hegemônica, no Estado, através da qual, benefícios que se concentram em poucas mãos são tratados e legitimados como se fossem extensivos a todo o conjunto da população (ARRIGHI, 1997). A estratégia que se apoia em grandes investimentos decorrentes das vantagens fiscais oferecidas, baseia-se em vetores de fora para dentro, ignora e desvaloriza o potencial físico e humano local.

Quais terão sido os fatos geradores, os antecedentes históricos e os condicionantes dessa disparidade? Para responder a esta questão, especificamente se analisou: a) a estrutura econômica predominante, no período de 1946 a 2006, incluindo o comportamento das formas de organização econômica e social, destacando as empresas convencionais, as cooperativas e demais empreendimentos associativos; b) o comportamento da estrutura política do Estado; c) os aspectos culturais relacionados ao comportamento da população e ao mercado de trabalho.

O período mencionado compreende desde o marco inicial da cadeia petroquímica no Estado, com a extração de petróleo no Pós-Guerra, até a consolidação da “guerra fiscal” em 2006, ano que finaliza um ciclo político no Estado, uma vez que o discurso das forças opositoras que venceram as eleições majoritárias, denominadas de esquerda, difere do anterior, no que diz respeito ao compromisso de governar com maior participação dos estratos populares.

Conforme recomenda Bachelard (2001), adotaram-se três passos epistemológicos na pesquisa realizada. No primeiro, a ruptura com as “evidências” do senso comum que restringiriam o processo de produção de conhecimento científico. No segundo, a construção do objeto e de teorias explicativas. E no terceiro, a verificação da validade das teorias por comparação com os dados empíricos. A formulação do problema, parte do pressuposto de que a sociedade baiana está organizada em termos econômicos, de tal forma, que resulta uma elevada disparidade de renda e das condições de vida da maioria da população.

Na sequência, buscou-se como **objetivo geral** da tese analisar as desigualdades socioeconômicas existentes no Estado da Bahia. **O objetivo específico** foi o de investigar os condicionantes dessa desigualdade, partindo da hipótese que eles se encontram nos âmbitos socioeconômicos, políticos e culturais.

Assim, esta pesquisa justifica-se pela atualidade do tema e pela dramática intensidade dos seus efeitos que se refletem no dia a dia e em todas as dimensões da cidadania. Além disto, adota uma ótica interdisciplinar que proporciona uma visão de totalidade, que a diferencia do grande número de trabalhos que abordam esta temática de forma parcial.

A presente pesquisa é explicativa tendo em vista que buscou a identificação dos condicionantes da desigualdade social<sup>1</sup>; pois, segundo Gil (2008), a pesquisa explicativa tem como objetivo identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos. Como depende de interpretação, está sujeita à subjetividade.

---

<sup>1</sup> Apesar da existência de outros indicadores da desigualdade social, o mais utilizado é o Índice de Gini que expressa o grau de concentração na distribuição do rendimento da população. Varia de 0 (zero), situação de perfeita igualdade, a 1 (um), situação de desigualdade máxima.

Quanto aos procedimentos técnicos, para Gil (2008) a pesquisa foi bibliográfica, apoiando-se em material já elaborado, especialmente artigos, livros dissertações e teses. Também incorpora aspectos da pesquisa documental, uma vez que foram consultados documentos primários como relatórios, planos e projetos. Constituiu-se em parte, em um levantamento, porque houve a indagação direta de pessoas de um determinado universo. Por fim, tendo o autor deste trabalho atuado profissionalmente no objeto da pesquisa em 2/3 do período estudado, (a partir de 1966) pode-se considerar sem dúvida que possui também elementos da pesquisa em ação.

Ainda, segundo Gil (2008) esta pesquisa foi considerada, também, do tipo “ex-post facto”; aquela que tem hipóteses abduativas; ou seja, os fatos já ocorreram, sem que o pesquisador tenha a possibilidade de controle ou de manipulação dos dados.

Afasta-se, portanto, deliberadamente, das abordagens “autistas”, aquelas que podem ser assim chamadas porque se mostram indiferentes ao processo de reflexão e transformação do capitalismo e se mantêm fiéis aos paradigmas conservadores, sem, contudo, aproximar-se de abordagens simplistas e dogmáticas, aquelas que seduzem quando prometem uma nova sociedade, construída com mais reivindicações do que empreendimentos; ou seja, com mais política e menos economia.

A desigualdade foi tratada como sendo uma característica das sociedades capitalistas, com traços específicos de cada formação social e que no âmbito do Brasil, em especial no estado da Bahia ela se agrava, mas que pode ser enfrentada com instrumentos típicos de planejamento participativo.

Por outro lado, assume-se que este seja um texto decodificado, que abstrai diversas variações sobre os temas, e até sacrifica elementos explicativos importantes; mas, que procura se focar em seu fio condutor metodológico, adotando uma recodificação linear e direta. Parte do geral para o particular, e toma como referência o capitalismo no mundo, passando pelo Brasil e sua formação econômica, inclusive destacando a região Nordeste, até chegar ao Estado da Bahia.

Para dar conta da presente proposta, esta tese encontra-se estruturada da seguinte forma: além da introdução e da conclusão, o trabalho está dividido em 5 (cinco) capítulos. O primeiro apresenta os fundamentos teóricos; o segundo analisa o capitalismo e as desigualdades inerentes à sua natureza; o terceiro faz uma análise da desigualdade no Brasil; o quarto faz uma análise histórica investigativa dos condicionantes da desigualdade no estado da Bahia: socioeconômicos, políticos e culturais; e o quinto apresenta a discussão dos

resultados encontrados. São apresentadas, também, após a conclusão, as referências bibliográficas, que embasaram o estudo para a elaboração desta tese.

## 1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Este capítulo apresenta, em quatro seções, os conceitos e autores que amparam a abordagem histórica adotada, selecionados em função da elevada aderência ao trabalho, que mostram, nas suas obras, atributo resultante da natureza interdisciplinar.

Na primeira seção, trata-se de Economia Política, focalizando-se em Adam Smith e Ricardo, na abordagem de Marx; e na de Antonio Gramsci que a complementa, na medida em que se defende que nem tudo deve ser considerado à luz do determinismo econômico, e reivindica-se um lugar para a política. Na segunda seção, referencia-se a teoria do desenvolvimento, destacando as principais vertentes, as abordagens e as principais estratégias. Na terceira seção, destaca-se o desenvolvimento regional, enfatizando a clara divisão entre abordagem convencional, quantitativa, e as várias alternativas. Na quarta seção, dedica-se à questão regional em Gramsci, a partir do enfoque adotado para formular a questão meridional, que tomou como base as diferenças existentes entre o Norte e o Sul da Itália, atribuídas à lógica do capital.

### 1.1 A ECONOMIA POLÍTICA E A ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR: KARL MARX E ANTONIO GRAMSCI

A Economia como ciência surgiu com Adam Smith (1723-1790), considerado o pai da Economia Política, autor do livro *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, publicado em 1776; considerado como um marco na história do pensamento econômico. David Ricardo, tido por alguns, como um sucessor de Smith, assumiu uma postura pessimista, sintetizando que as atividades econômicas chegariam a um limite, no qual, o lucro seria tão baixo que restringiria o desenvolvimento econômico.

A atividade econômica segundo o modelo clássico seria regulada pelo mercado e pelo seu mecanismo de preços, ditados pela oferta e demanda que atuam nos produtos, nos fatores e no trabalho.

O capitalismo, semelhante ao que se conhece atualmente, surgiu na Europa no século XVI, com o desenvolvimento da produção manufatureira. Na sequência, com a lógica concorrencial induzindo o progresso tecnológico, surge o capitalismo industrial, caracterizado pelo uso intensivo de máquinas e equipamentos, e pelo crescente surgimento de novos produtos, novos serviços e novos processos de produção, com menores custos unitários.

A concentração do capital, inerente ao modo de produção capitalista, transformou o capitalismo industrial em capitalismo monopolista. Assim, os produtos passaram a ser obtidos com maiores quantidades de capital e com menores de trabalho.

O controle do mercado pelo grande capital gerou não só a oligopolização, que impôs desvantagens para as pequenas e médias empresas, como também a ampliação do processo de acumulação em mercados globais acompanhada da financeirização, caracterizada pelo uso de instrumentos sofisticados e complexos, completando o quadro que promove por um lado, a concentração de capitais, e por outro, a exclusão da maioria das pessoas.

### **Karl Marx**

Segundo Marx (2007), os capitalistas que possuem os meios de produção e controlam o processo de trabalho, exploram os operários que são forçados a vender sua força de trabalho por um salário inferior ao valor que produzem. Ou seja, o valor excedente gerado, passa a ser apropriado pelos capitalistas, processo que mencionado autor chamou de Mais Valia, conforme descreve na sua Teoria do valor. O conceito marxista de formação econômico-social trata especialmente da compreensão das especificidades e determinações nos vários espaços geográficos.

Para Marx (2007) e seus seguidores, o desenvolvimento econômico é o desenvolvimento do capitalismo com suas inerentes contradições.

Assim, negando as bases das correntes hegemônicas e com o apoio da análise das relações sociais na produção de mercadorias, formulou o conceito de alienação, a qual ocorre, quando no processo produtivo, um grupo de pessoas convence outro a trabalhar para sustentar ambos os grupos (MARX, 2007).

De acordo com a chamada concepção materialista da história, as transformações de ordem material determinam todas as transformações de ordem ideológica. Ou seja, as forças produtivas e a maneira de se relacionar capital e trabalho - relações de produção (o que Marx chamou de infraestrutura) é que vão determinar: forma de governo, regime político, ciências, artes, religião, ideologia etc., (o que Marx chamou de superestrutura).

Para ele e para a maioria dos marxistas, a tomada do poder de Estado permitiria as transformações na base econômica da sociedade e a hegemonia do capital (com suas estruturas) seria um obstáculo para o avanço da propriedade social. Esse avanço só seria possível com a hegemonia política dos trabalhadores.

Segundo Marx (2007, p. 52), a “totalidade das relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas determinadas de consciência”.

Isto significa dizer que o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e cultural. O econômico determina o político.

Entretanto, como adverte Cruz (2006) o próprio Marx inverte essa formulação quando defende que a tomada do poder é que originaria as transformações na base econômica da sociedade. Isto é, primeiro revolucionar as superestruturas para, a partir delas, revolucionar a estrutura econômica

Segundo Cruz (2006), seguir essa inversão e não transformar a estrutura econômica antes, ou pelo menos concomitantemente, é um equívoco. Não criar uma cultura de autogestão, ou ao menos cooperativa, foi fatal para o socialismo russo, como previu Lênin (em seus últimos meses de vida) em relação ao campesinato. Com isso, os ganhos econômicos da coordenação e do planejamento centralizados, entre 1925 e 1965, acabaram anulados por uma estagnação econômica, típica das economias estatais, dominadas por uma lógica burocrática de reprodução econômica e por ganhos de produtividade decrescentes. O citado autor defende que as iniciativas econômicas associativas podem sobreviver em meio ao capitalismo, porque negar esta evidência seria equivalente a negar, por exemplo, que as guildas<sup>2</sup> não existiram na sociedade fechada e fragmentada como o feudalismo.

Além disso, privilegiar as superestruturas (a política) para que viabilizem a socialização da infraestrutura econômica (a economia) implica em correr riscos, como aquele que Proudhon previu: gerar uma casta de dirigentes autoritários que governavam a economia a partir do Estado, e o Estado a partir de seus interesses próprios (PROUDHON, 1840 apud CRUZ, 2006).

Como cada classe social desempenha um papel nos processos de transformação ou de mudança de modo de produção, torna-se relevante mencionar a polêmica que travaram Sweezy (1986) e Dobb (1986), a respeito da transição do feudalismo para o capitalismo. Eles discordaram do “caráter de classe” do Regime Absolutista, mas isto não impediu que concordassem que a chegada da burguesia ao poder político só se processou depois que ela já havia adquirido a hegemonia no campo econômico da sociedade e depois de haver acumulado conhecimento e poder durante a hegemonia da nobreza no feudalismo.

---

<sup>2</sup> Guildas, que eram as corporações de ofício, isto é, associações de profissionais, basicamente artesãos, de um mesmo ramo.



## **Antonio Gramsci**

Gramsci foi um crítico da Revolução Russa de 1917, a qual chamou de revolução contra o capital. Ele estudou a ordem capitalista enfatizando as dimensões política e cultural, formulando teorias e conceitos, dentre os quais foram aqui destacados os de “Sociedade Civil”, “Sociedade Política”, “Hegemonia”, “Bloco Histórico”, “Consenso”, “Senso Comum”, “Intelectual Orgânico”, “Domínio”, “Direção Cultural”, “Crise Orgânica”, “Guerra de Posição”, “Revolução Passiva” e “Filosofia da Praxis”.

Para Gramsci (1976 apud PORTELLI, 1977, p. 56) não há predominância da infraestrutura sobre a superestrutura; mas, ambas estão organicamente vinculadas, e essa última só pode evoluir nos limites da primeira. A superestrutura não é determinada pela estrutura; mas está condicionada por ela. Sociedade civil e sociedade política formam a superestrutura; cabe a elas, portanto, levar a cabo as transformações possíveis no bloco histórico, dentro dos limites da estrutura existente.

Existe, portanto, uma reciprocidade necessária entre estruturas e superestruturas; reciprocidade que é precisamente o processo dialético real. Os elementos culturais e de pensamento, além do significado nos âmbitos teórico e de método histórico criam o ambiente para que se formem as alianças e para que os intelectuais contribuam para o consenso, a direção política e cultural. Processo esse que se constitui na forma necessária do bloco histórico concreto.

A sociedade civil para Gramsci (2004) é, antes de tudo, o extenso e complexo espaço público não estatal onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos modernos os quais com sua cultura, seus valores ético-político, e suas dinâmicas associativas chegam a formar as variáveis das identidades coletivas. A hegemonia é a prática da direção intelectual e moral, através do poder político. Esse autor buscou entender como uma classe dominada, subalterna, pode tornar-se classe dirigente, exercer o poder político, e portanto, tornar-se hegemônica.

Entendeu que um grupo social pode e deve ser dirigente antes de conquistar o poder governamental e no exercício do poder, tornar-se dominante, pois considera que todo homem é um intelectual, mas nem todos têm a função social de intelectuais; distinguiu o “intelectual tradicional” do “intelectual orgânico”: o primeiro não se considera representante da classe dominante embora o seja, enquanto que o segundo tem compromisso orgânico com uma classe (GRAMSCI, 2004, p. 412).

Nenhuma ação da massa é possível sem que a própria massa esteja convencida das finalidades que quer alcançar e dos métodos a serem aplicados. O proletariado, para

ser capaz de governar como classe, deve se despojar de todo resíduo corporativo, de todo preconceito ou incrustação sindicalista. (GRAMSCI, 2004, p. 413).

O conceito de guerra de posição, para Gramsci (1976), é parte da Teoria da Hegemonia, e significa atuar de acordo com as novas características históricas da luta política no mundo, depois da Grande Guerra e da Revolução de Outubro.

Para Gramsci (1976, p. 58) “A passagem da guerra manobrada à guerra de posição surge como a questão de Teoria Política mais importante colocada pelo período do Pós-Guerra é a mais difícil de ser resolvida corretamente.” O referido autor considerava que havia ocorrido uma mudança da guerra manobrada, aplicada no Oriente em 1917, para a guerra de posição, e que esta era a única mudança possível no Ocidente.

Para Gramsci (1976, p. 60), no Oriente, referindo-se à Rússia das duas primeiras décadas do século XX, a sociedade civil não tinha a robustez da encontrada no Ocidente; referindo-se à Europa ocidental:

[...] No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia uma justa relação entre Estado e sociedade civil e, diante dos abalos do Estado, podia-se divisar imediatamente uma robusta estrutura de sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas.

O ato de se diferenciar Oriente de Ocidente enfatiza as características da relação entre produção e política na sociedade capitalista desenvolvida, e esclarece sobre a impossibilidade de se conceber a revolução socialista no Ocidente como um processo puramente político.

Assim, no seu relatório de agosto de 1926, para o Comitê Central do PCI, afirmou:

Nos países de capitalismo avançado, a classe dominante possui reservas políticas e organizativas que não possuía, por exemplo, na Rússia. Isto significa que também as crises econômicas gravíssimas não têm imediata repercussão no campo político. A política está sempre atrasada e bastante atrasada em relação à economia. O aparelho de Estado é muito mais resistente do que se pode imaginar e, com êxito, é capaz de organizar, nos momentos de crise, forças fiéis ao regime muito além do que a profundidade da crise deixaria supor. (GRAMSCI, 1926 apud VACA, 2006, p. 13).

Portelli (1977, p. 67, 68) conseguiu fazer uma síntese do papel e das relações entre estrutura, sociedade civil e sociedade política no seio do bloco histórico, através da noção de hegemonia:

O nível da sociedade civil corresponde à função de ‘hegemonia’ que o grupo dirigente exerce em toda a sociedade. A classe fundamental, em nível estrutural, dirige a sociedade pelo consenso, que ela obtém graças ao controle da sociedade civil; controle caracterizado pela difusão de sua concepção de mundo, junto aos grupos sociais, tornando-se assim, senso comum e pela constituição de um bloco histórico homogêneo, ao qual cabe a gestão da sociedade civil. Esse controle ideológico dos outros grupos tem por consequência enfraquecer o papel da sociedade política e, assim, da coerção.

Em outras palavras, o “Senso Comum” é uma visão de mundo difundida pelas classes dominantes no interior das classes subalternas que se torna um instrumento de construção e manutenção da hegemonia. A “Guerra de Posição” significa uma estratégia para a obtenção da direção política, ideológica e cultural e, portanto da hegemonia com o consenso na sociedade civil, formando um novo “Senso Comum” e criando condições de conquistar a sociedade política e o poder.

A “Sociedade Civil”, sendo o espaço para a construção da “Hegemonia”, é onde se criam as condições para o domínio da “Sociedade Política”. A “Guerra de Posição” objetiva gerar uma crise no Estado, caracterizada pelo afastamento cada vez maior entre a “Sociedade Política” e a “Sociedade Civil”, rompendo-se o equilíbrio das suas relações. O Estado então teria o domínio, mas não teria a direção, instalando-se a crise orgânica. A saída da crise ocorreria com a instalação de um novo equilíbrio entre a “Sociedade Política” e a “Sociedade Civil”; ou seja, coerção com hegemonia e domínio com direção. Uma nova hegemonia e um novo bloco histórico.

Embora não tenha sido descartada a “guerra de movimento”, esse processo poderia ocorrer sem ela. Nessa hipótese, ocorreria a “revolução passiva”, processo semelhante ao de países que se modernizaram sem passar por revoluções populares. A Unificação Italiana, através do ressurgimento, foi uma revolução passiva; diferente da Revolução Francesa de 1789. A hegemonia exercida na revolução passiva se caracteriza pela direção moral e intelectual dos adversários, que sucumbem sob o peso das novas ideias.

[...] com a absorção gradual, mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período freqüentemente muito longo. A partir da política dos moderados, torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz [...]. (GRAMSCI, 2001, p. 63).

O autor citado embora tenha sido sem dúvida um interprete da corrente marxista, não via hierarquia entre o econômico e o social, não via predominância da estrutura sobre a superestrutura; e, principalmente, acreditava “que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere, para exercer uma direção eficaz.” (GRAMSCI, 2001, p. 63).

A visão de mundo contida em toda a obra de Gramsci revela uma filosofia de ação (práxis) que une dialeticamente teoria e prática.

Assim, é interessante destacar-se que, segundo a síntese de Semeraro (2005), a Filosofia da Práxis, em Gramsci, constitui atividade teórico-política e histórico-social dos

grupos subalternos, que procuram desenvolver uma visão de mundo global, e um programa, preciso, de ação, dentro do contexto em que vivem, e com os meios que eles têm à disposição, visando construir um projeto hegemônico, e alternativo de sociedade.

Enfatizou, portanto, que se trata de uma construção própria das classes subalternas, que se organizam, junto com os seus intelectuais, para suplantar e superar a visão da classe dominante (SEMERARO, 2005).

## 1.2 TEORIAS E ESTRATÉGIAS DO DESENVOLVIMENTO

Este item trata dos fundamentos das teorias do desenvolvimento, das quais foram destacadas três vertentes: Marxista e Neo-Marxista; Clássica/Keynesiana e Estruturalista. Em seguida foram comentadas três abordagens referentes às escolas: da Modernização, da Dependência, e do Sistema-Mundo. Por fim, foram selecionadas e comentadas as principais estratégias alternativas do desenvolvimento

### 1.2.1 Vertentes do Desenvolvimento

A primeira vertente, a Marxista e Neomarxista foi representada por Paul Baran, Paul Sweezy, André Gunder Frank, Deng Xiaoping, e ainda pelos seguidores da Economia Planejada - Eugênio Preobajensk, Tugan Baranovski, e Ludwig Von Mises.

A segunda abriga os autores provenientes de uma tradição marginalista e keynesiana, como Paul Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Gunnar Myrdal, e Albert Hirschman.

Finalmente, a terceira vertente destaca o pensamento da CEPAL e as contribuições de Raúl Prebisch e Celso Furtado.

#### a) Vertente Marxista e Neomarxista

A vertente Marxista entende que o desenvolvimento econômico é o próprio desenvolvimento do capitalismo, como teorizaram Marx e Lênin, e defende a utilização do planejamento, inclusive combinado como os mecanismos de mercado, como se observa nas contribuições de Paul Sweezy, Paul Baran e Deng Xiaoping, e os defensores da Economia Planejada, mencionados anteriormente.

#### **Paul Sweezy**

Sweezy foi o fundador da Escola Neomarxista, e na sua obra, junto com Baran, *O capital monopolista*, substituiu o conceito de mais-valia pelo de excedente econômico, afirmando que a geração e a absorção do excedente econômico é a "maneira mais útil e iluminadora de analisar o funcionamento puramente econômico do sistema" (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 8).

Além disso, esses autores consideram que a forma de utilização do excedente constitui o mecanismo que articula a base econômica com a sua superestrutura; ou seja, a base política, cultural e ideológica.

O excedente econômico real, como explica Baran (1986, p. 39),

É a diferença entre a produção real gerada pela sociedade e seu consumo efetivo corrente. Compreende uma parte menor do produto total que a mais-valia de Marx, uma vez que não inclui como esta, a parte da mais-valia consumida pela classe capitalista nem os gastos governamentais em administração e em estabelecimentos militares.

### **Paul Baran**

Baran (1964), em seu livro "A Economia Política do Crescimento" analisou as razões do subdesenvolvimento, relacionando imperialismo e colonialismo, e diferenciando a inserção dos setores agrícola e industrial. Em sua opinião, o desenvolvimento deveria vir do setor industrial, mas, a falta de mercado interno e a concorrência dos produtos industriais oriundos dos países desenvolvidos, inviabilizariam esse processo. Assim, a relação metrópole-colônia, que não por acaso se confunde com a relação centro-periferia, tendo sido baseada na expropriação do excedente econômico, está na raiz do conceito de subdesenvolvimento.

Segundo Baran (1964 p. 40), a penetração do capitalismo ocidental nos países subdesenvolvidos significou a asfixia da indústria desses países, e afirma ainda que a adaptação de alguns países aos objetivos do imperialismo ocidental provocou um desvio de rumos caracterizado pelo crescimento de número de pobres.

A penetração do capitalismo ocidental nos países hoje subdesenvolvidos se, por um lado, acelerou com irresistível energia o aparecimento de alguns pré-requisitos básicos para o desenvolvimento de um sistema capitalista, bloqueou, com igual força, o amadurecimento de outros. A remoção de grande parcela do excedente econômico anteriormente acumulado e daquele que era continuamente gerado pelos países invadidos não podia causar senão sério retrocesso em sua acumulação primitiva de capital. A circunstância de que passaram a ficar expostos à concorrência ruinosa de países estrangeiros não podia significar senão a asfixia de sua incipiente indústria. [...] Embora a expansão da circulação de mercadorias, a pauperização de grande número de camponeses e artesãos e o contato com tecnologia ocidental, tenham proporcionado poderoso impulso ao desenvolvimento do capitalismo, esse desenvolvimento foi desviado de seu rumo normal, deformado, mutilado, a fim de se adaptar aos objetivos do imperialismo ocidental.

### **Gunder Frank**

Frank (1966, p. 12) afirmou que o subdesenvolvimento

[...] não é devido à sobrevivência de instituições arcaicas e à existência de escassez de capital em regiões que permaneceram isoladas do fluxo da história mundial. Ao contrário, o subdesenvolvimento era e ainda é gerado pelos mesmos processos históricos que também geraram desenvolvimento econômico: o próprio desenvolvimento do capitalismo.

Desse modo, com essa visão dualista, o citado autor categoricamente rejeitou a abordagem reformista da maioria das teorias do desenvolvimento.

### **Eugenio Preobajensky**

Na sua obra *A Nova econômica: uma tentativa de uma análise teórica da economia soviética* (1979) defendeu a fórmula de acumulação socialista que seria implantada através do planejamento central, na qual a agricultura transferiria seu excedente para o setor industrial em lugar de utilizá-lo no consumo da pequena burguesia. Defendeu também que seria necessário desenvolver novas formulações teóricas, geradas a partir das bases metodológicas da economia política marxista, uma vez que uma economia em transição teria que ter uma teoria econômica apropriada às suas especificidades.

### **Tugan-Baranovsky**

No seu livro: *Crises Industriais na Inglaterra Contemporânea* (1912) descreveu os ciclos econômicos e apresentou uma explicação teórica para os mesmos, segundo a qual, eles decorriam da má distribuição de renda e da desproporção entre os ramos industriais, concepção que teria inclusive inspirado Keynes e Kalecki. Além disso, estudou e considerou relevantes a contribuição da agricultura e o papel das cooperativas.

### **Ludwig Von Mises**

Em 1920, no artigo “*Economic Calculation in the Socialist Commonwealth*” parte do livro “*Collectivist Economic Planning*”, organizado por F. Hayek, negava a realização do cálculo racional na planificação socialista, por não ser possível desse modo medir os preços relativos. Rejeitando essa negativa, Oskar Lange, em “*On the Economic Theory of Socialism*” em 1938, afirmava que esse cálculo racional era possível desde que simulasse os mecanismos de mercado. Já em “*A Economia do Socialismo Possível Revisitado*”, em 1991, uma atualização da obra de 1983 Mises (apud NOVE, 1991), alertava para as limitações do

planejamento, especialmente defendia a incapacidade dos planos para fazer face à crescente complexidade da sociedade soviética.

### **Deng Xiaoping**

Considerava plenamente compatível a atuação dos mecanismos de mercado com os de planejamento, e baseado nisso, empreendeu uma transformação na economia chinesa, a partir de 1992. (XIAOPING apud MARTINS, 2007).

De fato, em Novembro de 1979, Xiaoping já tinha declarado que a economia de mercado era “uma conquista da civilização humana e já florescia mesmo dentro da sociedade feudal”. (XIAOPING, apud MARTINS, 2007, p. 18) Além disso, afirmou que como mecanismo de gestão, como conjunto de meios e métodos de distribuição dos recursos naturais, a economia de mercado é fruto do desenvolvimento econômico do mundo moderno.

Deng Xiaoping (1992 apud MARTINS, 2007, p. 20) defendeu que “economia planificada não é sinônimo de socialismo, pois no capitalismo também existe plano, e que a economia de mercado não é um sinônimo de capitalismo, já que no socialismo também existe mercado”. Assim, em 1993, a expressão “economia de mercado socialista”, foi referendada pela Assembleia Popular Nacional da China.

Em resposta à classificação que recebe dos meios de comunicação em geral, de “economia capitalista”, os defensores da visão socialista alegam que o importante a observar é a diferença entre qual é o sistema de propriedade que exerce o papel dirigente da economia, se o público ou o privado. E assim, informam que a economia chinesa opera nas condições que correspondem obrigatoriamente ao atual nível de desenvolvimento das forças produtivas do País, e livres, portanto, de qualquer espírito de voluntarismo que não corresponda à capacitação do País em termos de Educação, Ciência, Tecnologia e Capital.

Segundo o economista Xue Muqiao (1981), (ex-diretor do Instituto Nacional de Economia) em seu livro “*Problemas da Economia Socialista Chinesa*”, havia na China, até 1977, um desprezo pela Lei Objetiva da Correspondência Obrigatória Entre as Relações de Produção e o Nível de Desenvolvimento das Forças Produtivas. Sobre essa Lei, Marx (2007) a descreve, salientando o conflito entre as forças produtivas e as relações de produção, no prefácio de sua obra *Contribuição à Crítica da Economia Política*.

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca, senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta

quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir. (MARX, 2007, p. 46).

Losurdo (2004) considera que a economia socialista de mercado (ESM) teve a sua gênese na Nova Política Econômica (NEP)<sup>3</sup>, a qual retomava as relações de mercado.

Para Losurdo (2004, p. 498), "A ordem social que atualmente se considera válida na China apresenta-se como uma espécie de NEP gigantesca e expandida". A exposição dessas ideias corrobora o fenômeno de uma sociedade poder abrigar setores nitidamente capitalistas, coexistindo com outros que se organizam baseados em paradigmas alternativos.

### **b) Vertente Clássica e Keynesiana**

A Grande Depressão dos anos 30 constitui-se num marco que questionou o modelo clássico quando, em resposta a crise, os Estados Unidos promoveram a implantação de grandes obras públicas e a intervenção aberta na economia, a qual, posteriormente foi teorizada por J. M. Keynes.

Essa vertente contemplou várias estratégias de desenvolvimento industrial, que podem ser esquematicamente divididas em três: i) crescimento equilibrado; ii) substituição de importações; e iii) exportações.

Os defensores das estratégias do crescimento equilibrado argumentavam que uma expansão isolada da produção de uma ou duas indústrias teria insucesso, devido ao não aumento do poder aquisitivo de outros setores da economia, que eram potencialmente consumidores do excedente da produção.

A estratégia de substituição de importações, sucedeu ao modelo primário exportador e em resposta a crise mundial de 1930. Como as exportações se reduziram, bem como a capacidade de importação dos países produtores de produtos primários, devido à queda dos preços desses produtos, a saída foi voltar-se para o mercado interno e seletivamente criar incentivos à indústria nacional.

Quanto às estratégias baseadas nas exportações, tem-se que diferenciar as tradicionais das não tradicionais. As tradicionais destinam-se às ofertas adicionais de fatores de produção aos setores que já se encontram produzindo para o mercado externo produtos, enquanto as não tradicionais baseariam-se em produtos com demanda mais elástica o que possibilitaria melhores termos de troca.

---

<sup>3</sup> Lênin, diante da crise enfrentada pelo sistema econômico adotado na União Soviética entre 1917 e 1921, baseando-se na estatização e na eliminação administrativa dos mecanismos de mercado, implantou a NEP, uma nova política econômica que reconhecia o papel dos mercados.



### **Rosestein-Rodan**

Os defensores das estratégias do crescimento equilibrado, que inclusive exerceram forte influência no Brasil, nos anos 50, Rosestein-Rodan (1964) e Ragnar Nurkse (1969), argumentavam que uma expansão isolada da produção de uma ou duas indústrias teria insucesso, devido ao não aumento do poder aquisitivo de outros setores da economia, que eram potencialmente consumidores do excedente da produção.

Para consumir os excedentes da produção teria que haver uma flexibilização dos preços, a qual comprometeria a rentabilidade para a manutenção da produção, inviabilizando o consumo de outros bens. Nesse caso, a solução seria o desenvolvimento equilibrado que manteria a demanda intermediária e final.

### **Ragnar Nurkse**

Nurkse (1951, p. 11) indicava que o atraso técnico gerava subdesenvolvimento, uma vez que compreendia que o desenvolvimento econômico estava “estritamente ligado a aptidões humanas, atitudes sociais, condições políticas e acontecimentos históricos, e dependia, portanto, da capacidade de incorporação do progresso técnico”.

A essência do progresso, então, é o desvio de uma parte dos recursos da sociedade correntemente disponíveis para o fim de aumentar o estoque de bens de produção, de modo a tornar possível uma expansão da produção de bens consumíveis no futuro [...] Quando o estoque de capital aumenta, naturalmente, sua forma técnica se modifica [...] A forma técnica do capital se modifica à medida que o suprimento de capital por operário se altera [...]. É um fenômeno [o progresso técnico] interessante e importante, mas meramente um aspecto mecânico do aumento do estoque de bens de produção. [...] o progresso não é uma ocorrência espontânea ou automática. Pelo contrário, as forças automáticas dentro do sistema tendem a manter a economia em uma condição estacionária. (NURKSE, 1951, p. 12, 13, 18).

O referido autor descreve o “círculo vicioso da estagnação” onde o uso do capital é contido pelo tamanho das frações do capital:

O incentivo para o uso de capital é limitado pelo pequeno tamanho do mercado; o pequeno tamanho do mercado é devido ao baixo nível de produtividade; o baixo nível de produtividade é devido à pequena quantidade de capital usado na produção, à qual, por sua vez, é devida ao pequeno tamanho do mercado – e, assim, o círculo está completo. (NURKSE, 1951, p.18).

### **Albert Hirschman**

Hirschman (1961) foi o principal defensor do desenvolvimento desequilibrado. Argumentava que países desequilibrados possuíam maior capacidade de investimento graças a maiores volumes de poupança, em poder dos estratos de alta renda, os mais poupadores. Identificou dois processos típicos de uma indústria que se tornaram emblemáticos para a sua obra: 1) input-provisão (efeito para trás); e o 2) produção-utilizada, (efeito para frente).

Esses processos caracterizariam o encadeamento entre as diversas atividades.

[...] é de máxima importância o fato de determinado produto ser fabricado internamente resultar, provavelmente, em esforços da parte dos produtores para propagar-lhe usos adicionais e na participação financeira dos mesmos em tais empreendimentos. A disponibilidade interna de um produto dá, assim, vida a forças ativas que procuram ser utilizadas como input em novas atividades econômicas, que supram as necessidades acarretadas recentes. (HIRSCHMAN, 1961, p. 155).

### **Gunnar Myrdal**

Para Myrdal (1968) o atraso de uma região decorre da inexistência de um processo de crescimento econômico que consiga promover a distribuição de renda e realizar investimentos, inclusive em educação, e não havendo crescimento qualificado que determine positivas transformações sociais, a região continua atrasada e sem gerar essas transformações.

Assim, o círculo vicioso se instala: a região continua pobre porque não faz os investimentos necessários e não faz os investimentos necessários porque continua pobre. Ou seja; ocorre a causação circular e acumulativa, na qual “um fator negativo é, simultaneamente, causa e efeito de outros fatores negativos”. Caberia então ao Estado, romper o círculo vicioso, e intervir, visando controlar as forças de mercado e promover o desenvolvimento regional equilibrado (MYRDAL, 1968, p. 13).

### **James Scott**

Por outro lado, como um contraponto, a concordância do papel determinante do Estado, Scott (1996, p. 4) examinou os bem intencionados esquemas estatais voltados para à melhoria das condições humanas no século XX, e concluiu que esses esquemas tiveram: a) foco comum em simples objetivos mensuráveis - como a criação de produção de energia hidroelétrica para a industrialização de uma região; b) uma forte base em conhecimentos científicos, especializados como design urbano, planejamento e engenharia, química e mecanização da agricultura.

O foco concentrado no conhecimento técnico especializado provocou consequências ecológicas e sociais imprevisíveis como a alteração substancial dos ecossistemas locais, as quais podem levar à morte ecológica e social e a transformação brusca das estruturas tradicionais, contribuindo para transformar as sociedades civis em cidadanias fragilizadas e ainda mais prejudicadas pela aplicação desses esquemas.

Scott (1996, p. 4) explica o fracasso desses programas de modernização, pelo uso de quatro ingredientes:

O primeiro é o ordenamento administrativo da natureza e da sociedade, que visa tornar o território, com a sua população nacional em um espaço mais controlável

pelo Estado. O segundo foi a forte autoconfiança no progresso científico e técnico, que levou o Estado a negar os sinais de que a aplicação daquelas medidas teve resultados indesejáveis e improdutivos. O terceiro era um Estado autoritário, disposto e apto a utilizar o seu poder coercitivo para implementar estes sistemas altamente modernistas. O quarto era uma sociedade civil fragilizada, incapaz de resistir a essas medidas e enfraquecida pela execução destes esquemas de engenharia social.

### c) Vertente Estruturalista

Como expoentes desta vertente serão destacadas as contribuições, no âmbito da CEPAL, de Raúl Prebisch (1951) e de Celso Furtado (1976).

Segundo a Teoria Centro – Periferia, de Raúl Prebisch (1951) as crises dos países latinoamericanos podem ser explicadas pelos desequilíbrios do balanço de pagamentos, pelos gargalos na infraestrutura e pelas crises sociais.

Prebisch (1951) afirmava que a lógica do sistema internacional de trocas favorecia os países de centro, cabendo aos da periferia um movimento reflexo.

Assim, Celso Furtado e Raul Prebisch são os pilares da corrente econômica dos “estruturalistas”, surgida a partir dos trabalhos na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), com sede em Santiago do Chile.

Essa vertente defendia que o desenvolvimento dos países latinoamericanos enfrenta causas estruturais, como a estrutura agrária concentrada e a inadequação tecnológica. Segundo Prebisch (1951) as economias desenvolvidas adotaram um mecanismo baseado no progresso técnico, que permitiu o alcance de melhores níveis de produção e de consumo.

O desenvolvimento das atividades manufatureiras e outras [...] foi absorvendo uma parte crescente do incremento da população e forçando a produção primária a realizar constantes melhoramentos na sua técnica. O progresso técnico da agricultura, por conseguinte, foi, em grande parte, a consequência do desenvolvimento industrial. [...] Compreende-se, por conseguinte, que, quanto mais tarde se introduzir a técnica moderna num país periférico, mais violento será o contraste entre a limitada quantia de sua renda per capita e o vulto do capital necessário para poder aumentar essa renda rapidamente. (PREBISH, 1951, p. 87, 89).

Em “*Formação Econômica do Brasil*”, Furtado (1976) faz uma análise estruturalista da economia brasileira, desde os fundamentos econômicos da colonização do Brasil por Portugal; a economia açucareira escravista, a mineração, o período de transição para o trabalho assalariado, até as causas da industrialização e as perspectivas para as décadas seguintes, destacando a grande desigualdade social como o maior problema social e econômico do Brasil.

Segundo Furtado (1976, p. 56), o atraso do Nordeste, em relação ao Centro-Sul poderia ser explicado em função da “escassez relativa de terras aráveis, inadequada precipitação pluviométrica, grande concentração da renda na economia açucareira, predomínio do setor de subsistência na pecuária do *hinterland* semiárido”.

Outra explicação provém da política de desenvolvimento adotada pelo Governo Federal, a exemplo da política cambial e do controle seletivo das importações.

Furtado (1976) assinala que a balança comercial do Nordeste, no período 1948-1956, gerou um saldo positivo de 638 milhões de dólares, capaz de cobrir o *déficit* da balança comercial do resto do país nesse mesmo período, de 552 milhões de dólares. O Nordeste foi impedido de utilizar as divisas geradas, porque havia uma seletividade nas importações, destinadas à aquisição de bens de capital, favorecendo nitidamente a região Centro-Sul.

### **1.2.2 Abordagens Teóricas**

Quanto à natureza das abordagens teóricas foram consideradas três escolas: a da Modernização; a da Dependência; e a do Sistema- Mundo.

#### **i) Escola da Modernização**

A Escola da Modernização explica apoiada no arcabouço teórico, clássico e neoclássico, que foi a acumulação de capital que gerou os incrementos de produtividade e por consequência o desenvolvimento dos atuais países desenvolvidos.

#### **ii) Escola da Dependência**

A Escola da Dependência associa a acumulação do capital com o enriquecimento de algumas regiões que se beneficiaram da transferência de outras regiões, de modo que desenvolvimento e subdesenvolvimento seriam como duas faces de uma mesma moeda.

#### **iii) Escola Sistema-Mundo**

A escola do Sistema-Mundo apresenta uma visão de totalidade no tempo e no espaço e considera que existe uma só economia, com ampla divisão do trabalho e processos de produção integrados, que convivem com numerosos poderes políticos interestatais, e com grande diversidade cultural.

As principais vertentes da abordagem, em termos de sistema-mundo são desenvolvidas no pensamento de Immanuel Wallerstein, e Giovanni Arrighi, além de importantes autores

pertencentes à Escola da Dependência, e que foram atraídos para essa escola como André Gunder Frank e Theotonio dos Santos.

### **Immanuel Wallerstein**

Wallerstein (1990) considerou redutora a interpretação de centro-periferia, desenvolveu a teoria de sistemas-mundo, que adota uma visão sistêmica para analisar os movimentos de integração e de exclusão. Assim, identifica um Núcleo Tecnológico Industrial e uma Periferia menos desenvolvida, interagindo com os intermediários, os países da chamada Semi-Periferia, que correspondem aos novos países industrializados.

### **Theotonio dos Santos**

Analisa as relações Norte-Sul, que significam a interação entre países centrais e periféricos, e tem a sua obra classificada também como explicativa da Teoria da Dependência. (SANTOS, 2000).

### **Giovanni Arrighi**

Arrighi (1997) concebe, a partir dos estudos de centro-periferia, uma divisão de mundo na qual dois sistemas se destacam: o “núcleo orgânico” e a periferia.

No primeiro, onde estão situados os países de maior nível de desenvolvimento, caracteriza-se por sediar atividades nobres e sofisticadas de geração de tecnologia para novos processos produtivos; novos produtos; novos serviços; e novas formas de prestação de serviços. Enquanto que o segundo, a periferia, abriga as atividades dependentes e subordinadas as diretrizes emanadas do “núcleo orgânico”. Os países situados na periferia não têm chance de alcançar o “núcleo orgânico”, embora exista ambição dos considerados semiperiféricos para migrarem e passar a fazer parte do núcleo orgânico.

Assim, raros são os casos, como o do Japão, que migrou, e hoje ocupa um lugar no “núcleo orgânico”. A existência da riqueza depende da subordinação da pobreza. (ARRIGHI, 1997). Para esse mencionado autor as transformações ocorridas no processo de acumulação capitalista do final do século XX teriam alterado as bases desse processo de acumulação, de tal modo, que pode ter conduzido a um impasse, sem sinais claros de como rompê-lo.

Os estudos de Arrighi (1997), então, corroboram o que Celso Furtado afirmou sobre a impossibilidade da nivelção dos padrões de utilização dos recursos naturais no mundo.

“O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda

uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana”. (FURTADO, 1974, p. 75).

### **1.2.3 Estratégias Alternativas**

Novos conceitos contemporâneos surgiram, como: i) desenvolvimento comunitário; ii) desenvolvimento centrado na satisfação das necessidades básicas; iii) outro desenvolvimento; iv) desenvolvimento sustentável; v) desenvolvimento a partir da base; vi) desenvolvimento centrado nas pessoas; vii) desenvolvimento local (endógeno); viii) desenvolvimento humano; ix) desenvolvimento territorial.

Essas alternativas, com maior ou menor ênfase, comprometem-se em integrar os aspectos econômicos, sociais e ambientais, girando, portanto, em torno do conceito de desenvolvimento sustentável.

#### **i) Desenvolvimento comunitário**

Definido pelas Nações Unidas, o desenvolvimento comunitário é uma técnica pela qual os habitantes de um país ou região unem os seus esforços aos dos poderes públicos, com o fim de melhorar a situação econômica, social e cultural das suas coletividades, de associar essas coletividades à vida da Nação e de lhes permitir que contribuam sem reserva para o progresso do País.

#### **ii) Desenvolvimento centrado na satisfação das necessidades básicas**

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (1974-77) competiria ao Estado identificar as carências básicas (alimentação, habitação, vestuário, educação e saúde) e adotar estratégias que permitissem dar-lhes satisfação.

#### **iii) Desenvolvimento sustentável**

Definido pela Comissão Brundtland das Nações Unidas como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

#### **iv) Desenvolvimento a partir de baixo (from below)**

Aquele que deve satisfazer as necessidades básicas de todos os estratos sociais, centrado nos grupos de pequena escala, comunidades locais e regiões, apoiar-se na

acumulação local, na regional e na nacional, e permitir o desenvolvimento dos grandes centros e atividades, a partir da região circundante. É um desenvolvimento endógeno que não obedece a uma lógica de especialização internacional do trabalho.

**v) Desenvolvimento alternativo**

Baseado nos princípios da justiça, sustentabilidade e inclusão ou pertencimento, é a solução para a sobrevivência da civilização e da autenticidade da vida humana. Por justiça entende-se uma “existência humana decente para todo o povo”; sustentabilidade, o uso dos recursos da terra de modo a assegurarem o bem estar da futuras gerações; inclusão ou pertença, a oportunidade de cada pessoa dar um contributo reconhecido e respeitado para a família, a comunidade e a sociedade.

**vi) Desenvolvimento local ou endógeno**

“Um processo eminentemente endógeno que procura aproveitar suas potencialidades próprias – naturais, humanas, institucionais e organizacionais – para transformar os sistemas produtivos locais com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população” (LIRA, 2005, p. 14). Trata-se de um processo que enfatiza: a valorização dos recursos locais, o desenvolvimento comunitário, a lógica participativa, a identificação das capacidades e dos recursos, e a avaliação dos riscos ambientais.

**vii) Desenvolvimento humano**

Na ótica do PNUD (2010, p. 2) é o processo pelo qual se cria um ambiente favorável ao aumento das capacidades e oportunidades das pessoas, tanto das gerações presentes como futuras. “O paradigma do desenvolvimento humano sustentável é o dos valores da própria vida humana”.

A partir dos anos 60, o conceito de desenvolvimento comunitário vem revelar-se como solução para as assimetrias observadas nas regiões e nas comunidades resultantes da aplicação do conceito de desenvolvimento centrado no crescimento e imposto de cima para baixo. É sublinhada a importância da participação, do aproveitamento dos recursos locais, da parceria com as autoridades locais, do espírito de entre ajuda na satisfação das necessidades sentidas, e na resposta global à promoção humana

**viii) Desenvolvimento territorial**

Segundo a MDA - Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005, p. 23),

O enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social, metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas.

Trata-se, portanto de um conceito que reflete uma abordagem de planejamento e de gestão baseada na formulação de estratégias que integram as dimensões socioeconômicas, sociopolíticas e socioambientais.

Assim, sintetizando-se as estratégias alternativas, e baseando-se em Reis (2000), observa-se que as estratégias alternativas têm como ponto em comum, a participação dos cidadãos e das comunidades.

Essas alternativas são compatíveis com a percepção dos limites ambientais e com o uso dos recursos naturais pelas futuras gerações, pois recusam a unicidade de desenvolvimento, aceitando diferentes vias, adaptadas às condições concretas, modelos distintos, todos eles concorrendo para o encontro de espaços de humanidade viáveis, com prevalência para aquilo que são as respostas às necessidades da população; sua cooperação comunitária, valorização da sua cultura, participação, reforço do seu poder e competências.

É uma visão do desenvolvimento que apresenta uma nova dimensão espacial, uma nova territorialidade. Que valoriza a instância local sem esquecer a interação com outras territorialidades (regional, nacional, supranacional e transnacional).

### 1.3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A abordagem regional divide-se em duas vertentes principais: a quantitativa e a alternativa. A primeira utiliza os conceitos e abordagens clássicas sobre localização, desde Christaller, Lösch e Von Thünen, passando por Perroux e Paelink, com as teorias do desenvolvimento regional polarizado, até chegar ao arcabouço construído por Walter Isard, que trata, utilizando ferramentas teóricas da Escola Neoclássica e seus pressupostos marginalistas, do desenvolvimento regional. O polo de crescimento é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, liderados pelas indústrias motrizes. Um complexo industrial é um conjunto de atividades ligadas por relações de insumo-produto. Formará um polo de crescimento se for liderado por uma ou mais indústrias motrizes; e se tornará um polo de desenvolvimento se provocar transformações estruturais, e se expandir o produto e o emprego no meio em que está inserido (SOUZA, 1993, p. 33).



A segunda alternativa agrega os contestadores da visão quantitativa ancorada nas teorias da localização baseadas na oferta e na mobilidade de fatores produtivos e concebe o desenvolvimento regional a partir de um conjunto de variáveis interdisciplinares, dentre as quais, foram selecionadas as contribuições de Schumpeter, Myrdal, Arrighi, Scott e Pedrão.

### **Joseph Schumpeter**

A rigor, a contribuição de Schumpeter (1961) destaca-se quando se observa que ele agregou a variável tecnologia, aos estudos do desenvolvimento econômico, embora, pela amplitude de suas idéias, seja difícil enquadrá-lo em qualquer corrente.

O citado autor apontou que a inovação tecnológica adotada por empresários empreendedores seria um dos caminhos para o início de um novo ciclo econômico, uma vez que, na sua concepção, o progresso é consequência da destruição criativa; processo em que uma nova tecnologia ao mesmo tempo em que destrói um processo produtivo, cria um novo, e descreve, apesar disso, o papel do empresário inovador, que deve ser encarado com ressalvas nos países atrasados, os quais dependem também da força do Estado como indutor dos investimentos e promotor da desconcentração econômica (SCHUMPETER, 1961).

Souza (2005) indica pontos de contato da teoria dos polos com a abordagem schumpeteriana, na medida em que ambas admitem o surgimento de inovações e de novos empresários, como sendo provocado pela ação dos atores locais. Reconhecem que a indústria motriz, inovadora exerce efeitos de encadeamento no interior do polo.

Para Schumpeter (1961), a atividade inovadora rompe o fluxo circular estacionário, promove o crescimento e estimula a inovação entre outras empresas. Aquelas que não conseguem se adaptar desaparecem.

Em Perroux (1949 apud SCHUMPETER, 1961), a ação do empresário inovador, conduz a atividade motriz rumo ao sucesso, impulsionando a economia ao crescimento econômico, uma vez que novas empresas surgem, seja para fornecer insumos; seja para utilizar os produtos da empresa motriz como insumos na produção de novos produtos.

### **Fernando Pedrão**

Pedrão (2010, p. 43) afirma que o poder político gera o território e, portanto, a cultura e os interesses das classes sociais, além de modelar o papel do Estado, destacando “o significado histórico da territorialidade e enfatizando que a questão da territorialidade é a da discussão social do espaço; isto é, onde o espaço passa a ser uma manifestação da situação das nações no mundo contemporâneo.

O autor citado diferencia sistema produtivo e sistema de poder, e compara os dois sistemas, assinalando que:

O sistema de produção tem uma dupla definição, como um sistema internacionalizado de produção em que os capitais e os trabalhadores participam com certas condições de mobilidade historicamente formadas; e como um sistema nacional, demarcado pela institucionalidade do Estado nacional; um problema de soberania. (PEDRÃO, 2010, p. 59, 60).

Analisando a “concentração de capital e poder político na condução da acumulação”, Pedrão (2010, p. 79) afirma que em sua expansão, o sistema de produção manifestou algumas tendências principais, dentre as quais se destacam as de crescimento de um pequeno número de empresas, que se tornam predominantes no mercado, de diversificação da produção, de aumento da importância do capital financeiro na produção, de aceleração da renovação tecnológica e de diminuição da participação da remuneração dos trabalhadores na renda nacional, destacando também a hegemonia como concentração de poder político.

Para Pedrão (2010, p. 90) “a hegemonia depende de uma progressão dos meios materiais de dominação, assim como dos fundamentos ideológicos da vida social, em que estão as religiões e as crenças populares, ao lado dos elementos de ideologia dados pela situação concreta de classe”.

#### 1.4 A QUESTÃO REGIONAL EM GRAMSCI

Gramsci (1987) propõe uma explicação para a desigualdade entre os níveis de desenvolvimento de determinadas regiões de um país. A Itália, com o seu desnível entre o Norte e o Sul, foi o objeto da sua análise regional.

O autor entendeu a questão regional como possuidora de um significado que vai além do econômico e do espacial; e que se situa nas relações de classe e resulta do modo como o capital articula as suas diversas frações e como condiciona o processo de formação de alianças entre as classes, conforme demonstra no caso da Reunificação Italiana, chamada “revolução passiva”, onde a burguesia industrial do Norte se aliou aos grandes proprietários de terra do Sul (GRAMSCI, 1987).

Essa unificação determinou o surgimento de relações entre as elites industriais do Norte e os latifundiários do Sul, conforme se tornou funcional para o desenvolvimento capitalista italiano.

Na porção meridional italiana predominava O “bloco agrário”, formado por três estratos sociais: os camponeses, massa desorganizada; os intelectuais da pequena e média

burguesia rural; e os grandes proprietários de terras/grandes intelectuais. Os camponeses estavam em constante efervescência, mas eram incapazes de se expressar de forma organizada e duradoura. Na porção setentrional o estrato hegemônico era formado pelos grandes proprietários das indústrias.

Desse modo, formou-se o bloco agrário-industrial; no qual os industriais apoiavam os latifundiários, uma vez que o Sul era mercado consumidor dos produtos do Norte e fornecedor de mão-de-obra, além de aplicar no Norte a renda recebida.

Entendendo que a agricultura italiana naquele período, não era muito diferente das formas de produção da época do feudalismo, Gramsci (1987) deduziu que a explicação para a manutenção da desigualdade, estava na lógica do capital; e, portanto não via sentido nos argumentos que atribuíam essa desigualdade à falta de medidas para o desenvolvimento do Sul ou a cultura diferenciada que seria resistente ao acúmulo de riquezas. E assim, ressalta que

O camponês do Sul continuava a pensar como um servo, que se revolta violentamente contra os senhores em determinadas ocasiões, mas não se vê como membro de uma coletividade capaz [...] de desenvolver uma ação sistemática e permanente no sentido de mudar as relações econômicas e políticas de convivência social. (GRAMSCI, 1987, p.70).

## 2 CAPITALISMO E DESIGUALDADE

A expansão do capitalismo no mundo, movendo-se pela busca da extração do excedente em segmentos sociais, não plenamente capitalistas e especialmente através da sub-remuneração da força de trabalho, gerou, na primeira metade do século XX, duas grandes guerras e alterou a geopolítica, na medida em que a Inglaterra cedeu o papel de império dominante para os Estados Unidos. Na segunda metade aceleraram-se as transformações.

Desse modo, em quatro seções serão comentadas a mudança da hegemonia mundial, a ampliação dos mercados, o avanço da financeirização, as profundas mudanças no mundo do trabalho, com a chegada do terceiro milênio e com o surgimento de novas forças capitalistas, como a China.

Esse processo provocou o agravamento da desigualdade e o surgimento de alternativas de organização da sociedade, embora ainda não tenham produzido efeitos expressivos.

### 2.1 O CAPITALISMO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Após a Segunda Grande Guerra foi estabelecida uma nova ordem econômica mundial que se tornou hegemônica, construída pelos vencedores, exceto pela então União Soviética, na reunião de Bretton Woods, onde praticamente foram impostas pelos Estados Unidos, novas regras para a economia internacional.

Em essência, essas regras consistiam: na volta do “padrão ouro”, tendo o dólar, um papel chave; na criação de um sistema de governança mundial representado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), também conhecido como Banco Mundial; e na criação, formalizada em 1947, em Havana, do GATT, em lugar da Organização Mundial do Comércio (OIC), que não recebeu o apoio dos Estados Unidos, porque significaria uma instância restritiva das suas práticas comerciais, unilaterais. O GATT durou até ao final da sua 8ª Rodada<sup>4</sup>, conhecida como Rodada Uruguai (1986-1994), onde se deliberou que este daria lugar, em 1995, à Organização Mundial do Comércio (OMC).

O período 1949-1973 foi considerado como os anos dourados, nos quais o arcabouço teórico keynesiano esteve valorizado e a relativa estabilidade e crescimento econômico

---

<sup>4</sup> O GATT operava basicamente através de rodadas, que eram reuniões periódicas dos países signatários (Rounds). A Rodada Uruguai também conhecida como o maior “acordo comercial da História” teve início em Punta del Leste (1986) e final em Marrakesh (1994).

mundial, apesar da “Guerra Fria”, garantiram uma aparente harmonização entre os interesses do capital e do trabalho.

As regras estabelecidas em Bretton Woods operaram praticamente intactas até 1971, quando diante da deterioração da confiança mundial no dólar, foi rompida a correspondência entre o dólar e a quantidade de ouro nos Estados Unidos. Foram criadas as bases de um Sistema Monetário Europeu, que posteriormente resultou na criação da moeda euro; e foi gerado um ambiente internacional com instituições sem legitimidade, para exercer uma governança, apropriada a cada crise cíclica do capitalismo global.

Naquele período foram estabelecidos vários acordos de integração entre países, teorizados por Bela Balassa (1980), com base na Teoria Econômica tradicional, quando identificou etapas<sup>5</sup> na direção de formas mais completas de integração, especialmente a partir da análise da Comunidade Econômica Europeia, criada através do Tratado de Roma, em 1957, que instituiu uma das etapas: a união aduaneira.

Assim, na vigência dessas regras foi que na segunda metade do século XX a economia mundial sofreu várias transformações, sendo a principal delas, a ampliação dos mercados para uma escala global, inclusive os financeiros. As formas criadas para baratear o trabalho, aliadas à financeirização do capital, fez com que o capital financeiro tivesse ascendência sobre o capital produtivo.

Nesse mesmo período, registrou-se a contribuição de fenômenos como: a grande quantidade das inovações tecnológicas; o declínio e posterior recuperação da capacidade competitiva da economia norte-americana, a partir do final dos anos sessenta; o crescimento de países asiáticos, dentre os quais Japão, China, Coreia do Sul etc.; a queda do muro de Berlim em 1989; a reunificação da Alemanha em 1990; desestruturação da URSS; surgimento de potências como os chamados BRIC's, que configuram uma nova geografia com novos sujeitos econômicos; continuidade de velhas desigualdades estruturais; redistribuição dos

---

<sup>5</sup> As etapas são: 1. Área de Livre Comércio (ALC) - acordo segundo o qual, na área delimitada pelos países signatários, vigora a livre circulação de bens, sem barreiras ou tarifas. 2. União Aduaneira (UA) - acordo que prevê além das características da ALC, uma estrutura uniforme de barreiras tarifárias dos países membros em relação ao resto do mundo. 3. Mercado Comum (MC) - acordo que agrega à UA, a livre circulação da mão de obra e capitais, isto é, a livre circulação de bens e recursos produtivos. 4. União Econômica (UE) - acordo que representa a etapa superior do processo de integração porque além das características do MC, requer um alto grau de integração das políticas macroeconômicas, em especial a monetária e a fiscal. União Política (UP) através da formação de uma federação ou confederação.

fluxos de renda para novos centros de acumulação; e a manutenção dos clássicos mecanismos de concentração e de acumulação.

Essas mudanças foram paralelas ao esforço dos Estados Unidos de manterem a sua hegemonia política e econômica mundial, através da defesa do livre comércio, embora não o pratique, e da adoção de políticas no âmbito da chamada globalização.

A visão desse período é compatível com o conceito de dinâmica cíclica do desenvolvimento capitalista, contido na perspectiva “schumpeteriana” dos ciclos tecnológicos de longa duração (os Kondratieff, de 60 anos); e com o conceito de formação econômico-social, que é parte do arcabouço marxista, e facilita a compreensão das especificidades e das determinações dos espaços geográficos.

Desse modo, o quadro geral se complementa com esses eventos macroeconômicos, tais como: mudanças de padrões monetários; crises financeiras; anos de crescimento sustentado, seguidos de conjunturas de estagnação; surtos de liberalização alternando com impulsos de protecionismo comercial; restrição à entrada e/ou à saída de pessoas e de capitais, tendo como cenários processos políticos, uns surpreendentes outros repetitivos e previsíveis.

Entretanto, apesar das mudanças, algumas características mantiveram-se ao longo do período como: a presença hegemônica do mesmo conjunto de economias no centro do sistema com pequena variação de integrantes; tendência evolutiva dos processos de ampliação e integração dos mercados, presença de fortes grupos transnacionais industriais, comerciais e financeiros, presença de um conjunto de países atrasados dependentes e periféricos.

A estratégia de substituição de importações, sucedeu ao modelo primário exportador, e em resposta à crise mundial de 1930. Como as exportações se reduziram, bem como a capacidade de importação dos países produtores de produtos primários, devido à queda dos preços desses produtos, a saída foi voltar-se para o mercado interno, e seletivamente criar incentivos para a indústria nacional.

Quanto às estratégias baseadas nas exportações tem-se que diferenciar as tradicionais das não tradicionais. As tradicionais destinam-se às ofertas adicionais de fatores de produção aos setores que já se encontram produzindo para o mercado externo produtos enquanto as não tradicionais se baseariam em produtos com demanda mais elástica, o que se possibilitariam melhores termos de troca. É também desse período o surgimento da preocupação em integrar os aspectos econômicos, sociais e ambientais que proporcionaram a difusão das estratégias de desenvolvimento sustentável.

Não há consenso a respeito dessa estratégia, mas, os desequilíbrios econômicos; a exclusão de um grande número de pessoas do processo produtivo, e do consumo de bens

necessários a uma digna sobrevivência, ao lado da intensa degradação ambiental, são razões suficientes para a busca de novas alternativas de organização econômica e social.

## 2.2. AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

Nesse período registraram-se mudanças profundas no mundo do trabalho, nas formas de assalariamento e na mobilidade dos trabalhadores.

Segundo Pedrão (2008), para tratar da mobilidade do trabalho na acumulação do capital será preciso retomar a linha de argumentação de Gaudemar (1977), na qual são consideradas as condições cambiantes de mobilidade para diferentes tipos de trabalhadores, e onde o movimento de acumulação de capital implica em alterações nas condições de mobilidade de diferentes grupos de trabalhadores.

Encontrar outra forma de organização da sociedade que possa enfrentar a hegemonia do capital tem sido a principal busca daqueles que procuram alternativas diante da nova fase do capitalismo, caracterizada pela alta velocidade do desenvolvimento tecnológico, que mudou completamente a noção de tempo e de espaço.

De fato, o maior desafio é o de se conceber uma estratégia que valorize o trabalho em detrimento do capital considerando as transformações mundiais que determinaram a metamorfose do mundo do trabalho, como os avanços tecnológicos nos processos produtivos e na prestação de serviços; terceirização; produção de acordo com a demanda (“just in time”); alterações no taylorismo/fordismo para o toyotismo, que introduziram flexibilização, fragmentação, e heterogeneização da força de trabalho.

Antunes (2000, p. 33) afirma que há em escala mundial uma ação destrutiva da força de trabalho:

[...] em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente há também em escala mundial uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho que tem enormes contingentes precarizados ou mesmo a margem do processo produtivo, elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural.

Para o referido autor, o maior desafio é dar sentido ao trabalho tornando nossa vida dotada de sentido.

Se estamos vivenciando o avanço da chamada era da mundialização do capital, podemos presenciar também uma fase de mundialização das lutas sociais do trabalho, nelas incluídas as massas de desempregados que se ampliam em escala global. Desse modo, um desafio maior da humanidade é dar sentido ao trabalho humano, tornando a nossa vida também dotada de sentido. Instituir uma nova sociedade dotada de sentido humano e social dentro e fora do trabalho. (ANTUNES, 2008, p. 13).

A humanidade terá que buscar a adoção de uma estratégia compatível com a chamada ‘acumulação flexível’ do capitalismo contemporâneo, que introduziu novos padrões de produção, de consumo e no mercado de trabalho, resultantes das inovações organizacionais e tecnológicas, que buscam menores custos e maior lucratividade (HARVEY, 1999).

Entretanto, a formulação de uma estratégia desse tipo, destacada por Antunes (2000) e Harvey (1999), deve passar, necessariamente, por um processo de planejamento participativo que se apóie na hegemonia dos extratos mais numerosos da população, os quais deverão construir um diálogo social capaz de suplantar tentações, inspiradas em soluções de força, ou como Gramsci (1987, p. 71) defendia que a “estratégia deve ser resultante de um processo de hegemonia em lugar de regras e normas oriundas da direção de líderes não comprometidos com a democracia como valor universal”.

### 2.3. O CAPITALISMO DO SÉCULO XXI

No capitalismo do século atual, a entrada em cena, de novos personagens que reivindicam protagonismo e novos papéis, a exemplo da China, o crescimento do processo de financeirização da economia, a multiplicidade de instrumentos do mercado financeiro, o questionamento das atuais regras de governança mundial com a reformulação das instituições multilaterais, especialmente o FMI, indicam claramente as mudanças já em curso.

As indicações, a seguir, baseadas em (CATTANI, 2003), buscam sintetizar três alternativas que se diferenciam daquela onde o livre mercado ocupa lugar de destaque, o chamado “capitalismo turbinado”.

A primeira alternativa é “capitalismo bonzinho”. Sensibilizados pela expansão da miséria, pelo crescimento da visibilidade de situações, envolvendo, por exemplo, crianças abandonadas, idosos e portadores de necessidades especiais, inúmeros representantes das elites econômicas passaram a se envolver com práticas beneméritas e caritativas.

A segunda alternativa é adoção da “terceira via”. Os estragos das políticas do neoliberalismo ortodoxo foram tão grandes que despertaram uma reação política em escala planetária, fazendo com que o receituário social-democrata e keynesiano recuperasse sua credibilidade. Formulações acadêmicas dos chamados neo ou pós-keynesianos, no campo econômico, e de autores como Anthony Giddens nas Ciências Sociais, formalizam um projeto alternativo entre a lei da selva do mercado e o dirigismo burocrático estatal.

Essa estratégia defensiva pode ser implantada sem que o quadro político seja necessariamente democrático. Um líder carismático, um regime autoritário ou uma



tecnocracia eficiente podem de alguma forma implantar medidas. Outra faceta dessas orientações e práticas tem uma dimensão mais complexa, na medida em que envolve políticas públicas progressistas e movimentos sociais.

Neste caso, trata-se da gestão da crise ou das mazelas do capitalismo, com participação da sociedade civil organizada e atuante. A tônica é o pragmatismo, o “bom senso”, para não promover as rupturas que indisporiam as elites. O quadro político é necessariamente a democracia representativa, sendo o parlamento a arena de confronto e regulação dos interesses conflitantes mais virulentos. (CATTANI, 2003, p. 9).

A terceira alternativa é a valorização da Economia Solidária. Diferentemente das alternativas anteriores que envolvem o instituído, seja para manipulá-lo em benefício de segmentos específicos ou para reformá-lo com o intuito de atingir o bem comum, o campo da Economia Solidária envolve o novo; o que não existia antes ou o que possuía existência inexpressiva e, principalmente, o que precisa ser construído. Não se trata de uma estratégia defensiva nem reformista e sim, propositiva de novos modelos de atividade econômica e de trabalho e, através deles, de criação de uma nova sociedade.

Santos (2007, p. 32) apresenta novos argumentos sobre o futuro da humanidade que dá o nome de pensamento abissal como resume a seguir:

As linhas cartográficas abissais que demarcavam o Velho e o Novo Mundo na era colonial subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem constitutivas das relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo. A injustiça social global estaria, portanto, estritamente associada à injustiça cognitiva global, de modo que a luta por justiça social global requer a construção de um pensamento pós-abissal.

Esse raciocínio conduz a um paradoxo da modernidade, quando a democracia formal impõe um fascismo social. Esse fascismo se apresenta de três formas: apartheid social; contratual e territorial. O fascismo do Apartheid Social caracteriza-se quando sobrevivem nas cidades zonas selvagens e zonas civilizadas. O fascismo contratual Ocorre nas situações em que a diferença de poder entre as partes do contrato de direito civil (seja ele um contrato de trabalho ou um contrato de fornecimento de bens ou serviços) é de tal ordem que a parte mais fraca, vulnerabilizada por não ter alternativa ao contrato, aceita as condições que lhe são impostas pela parte mais poderosa, por mais onerosas e despóticas que sejam. O fascismo territorial ocorre sempre que atores sociais com forte capital patrimonial tomam do Estado o controle do território onde atuam ou neutralizam esse controle, cooptando ou violentando as instituições estatais e exercendo a regulação social sobre os habitantes do território sem a participação destes e contra os seus interesses.

Diante das frequentes turbulências nas economias de várias partes do mundo, especialmente desde os anos 90, do século XX, tornou-se necessária a volta do debate sobre

as principais teses do neoliberalismo, especialmente a autorregulação e a eficiência do sistema, uma vez que existem inequívocos sinais mostrando que formas alternativas de organização socioeconômica das sociedades podem ser resignadas.

No contexto brasileiro, a configuração de uma organização socioeconômica e política conservadora tenta conquistar corações e mentes de várias formas; tenta viabilizar formas específicas de cooptação que amaciam a contestação. Nesse sentido, fica clara a necessidade de contar com conhecimento e participação daqueles que Gramsci (1987) chamou de intelectuais orgânicos; os que se diferenciam dos tradicionais por serem portadores de idéias transformadoras do “status quo” e que são, ao mesmo tempo, cientistas, críticos e militantes políticos.

Semeraro (2006, p. 374) enfatiza essa atuação política quando destaca que desse modo, “os intelectuais não podem se esconder atrás da neutralidade científica e ficar alheios às contradições do seu tempo”.

Santos (2003, p. 64) acreditava nas bases de uma nova utopia globalizada, cidadã e democrática:

Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado, partícipe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único. Os pobres não se entregam e descobrem a cada dia formas inéditas de trabalho e de luta; a semente do entendimento já está plantada e o passo seguinte é o seu florescimento em atitudes de inconformidade e, talvez, rebeldia.

## 2.4. ALTERNATIVAS DE AÇÕES TRANSFORMADORAS

A organização da sociedade pode desempenhar um papel transformador, na medida em que através dos mecanismos de representação apropriados, influenciariam na implantação de políticas públicas que favorecessem o surgimento de empreendimentos solidários e estimulassem que as grandes empresas, comprometidas exclusivamente com a busca do lucro máximo, numa visão estritamente competitiva da geração de lucro, incluíssem na construção do planejamento estratégico de cada uma delas, a variável desenvolvimento sustentável.

O conjunto dessas iniciativas empresariais formaria um segmento que concorreria em importância na geração de renda e na criação de emprego, com os setores convencionais, e ocuparia um espaço cada vez maior, decorrente da adesão e da efetiva agregação de parcelas cada vez maiores da sociedade, especialmente dentre as camadas dos excluídos.

### 2.4.1 Enfatizando o Desenvolvimento Sustentável

Diversas instituições mundiais vêm adotando critérios de sustentabilidade na aplicação de recursos financeiros, o que de certo modo significa o reconhecimento da necessidade de se adotarem medidas na linha do chamado desenvolvimento sustentável. São medidas que subordinam a concessão de incentivos fiscais financeiros e materiais à adoção de critérios sociais. Um ponto de partida pode ser a adoção de um conjunto de critérios para atrair investimentos, a exemplo, da criação de um índice de sustentabilidade formado por indicadores que estimulem o investimento projetado a atender, predicados como: a) localização física em municípios que possuam IDH situado no quartil inferior; b) valor do custo do emprego fixo gerado (investimento/número de empregos) situado no quartil inferior de um elenco das atividades econômicas desenvolvidas no Estado; e c) origem e gestão do empreendimento por entidade com gestão cooperativa; d) receber recomendação do órgão responsável pelo meio ambiente.

Assim, o desenvolvimento local sustentável é considerado como

[...] processo de mudança social e oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e com a solidariedade entre gerações. (BUARQUE, 1995, p. 32).

Enquanto isso, o desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capazes de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa, então, uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social, em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades, bem como e as suas potencialidades específicas.

O desenvolvimento local requer pactos de uma conservação social que se detalhem num plano com projetos prioritários. Por extensão requer nova governança e novas estruturas organizacionais que representem espaços de compartilhamento de poder e de responsabilidades.

Nas sociedades democráticas o diálogo social constitui um instrumento insubstituível para se promover o desenvolvimento com justiça social. Um diálogo que não se destina a fazer desaparecer as diferenças ou a por fim aos interesses específicos de cada parceiro. Um diálogo social que, reconhecendo as diferenças, os interesses divergentes, procure encontrar, em cada momento e através do diálogo, a melhor solução.

Para Tapia (2005) a concertação social é uma estratégia de governança baseada na lógica do diálogo social. Estratégias desse tipo foram estimuladas pela política europeia de desenvolvimento regional, apoiada na lógica do diálogo social e também pelas orientações dos governos nacionais materializadas nos pactos territoriais. O resultado foi a criação de uma nova agenda, marcada pela introdução de inovações institucionais, e de uma nova lógica de desenho e implementação de programas e políticas de desenvolvimento local.

Desenvolvimento local requer, através da adoção do planejamento participativo: a) mecanismos de controle social sobre as ações do plano e dos projetos; b) ações que promovam o poderio da sociedade, uma nova governança; c) novas estruturas organizacionais que facilitem a gestão dos interesses coletivos, tais como fóruns e conselhos que são espaços de negociação, construção de consensos, gestão de conflitos, produção de projetos coletivos que expressem novas relações de poder, ampliando a democracia e a cidadania, através do controle social.

#### **2.4.2 O Planejamento Participativo**

O planejamento participativo destaca o papel dos sujeitos e os objetivos e metas, a partir de variáveis chaves, esclarecendo a quem efetivamente a intervenção governamental vai beneficiar.

São defendidas, assim, novas formas de participação democrática que amparem o planejamento participativo, facilitem a captação dos anseios da comunidade e pressionem as instâncias governamentais para que sejam atendidos. (SANTOS; AVRITZER, 2003).

A “revolução nacional e democrática”, defendida pelo PCB, e que segundo vários intelectuais brasileiros foi inspirada nas ideias dos sucessivos e principais representantes do PCI (Partido Comunista Italiano) defende claramente a democracia e a participação. Um trecho da resolução política do PCB de novembro de 78 é particularmente esclarecedor:

Em nossa concepção democrática, lutamos não só pelo direito de organização e representação no Parlamento dos diferentes partidos, como também pelo fortalecimento do conjunto da sociedade civil, ou seja, para que os cidadãos possam expressar suas idéias e aspirações através de uma rede de organizações de base (comissões de empresa, associações de bairro, comunidades de inspiração religiosa etc.), capazes de intervir na solução dos problemas específicos que lhes dizem respeito e, partindo destes, na decisão das grandes questões nacionais. Só esta democracia de massas, organizadas de baixo para cima, poderá assegurar a formação e a participação cada vez maior de um amplo bloco democrático, antiimperialista e antimonopolista na política nacional. (PCB, 1980, p. 292).

Nas fases iniciais da industrialização, as alternativas foram poucas e as decisões a serem tomadas foram relativamente simples, até porque as necessidades a satisfazer são elementares e padronizadas: aumentar a oferta de insumos básicos (como aço, combustíveis, eletricidade); realizar obras de infraestrutura; construir habitações e transportes de massas; produzir vestuário básico; generalizar o acesso à educação, etc.

Nesses contextos, são dois os problemas centrais da administração econômica: reunir os escassos recursos disponíveis, de forma a obter escala; e implantar um plano coerente de investimentos nos setores-chaves.

Segundo Buarque (1995), o planejamento é um instrumento que contribui para a organização da ação dos atores e agentes, orientando as iniciativas e gerando uma convergência e uma articulação das diversas formas de intervenção na realidade social.

Ahumada (1960), um dos pioneiros do planejamento econômico na América Latina, afirmou que para conseguir eficácia no planejamento, deve-se manter a compatibilidade entre os objetivos e os meios e assegurar-se da facticidade, tanto do ponto de vista técnico como político, comparando-os com a disponibilidade de recursos.

Desse modo, o planejamento contribui para a mobilização das energias sociais e constitui uma referência para a implementação das ações que podem desatar o processo de transformação na direção e nos objetivos definidos pela sociedade, que leva ao desenvolvimento sustentável.

O planejamento, então, como parte do processo político, constitui um espaço privilegiado de negociação entre os atores sociais, confrontando e articulando seus interesses e suas alternativas para a sociedade.

### 3 A DESIGUALDADE NO BRASIL

A desigualdade no Brasil será estudada em quatro seções, com a finalidade de contextualizar o objeto da pesquisa; ou seja, o estado da Bahia. A primeira seção tratará da formação econômica brasileira, diferenciando as três principais abordagens teóricas: liberal, estruturalista e socialista. A segunda identificará a característica básica dessa formação socioeconômica brasileira que foi exatamente a desigualdade. A terceira enfocará a desigualdade no nordeste brasileiro analisando como o seu processo histórico determinou o atraso e os desequilíbrios de renda internos e frente a outras regiões. Na quarta seção serão apresentados os principais indicadores socioeconômicos da desigualdade no estado da Bahia.

#### 3.1 FORMACAO ECONÔMICA BRASILEIRA

Na formação de um pensamento econômico brasileiro, podem ser identificadas três correntes teóricas: a primeira, a corrente liberal, formada por Eugene Gudín e seus seguidores como Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, que defendiam o Estado mínimo, o aumento da produtividade e o crescimento da agricultura; e ainda sua sucessora, a neoliberal (dos anos 90), formada pelas ideias daqueles economistas e cientistas sociais que acreditavam que as forças do mercado conduzirão à eficiência econômica e ao desenvolvimento.

A segunda corrente, a desenvolvimentista estruturalista, liderada inicialmente por Roberto Simonsen, fundador da FIESP, líder da indústria brasileira, que defendia o aproveitamento das riquezas nacionais e a participação do Estado no processo de industrialização.

A terceira, a corrente socialista, formada por ideias que forneciam ferramentas teóricas marxistas para análise da economia brasileira, dentre as quais, a luta de classes. Formavam esse grupo, intelectuais do PCB, e dissidentes, como Caio Prado Jr. e Ignácio Rangel.

No período compreendido entre a década de 30 até a de 70, foi a corrente desenvolvimentista estruturalista que exerceu forte influência na política econômica, Essa corrente baseava-se na Teoria de Raúl Prebisch ou da Comissão de Estudos para América Latina e Caribe (CEPAL), a qual, segundo Bielschowsky (2000, p. 24), corresponde “à versão regional da teoria do desenvolvimento”. Enquanto que nos anos 90, a predominância coube à corrente neoliberal, a corrente socialista, devido à forte repressão política, foi impedida de propagar e de propor a aplicação de suas ideias.

No início da década de 80, ocorreu uma crise fiscal que se desdobrou em crise política. Os vários segmentos sociais que formavam a aliança desenvolvimentista seguiram caminhos diversos e buscaram sair da crise de diferentes formas que ficaram entre o nacionalismo desenvolvimentista e o neoliberalismo.

### 3.1.1 Corrente Liberal

A corrente liberal considera que o funcionamento do mercado conduzirá ao desenvolvimento. Trata-se, como designou Hirschman (1961) de *monoeconomics*, segundo a qual, a estrutura econômica de um país em desenvolvimento é a mesma de um país desenvolvido, diferenciadas apenas pelo estágio do processo de consolidação do capitalismo. A intervenção do Estado é admitida, desde que seja com o propósito de cobrir as lacunas e corrigir as falhas da ação dos mecanismos de mercado.

Desse modo, as principais referências para esses economistas são as políticas que buscam os equilíbrios: fiscal, monetário e das contas externas, evitando a distorção de preços e mantendo o funcionamento do mercado; mantendo o Estado afastado da alocação de recursos; seja através de incentivos, seja através de participação direta nos investimentos.

Tais referências, então, não preveem medidas compensatórias para o avanço da desigualdade, resultante dessa política.

A corrente denominada neoliberal dispunha do arcabouço teórico da economia convencional para a busca do equilíbrio e da máxima eficiência na alocação dos recursos.

Observando-se o neoliberalismo e o papel do Consenso de Washington nota-se que com a crise da dívida externa, em agosto de 1982, os países do terceiro mundo foram forçados a se ajustar. John Williamson elaborou, na época, um documento que reproduzia o que Washington recomendava como ajuste.

Em essência, as medidas recomendadas eram as seguintes: disciplina fiscal; prioridades de gasto público (direcionado para saúde, educação e investimentos em infraestrutura e redução de subsídios); reforma tributária (que distorcesse minimamente o sistema de preços); taxa de juros determinada pelo mercado (preferencialmente com uma taxa real positiva e moderada); taxa de câmbio competitiva (elemento principal de uma economia com “orientação para fora”); política comercial de liberalização das importações; incentivo ao investimento direto externo; privatização (o principal argumento em favor da privatização é a maior eficiência do setor privado na condução da atividade econômica); desregulamentação; fortalecimento dos direitos de propriedade.

O “Consenso de Washington”, além do ajuste, pretendia mudar a maneira como os economistas e os políticos viam os problemas que afetavam os países subdesenvolvidos. Propunha uma mudança de estratégia, deixando de lado o diagnóstico fornecido pela teoria do desenvolvimento e propondo medidas de incentivo ao mercado, baseado na corrente teórica hegemônica.

O Consenso pregava a estabilidade; a abertura econômica e a redução do papel do Estado. Por esse “modelo” o Estado deveria diminuir sua importância nas intervenções diretas e nos projetos de investimento. O principal papel do Estado passava a ser o de garantidor da estabilidade macroeconômica.

Dessa forma, a privatização, a desregulamentação, a reforma tributária e o fortalecimento dos direitos de propriedade faziam parte dessa diminuição da presença do Estado na economia e do desmantelamento dos instrumentos através do qual isso ocorria. De acordo com a estratégia neoliberal, essa nova orientação causaria um forte crescimento da produtividade que sustentaria uma taxa de crescimento elevada nos anos seguintes.

Nos anos 90, o Governo Collor optou pela sintonia com: o neoliberalismo; a privatização acentuada do Estado; a desregulamentação e a precarização do trabalho; além da financeirização da economia. Assim, o arcabouço institucional nacional-desenvolvimentista foi contestado.

Por outro lado, ao contrário dos que viam apenas efeitos deletérios na desregulamentação, é preciso observar que uma das características das instituições brasileiras sempre foi o extenso labirinto burocrático que estava longe de ser um marco institucional incentivador das atividades produtivas.

O papel desburocratizante e simplificador dessa desregulamentação não deve ser negligenciado. Afinal, não cabe ao Estado a defesa da ineficiência, nem ser uma trincheira da baixa produtividade da empresa privada nacional. Esta nova conjuntura forçava uma atualização das propostas do nacional desenvolvimentismo que não significava necessariamente adesão ao neoliberalismo.

As medidas buscavam uma estratégia de integração competitiva da economia doméstica ao sistema econômico mundial. Esperava-se preservar apenas aqueles ramos industriais que conseguissem, depois de um período de adaptação, mostrar suficiente vitalidade para competir abertamente numa economia internacionalizada. Dessa forma, o parque industrial doméstico tendia a se converter em parte especializada de um sistema industrial transnacional.



Do ponto de vista político, Collor não foi o líder dessa transição, nem assumiu o comando das forças conservadoras. Essa reorientação estratégica constituiu-se numa inflexão importante na transição política, que produziu alterações institucionais expressivas, apesar de já vir ocorrendo mudanças político-ideológicas no meio empresarial e nas camadas médias. Completou seu mandato o Presidente Itamar Franco que criou as bases para a estabilidade monetária, conseguida com o Plano Real.

O governo de Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, de 1995 a 2002, embora tenha adotado grande parte do receituário neoliberal, pode ter esse rótulo relativizado, na medida em que, também adotou políticas contrárias às idéias neoliberais. De fato, aumentou a carga tributária do país, tomou atitudes intervencionistas na economia e implantou programas assistencialistas de caráter social-democrata, como os que foram mantidos e assumidos pelo governo de Lula, como se tivessem sido criados só a partir de 2003, a ponto de descaracterizarem a origem desses programas.

Entretanto, é inegável que Fernando Henrique Cardoso implementou uma política econômica com algumas características do liberalismo econômico, sendo por este motivo, classificado especialmente por partidos da esquerda brasileira (como o PT, entre outros) como sendo um governo neoliberal.

O processo de privatização acelerada e tumultuado por soluções obscuras, concebidas por um pequeno grupo, que não envolveu o conjunto da população, teve uma forte oposição que em grande parte confundia a negação desse processo com a mera defesa da estatização e a consequente manutenção integral das estatais, sem modernização, nem sequer de métodos organizacionais, as quais, aparelhadas por sindicatos alinhados com o corporativismo, buscavam em primeiro lugar, sobreviver com a pura e simples manutenção dos empregos, negligenciando a finalidade da sua existência, a exemplo das prestadoras de serviço.

As medidas neoliberais mais relevantes foram: a) o fim da discriminação constitucional em relação a empresas de capital estrangeiro; b) a transferência para a União do monopólio da exploração, refino e transporte de petróleo e gás, antes detido pela Petrobras, que se tornou concessionária do Estado (com pequenas regalias em relação a outras concessionárias privadas); c) a autorização para o Estado conceder o direito de exploração de todos os serviços de telecomunicações (telefone fixo e móvel, exploração de satélites, etc.) a empresas privadas (antes empresas públicas tinham o monopólio das concessões).

Por essa visão, o Estado não cumpriria funções empresariais, que seriam transferidas para a iniciativa privada; suas finanças deveriam ser equilibradas e os estímulos diretos dados às empresas privadas seriam parcimoniosos; não poderia mais sustentar privilégios para

categorias de funcionários; em lugar das funções empresariais, deveria desenvolver mais intensamente políticas sociais; e o país teria que ampliar sua integração com o Exterior, mas com prioridade para o aprofundamento e expansão do Mercosul.

Além de desencadear este conjunto de reformas constitucionais, o governo Fernando Henrique estimulou fortemente o Congresso a aprovar lei complementar regulando as concessões de serviços públicos para a iniciativa privada, sendo essas já autorizadas pela Constituição (eletricidade, rodovias, ferrovias, etc.), conseguiu a aprovação de uma lei de proteção à propriedade industrial e aos direitos autorais nos moldes recomendados pelo GATT, e preservou o programa de abertura comercial que já havia sido implementado. Sustentado pela legislação que permitia e regulava a venda de empresas estatais desde o período Collor e pelas reformas constitucionais promovidas desde 1995, executou um enorme programa de privatizações e de venda de concessões tanto no âmbito federal como no estadual.

### **3.1.2 Corrente Desenvolvimentista Estruturalista**

O conteúdo da corrente estruturalista identifica-se com a CEPAL e com rupturas à esquerda, como as contidas em André Gunder Frank, C. Pallyoix, Samir Amin e no próprio Raúl Prebisch em seus últimos textos. A corrente desenvolvimentista teve que desenvolver toda sua própria teoria para negar que o mercado não conduz essas economias a resultados satisfatórios.

Segundo Hirschman (1961), a rejeição da monoeconomia exige a criação de uma estrutura teórica separada que explique porque grande parte da teoria convencional não funciona para países pobres e qual o instrumental que se pode utilizar para estudar estes países. A intervenção do Estado é aceitável e passa a ser o promotor do desenvolvimento.

As estratégias industriais de substituição das importações, não por acaso, foram concebidas exatamente no seio da corrente teórica estruturalista.

O modelo estruturalista diferencia-se do neoliberal em dois de seus pontos fundamentais: o primeiro ponto é a rejeição da “monoeconomics” que está explícito no conceito fundamental da teoria da CEPAL: a divisão do mundo entre centro e periferia. Nesse sentido, o termo utilizado por estes autores é “países subdesenvolvidos”, pois não se trata de um estágio do desenvolvimento, e sim de um estado; ou seja, a estrutura econômica desses países é diferente.

O segundo ponto é a premissa de que no modelo estruturalista o livre jogo das forças de mercado conduz à persistente manifestação dos problemas que atingem as economias periféricas e que, portanto, tornam-se necessários alguma intervenção e direcionamento do Estado.

Bielschowsky (1995, p. 7) resume assim o desenvolvimentismo, quando afirma:

Entendemos por desenvolvimentismo, neste trabalho, a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão.

Bielschowsky (2000) organiza as ideias sobre o pensamento da Cepal. Para ele, Furtado foi co-autor da teoria do subdesenvolvimento periférico latino-americano e contribuiu decisivamente para o que veio a ser chamado de método de análise histórico-estrutural, um sistema analítico voltado à interpretação das transformações nas estruturas econômicas, políticas, institucionais, culturais, a partir da perspectiva histórica de médio e longo prazo.

Para o citado autor, o livro *Formação Econômica do Brasil*, de Furtado (1976), deve ser visto muito mais como um ensaio de interpretação histórico-analítica de orientação estruturalista e keynesiana do que uma pesquisa histórica em grande profundidade. Assim, o objeto da obra seria a análise dos processos econômicos, sua interpretação, e não a reconstituição dos eventos históricos.

O economista francês Leroy-Beaulieu (1891) criou uma classificação que se tornou clássica: “colônias de povoamento e “colônias de produção”. Dentre as primeiras destacaram-se os EUA e o Canadá, e dentre as segundas encontravam-se o Brasil e as ilhas do Caribe.

Do ponto de vista do colonizador, as “colônias de povoamento” foram um fracasso, embora tivessem proporcionado a criação de estruturas sociais que facilitaram o acesso à terra e à valorização da pequena propriedade, enquanto que as “colônias de produção”, consideradas bem sucedidas, tiveram uma estrutura de produção escravista e muito concentrada em termos propriedade e de renda.

Os últimos capítulos do livro *Formação*, anteriormente citado, explicam os problemas encontrados na industrialização periférica: a tendência ao desequilíbrio externo, a tensão inflacionária, a concentração da renda e o aumento das desigualdades regionais. Furtado (1976) propõe pra resolvê-los um programa reformista que enfrenta a questão regional nordestina; o problema da concentração fundiária e a necessidade de distribuição da riqueza e

da renda. Em suma, apresenta uma proposição para um desenvolvimento capitalista nacional, autônomo e com justiça social.

As economias periféricas diferenciam-se das centrais de três formas: a) pela baixa diversificação da estrutura produtiva, determinando uma pressão simultânea por investimentos em vários setores, e tornando o processo de industrialização muito exigente em termos de poupança/investimento e de divisas; b) pela pressão por divisas que esbarrava na exportação especializada em bens primários nesse caso os mercados para esses produtos se expandiam pouco e as relações de troca se deterioravam; c) pela disparidade na tecnologia que gerava baixa produtividade e baixo nível de poupança.

Para Furtado (1976 apud BIELSCHOWSKY, 2000, p. 18), a expressão desenvolvimento passa a ser entendida como crescimento integrado à redução das desigualdades sociais. Entretanto, a sua contribuição é analítica, ele inaugurou no país e na América Latina mais ou menos concomitantemente com Aníbal Pinto e Maria da Conceição Tavares a discussão sobre padrão ou modelo de crescimento, e assim, integrou na descrição desse modelo, como sendo dois conjuntos de elementos: o perfil da oferta de bens e sua transformação e o perfil da demanda de bens, que refletiria a composição do emprego, dos salários e da distribuição de renda.

Desse modo, essas ideias se mantêm atuais, pois o desequilíbrio centro-periferia continua, e políticas desenvolvimentistas deveriam ser adotadas, uma vez que persiste: uma enorme inferioridade produtiva e tecnológica, relativamente aos países desenvolvidos; uma enorme vulnerabilidade externa, muito superior àquela que afeta os países desenvolvidos; um enorme subemprego; e a reforma agrária e o fomento à agricultura familiar continuam necessários. Assim, o conceito central do estruturalismo é a divisão do mundo entre centro e periferia; ou seja, existe uma estrutura própria da periferia e o objeto de estudo é como o processo de acumulação; ocorre nessa estrutura particular.

Para Bielschowsky (2000, p. 21), “a riqueza do método cepalino reside numa fértil interação entre o método indutivo e a abstração teórica formulada originalmente por Prebisch”; ou seja, a divisão do mundo entre centro e periferia, com estruturas completamente diferentes leva diretamente à rejeição da “*monoconomics*” e à importância do método indutivo.

A industrialização espontânea que se iniciou nos anos 30 na periferia latinoamericana, provocada pelo maior fechamento do novo centro dinâmico (EUA), provoca uma tendência ao desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, já que o processo substitutivo aliviava as importações por um lado, mas impunha novas exigências, derivadas, tanto da nova estrutura

produtiva que criava como do crescimento da renda que gerava. Por essa razão, apenas alterava-se a composição das importações, renovando-se o problema de insuficiência de divisas (BIELCHOWSKY, 2000, p. 29).

E assim, a livre movimentação das forças de mercado conduz à permanente manifestação dos problemas estruturais das economias periféricas. Para que, com a industrialização se consiga aumentar substancialmente os níveis de produtividade, e se otimizar a alocação de recursos. É preciso orientá-la por meio de uma política deliberada de desenvolvimento, o que justifica a intervenção e planificação por parte do Estado.

Alguns autores diferenciam ainda o desenvolvimentismo estruturalista nacionalista das demais correntes desenvolvimentistas porque incluíam a idéia do controle por agentes nacionais, privados e estatais, dos centros de decisão sobre poupança/investimento; a necessidade de gerar autonomia financeira com relação a fontes internacionais de capital; e maior sensibilidade com relação às questões ligadas a distribuição da renda, entre setores econômicos, classes sociais e regiões.

Com relação a uma atualização do estruturalismo da Cepal, o chamado neoestruturalismo, admite-se uma abertura para o exterior, conforme explica o autor:

[...] a abertura deve viabilizar, ao mesmo tempo, a expansão das importações e das exportações, o que implica graduar a abertura em função da disponibilidade de divisas e harmonizar a política cambial com as políticas de proteção tarifária e de promoção das exportações, de modo a se possa conferir neutralidade de incentivos entre a produção para mercado interno e para as exportações. (BIELCHOWSKY, 2000, p. 65).

Esse neoestruturalismo admite, portanto, o impacto positivo das reformas liberalizantes, mas alerta para a necessidade do papel do Estado na condução dessas transformações, visando evitar os efeitos negativos.

### **3.1.3 Corrente Socialista**

Socialismo é a denominação genérica de um conjunto de teorias socioeconômicas, ideologias e políticas que postulam a abolição das desigualdades entre as classes sociais. Incluem-se nessa denominação desde o socialismo utópico e a social-democracia até o comunismo e o anarquismo.

O primeiro partido socialista brasileiro foi fundado em 1902, em São Paulo, sob a direção do imigrante italiano Alcebiades Bertollotti, que dirigia o jornal Avanti, vinculado ao Partido Socialista Italiano.

A fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, e seu rápido crescimento sufocaram as dezenas de organizações anarquistas que na década anterior chegaram a realizar greves importantes. Pouco antes da revolução de 1930, Maurício de Lacerda organizou a Frente Unida das Esquerdas.

Proibida a atividade político-partidária durante a ditadura Vargas, o socialismo voltou a se desenvolver em 1945, com a criação da Esquerda Democrática, que, em agosto de 1947 foi registrada na justiça eleitoral com o nome de Partido Socialista Brasileiro.

Com o Golpe Militar de 1964, todos os partidos políticos foram dissolvidos e as organizações socialistas passaram a atuar apenas na clandestinidade. A criação do bipartidarismo em 1965 permitiu que os políticos de esquerda moderada se abrigassem na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar, ao lado de conservadores e liberais.

Na segunda metade da década de 1960 e ao longo da década de 1970, os comunistas (socialistas radicais), ao lado de outros setores de oposição ao regime militar, sofreram implacável combate, pois professavam ideias comunistas, assim como a imensa maioria dos militantes de organizações armadas que confrontaram o regime militar.

O lento processo de redemocratização, iniciado pelo general Ernesto Geisel na segunda metade da década de 1970, resultou na legalização, na década seguinte, dos partidos socialistas, inclusive quando apresentaram seus próprios candidatos a cargos eletivos.

Com a fundação do Partido Comunista em 1922, ano marcado pela Semana de Arte Moderna, pelo Primeiro Congresso Feminista e, também, pela explosão da Revolta do Forte de Copacabana, surgiu também a proposta de governar para os setores menos favorecidos da população; com a classe operária à frente.

Foi o primeiro partido a exigir, já em 1923, a implantação de uma reforma agrária e também o primeiro a propor uma política ampla de alianças, conforme o atesta a formação do Bloco Operário Camponês (BOC, 1928), da própria Aliança Nacional Libertadora (ANL, 1935) e da criação, em 1967, da Frente Ampla, para combater a Ditadura Militar. Com a chamada Declaração de Março de 1958, o PCB elege a democracia como o espaço para a superação da ordem vigente no Brasil, o que posteriormente conduziu a sua estratégia de lutar contra a Ditadura Militar de 1964, através da ação política em lugar das armas.

Muitos intelectuais enxergavam no socialismo uma possibilidade de realizar suas expectativas de trabalho, seus anseios profissionais, e a possibilidade de contribuir para a formação de uma identidade brasileira.

A ação política dos vários partidos que se mobilizaram contra a Ditadura, através inclusive de aparelhos da sociedade civil como sindicatos, associações e conselhos profissionais, foi um dos fatores que contribuíram para o fim do regime militar (Nota 02 APÊNDICE A).

De fato, nesse período ocorreu o aumento do número e da intensidade do trabalho dos movimentos sociais, organizações populares, de classe média e, mesmo, de empresários que impulsionaram a consolidação da democracia política e reduziram as possibilidades para saídas para a crise do tipo "de cima para baixo".

Roberto Freire (2010) descrevendo a trajetória do PCB, e a posterior transformação em PPS, valoriza a opção da participação política, ao tempo em que condena o erro dos que optaram pela luta armada, desde o período de preparação (conspiração) da Ditadura Militar, no período de 1960 a 1964.

O início dos anos 60 na América Latina, depois da Revolução Cubana, em 1959, viveu um generalizado aumento das lutas no continente contra o colonialismo e o subdesenvolvimento, por amplas reformas urbanas, no Brasil conhecida por 'reformas de base', até a interrupção do através do governo João Goulart, pelo golpe militar de 1964. A ditadura militar colocou o PCB na mais rigorosa clandestinidade, e todos os segmentos democráticos sob coação. Em decorrência, ponderáveis setores da esquerda decidiram enfrentar o regime militar pela via armada, o que o tornou mais duro com a edição do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 68, e a generalização da prática da tortura e morte. Nesses anos de chumbo, destacados intelectuais e líderes políticos e sociais foram obrigados a se exilar a fim de preservar suas vidas. (FREIRE, 2010, p. 8).

Passando pela fase de implantação e consolidação da ditadura (1964-1969), e o citado autor comemora o acerto da opção política da participação e o fim da Ditadura.

A resposta do PCB à implantação da ditadura militar veio de imediato, mas sua consolidação se deu no seu VI Congresso, realizado em 1967, quando defendeu, de forma clara e inequívoca, a necessidade de atuar, aberta ou ilegalmente, na defesa das liberdades e pela ampliação dos espaços democráticos, desenvolver a luta pela anistia e pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte como a maneira mais correta de derrotar a ditadura. Ao tempo em que lamentavam o erro de quantos optaram pela luta armada, defendiam os comunistas que o instrumento privilegiado dessa luta seria a participação do máximo de brasileiros nas fileiras do Movimento Democrático Brasileiro - MDB, partido criado pela ditadura para ser a oposição legal ao regime, e em todos os mecanismos e entidades possíveis. [...] Graças a esse processo permanente de acumulação de forças e de ocupação de espaços, o regime militar foi sendo derrotado e sofrendo contínuos desgaste e isolamento, cujos pontos altos foram as eleições para a Câmara e o Senado, em 1974; a conquista da anistia, em 1979; o retorno ao país das suas principais lideranças, em 1979/80; a memorável campanha nacional em torno das Diretas, Já!, em 1982; e a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral derrotando o candidato Paulo Maluf, em 1985. Esse ano marca o fim do regime militar e, simultaneamente, nova reconquista da legalidade do PCB, voltando a atuar à luz da nascente democracia. Nas primeiras eleições presidenciais pós-ditadura, em 1989 (29 anos depois da última delas), os comunistas lançam a candidatura do deputado federal Roberto Freire, tendo como vice o cientista e sanitarista Sérgio Arouca, cuja plataforma serviu para tornar conhecido junto a sociedade o Partido, suas propostas e projetos. (FREIRE, 2010, p. 9, 10).

O mencionado autor registra que o colapso do “socialismo real” significou o encerramento de um ciclo histórico com a realização de uma autocrítica e a consequente reformulação e atualização dos partidos comunistas em todo o mundo.

Mas a segunda metade da década de 80 realça as profundas dificuldades do "socialismo real", representado, sobretudo pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, cujo colapso, em 1989, encerrou um ciclo histórico e colocou a necessidade de todos os partidos comunistas, no mundo inteiro, promoverem um profundo processo autocrítico e de *aggiornamento*, que no Brasil levou ao surgimento do PPS, no X Congresso do PCB, em janeiro de 2002. Nas eleições presidenciais de 1998 e 2002, o PPS apresentou candidatura própria, colocando-se como real alternativa aos projetos então existentes, tendo alcançado, em cada um desses pleitos, mais de 10 milhões de votos, reveladores do quanto sua mensagem é bem recebida pelos brasileiros que desejam novos rumos para o país. (FREIRE, 2010, p. 12).

Entretanto, a partir do fim da Ditadura, sindicalistas atuantes no ABC paulista, setores de intelectuais e uma parte da Igreja Católica, fundaram o Partido dos Trabalhadores, que cresceu a ponto de ganhar as eleições presidenciais em 2002, e assumir o Governo em 2003, assumindo a liderança das propostas associadas a esse campo ideológico. Outras vertentes foram criadas, algumas delas dissidentes do PT, gerando um amplo quadro de forças políticas que se definem como “de esquerda”.

### 3.2 A DESIGUALDADE COMO CARACTERÍSTICA BÁSICA

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, nega uma importante premissa vinculada à corrente neoclássica, hegemônica na atualidade, na medida em que se constata que neste país, o fruto do progresso técnico não se distribuiu de maneira equitativa por toda a coletividade. Corroborando a premissa de que o processo de acumulação de capital leva à concentração, mas, confirmando também que o processo de ocupação e a formação político-econômica determinam e modulam o grau de concentração

#### 3.2.1 Concentração como Base da Desigualdade

O Brasil, conforme Furtado (2005, p.168), apresenta a concentração e a desigualdade em praticamente todos os ciclos que compõem a sua formação econômica. A concentração de renda é alta desde o período colonial, basicamente na economia escravista açucareira e na pecuária. Na economia mineira a concentração era menor, mas havia a explícita proibição de realizar atividades industriais, limitando-se às primárias.



No início, o processo de industrialização não foi concentrado, como assinala Furtado (2005, p. 234):

O processo de industrialização começou no Brasil concomitantemente em quase todas as regiões. Foi no Nordeste que se instalaram, após a reforma tarifária de 1844, as primeiras manufaturas têxteis modernas e ainda em 1910 o número de operários têxteis dessa região se assemelhava ao de São Paulo. Entretanto, superada a primeira etapa de ensaios, o processo de industrialização tendeu naturalmente a concentrar-se numa região. A etapa decisiva de concentração ocorreu, aparentemente, durante a Primeira Guerra Mundial, época em que teve lugar a primeira fase de aceleração do desenvolvimento industrial. O censo de 1920 já indica que 29,1 por cento dos operários industriais estavam concentrados no estado de São Paulo. Em 1940 essa porcentagem havia subido para 34,9, e em 1950 para 38,6. A participação do Nordeste (incluída a Bahia) se reduz de 27,0 por cento em 1920 para 17,7 em 1940 e 17,0 em 1950.

Posteriormente, os estímulos concedidos aos industriais representaram um privilégio deliberado.

O benefício que usufruíram os empresários industriais através das importações a baixos preços dos equipamentos e das matérias-primas representa o fruto, não de uma redistribuição de renda no sentido estático, e sim de uma apropriação por aqueles empresários de parte substancial do aumento da renda real da coletividade, que resultou da melhora na relação de preços do intercâmbio externo. A baixa relativa nos preços dos produtos importados, em vez de beneficiar igualmente a todos os setores, ia concentrar-se no setor industrial; pela simples razão de, que este setor era o maior absorvedor de divisas. (FURTADO, 2005, p. 220).

A evolução desse processo apresentou marcos que conformam a opção pela via concentradora como: a implantação da usina de Volta Redonda (CSN) em 1948, o ingresso de multinacionais montadoras de veículos automotores em 1956.

A década de 60 foi marcada pelo esgotamento do modelo de substituição das importações trazendo pressões para modernização do país; e pelas reformas conservadoras implantadas pelos primeiros governos da Ditadura Militar.

Na década de 70 registrou-se a ênfase no planejamento para a busca da auto-suficiência de insumos básicos, a utilização de capitais internacionais a juros baixos, embora imediatamente comprometida pelas duas crises de petróleo desse período. Ainda assim, foi dessa época a ocupação dos cerrados, via o programa Polocentro. Dos 3 milhões de hectares previstos por esse programa para incorporação da agropecuária, até 1979 foram incorporados 2,5 milhões de hectares, utilizando-se de financiamento com condições extremamente atraentes.

De fato, os projetos de investimentos tinham até 12 anos de prazo, com 6 de carência, e juros entre 0 e 14% a.a., capitalizáveis durante a carência e não havia correção monetária de débitos. Além disso, o valor do financiamento em cada projeto variava de 75 a 100% do investimento total. Esse programa de exploração dos cerrados, que contou com a contribuição

da Embrapa, ao criar um sistema de produção para essas áreas, abriu caminho para a “explosão” da soja, dos demais grãos e por fim, do agronegócio brasileiro.

Nos anos 80, destacou-se o forte desequilíbrio das contas externas com a crise do endividamento; o estímulo às exportações, ilustrada pelo lema: exportar é o que importa; o descontrole da inflação; e as experiências de combate através de políticas de estabilização monetária, baseadas em técnicas polêmicas, com o chamado alinhamento geral dos preços, o chamado “congelamento de preços”.

Em 1990 foi implantada a taxa flutuante do câmbio, e deu-se o início da abertura da economia brasileira. Em 1994, com a ampliação dessa abertura pelo plano Real e com o advento da banda cambial e a fixação de taxas de câmbio que favoreciam as importações, ocorreu uma reestruturação do setor industrial brasileiro e liberação em massa da força de trabalho. De fato, analisando o setor industrial, Kupffer (2001, p. 18) concluiu, em análise realizada pelo GIC - Grupo de Indústria e Competitividade da UFRJ, que a década de 90 caracterizou-se por transformações muito mais relevantes na estrutura de propriedade das empresas líderes que na composição setorial do valor das receitas.

O quadro, a seguir, sintetiza o papel dos principais planos de desenvolvimento no período 1950-2003.

Quadro 1- Planos de Desenvolvimento do Brasil 1950 – 2003: Propostas e Avaliação

| PLANO/PERÍODO   | PRINCIPAIS PROPOSTAS  | AValiação   |
|---|---|---|
| Plano SALTE<br>1950 -1951   | Iniciar o processo de planejamento.<br>Desenvolver setores selecionados:<br>Saúde, Alimentação, Transporte e<br>Energia.  | Resultados comprometidos pela falta<br>de recursos financeiros.   |
| Plano de Metas<br>1956 -1961  | Implantação de chamado cinquenta<br>anos em cinco;<br>Grandes investimentos com capitais<br>externos.   | Metas cumpridas ao custo da elevação<br>da dívida externa e dos níveis de<br>inflação.  |
| Plano Trienal<br>1963 -1964   | O objetivo era promoção do<br>desenvolvimento e a estabilização do<br>nível de preços.  | Apesar de ter sido um marco no<br>planejamento plurisetorial durou<br>apenas até a metade de 1963.  |
| PAEG<br>Plano de Ação<br>Econômica<br>do Governo<br>1964 -1967          | O objetivo era dar consistência à<br>estratégia do primeiro governo militar<br>e assim rejeitava as proposta<br>reformistas contidas no Plano trienal.  | Implantou reformas liberais e<br>conservadoras dentre as quais a do<br>Sistema Financeiro ao lado de<br>aumentar a estatização.   |
| PED<br>Programa Estratégico<br>de Desenvolvimento<br>1968 -1970         | Propunha uma política de<br>desenvolvimento econômico e um<br>programa de investimento em áreas<br>estratégicas, além de detalhar<br>instrumentos financeiros.  | Promoveu o crescimento econômico a<br>ponto de proporcionar taxas anuais do<br>PIB de 11% ao ano, o chamado<br>“milagre econômico” ainda que devido<br>ao uso da capacidade ociosa. |
| MBAG<br>Plano de Metas<br>e Bases para Ação do<br>Governo<br>1970 -1973 | Propunha o ingresso do Brasil no<br>mundo desenvolvido e investimentos<br>prioritários em agricultura e<br>abastecimento, educação, saúde,<br>saneamento e desenvolvimento<br>científico e tecnológico. | Acompanhou o ciclo do “milagre<br>econômico” e manteve as taxas anuais<br>do PIB de 11% ao ano.   |
| I PND   | Propunha colocar o Brasil, no espaço  | Foi elevada a taxa de execução das  |

| PLANO/PERÍODO   | PRINCIPAIS PROPOSTAS   | AVALIAÇÃO  |
|---|--|--|
| Plano Nacional de Desenvolvimento<br>1972 -1974                                   | de uma geração, na categoria de nação desenvolvida, sem arrefecer o ritmo do “milagre econômico”.  | metas estabelecidas e chegou ao fim o ciclo do “milagre”.  |
| II PND<br>II Plano Nacional de Desenvolvimento<br>1975 -1979                      | A maior experiência do Brasil em planejamento depois do Plano de Metas<br>Apesar de reconhecer os riscos do não cumprimento das metas optou por continuar o desenvolvimento acelerado, ampliando as bases do setor industrial. | A crise do petróleo inviabilizou o cumprimento das metas planejadas<br>Reverteu a prioridade industrial de bens de consumo para bens de capital. |
| III PND<br>III Plano Nacional de Desenvolvimento<br>1980 -1985                    | Uma declaração de intenções em tornar prioritária a agricultura e novas fontes de energia mas, logo foi abandonado pela clara impossibilidade de execução  | Falência do planejamento no Brasil   |
| I PND – NR<br>I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República<br>1985 -1989 | Revalorização do planejamento e orientação para alocação de recursos, embora propusesse o crescimento econômico.   | Agravou a crise de planejamento que se instalou desde o II PND e não conseguiu cumprir seus objetivos  |
| PAG<br>Programa de Ação Governamental<br>1987 -1991                               | Propunha o crescimento econômico, embora todo planejamento estivesse voltado para os planos de estabilização da moeda: Cruzado; Bresser; Verão etc.  | Não chegou a ser implementado  |
| PPA – 91<br>Programa de Ação Governamental<br>1991 -1995                          | Elaborado com a finalidade precípua de cumprir os artigos 21 e 174 da nova constituição, praticamente não foi implementado   | Criou estímulos à competição empresarial e estimulou a competitividade   |

| PLANO/PERÍODO                                       | PRINCIPAIS PROPOSTAS   | AVALIAÇÃO   |
|---|--|---|
|   |  |   |
| PPA- 96<br>Programa Brasil em<br>Ação<br>1996- 1999 | Retomada efetiva do planejamento no âmbito da administração pública federal e retomada do crescimento e do progresso econômico e social das pessoas.   | Compatibilização com o Plano Real que estabilizou a moeda       |
| PPA-2000<br>Programa Avança<br>Brasil<br>2000 -2003 | Aprimoramento na implementação do processo de planejamento e no alcance de objetivos com um projeto nacional de desenvolvimento através de parceria do Governo Federal com Estados, municípios, Organismos internacionais e empresas privadas. | Introduziu um modelo gerencial de acompanhamento de resultados. |

Fonte: Kupfer (2001) a partir de análise do GIC da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Indo mais além do que uma análise setorial, Bacellar (2008, p.1) observou que a decisão do Brasil de no século 20 resolver ser uma potência industrial e concentrar a indústria na região Sudeste, principalmente em São Paulo, obrigou toda a sociedade a pagar um preço elevado para viabilizar esse processo. A concentração não foi só de indústrias, mas também de infra-estrutura econômica, universidades, institutos de pesquisa e comando político.

Alguns indicadores em 2002 são categóricos: o Nordeste soma 28% da população; e só 13% da produção nacional; o Norte tem quase 8% da população e 5% do PIB. Já o Centro-Oeste possui 7,2% da população; e quase 9% da produção do País.

Em termos das exportações a concentração é igualmente muito elevada: 77% é a parcela do total que cabe aos Estados da região Sul e Sudeste. A região Nordeste em particular, tem tido dificuldades para se inserir na base exportadora. Bacellar (2008, p. 4) constata a perda de importância dessa região nas exportações.

Em 1960, éramos responsáveis por 20% das exportações do país, caímos para 7% em 1998, e estamos com 9%. Portanto, somos 13% do PIB e nem 10% das exportações do país. Nossas bases exportadoras não estão articuladas, por algumas razões. Nossos setores tradicionais estão estagnados e os novos ainda não têm peso. Entre eles, a extrativa mineral, papel e celulose, petroquímica, têxtil, confecção, camarão, fruta, soja. (BACELAR, 2008, p. 4).

A concentração também aparece no nível de escolaridade e a região Nordeste apresenta os números mais baixos: da população ocupada, portanto, de 10 anos ou mais que está no mercado de trabalho, a média da escolaridade nordestina é de 6 anos; a média do país é de 7,6 anos, a do Sudeste de 8,5 anos; e a do Sul, 8 anos. Esta concentração é o resultado concreto de um deliberado esforço de capitalização de outra porção do território brasileiro, a região Sudeste.

Antes do ISI o Nordeste era exportador de produtos primários (cana, algodão, cacau) e um importador de produtos manufaturados. As políticas que levaram a intensificação do ISI não só ocasionaram o estabelecimento da maior parte da capacidade industrial do país no Centro Sul, mas, também conduziram ao declínio da posição absoluta ocupada pelo Nordeste. Ao mesmo tempo, em que continuava a exportar seus tradicionais produtos primários, essa região era obrigada, devido às práticas protecionistas praticadas no país, a importar seus produtos manufaturados do Centro Sul e não do estrangeiro. E, como os preços relativos dos produtos das empresas recém instaladas eram mais elevados do que os bens antes importados, o Nordeste sofreu uma queda nas relações de troca ajudando, na verdade, a subsidiar a industrialização do Centro Sul brasileiro [...] O sistema cambial representou uma carga adicional durante o processo de industrialização na década de 50. Os importadores da região tinham, de pagar elevados encargos relativos às taxas “subsidiadas” de importação como a de bens de capital. A receita oriunda dessas taxas era usada pelas autoridades cambiais para amparar a economia cafeeira centrada no Sudeste. Os superávits do sistema cambial também aumentaram a capacidade do Banco do Brasil de conceder empréstimos, grande parte dos quais foi realizada no Sul. (BAER, 2002, p. 351, 355).

Para Baer (2002), as transferências posteriores na década de 60, não foram suficientes para compensar essas perdas através de taxa de cambio, favorável aos tipos de produtos exportados pelo Nordeste. A concentração foi uma diretriz oficial que para ser concretizada, contou com a estrutura governamental a seu favor.

Segundo Spínola (2003, p. 70), O autoritarismo e a centralização do poder foram características do planejamento regional, condicionado pela estrutura política dominante no País, e complementa afirmando:

No século XX, o Brasil esteve submetido durante 40 anos, em períodos intercalados, a regimes autoritários, durante os quais a autonomia dos estados foi mantida apenas de forma simbólica. (SPÍNOLA, 2003, p. 70),

De 1937 a 1945 instalou-se o centralismo autoritário. Entre 1946 a 1964 foi a fase do federalismo cooperativo. De 1964 a 1986 ocorreu um processo centralizador sem precedentes; porém, restabelecida a democracia e instituída a nova Constituição de 1988, ainda permanece a centralização.

A criação de organismos regionais pela União, visando atender à demanda resultante dos desequilíbrios inter-regionais, foi uma descentralização administrativa real, porém com resultados muito abaixo das expectativas das lideranças e da população dessas regiões.

### 3.2.2 Concentração de Renda

A concentração de renda no Brasil situa-se entre as maiores do mundo, e contribui, de forma decisiva, para o aumento da violência e da criminalidade em geral. Segundo dados do IBGE (2005), o Nordeste é um exemplo da má distribuição de renda no Brasil, uma vez que nessa região os 50% mais pobres ficam com 16,1% dos rendimentos da região, enquanto o 1% mais rico fica com quase o mesmo valor, 14,7%.

A concentração está internalizada na sociedade brasileira como um rígido paradigma. É ilustrativo que nos planos oficiais de desenvolvimento, em nível nacional, e em seus rebatimentos, em nível estadual, a preferência implícita tem sido por projetos liderados por grandes empresas compostas por capitais e tecnologias oriundos de fora das regiões, caracterizando, desse modo, um colonialismo intelectual disfarçado de racionalismo econômico, como se essa fosse a única vertente viável.

A desigualdade de renda no Brasil apresentou uma pequena redução (-5,5%) no período 1995-2005: de 0,599 no início da série para 0,566 no final. Ver tabela 1. Entretanto, ela acelerou-se no período 2001 a 2005, quando saiu de 0,593 para 0,566 (-4,6%). Os programas de transferência de renda que se intensificaram a partir de 2003 certamente explicam grande parte dessa queda.

Segundo o IPEA (2007), em torno de um quarto da queda na desigualdade se deve ao Programa Bolsa-Família, que surgiu da unificação de quatro programas, em 2004.

Tabela 1 – Índice de Gini da Desigualdade de Renda no Brasil:1995-2005

| Ano  | Índice de Gini |
|------|----------------|
| 1995 | 0,599          |
| 1996 | 0,600          |
| 1997 | 0,600          |
| 1998 | 0,598          |
| 1999 | 0,592          |
| 2001 | 0,593          |
| 2002 | 0,587          |
| 2003 | 0,581          |
| 2004 | 0,569          |
| 2005 | 0,566          |

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2007).

Os exercícios quantitativos realizados, visando identificar variações nos níveis de desigualdade perdem grande parte do sentido quando se observa que variações como as apresentadas no período 1995-2005, (-5,5%) mantêm a desigualdade em um patamar tão elevado que se torna irrelevante saber se decorreram do aumento da renda do trabalho ou das transferências governamentais, incluídas aí, as aposentadorias, as pensões e as bolsas assistenciais.

A desconcentração econômica terá que fazer parte de uma estratégia econômica nacional que oriente a atuação da política econômica, definindo investimentos governamentais, estimulando investimentos privados no aproveitamento das potencialidades, que coloquem a racionalidade econômica a serviço da desconcentração e da valorização das iniciativas comprometidas com critérios de sustentabilidade.

Essa concentração não deve surpreender porque quando se observa que no horizonte dos anos 90 e nos primeiros anos deste século XXI não houve um projeto autônomo de transformação social no Brasil, e sim um conjunto de políticas econômicas conservadoras.

Segundo Paulani (2008, p. 70, 103), essas políticas transformaram o país em uma plataforma de valorização financeira internacional e favoreceram a implantação de um estado de emergência econômico, abandonando objetivos de desenvolvimento com perda da soberania, entrega do Brasil a interesses alheios à maioria da população e deliberada integração subalterna à globalização.

### 3.3 A DESIGUALDADE NO NORDESTE BRASILEIRO

Visando situar os modelos de desenvolvimento regional no Brasil, distinguem-se na cena histórica brasileira quatro vias ou modelos de desenvolvimento regional.

A primeira é a que corresponde à experiência paulista, baseada em fatores de mercado. A segunda é a de regiões que se dinamizaram como um desdobramento da economia paulista. O impulso foi também dado pelo mercado, mas de fora para dentro. Casos típicos são os do Paraná e de Goiás [...] A terceira no outro extremo, o Nordeste e a Amazônia, vasta porção do território brasileiro situada em posição nitidamente periférica com baixo potencial de crescimento segundo a lógica do mercado que dependeriam de iniciativas no campo político-institucional do governo federal. [...] Por fim, o quarto modelo de desenvolvimento regional, correspondente às áreas da federação que buscaram fórmulas intermediárias entre o mercado e os Estado, tais como os do Centro-Sul, como Minas Gerais e o Rio Grande do Sul. (DULCI, 1999, p. 5, 6).

Nesse contexto, Dulci (1999, p. 6) alerta para a importância das condições para o desenvolvimento: “O ponto de interrogação diz respeito às condições (políticas, antes de tudo)



para iniciar e levar adiante fórmulas consistentes de desenvolvimento, o que é uma variável importante na análise de cada caso”

A dimensão cultural, promotora da criação de instituições, no sentido que North (1990, 1991, 1993) dá às mesmas, foi subestimada pelo autor nessa esquematização. Essas instituições que dinamizam a sociedade civil estavam muito mais presentes no Sul, no terceiro tipo, graças à colonização de povoamento, entrada de imigrantes não ibéricos, nos Estados de Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

No Nordeste, são evidentes os traços das suas especificidades, dentre as quais se situa a extensa porção semiárida, com pouco mais de um milhão de quilômetros quadrados, que apresenta indicadores socioeconômicos situados entre os mais baixos do país.

Na faixa litorânea entre Recife, Fortaleza e Salvador, estão 20 milhões de pessoas que detêm 90% do PIB do Nordeste. A diversidade cultural e étnica brasileira, então, pode ser demonstrada quando se examina a agricultura familiar.

Segundo Baiardi (1999), os agricultores familiares brasileiros podem ser divididos em cinco categorias: tipo a) tecnificado, mercantil, famerizado – predominante no Cerrado; tipo b) integrado verticalmente em CAI's (aves e suínos em SC, por exemplo), e recentemente, em perímetros irrigados; tipo c) agricultura familiar, tipicamente colonial (RS, PR, SC e MG) ligadas à produção de produtos *in natura*; tipo d) agricultura familiar semimercantil (sem relação com a imigração européia não ibérica), predominante no NE e SE; tipo e) agricultura familiar de gênese semelhante à categoria anterior, caracterizada pela marginalização do processo econômico e pela falta de horizontes.

Na agricultura familiar do Nordeste destacam-se dois tipos: o semimercantil e os excluídos; característica que por si só seria suficiente para explicar a escolha sempre recorrente desse grupo para alvo prioritário das políticas públicas.

### **3.3.1 O Planejamento do Nordeste Brasileiro**

O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) criado em 1956, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, elaborou o documento intitulado *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, considerado um marco no planejamento regional brasileiro, devido a sua qualidade científica e à natureza das suas propostas (GTDN, 1959).

Esse documento revela que o Nordeste em fins dos anos 50 era uma região pobre, em decorrência de vários condicionantes naturais, históricos e estruturais e que era a mais extensa

e populosa área do Ocidente, com níveis de renda, *per capita*, muito baixos. Além disso, afirmava também que a concentração espacial era tão grave quanto às desigualdades interpessoais na distribuição da renda.

Considerando-se que a metade da região Nordeste, possui um clima semiárido, a severidade das condições edafo-climáticas propiciavam a apresentação de baixos rendimentos médios, por hectare, na agricultura e de baixos índices de desfrute médio dos rebanhos bovinos, caprinos e ovinos. Condições que juntamente com a estrutura fundiária muito desigual, faziam com que a agricultura de subsistência, de baixa produtividade determinasse a existência de elevados contingentes de pobres. E quando ocorria uma seca de grandes proporções essa situação se agravava a ponto de comprometer a própria subsistência. O relatório, então, recomendava como alternativas para a redução da pobreza da região, por um lado, a incorporação da agricultura familiar ao mercado e por outro, a industrialização.

O GTDN (1959 apud DUARTE, 2008, p. 18) ao tratar dos fatores histórico-estruturais, aponta três tipos de perdas financeiras que o Nordeste vinha tendo.

A primeira resultava da triangulação existente nos fluxos comerciais internos e externos, em que a política de defesa da indústria nacional mantinha a moeda nacional sobrevalorizada em relação ao dólar, para facilitar a importação dos equipamentos destinados às indústrias do Sudeste. A segunda decorria do fato de as restrições aduaneiras à entrada de uma variedade de produtos trazerem prejuízos ao Nordeste, que era forçado pelas políticas de defesa da indústria nacional a comprar no Sudeste mercadorias que poderia adquirir no exterior a preços mais baixos. A terceira era caracterizada pelas transferências de renda do Nordeste para o Sudeste, através do setor privado. Segundo o GTDN, essa saída contínua de recursos só podia ser mantida mediante as transferências feitas pelo governo federal, para o Nordeste, através dos ministérios e dos programas especiais.

O GTDN (1959) também identificou a elevada taxa média de subemprego nas áreas urbanas do Nordeste, e o seu então coordenador, posteriormente, primeiro superintendente da Sudene, o economista Celso Furtado, concebeu medidas que enfrentariam os problemas identificados.

O amplo arcabouço técnico produzido pelo GTDN serviu de base para a elaboração e implantação do I Plano Diretor da Sudene (1961-1963), o qual propunha:

[...] a realização de investimentos em infraestrutura de transportes (energia elétrica, rodovias e portos), estudos de hidrologia e hidrogeologia, aproveitamento das bacias dos açudes existentes, modernização da indústria têxtil, aproveitamento do artesanato, modernização da pesca, investimentos em saúde pública e educação de base, levantamentos cartográficos e colonização do noroeste do Estado do Maranhão. (GTDN, 1959 apud DUARTE, 2008, p. 18).

O Golpe Militar de 1964, articulado pelas forças políticas conservadoras, não só tirou Celso Furtado do comando da SUDENE, como também ignorou suas propostas, e promoveu o esvaziamento político e orçamentário dessa instituição, que culminaria com a sua extinção

em 2001. Em 1970, diante da constatação de que a atuação da SUDENE não conseguiu atingir seus objetivos, especialmente não conseguiu reduzir a concentração da estrutura fundiária nem tampouco evitou o êxodo da população para as grandes cidades, O Governo Federal alterou a sua política para o Nordeste.

Nesse contexto, foram lançados o Plano de Integração Nacional – PIN, e o Programa de Redistribuição de Terras e Modernização Agroindustrial – PROTERRA. O primeiro objetivou o desenvolvimento regional e a integração inter-regional, através da abertura da região Amazônica, da expansão da irrigação e da criação de “corredores de exportação” no Nordeste. E o segundo, em 1971, visou facilitar a aquisição de terras; melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais; e promover a agroindústria no Nordeste e na Amazônia.

Dentre as ações financiadas pelo PROTERRA destacavam-se a compra ou expropriação de grandes propriedades rurais para serem revendidas aos pequenos e médios produtores; o crédito rural e a modernização da agroindústria e da sua infraestrutura de apoio, através de ações financiadas com 30% dos recursos dos fundos 34/18<sup>6</sup>.

Com a criação do PIN/PROTERRA a estratégia afastava-se da ênfase na industrialização; proposta essa contida no GTDN. Segundo Leite (2003), os resultados do PIN/PROTERRA, no entanto, ficaram muito aquém das expectativas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), encarregado da criação de uma rede de comunidades planejadas ao longo da transamazônica e de recrutar colonos potenciais no Nordeste, em 1974 havia assentado pouco mais de 6 mil famílias, representando 8% da meta oficial e menos de 2% da população rural excessiva do Nordeste, estimada em 1970. (BANCO MUNDIAL, 1983 apud LEITE, 2003, p. 54).

Foram muitas as explicações apresentadas para esse insucesso. O centro do problema, contudo, parecia residir na premissa de que os emigrantes nordestinos poderiam ser transformados em prósperos agricultores, em uma região onde a maior parte dos solos era imprópria para a agricultura tradicional. Esse erro foi seguido por outros equívocos técnicos e por falhas administrativas na condução do programa pelo INCRA (LEITE, 2003).

Assim, segundo o autor mencionado, “merecem ser citadas as consequências, para a região, e, em especial, para a atividade agrícola, da composição dos recursos alocados para esses programas.” (LEITE, 2003, p. 54).

A partir de 1974, o Governo federal criou, através do II PND, novos programas especiais para Nordeste, sendo o principal deles, o Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), com o propósito de promover o

---

<sup>6</sup> Mecanismo que permitia a dedução de recursos do imposto de renda para aplicação em investimentos inicialmente no Nordeste sendo permitidos também para o Norte e para o norte de Minas Gerais.

desenvolvimento rural, atuando, seletivamente, em subáreas consideradas polos de dinamização da economia nordestina.

Em cada polo selecionado foi implantado um Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), que contemplava ações de apoio às principais atividades econômicas e execução de ações no âmbito de: geração e difusão de tecnologia agropecuária, estradas, eletrificação etc.

Uma das principais vertentes que explica o surgimento desse Programa foi a recomendação, nesse sentido, oriunda da Comissão Trilateral. Com efeito, em 1973, foi realizada a Trilateral,<sup>7</sup> a reunião dos três principais pilares do capitalismo: Estados Unidos e Canadá; Europa Ocidental e Japão (Nota 03, APÊNDICE A). A principal conclusão dessa reunião foi o consenso de que o antagonismo real era entre hemisférios: a pobreza do hemisfério Sul contra a riqueza do Norte e não entre o hemisfério Ocidental, capitalista e o Oriental, socialista. A comissão da Trilateral decidiu recomendar a implantação de PDRI's Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado nos chamados "bolsões de pobreza", na África e América Latina, sendo que caberia ao Banco Mundial o apoio financeiro a esses projetos.

Concebidos e implantados no bojo do Programa POLONORDESTE esses projetos representaram uma aplicação sistemática de recursos voltados para os pequenos produtores. Na Bahia foram implantados cinco projetos, dentre os quais o PDRI – Paraguaçu (PIDERP) e o PDRI – Irecê (PRO-IRECÊ) que obtiveram, na época, a melhor avaliação por parte da SUDENE, a instituição coordenadora, em nível nacional. A avaliação objetiva desses projetos, por parte do Banco Mundial, é que eles não conseguiram acabar com os "bolsões de pobreza". Em certos projetos apenas uma parte dos recursos chegou efetivamente aos seus destinatários, o que contribuía para fortalecer o *status quo* (BANCO MUNDIAL, 1983 apud LEITE, 2003, p. 55).

A coordenação dos PDRI's na Bahia era dividida em duas secretarias estaduais: a Secretaria da Agricultura e a do Planejamento, ambas com suas respectivas cotas de projetos, até que essa coordenação foi unificada com a criação da CAR, uma empresa criada com essa finalidade específica, no âmbito da Secretaria do Planejamento.

---

<sup>7</sup> A Comissão Trilateral foi formada em 1973 pela iniciativa particular de cidadãos da Europa Ocidental, do Japão e da América do Norte para patrocinarem uma maior cooperação entre essas três regiões para lidar com os problemas comuns. Ela procura aprimorar a compreensão pública desses problemas, apoiar as propostas para tratá-los de forma conjunta e promover hábitos e práticas de trabalho conjunto entre essas regiões.

O PIDERP sendo um dos que receberam apoio do Banco Mundial junto com a contrapartida estadual, atendeu pequenos proprietários e trabalhadores sem terra na bacia do Rio Paraguaçu na Bahia.

Pimenta (2001) analisou a intervenção do Estado, realizada através desse projeto e avaliou os seus impactos, destacando que, malgrado as restrições político-institucionais encontradas, como a resistência em cumprir metas que ameaçassem as forças políticas dominantes, houve uma melhoria das condições socioeconômicas naquele espaço regional.

Outra iniciativa para o Nordeste, dessa feita contratada pelo Ministério da Integração Nacional, surgiu em 1994. Foi elaborado um projeto pelo IICA<sup>8</sup>; tratava-se do Projeto Áridas, que tinha como objetivo conceber uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Nordeste. Apesar de o Nordeste não ter alcançado o desenvolvimento sustentável pretendido, algumas propostas ali contidas merecem atenção; dentre as quais se destaca a interiorização das atividades do setor industrial.

Conforme Romão e Brasileiro (1994, p. 13),

A concentração industrial na Região, [...] começa, a partir destes anos 90, a sinalizar como sendo um obstáculo ao desenvolvimento harmônico e sustentável para a Região. Na prática o que se observa é uma reprodução do modelo de industrialização que se deu no país como um todo, isto é, com pólos bem definidos nos três principais estados do Sudeste, resultando no quadro de disparidades socioeconômicas que hoje se experimentam. O Nordeste, visto deste modo, tende a cristalizar um modelo de disparidades intra-regionais, cujos efeitos poderão assumir proporções mais graves que aquelas observadas no contexto nacional. A situação só sofrerá reversão à medida que uma efetiva estratégia de interiorização venha a ser posta em prática, deslocando-se para áreas, até o momento, pouco atrativas, para fins de localização industrial; tornando-as, ao invés disso, espaços privilegiados, e incentivados, para esse fim. O semiárido da Região, a despeito da imagem negativa que consolidou, representa um desses espaços, para o qual as atenções devem estar voltadas.

Assim, uma nova estratégia é proposta pelos referidos autores, de acordo com a ótica do crescimento econômico, com desenvolvimento social.

O que se requer, em síntese, é a definição de um Projeto Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Isso é fundamental para a modernização econômica, social e política do país, permitindo desconcentração de renda, ampliação do mercado de consumo de massa e redução da pobreza absoluta. (ROMÃO; BRAZILEIRO, 1994, p. 14).

Complementando, os citados autores informam que as diretrizes estratégicas delineadas pelo Projeto Áridas apontaram para prioridades como:

[...] a complementação e ampliação dos polos petroquímicos e cloro químicos da Bahia, Sergipe e Alagoas e do Complexo Minerometalúrgico do Maranhão bem

---

<sup>8</sup> O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA no âmbito do Projeto Áridas (1994), com a cooperação técnica e institucional dos Estados e do Governo federal.

como para a ampliação e consolidação – de modo competitivo – da produção agroindustrial regional, sobretudo aquela baseada na agricultura irrigada; dos minerais não metálicos selecionados; da modernização da indústria tradicional e da produção de bens de capital. (ROMÃO; BRAZILEIRO, 1994, p. 14).

Os obstáculos para a chegada dos benefícios dessa estratégia à maioria da população ficam explícitos quando se observa que as bases desse desenvolvimento, em termos de grupos sociais beneficiários não foram especificadas como também não foram propostas ações visando a valorização das iniciativas inerentes às frações endógenas de capital. Daí se deduz que, mesmo na hipótese da implementação integral dessas sugestões, o que, aliás, não ocorreu, o padrão concentrador seria mantido.

#### 3.3.1.1 O Crédito ao Agricultor Familiar como Evidência de Atraso e Desigualdade

O PRONAF, criado em 1996 para apoiar o agricultor familiar, teve sua aplicação concentrada nas regiões Sul e Sudoeste, como se observa nos números, a seguir.

Considerando a distribuição dos financiamentos por região, no período de 2001 a 2004, a região Sul recebeu o maior volume de recursos (R\$ 6,9 bilhões) e contratos (2,0 milhões), totalizando um valor médio dos contratos de R\$ 3.311,35. A região Sudeste vem em seguida, com um montante de R\$ 2,4 bilhões e 627,9 mil contratos e um valor médio de R\$ 3.752,66. A região Nordeste vem em terceiro lugar, em volume de financiamentos recebidos, com um montante de R\$ 2,3 bilhões, 1,5 milhão de contratos e um valor médio de R\$ 1.596,45. As regiões Centro-Oeste e Norte, embora com apenas 7,0% e 10,0%, respectivamente, do montante dos recursos financiados, apresentaram valor médio por contrato da ordem de quase R\$ 6.000,00; portanto, bem superiores às médias das demais regiões.

A região Sul continua sendo contemplada com um volume bem maior dos recursos em relação à região Nordeste, embora o Nordeste concentre cerca de 50,0% dos estabelecimentos familiares do País. Ademais, os valores médios contratados na região Nordeste são bem inferiores aos contratados na região Sul.

A concentração de recursos em grupos de faixas de renda mais elevadas também ratificam e favorecem o desequilíbrio espacial. Os grupos de maior abrangência (B e C), que respondem por quase 90,0% dos estabelecimentos familiares do País, receberam menores volumes de recursos e grande parte desses estabelecimentos está concentrada na região Nordeste.

### 3.3.2 A Porção Semiárida do Nordeste e o seu Potencial Produtivo

A predominância da ocupação litorânea do Brasil como um todo, é consenso entre os historiadores. A diversidade ambiental verifica-se quando se observa pelo menos cinco domínios geográficos: a Caatinga; a Mata Atlântica; o Agreste; o Cerrado; e a Pré-Amazônia. Cada um deles possui seus habitantes característicos decorrentes, tanto da conformação sociocultural quanto da ambiental.

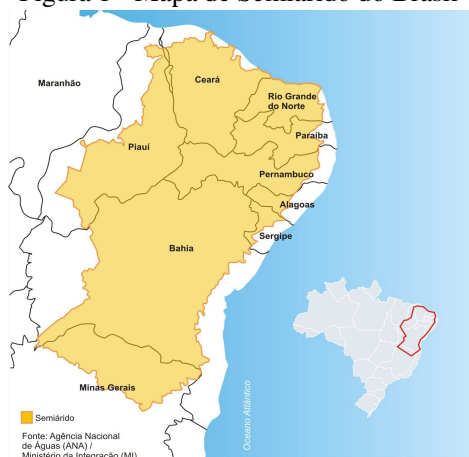
Quanto à concentração econômica, ela é o reflexo do processo de ocupação, e da inexistência ou ineficácia das estratégias de desconcentração.

A Bahia confirma essa concentração, e vai mais além, porque consegue ter uma situação mais grave. O PIB baiano, por exemplo, é concentrado nas regiões litorâneas.

O Semiárido brasileiro, que abrange 969.589,4 km<sup>2</sup>, compreende 1.133 municípios de nove estados do Brasil, e tem a maior parte do seu território coberto pela Caatinga, sendo, também chamado de sertão, e corresponde a 11,4% do território nacional.

Assim, numa visão panorâmica, contemporânea, identificam-se pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades. Figura 1, a seguir.

Figura 1 - Mapa de Semiárido do Brasil



Fonte: Ministério da Integração - Agência Nacional de Águas (ANA)

Os pontos fortes podem ser evidenciados pela existência de um expressivo número de organizações do movimento social<sup>9</sup>. Para uma região que aspira tornar-se sujeito de suas

<sup>9</sup>Uma grande parte dos movimentos sociais apóia e participa efetivamente da técnica do planejamento participativo e alguns Estados brasileiros acumulam experiências positivas nesse sentido, a exemplo de Rio Grande do Sul, Pará e Sergipe.

próprias ações, o papel dos movimentos sociais representa um avanço no seu processo de consciência da natureza de seus problemas.

Nesse caso, o planejamento participativo representa uma experiência extremamente positiva. Embora com dificuldades de comunicação, em função da precariedade das estradas, especialmente as vicinais, a distância relativamente curta entre os municípios garante uma aproximação geográfica e facilita a integração. Elevado potencial agropecuário - solos, rebanhos, acesso às vias de escoamento da produção, e proximidade de municípios de porte médio que se constituem mercado consumidor e fornecedor, de referência.

Os pontos fracos decorrem da desarticulação das entidades dos movimentos sociais; ausência de planejamento participativo; infraestrutura deficiente (estradas vicinais, energia, comunicação, etc.); ausência de envolvimento do poder público municipal na política territorial; dificuldades das prefeituras em promover projetos estruturantes e coerentes com o aproveitamento das potencialidades regionais; descumprimento por parte dos governos federal e estaduais dos compromissos relativos aos municípios, gerando descontinuidade e desmotivação; debilidade de receitas municipais, causando dependência de recursos de outras fontes diversas.

As oportunidades provêm da melhoria na oferta de cursos universitários presenciais e à distancia, decorrente da recente expansão dos mesmos, seja no âmbito público, seja no privado. A proximidade de portos, aeroportos, e de estradas de primeira linha que interligam o país; existência de polos agrícolas e industriais; existência de programas nacionais e estaduais de inclusão e geração de renda, mesmo carecendo de ajustes e de maior fiscalização.

As ameaças surgem com a desarticulação entre os territórios – para uma ação em rede, de âmbito estadual e federal; marco legal da Legislação Territorial (é impossibilitado ao colegiado territorial aplicar recursos para investimento, dentre outras dificuldades); ações estaduais e dos ministérios chegam ao território de forma desarticulada, assim como as ações das prefeituras; elevado desemprego e subemprego; acirrada competição por recursos públicos; escassez de recursos para acesso às novas tecnologias.

As restrições para o aproveitamento do potencial produtivo da porção semiárida do Nordeste é um dos motivos do atraso econômico dessa região, e contribuem para manter as diferenças de renda dentro do próprio Nordeste, no resto do País.

Suassuna (2007), apesar de afirmar que é o Instituto Nacional do Semiárido - INSA - em Campina Grande, PB, que tem o objetivo e as condições para fazer um diagnóstico dos recursos naturais dessa região, como se pode observar em seu programa de trabalho, ainda assim, apresenta uma breve caracterização.



O Semiárido brasileiro, também chamado de Sertão - cenário geográfico onde ocorrem as secas - abrange os seguintes estados: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e o Vale do Jequitinhonha, no norte de Minas Gerais. Estima-se nele uma população de cerca de 20 milhões de pessoas das quais, no exacerbar de uma seca, 10 milhões passam sede e fome. É uma região de elevadas temperaturas (média de 26° C), onde o regime pluvial é bastante irregular. A média pluviométrica anual oscila entre 400 e 800 mm, com volume anual precipitado estimado em cerca de 700 bilhões de m<sup>3</sup>. Os solos são geralmente rasos, pedregosos (escudo cristalino), com ocorrência de vegetação do tipo xerófila. Essas condições ambientais intrínsecas ao solo e ao clima servem de base para a sua classificação em zonas como as das caatingas, seridó, carrasco e agreste. As estiagens prolongadas ocorrem ciclicamente, trazendo efeitos nocivos para a economia da região e acarretando custos sociais elevadíssimos. (SUASSUNA, 2007, p. 1).

O autor citado, pensando conceitualmente em transformar a semiaridez em vantagem, opina que é indispensável ao Semiárido a ampliação de trabalhos que visem o tratamento adequado dos elementos biológicos – plantas e animais – afinados com a natureza peculiar do clima, e com a circunstância sociocultural da região.

Quanto à questão hídrica, Suassuna (2007, p. 2) comenta que há um mau aproveitamento dos recursos existentes, e afirma:

Cerca de 70% da superfície do Semiárido nordestino têm geologia cristalina. Nesse tipo de estrutura edáfica, os escoamentos superficiais são muito maiores do que a parte que se infiltra no solo. Essas características dos solos nordestinos resultaram em corridas desenfreadas para a construção de represas, visando ao armazenamento das águas para posterior aproveitamento. Estima-se atualmente, no nordeste seco, um quantitativo de cerca de 70.000 represas de pequeno, médio e grande porte. As represas da região acumulam um potencial de cerca de 37 bilhões de m<sup>3</sup>. É o maior volume represado em regiões semi-áridas do mundo. Apesar disso não há uma política, na região, que garanta o abastecimento eficiente de suas populações, principalmente daquelas localizadas de forma difusa. A malha de adutoras que permite o acesso das águas às populações é incipiente. O resultado disso é a existência de um número expressivo de famílias vivendo, em sua maioria, no entorno.

Suassuna (2008) destaca que há segurança hídrica no Semiárido nordestino porque tem muita água nas represas e no subsolo, inclusive nos estados que sofrem com o fenômeno da seca. Para o autor citado faltam apenas políticas públicas que permitam o devido acesso aos recursos hídricos.

Apesar de ser considerada uma das regiões semi-áridas mais chuvosas do planeta, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) estima volumes precipitados em sua superfície da ordem de 700 bilhões de m<sup>3</sup>/ano; as descargas anuais de seus rios, em direção ao oceano, registram baixas infiltrações em seus aquíferos; apenas cerca de 58 bilhões de m<sup>3</sup>, se forem comparadas aos volumes, anualmente, precipitados. Essa desproporção é causada não apenas pelas características geológicas existentes, mas principalmente pela intensa evaporação.

O potencial evaporemétrico da região é superior a 2.000 mm/anos, numa região em que chove, em média, até 800 mm. Desse potencial escoado, o homem maneja cerca de 27 bilhões de m<sup>3</sup>/ano, conforme citação de Isaiás Vasconcelos de Andrade, técnico aposentado da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no livro "Semiárido: manejo da água, abastecimento, agropecuária na pequena bacia hidrográfica". (ANDRADE apud SUASSUNA, 2008, p. 21).

O hidrogeólogo, e professor da Universidade de São Paulo (USP), exímio conhecedor das águas nordestinas, Aldo Rebouças (apud SUASSUNA, 2008, p. 22) afirma, em seus trabalhos, que

[...] bastaria a extração de apenas 1/3 desse volume escoado (dos 58 bilhões de m<sup>3</sup>/ano) para se ter água suficiente para o abastecimento de toda população nordestina atual. Seria o suficiente para atender cerca de 47 milhões de pessoas, com uma taxa de 200/litros/habitante/dia, além de irrigar mais de 2 milhões de hectares, com uma taxa de 7 mil m<sup>3</sup>/ha/ano. Na visão de Rebouças, existe água no Semi-Árido. Falta apenas o indispensável gerenciamento desse recurso para a satisfação das necessidades do seu povo. O intenso escoamento superficial existente no Semi-Árido motivou a construção de represas para a retenção do maior volume possível de água, impedindo ou dificultando a sua trajetória até o oceano. Diante da tarefa de maximizar o uso dessas águas, foram construídas na região, no último século, cerca de 70 mil represas (de pequeno, médio e grande porte), que acumulam um expressivo potencial volumétrico estimado em 37 bilhões de m<sup>3</sup>.

O autor, em questão, também considera relevante o que diz Manoel Bomfim (ex-diretor regional do Dnocs e da Codevasf) em *A potencialidade do Semiárido Brasileiro*.

Segundo ele, é o maior potencial represado em regiões semiáridas do mundo, e existem aproximadamente 14 a 15 mil represas plurianuais na região, que acumulam mais de 90% das águas existentes; suportam facilmente as grandes travessias estivais, mesmo com o uso continuado; e não secam jamais (BOMFIM, 2007 apud SUASSUNA, 2008, p. 22).

Por outro lado, a Fazenda Tamanduá é um bom exemplo do quanto a utilização da tecnologia pode valorizar o potencial produtivo. O seu proprietário, Pierre Landolt, conseguiu criar um sistema produtivo que constitui um exemplo para todo o semiárido. Esta fazenda está situada no Município de Santa Terezinha, próxima da cidade de Patos, estado da Paraíba, no Nordeste do Brasil.

Pedrão (2010, p. 20) ajuda a entender o limite das chances de sucesso das políticas públicas quando comenta que:

A possibilidade de construir políticas historicamente significativas para a região semi-árida depende de uma revisão profunda dos fundamentos da análise e das interpretações das transformações econômicas sociais ocorridas nesse meio. Os processos sociais que afetam a região semi-árida têm estado externamente determinados por movimentos de expansão de grandes capitais e de atualização do sistema de poder.

Uma estratégia de desenvolvimento para o Nordeste, para que seja internalizada em todas as instâncias do Governo<sup>10</sup>, teria que está em harmonia com a sociedade civil organizada do semiárido. Desse modo, uma estratégia deve ter como uma das suas primeiras características a formulação de propostas como produto de consultas e reivindicações da comunidade, em lugar das convencionais, feitas de cima para baixo, sem ouvir a comunidade.

Bacellar (2007) afirma que se um de grandes desafios centrais da região Nordeste é o semiárido, então, tem-se que investir na instalação, aqui, de uma estrutura de convivência com ele e não antagônica a ele. O pequeno pólo de produção de mel no Piauí, é um exemplo: embora não resolva o problema do Estado, está na direção certa. É uma das iniciativas que podem conviver com a realidade e a diversidade do semiárido.

Ainda, segundo Bacelar (2007), a diversidade regional exige múltiplos projetos produtivos, sem a grande ilusão na industrialização. O Brasil será um grande país industrial, mas será também uma potência agromineral, apoiada na evidência de que é um dos poucos países do mundo que pode dobrar a superfície cultivada. O Semiárido pode tirar partido da grande diversidade regional.

Roberto Malvezzi (2007 apud BOFF, 2008), através do livro *Semiárido: uma visão holística: Pensar o Brasil 2007* tem a melhor interpretação do processo prático-teórico que trata menos de seca e valoriza a convivência com o Semiárido, com todas as suas e características.

O eixo central é o de se compreender o Semiárido, como bioma; e a estratégia consiste em conviver com ele e não com a seca.

Tal bioma, chamado caatinga, recobre uma área de 1.037.00 km quadrados com rica biodiversidade. Na época da seca quase tudo hiberna. Mas basta chover, de setembro a março, para, em alguns dias, tudo ressuscitar com um verdor deslumbrante. Não há falta de água. Como média caem 750 mm/ano. É o Semi-Árido mais chuvoso do planeta. Mas pelo fato de o solo ser cristalino (70%), impedindo a penetração da água, acrescentando-se ainda a evaporação por insolação; perdem-se anualmente cerca de 720 bilhões de litros de água. Re coletada seria mais que suficiente para toda a região. (BOFF, 2008, p. 18).

O referido autor defende uma estratégia da convivência com o Semiárido, cujo objetivo deve ser o de

focar a vida nas condições socioambientais da região, em seus limites e potencialidades, pressupondo novas formas de aprender e lidar com esse ambiente para alcançar e transformar todos os setores da vida". Com efeito, os vários grupos que por lá atuam, utilizam o método Paulo Freire que consiste, fundamentalmente, em criar sujeitos ativos, autônomos e inventivos. Assim aprendem a aproveitar todos

---

<sup>10</sup> Não existe garantia para que isto ocorra porque o aparato governamental brasileiro possui baixos níveis de ação integrada.

os recursos que a caatinga oferece, utilizando tecnologias sociais de fácil manejo com o propósito de garantir a segurança alimentar, nutricional e hídrica através da agricultura familiar e de pequenas cooperativas. (BOFF, 2008, p. 19).

Boff (2008), inclusive, valoriza algumas alternativas para a solução do abastecimento, que estão em andamento, no Nordeste, implementadas a custos relativamente baixos.

Por outro lado, baseando-se nas premissas recomendadas pela CEPAL desde 1982, no atual contexto, ainda cabe propor que a política rural seja:

a) diferenciada, para cada tipo de sujeito: o apoio para o agricultor familiar deverá ser a base as políticas públicas facilitando o acesso aos vários serviços disponíveis, especialmente a pesquisa e o crédito rural e agroindustrial;

b) descentralizada, e desconcentrada no que diz respeito às atribuições a nível local das instituições, compondo redes produtivas que tenham a agricultura familiar como prioridade;

c) integrada e harmônica quanto à convergência de objetivos;

d) participativa, segundo a escala microrregional porque será atribuída representatividade às organizações dos agricultores;

e) orientada, para valorizar a segurança alimentar dos sujeitos da política agrícola;

f) auto-sustentada, no que diz respeito ao controle dos produtores de seus recursos para gerar a segurança alimentar;

g) sintonizada, com as boas práticas do manejo, equilíbrio e preservação ambiental.

Apesar de o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>11</sup>, já valorizar, através de algumas ações em andamento, as demandas organizadas do semi-árido, vale reafirmar a necessidade de:

i) Promover a integração entre o agronegócio e a agricultura familiar, contemplando todos os segmentos de produtores e de empreendedores rurais, e reforçando a necessidade dessa convivência;

ii) fortalecer as cadeias produtivas de modo a incorporar empreendimentos de economia solidária (EESs), a exemplo de cooperativas, associações, grupos de produtores e entidades afins;

---

<sup>11</sup> Um dos objetivos da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SAF/MDA é valorizar e divulgar o conceito de agricultura familiar como atividade econômica fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentado do meio rural.

iii) promover a inserção no mercado dos produtos oriundos de comunidades de agricultores/as familiares e de área reformadas, através de organizações associativas que representem os interesses das famílias rurais e suas comunidades.

Mas, inegavelmente, hoje, em todo o semiárido há um conjunto de experiências de iniciativas econômicas com relações de produção igualitárias, que vêm se tornando uma nova utopia, para os descontentes com a situação em que se encontram.

De fato, desde a década de 90, do século passado, que transformações tecnológicas, socioeconômicas e organizacionais em todo o mundo determinaram a poupança de força de trabalho com o chamado “fim dos empregos”.

Assim, os trabalhadores mais pobres, sem o apoio dos sindicatos, que estavam ocupados (ainda estão) apenas com as reivindicações do setor formal, e sem capacidade de mobilização, foram obrigados a buscar novas alternativas de sobrevivência.

A primeira saída foi a de apelar para o clientelismo ou assistencialismo; a segunda foi a violência; a terceira saída foi a economia solidária (CRUZ, 2006).

Esse processo de surgimento da economia solidária, então, ocorreu com um apelo mais forte no semiárido, uma vez que as alternativas de emprego formal são ainda mais escassas do que nos grandes aglomerados urbanos do litoral.

### 3.4 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA DESIGUALDADE NA BAHIA

Aqui foram abordados os principais indicadores, segundo a área temática da realidade social a que se referem, ou seja: demográficos; de emprego; de renda e insegurança alimentar; educação, saúde; saneamento e infraestrutura urbana e ambiental.

A pesquisa utilizou fontes federais, estaduais, e municipais, incluindo a análise das principais características da paisagem urbana e da rural, a partir de indicadores preparados por diversas instituições; inclusive organizações não governamentais.

Na essência, as informações provêm do diagnóstico contido no Plano Plurianual 2008-2011, elaborado em 2007, pela SEPLAN, do Governo da Bahia.

#### **a) Indicadores Demográficos**

Mudanças significativas ocorreram na população do Estado e a análise a seguir, demonstra a necessidade de se repensarem conceitos sobre políticas públicas, que refletem diretamente sobre o objeto de tais políticas.

A análise da evolução demográfica da população baiana revela significativas mudanças no seu ritmo de crescimento, na sua distribuição espacial e no seu perfil nas últimas décadas. A taxa de crescimento da população, tal como a do país, tem se apresentado declinante, tendência esta que deverá continuar nos próximos anos. Assim, enquanto entre 1980 e 1991 a população cresceu a uma taxa de 2,1% ao ano, no período 1991 a 2000 esta taxa declinou para 1,1% ao ano. Esta significativa queda do ritmo da taxa de crescimento demográfico está diretamente atrelada ao declínio da taxa de fecundidade do Estado. (SEPLAN, 2007, p. 25).

A elevação da esperança de vida, e a redução da mortalidade e da fecundidade indicam uma sociedade com uma nova cara.

[...] Os estudos demográficos indicam elevação da esperança de vida, redução da mortalidade e da fecundidade, com o declínio no número de filhos por mulher. A esperança de vida ao nascer experimentou um expressivo acréscimo ao passar de 59,7 anos em 1980 para 71,4 anos em 2005. Estes processos resultaram em mudanças significativas na pirâmide etária da população baiana, refletindo num acelerado processo de envelhecimento populacional. A partir de uma estrutura, em 1980, com uma base alargada e um topo estreito, a pirâmide etária baiana tem sofrido uma redução na participação das primeiras faixas etárias e um aumento nas faixas etárias superiores. As mudanças na composição etária da população têm importantes significados na formulação das políticas públicas. Verifica-se um arrefecimento da pressão por políticas dirigidas à infância, como oferta de educação infantil e fundamental, além da saúde materno-infantil. Embora haja uma grande demanda não atendida, especialmente do ponto de vista qualitativo, a redução da pressão demográfica aumenta a capacidade de atendimento e de efetividade das políticas públicas com base na estrutura existente que, entretanto, precisa ser recuperada. Novas demandas são localizadas e periféricas ao parque infra-estrutural existente. (SEPLAN, 2007, p. 25).

O ensino médio e o universitário, diante dos novos índices, indicam um aumento da demanda pela chegada de numerosos contingentes.

Os contingentes numerosos que ingressam na população em idade ativa (nascidos antes do declínio mais expressivo do nível de fecundidade) exercerão pressão nas redes de ensino médio e universitário. De fato, em que pese o crescimento decorrente da melhora no fluxo escolar e na redução do abandono, o expressivo aumento no número de alunos matriculados no sistema de Ensino Médio da Bahia – de 213 mil em 1991 para 722 mil em 2006 – reflete a pressão de origem demográfica. A pressão na rede de ensino superior também continuará crescendo sistematicamente, principalmente em função dos contingentes numerosos de egressos do Ensino Médio. Com efeito, no ano de 2005, na Bahia, apenas cerca de 5% das pessoas com 25 anos de idade ou mais possuíam 12 anos ou mais de estudo. (SEPLAN, 2007, p. 27).

A demanda por empregos também será elevada, o que obriga a concepção de um sistema de geração de empregos que reduza a subutilização da força e da ociosidade.

No âmbito do mercado de trabalho, a pressão de origem demográfica ainda se fará presente durante anos, constituindo-se em efeito de caráter duradouro. Isto ocorre porque este crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) atual é resultante dos tempos de alta fecundidade ocorridos no passado. Este processo irá manter-se, embora com uma intensidade cada vez menor, até o final da presente década. Ou seja, pelo lado da oferta, o desafio será o de conviver com uma pressão, de origem demográfica, por mais empregos pelo menos até o ano 2020, embora haja a expectativa que esse fenômeno já comece a se atenuar na segunda metade da atual década. (SEPLAN, 2007).

O Censo Demográfico 2000 registrou 13,06 milhões de habitantes na Bahia e com isto o Estado manteve-se como o mais populoso do Nordeste, e o quarto do País, abrigando 28,1% da população nordestina; e 7,7% da população brasileira.

Dentre os residentes, cerca de 60,0% da população eram pardos; 25,2%, brancos; 13,0%, pretos; 0,5%, indígenas; e 0,2%, amarelos.. Portanto, 73,0% são pretos e pardos; um percentual que se constitui no maior, do País.

O crescimento da população registrou uma redução que era de 2,09% na década de 1980, e caiu para 1,08 no período 1981/2000. Tabela 2.

Tabela 2 – Indicadores Demográficos da Bahia, 1980 - 2000

| Discriminação                          | 1980      | 1991       | 2000       | 1980/1991                   | 1991/2000                   |
|--|-----------|------------|------------|-----------------------------|-----------------------------|
|  |           |            |            | Taxa de crescimento (a.a.%) | Taxa de crescimento (a.a.%) |
| População total                        | 9.454.346 | 11.867.991 | 13.070.250 | 2,09                        | 1,08                        |
| Urbana                                 | 4.660.304 | 7.016.770  | 8.772.348  | 3,79                        | 2,51                        |
| Rural                                  | 4.794.042 | 4.851.221  | 4.297.902  | 0,11                        | -1,34                       |
| Grau de urbanização (%)                | 49,3      | 59,1       | 67,1       | -                           | -                           |
| Taxa de fecundidade total              | 6,2       | 3,61       | 2,5        | -                           | -                           |
| Esperança de vida ao nascer (anos) (*) | 58,8      | 64,7       | 67,7       | -                           | -                           |

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000; IBGE / DPE / DEPIS. Projeções Populacionais: Brasil e Grandes Regiões, 1997. SEI / IBGE. Projeções de População por Sexo e Idade. Bahia 1991 - 2020. Série Estudos e Pesquisas, 1999.

Nota: (\*) Em 2000, indicadores implícitos nas projeções de população por sexo e idade. Bahia 1991 - 2020.

## b) Indicadores de Emprego

Apesar do aumento da importância dos novos cultivos como soja e mamão as culturas tradicionais intensivas em mão-de-obra se mantêm e até se expandem, dentro do sistema latifúndio/minifúndio e/ou combinando pecuária com lavoura. Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 - Proporção de pessoas ocupadas de 10 anos de idade, ou mais, segundo os ramos de atividade econômica na Bahia, 1992-1999

|  | 1992  | 1999  |
|--|-------|-------|
| Distribuição % dos Ocupados                |       |       |
| Ramos de atividade econômica               |       |       |
| Agrícola                                   | 47,6  | 44,1  |
| Indústria de transformação                 | 5,8   | 6,0   |
| Indústria da construção                    | 5,3   | 6,0   |
| Outras atividades industriais              | 1,7   | 1,1   |
| Comércio de mercadorias                    | 11,4  | 11,8  |
| Prestação de serviços                      | 14,0  | 14,1  |
| Serviços auxiliares da atividade econômica | 1,6   | 2,2   |
| Transporte e Comunicação                   | 2,5   | 2,9   |
| Social                                     | 6,1   | 7,1   |
| Administração Pública                      | 2,8   | 3,5   |
| Outras atividades                          | 1,2   | 1,1   |
| Total                                      | 100,0 | 100,0 |

Fonte: IBGE – PNAD

Quanto aos padrões migratórios, as características anteriores têm possibilitado a recorrência de estratégias de sobrevivência que incluem a saída, por um período, de alguns membros das famílias, em busca de trabalho que garanta os recursos necessários à sobrevivência e à manutenção da condição de proprietário. É um padrão migratório adotado pelos baianos há décadas e cujos resultados têm sido uma maior retenção da população nas áreas rurais (SEI, 2000).

A população continua concentrada em poucos municípios. O município da capital, com 2,4 milhões, concentra 18,7% da população estadual, sendo seguido, de longe, por Feira de Santana (480 mil habitantes). No outro extremo, situa-se Catolândia, o município menos populoso da Bahia, com pouco mais de 3 mil residentes, acompanhado de mais sete que sequer ultrapassam a marca dos 5 mil habitantes.



O desemprego, o subemprego e a informalidade continuam presentes entre a população baiana. Sem contar o subemprego, existem outras formas flexíveis e precárias do mercado do trabalho. Como formas adicionais de desigualdade no Brasil os negros e pardos ganham, em média, 40 a 50% menos do que os brancos; (étnica), e os homens recebem, em média, um salário superior ao das mulheres; (de gênero). O expressivo contingente formado por desempregados e subempregados constitui o efeito concreto do modelo de industrialização da Bahia.

É importante destacar que no ano 2000, segundo IBGE/PNAD (2006), cerca de 31,7% da população ocupada situava-se no setor primário, o qual era responsável por apenas 10,7% do PIB baiano. Enquanto que o setor secundário que respondia por 41,1% do PIB ocupava apenas 14,6% da população ocupada. O setor terciário que respondia pela maior fatia do PIB, (48,2%) ocupava 52,8% da população ocupada.

Dentre os baianos ocupados, 41,3% situavam-se na condição de *empregados* em 1992, sendo que essa proporção reduziu-se para 40,9% em 1999, conforme Tabela 4. O trabalho por conta-própria era a segunda categoria que contava com mais trabalhadores no Estado, representando cerca de 28,0% da estrutura ocupacional, tanto em 1992 quanto em 1999.

A elevada participação dos trabalhadores no setor agrícola faz com que o trabalho não remunerado seja ainda bastante representativo na Bahia. Os não remunerados representaram cerca de 18,7% do total de ocupados baianos nos anos de 1992 e 1999.

Tabela 4 - Proporção de pessoas ocupadas de 10 anos de idade, ou mais, segundo a posição de ocupação Bahia, 1992-1999

|  | 1992  | 1999  |
|--|-------|-------|
| Distribuição % dos Ocupados            |       |       |
| Posição na ocupação                    |       |       |
| Empregados                             | 41,3  | 40,9  |
| Trabalhadores domésticos               | 4,9   | 5,4   |
| Trabalhadores por conta própria        | 28,0  | 28,2  |
| Empregadores                           | 2,3   | 3,0   |
| Não remunerados                        | 18,8  | 18,7  |
| Trab. Na produção p/ o próprio consumo | 4,5   | 3,7   |
| Trab. Na produção p/ o próprio uso     | 0,2   | 0,1   |
| Total                                  | 100,0 | 100,0 |

Fonte: IBGE/ PNAD, 2006.

Quanto à qualidade do emprego assalariado, o crescimento da proporção do emprego sem registro aumentou 16,2%, em apenas sete anos, passando a representar 52,9% do total do emprego assalariado existente na Bahia, em 1999 (em 1992 essa proporção era de 50,8%), conforme Tabela 5, a seguir.

O trabalho sem carteira assinada e o trabalho autônomo vêm se ampliando, o que confirma uma das maiores transformações no mercado de trabalho brasileiro na última década do século XX.

Tabela 5 – Pessoas empregadas de 10 anos de idade, ou mais, segundo a forma de inserção no emprego na Bahia, 1992 – 1999

| <b>Distribuição % dos Ocupados</b> | <b>1992</b> | <b>1999</b> |
|------------------------------------|-------------|-------------|
| <b>Formas de inserção</b>          |             |             |
| Empregados                         | 100,0       | 100,0       |
| Com carteira assinada              | 43,4        | 38,5        |
| Func. Púb. Estat. e Militares      | 5,7         | 8,6         |
| Outros (*)                         | 50,9        | 52,9        |

Fonte: IBGE/ PNAD, 2006.

Nota: (\*) Todos aqueles que declararam não possuir vínculo formal do emprego

Examinando os níveis de instrução dos trabalhadores baianos verifica-se que a expressiva redução de 12 pontos percentuais, observada ao longo da década de 1990, cerca de 25,0% dos trabalhadores estavam situados no grupo dos sem instrução e menos de 1 ano de estudo, em 1999. Ademais, 76,0% não alcançaram oito anos de estudo; ou seja, não possuíam sequer o ensino fundamental e apenas 2,4% possuíam 15 anos ou mais de estudo (nível superior). Entre os ocupados com 10 anos ou mais de idade, o nível de escolaridade média dos baianos apresentava-se muito baixo em 1999, sendo de apenas 4,3 anos de estudo.

A dinâmica demográfica vem exercendo pressão sobre o mercado de trabalho metropolitano. Apesar da redução da taxa de crescimento da população total da RMS (de 3,19% ao ano na década de 1980 para 2,13% entre 1991/2000), excedentes estruturais de mão-de-obra continuam se ampliando.

Considerando o período mais recente, ou seja, 1996/2000, a taxa de crescimento foi da ordem de 2,74% ao ano — bastante superior às taxas observadas nas regiões metropolitanas do Recife (1,92%), São Paulo (1,84%) e Rio de Janeiro (1,63%). A população em idade ativa continua crescendo também, ainda em taxas elevadas (2,3% ao ano entre 1992 e 1999). As principais razões são:

i) Contingentes numerosos de população, nascidos antes da acentuação da queda da fecundidade, estão chegando à idade de trabalhar; atingindo os grupos etários onde são mais elevadas as taxas de atividade;

ii) a redução dos níveis de mortalidade e o aumento da esperança de vida (que cresceu de 64,7 anos em 1991 para 67,7 anos em 2000) contribuem para aumentar o estoque de pessoas em idade ativa;

iii) o fator imigração contribuindo para aumentar a pressão sobre o mercado de trabalho regional. Em 1992 cerca de 34,3% da PIA eram compostas por *não naturais*. Já em 1999, tal proporção alcançava 37,2%.

Além desses fatores, a PEA também vem se incrementando fortemente também em função do aumento taxa de participação feminina, que cresceu significativamente de 43,8% para 54,4% da força de trabalho entre 1992 e 1999.

### c) Indicadores de Renda e Insegurança Alimentar

O Instituto de Pesquisa de Economia Avançada (IPEA) divulgou resultados em maio de 2008, da pesquisa preparada para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), como subsídio à discussão sobre a reforma tributária, que comprovam que 10% da população brasileira detêm 75,4% de todas as riquezas do país.

Essa pesquisa, então, comprova que a concentração de renda no Brasil situa-se entre as maiores do mundo, e contribui de forma decisiva para o aumento da violência e da criminalidade em geral

Ainda segundo o IPEA (2008), nas três maiores capitais brasileiras em população, essa concentração assim se apresenta: em São Paulo, 10% da população detêm 73,4% da renda; em Salvador, 67%; e no Rio de Janeiro, 62,9%. Conforme se observa na Tabela 6, a renda média na ocupação principal das pessoas de 15 anos e mais alcançava, em 2005, R\$ 394,00, e equivalia a 56% da média nacional

Tabela 6 – Comparativo Bahia Brasil de Renda Média e de Renda Domiciliar per capita em 2005

| Discriminação | Renda média na ocupação                      |  |
|---------------|--|--|
|               | principal de pessoas de 15 anos e mais (R\$) | Renda Domiciliar per capita mais (R\$) |
| Bahia         | 394,00                                       | 297,00                                 |
| Brasil        | 704,00                                       | 511,00                                 |
| Bahia/Brasil  | 56%  | 58%                                    |

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA (2007).

É grave se destacar que 55,8% dos baianos residiam em domicílios onde se verificava algum tipo de insegurança alimentar.

A renda média na ocupação principal das pessoas de 15 anos e mais alcançava, em 2005, R\$ 394,00, equivalendo a 56% da média nacional. No que diz respeito à renda domiciliar per capita, tem-se que na Bahia, no mesmo ano, ela alcançava R\$ 297,00 contra R\$ 511,00 no Brasil. Em 2005, o percentual de pobres e indigentes, calculando este indicador a partir da renda monetária, embora declinante desde a década de 90, alcançava, respectivamente, 50% e 20,8%, valores bem maiores que a média nacional, de 29,5%, no caso da taxa de pobreza, e de 11%, quanto à taxa de indigência. O levantamento sobre segurança alimentar incluído na PNAD 2004 revelou que 55,8% dos baianos residiam em domicílios onde se verifica algum tipo de insegurança alimentar, ou seja, alguma forma de restrição quantitativa ou qualitativa ao acesso a alimentos. Nos domicílios com insegurança alimentar grave residiam 1.895.416 pessoas, ou seja, 13,8% da população do Estado. Já as situações de insegurança alimentar moderada e leve envolviam, respectivamente, 22,4%, e 19,5% da população baiana. A comparação com os dados nacionais evidencia que a prevalência da insegurança alimentar é mais significativa nas regiões Nordeste e Norte que no resto do país. O Nordeste apresentava o maior percentual de pessoas com insegurança alimentar (58,9%), seguido da região Norte com 51,9%. (IPEA, 2008, p. 6).

Segundo o *Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador* (Nota 04, APÊNDICE A), a desigualdade é tão intensa que, se fosse um país, a Região Metropolitana de Salvador teria a segunda pior distribuição de renda do mundo, atrás apenas da Namíbia, segundo o Índice de Gini / indicador de desigualdade de renda, que varia de 0 a 1; sendo 0 uma situação na qual toda a população possuísse uma renda equivalente, e 1 se apenas uma pessoa detivesse toda a riqueza do país. O índice da RMS é de 0,660, maior que o do Brasil (0,580) e de Lesoto (0,632), e menor que o da Namíbia (0,743).

A UDH - ITAIGARA (Salvador), próxima à orla, possui os melhores índices, onde a renda per capita é de R\$ 2.135,54 (em valores de 2000). Esse montante é 2.475% maior que a renda da UDH mais pobre em Salvador (COUTOS-Fazenda Coutos, Felicidade), que fica na parte mais ao norte da baía de Todos os Santos, e abriga moradores que ganham, em média, R\$ 82,94 por mês.

#### **d) Indicadores de Educação**

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE (2006), qualificou de analfabetos funcionais os indivíduos que possuíam menos de quatro anos completos de estudo.

Na Bahia, quando o analfabetismo é analisado sob essa perspectiva, percebe-se que a situação do estado é muito mais grave do que aquela revelada pelo indicador tradicional. De fato, em 1992, mais da metade (57,7%) dos baianos com 15 anos ou mais de idade foram

considerados como analfabetos funcionais; percentual bastante superior ao do Brasil (36,9%), e 2,5 pontos percentuais, maior que o correspondente ao Nordeste (55,2%).

Vale ressaltar que a Bahia apresentava uma condição de inferioridade frente à maioria dos estados nordestinos, possuindo a terceira pior taxa do país — apenas os Estados do Maranhão e Piauí possuíam taxas mais elevadas. Em 1999, apesar da redução de 9,4 pontos percentuais da taxa - que passou para 48,3% - a Bahia continuou ocupando o mesmo 3º lugar no ranking nacional.

No tocante à população de analfabetos funcionais na zona rural em 1992, a Bahia ocupava a preocupante liderança do ranking nacional com uma taxa de 83,1%. Isto significa dizer que somente uma pequena parcela (16,9%) dos baianos da zona rural, com 15 anos ou mais de idade enquadravam-se nos critérios definidos pela UNESCO, para o indivíduo que possui o domínio de habilidades em leitura, escrita, cálculos e ciências correspondentes a uma escolaridade mínima de quatro séries completas (antigo ensino primário). No referido ano, a taxa de 83,1% apresentava-se muito superior às taxas nacional (64,3%), Nordeste (78,3%) e de outros estados nordestinos como Ceará (83,0%) e Rio Grande do Norte (67,8%).

No final da década de 1990, ou seja, em 1999, a Bahia continuava ocupando o primeiro lugar no *ranking* nacional, desta vez com uma taxa de 72,6%, ainda muito superior à do Nordeste (67,1%) e do Brasil (53,7%). Vale destacar que apenas a Bahia e o Piauí possuíam taxas de analfabetismo funcional superiores à alarmante proporção de 70,0%.

Outro dado importante, que contribui para a construção e entendimento do cenário da educação do Estado, refere-se à escolaridade média da população. Na região Nordeste, em 1992, somente dois estados (Maranhão e Piauí) apresentavam taxas inferiores às da Bahia, que apresentava a 3ª menor média de anos de estudo (3,3) da população de 10 anos ou mais de idade, situando-se num patamar inferior inclusive ao da média nordestina (3,5 anos de estudo). Em 1999, apesar de a média ter crescido para 4,2 anos de estudo, a Bahia continuava entre os três estados de menor escolaridade média do País, e ainda abaixo, tanto do nível da região Nordeste (4,3) quanto do total nacional, que era de 5,8 anos de estudo; isto é, 1,5 anos a mais.

Observando-se a Tabela 7, verifica-se que a Bahia apresentava uma taxa de repetência de 33,2% em 1999; valor superior ao da média nacional (23,4%), e de outros Estados nordestinos com mais vigor econômico, tais como, Ceará (26,7%) e Rio Grande do Norte (32,2%). A análise do indicador de abandono escolar esclarece ainda mais as contundentes problemáticas do sistema educacional baiano. Em 1999, a taxa de abandono do ensino

fundamental no Estado alcançava uma proporção alarmante de 19,6%, e se constituía na segunda pior do País, sendo inferior apenas à taxa verificada em Alagoas (21,6%).

Tabela 7 – Indicadores de Desempenho do ensino Fundamental Brasil e Unidades da Federação do Nordeste, 1999.

| % Unidades da Federação do Nordeste e Brasil | Taxa de Promoção | Taxa de Repetência | Taxa de Evasão | Taxa de Abandono |
|--|------------------|--------------------|----------------|------------------|
| Brasil                                       | 72,7             | 23,4               | 3,9            | 12               |
| Maranhão                                     | 58,5             | 34,8               | 6,8            | 15,5             |
| Piauí  | 52,3             | 41,2               | 6,5            | 15               |
| Ceará  | 69,3             | 26,7               | 4              | 12,6             |
| Rio Grande do Norte                          | 64,2             | 32,2               | 3,6            | 17               |
| Paraíba                                      | 58,6             | 35,9               | 5,5            | 17,5             |
| Pernambuco                                   | 62,1             | 32,8               | 5,1            | 16,6             |
| Alagoas                                      | 51,5             | 43                 | 5,5            | 21,6             |
| Sergipe                                      | 57,9             | 37                 | 5,1            | 16,7             |
| <b>Bahia</b>                                 | <b>61,3</b>      | <b>33,2</b>        | <b>5,5</b>     | <b>19,6</b>      |

Fonte: UNICEF – Relatório Situação da Infância Brasileira (2001).

As elevadas magnitudes alcançadas por estes indicadores — juntamente com a taxa de evasão alcançada (5,5%) — contribuem para o nefasto processo de defasagem idade/série, fenômeno largamente presente nas escolas da Bahia (e do país como um todo) e principal responsável pelo travamento do fluxo escolar.

De acordo com as informações do Censo Educacional realizado pelo MEC/INEP (1999), a Bahia possuía em 1999 a maior taxa de defasagem idade/série do país (66,6%) no ensino fundamental, ou seja, a maior proporção de estudantes de 7 a 14 anos de idade que não freqüentam a série adequada à sua idade.

Esta defasagem é decorrente da continuidade do ponto crítico no fluxo escolar que é a passagem da 1ª para a 2ª série e da 4ª para a 5ª série do ensino fundamental, seja por motivos de abandono, evasão ou repetência. Embora a ocorrência desses motivos seja menor do que no início da década, ainda constituem um forte fator de preocupação.

Embora o ensino fundamental esteja praticamente universalizado graças aos investimentos em educação realizados nas últimas décadas, sobretudo graças ao FUNDEF, persistem graves problemas de evasão e repetência que não garantem a permanência do aluno na escola.

Com os investimentos em educação realizados nas últimas décadas, sobretudo graças ao FUNDEF, o ensino fundamental está praticamente universalizado. Segundo os dados do Censo Escolar de 2005, 2.879.669 alunos freqüentam o ensino fundamental formal, sendo a rede municipal responsável por 73,8% deste contingente e a rede estadual por 18,7%. A Taxa de Atendimento das pessoas de 7 a 14 anos indica, para 2005, que 97,8% dos jovens estavam matriculados na rede de ensino. Entretanto, quando se compara este dado com a Taxa de Escolarização, verifica-se que parte significativa dos alunos está em nível inadequado. Assim é que enquanto a taxa de escolarização bruta do ensino fundamental (a relação entre o total de alunos matriculados nesta modalidade de ensino e a população de 7 a 14 anos) é de 129,6%, a taxa líquida (a relação matrícula de alunos na faixa de 7 a 14 anos e a população na mesma faixa etária) é de 94,7%. Isto significa que muitos alunos não logram aprovação, permanecendo no ensino fundamental além da idade adequada. (MEC/INEP, 1999, p. 8).

A diminuição relativa dos grupos de idade até os 14 anos é um fenômeno que reduz a pressão para a criação de vagas no ensino fundamental.

Deve-se destacar o fato de que a população até 14 anos de idade decresceu em termos absolutos entre os anos 2000 e 2005. No ensino médio regular estão matriculados 722.817 alunos. Ao contrário do ensino fundamental, a rede estadual é o principal ofertante de vagas nesta modalidade, com 633.625 matrículas contra 35.341 da rede municipal e 49.915 da rede particular. A Taxa de Atendimento na faixa etária de 15 a 17 anos em 2005 era de 88,7%. As taxas de escolarização bruta e líquida, por sua vez, eram respectivamente, 83,4% e 27,15%. Isto significa que o acesso ao ensino médio, apesar da expansão nos últimos anos, ainda é baixo, seja pela permanência dos alunos no ensino fundamental, seja pelo abandono escolar. Esses dados apontam para o grave problema de evasão e repetência. Assim, embora, no que diz respeito ao acesso, o ensino fundamental esteja próximo à universalização e tenha havido um grande avanço do ensino médio, ainda não está garantida a permanência do aluno na escola. Assim, é que 14,9% dos alunos do ensino fundamental, e 20,9% dos alunos do ensino médio abandonam a escola. (MEC/INEP, 1999, p. 8).

#### **e) Indicadores de Saúde**

O direito do cidadão e o dever do Estado conforme garante a Constituição Brasileira ainda não é uma realidade na Bahia uma vez que o atendimento à saúde da população baiana ainda é precário.

O atendimento à saúde da população baiana ainda é precário, no que se refere à atenção básica de saúde. Os indicadores nacionais do Ministério da Saúde/Datasus incluem o estado entre os com pior desempenho, inclusive entre os estados do Nordeste. No Estado da Bahia, o Programa de Saúde na Família – PSF cobria em 2006 apenas 50% da população baiana. O número de consultas médicas nas especialidades básicas foi da ordem de apenas 1,2 consulta/ habitante em 2005, enquanto que a assistência ao pré-natal deixou quase 10% de gestantes sem consulta até o dia do parto, o que resulta também no registro do maior número de nascidos vivos com baixo peso: em torno de 8% em 2003. Os últimos levantamentos indicam ainda que a população baiana tem a maior taxa de incidência de tuberculose pulmonar positiva, 32% em 2003. Estes dados colocam os indicadores de saúde do Estado abaixo da média nacional e do nível de atendimento estabelecido pela OMS - Organização Mundial de Saúde. (IBGE/PNAD, 2006, p. 21).



## f) Indicadores de Saneamento e Infraestrutura Urbana

A oferta de infraestrutura social básica avançou significativamente nos últimos anos.

Um serviço que avançou significativamente nos últimos anos foi a oferta de infraestrutura social básica, representada, por exemplo, por saneamento básico, energia elétrica, coleta de lixo e telefonia. Nestes casos, ao lado de significativa expansão desses serviços nas áreas urbanas, verificam-se ainda expressivos déficits nas áreas rurais. (IBGE/PNAD, 2006, p. 21).

De fato, os números relativos aos déficits nas áreas rurais são preocupantes. Apenas 31,7% dos domicílios estavam ligados à rede de abastecimento d'água; 9,2% domicílios à rede de esgotamento sanitário; e 17,4% se beneficiavam da coleta de lixo.

A oferta de água através de rede geral de abastecimento alcançou 75,1% dos domicílios em 2005. Entretanto, enquanto na área urbana o serviço atendia a 94,6% dos domicílios, nas áreas rurais a cobertura era de apenas 31,7%. No caso de domicílios ligados à rede de esgotamento sanitário ou fossa séptica - descartadas outras formas de destinação dos dejetos - a cobertura era de 49% no Estado, 66,6% nas áreas urbanas e de apenas 9,2% nas áreas rurais. Já a coleta de lixo, que beneficia a 71,4% de todos os domicílios do Estado e a 95,6% dos domicílios urbanos, atinge apenas a 17,4% dos domicílios rurais. O acesso à energia elétrica, que atende a 91,1% dos domicílios, está praticamente universalizado nas áreas urbanas, com 99% dos domicílios atendidos. No entanto, na área rural, ainda subsistem 32,1% de domicílios que não dispõem desta comodidade. (IBGE/ PNAD, 2006, p. 22).

No início da década de 1990, apenas a metade dos domicílios baianos (50,6%) tinham televisão, sendo que em 2000 esse percentual evoluiu expressivamente para 73,5%, de acordo com a Tabela 8. A mesma tendência de crescimento observa-se entre a proporção de domicílios que tinha rádio (de 71,5% para 81,6%), geladeira ou freezer (de 47,1% para 60,5%) e máquina de lavar roupa (de 4,6% para 10,1%).

A expansão da proporção dos domicílios, com bens duráveis, durante a década de 1990, ocorreu de forma generalizada em todo o país, estando diretamente associada ao processo de estabilização monetária, ampliação da oferta de crédito às camadas mais populares e ao barateamento relativo dos bens.

A posse de forno de microondas era privilégio de apenas 6,6% das moradias baianas em 2000, enquanto que a proporção daqueles que possuíam videocassete alcançava 18,8%. Em função da redução dos preços e da expansão da oferta dos serviços de telefonia, a proporção de domicílios com linha telefônica instalada dobrou de 10,5% em 1991 para 23,1% em 2000.

O serviço de iluminação elétrica apresentou expansão de quase 12 pontos percentuais durante a década de 1990 ao passar de 70,8% em 1991 para 82,6% em 2000. Apesar desse desempenho favorável, ainda resta o desafio de levar esse serviço essencial para cerca de 552 mil moradias no Estado.

O microcomputador estava presente em apenas 4,9% dos domicílios baianos no ano de 2000, o que configura um quadro do que se convencionou chamar de *exclusão digital*.

Tabela 8 – Domicílios Particulares Permanentes por Alguns Serviços e Bens Duráveis Existentes nos Domicílios da Bahia, 1991 – 2000

| Bens Duráveis e Serviços      | 1991             | 1991 % | 2000             | 2000 % |
|-------------------------------|------------------|--------|------------------|--------|
| Televisão                     | 1.272.905        | 50,6   | 2.330.548        | 73,5   |
| Rádio                         | 1.797.497        | 71,5   | 2.587.106        | 81,6   |
| Geladeira ou freezer          | 1.183.696        | 47,1   | 1.918.472        | 60,5   |
| Máquina de lavar roupa        | 116.011          | 4,6    | 320.742          | 10,1   |
| Linha telefônica instalada    | 264.051          | 10,5   | 730.728          | 23,1   |
| Automóvel para uso particular | 237.947          | 9,5    | 489.267          | 15,4   |
| Aparelho de ar condicionado * | -                | -      | 109.773          | 3,5    |
| Forno de microondas*          | -                | -      | 208.507          | 6,6    |
| Videocassete *                |                  |        | 596.416          | 18,8   |
| Microcomputador *             |                  |        | 154.155          | 4,9    |
| Iluminação elétrica           | 1.780.505        | 70,8   | 2.616.433        | 82,6   |
| Coleta de Lixo                | 1.036.571        | 41,2   | 1.964.097        | 62     |
| <b>Total de Domicílios</b>    | <b>2.511.667</b> | -      | <b>3.170.403</b> | -      |

Fonte: IBGE (2002).

Nota: \* Bens cuja posse não foi investigada em 1991.

Em 2005, registrou-se alguma melhoria: a rede geral de água no Estado cobria 75,1%. A rede coletora ou fossa séptica era 49,0%. A Coleta de lixo era 71,4%. A energia elétrica 91,2%. Observe-se na Tabela 9, a seguir.

Tabela 9 - Domicílios com acesso a infraestrutura básica (%). Bahia, 2005

| Área                           | Bahia | Urbana | Rural |
|--------------------------------|-------|--------|-------|
| Domicílios Atendidos           |       |        |       |
| Rede geral de água             | 75,1  | 94,6   | 31,7  |
| Rede coletora ou fossa séptica | 49,0  | 66,6   | 9,2   |
| Coleta de lixo                 | 71,4  | 95,6   | 17,4  |
| Energia elétrica               | 91,2  | 99,0   | 74,0  |

Fonte: IBGE/PNAD (2006).

### **g) Indicadores Ambientais**

A deficiência dos serviços de infraestrutura social básica vem gerando desequilíbrios ambientais e a poluição dos rios e lagoas em todo o Estado, enquanto o desmatamento e a exploração predatória dos recursos naturais vêm afetando a fauna e a flora.

Como em outros Estados, na Bahia se verifica a presença de esgoto a céu aberto que é a degradação ambiental mais frequente no Brasil, superando inclusive o desmatamento e as queimadas. Ainda, observa-se, na maioria das cidades baianas, o lançamento de dejetos em fossas abertas, rios, lagoas ou mesmo nas ruas, provocando doenças e muitas vezes a morte das pessoas mais debilitadas. O comum é a ausência de usinas de lixo e a presença de lixões.

Especificamente na capital Salvador e entorno, o processo de urbanização vem ocorrendo de forma acelerada com tendência à ocupação subnormal nas áreas periféricas. Tal fato, aliado a fatores outros como disposição de resíduos sólidos e efluentes, têm colocado em risco os mananciais de abastecimento (incluindo o lago de Pedra do Cavalo), para uma população que abrange quase que 50% do total do Estado, e constitui-se ponto de maior concentração do PIB.

De acordo com a SERH, em estudo realizado em 2006, (Nota 05, APÊNDICE A) entre os principais problemas relativos ao uso dos recursos hídricos no estado da Bahia, os mais relevantes se encontram descritos abaixo:

**i) mananciais** - políticas de preservação e recuperação de mananciais, em áreas densamente povoadas, como Salvador, assumem caráter de urgência, mesmo que o problema ainda não tenha se manifestado da forma dramática, e que já assumiu em locais como São Paulo e Recife. A disponibilidade de água, tanto em quantidade como em qualidade, é um dos principais fatores limitantes ao desenvolvimento das cidades.

**ii) lago de Pedra do Cavalo** - localizado no limite dos trechos médio e baixo da bacia hidrográfica do rio Paraguaçu, principal recurso hídrico superficial do Estado, com área de reservatório - cota 120m de 163,3 km<sup>2</sup> e cota 124m de 186,2 km<sup>2</sup>. Os problemas ambientais principais são causados por esgotos sanitários e resíduos sólidos provenientes dos núcleos urbanos; efluentes industriais; e práticas agropecuárias inadequadas.

**iii) bacia do rio do Cobre** - é parte do sistema de abastecimento de Salvador, e é a mais importante reserva de água do subúrbio ferroviário, atendendo a uma população de cerca de 110 mil pessoas. A barragem drena uma área de aproximadamente 2,8 km<sup>2</sup>, com reservatório de 2.340.000 m<sup>3</sup> e vazão de 134 a 200 l/s, operada por duas comportas. Neste particular, a lagoa da Paixão, localizada na nascente do rio do Cobre é fundamental para a manutenção da represa e à retroalimentação do ecossistema. O Parque São Bartolomeu, em função dos seus

atributos de espelho d'água contornado pela Mata Atlântica, rios, cachoeiras e cascatas sagradas ao culto do candomblé, apresenta um grande potencial para o turismo ecológico. Os principais conflitos ambientais são causados pelo processo de ocupação desordenada, com a construção de habitações destituídas de infraestrutura básica de saneamento, resultando no lançamento de esgotos domésticos nos cursos d'água e na disposição do lixo em locais inadequados.

**iv) bacia do Rio Joanes** - possui duas barragens, Joanes II e I, respectivamente no sentido montante para jusante, formando duas sub-bacias hidráulicas, utilizadas como mananciais para o abastecimento público e industrial. O reservatório Joanes I apresenta uma área de drenagem de aproximadamente de 200 km<sup>2</sup> e capacidade máxima de 14.300.000 m<sup>3</sup>, para atendimento das estações de tratamento do Parque da Bolandeira. A Joanes II tem capacidade máxima de 13.430.000 m<sup>3</sup>, com área de drenagem de 300 km<sup>2</sup>. Abastece o Pólo Petroquímico de Camaçari, complementando também a vazão fornecida pela barragem Pedra do Cavalo. As principais fontes de poluição que influenciam na qualidade das águas da bacia são relacionadas aos lançamentos de efluentes industriais; extração ou lavra de minerais utilizados na construção civil; esgotos domésticos sem tratamento; disposição a céu aberto de lixo doméstico; corte de mata ciliar em trechos próximos de áreas urbanizadas; e erosão das margens com conseqüente assoreamento da calha fluvial.

**v) bacia do Ipitanga** - os lagos das barragens de Ipitanga I, II e III formam uma sub-bacia hidráulica, importante como manancial de abastecimento público e industrial. A extensão linear do Rio Ipitanga é de 30 km e sua bacia drena uma área de aproximadamente 49,4 km<sup>2</sup>, compreendendo áreas com características rurais, onde a vegetação primária foi substituída por pastagens e pomares e áreas urbanas densamente povoadas nos municípios de Salvador e Simões Filho, com problemas de despejos de lixo e esgoto doméstico.

**vi) lagoa de Pituauçu** - o Parque Metropolitano de Pituauçu está localizado na Bacia de Pituauçu, que é um manancial urbano com área total de 981,10 hectares, onde, grosso modo a urbanização não é planejada, com exceção de alguns empreendimentos, como o Centro Administrativo da Bahia. A lagoa de Pituauçu, com um espelho d'água de 200 mil m<sup>2</sup>, está inserida no Parque que é a maior área verde para uso público em Salvador, cuja entrada principal fica localizada a cerca de 400 metros da orla marítima. O uso principal tem sido para passeios ecológicos, ciclovias, esportes aquáticos e lazer em geral. A barragem do rio Pituauçu foi construída em 1906, tendo atendido o abastecimento da cidade de Salvador por cerca de 90 anos até dezembro de 2002. Em decorrência da pressão urbana e da ocupação desordenada no entorno da bacia de Pituauçu, ações foram implementadas no âmbito do Programa Bahia

Azul, que deverão beneficiar ao final do programa, em 2017, uma população estimada em 168 mil pessoas. Atualmente, vem sendo feito monitoramento da qualidade das águas do Parque.

**vii) bacia do Leste** - a bacia abrange 15 municípios que compreendem a área do bioma Mata Atlântica, onde a cultura do cacau, no final da década de 70, foi responsável pela exportação de US\$ 1 bilhão em amêndoas secas, ou seja, sem valor agregado, decorrente de processamento industrial. A sustentabilidade de rios como o Cachoeira, Almada e Una, está ameaçada, principalmente em função de problemas decorrentes da crise do cacau, que tem induzido alguns proprietários rurais a procurarem novas fontes de renda através do desmatamento, afetando, inclusive, áreas de nascentes de cursos d'água. Outro grave problema diz respeito ao manejo inadequado dos resíduos sólidos e esgotamento sanitário em cidades como Itabuna e Ilhéus que reúnem, em conjunto, uma população em torno de 700 mil habitantes.

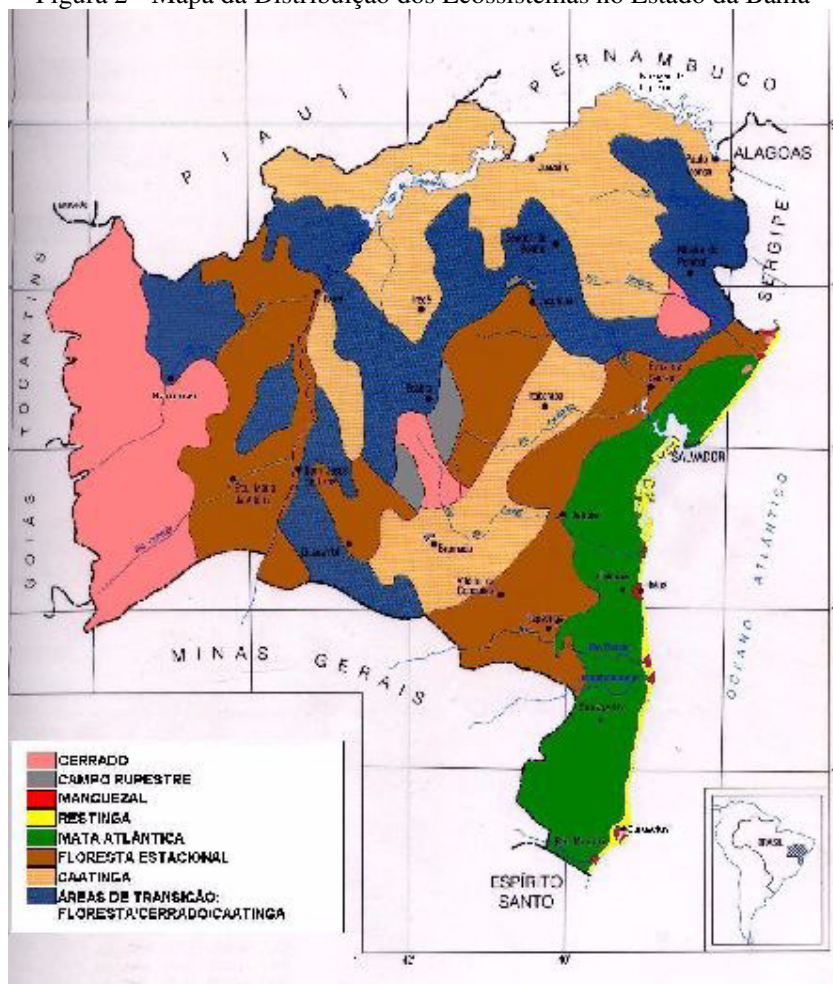
**viii) rio do Antônio** – o rio do Antônio para ter uma boa qualidade de água, e se manter perene ao longo dos meses mais secos do ano, depende de uma operação eficiente das barragens existentes ao longo de sua calha. Até janeiro de 2002, quando a SRH/SEMARH assumiu a operação das barragens existentes na bacia, a operação das mesmas não seguia nenhum critério ou regularidade dos modos operacionais. Estudos de modelagem hidrológica foram elaborados, considerando toda a bacia do rio. Foram feitos ajustes operacionais empíricos, voltados principalmente para a preservação do suprimento de água de Brumado, cidade situada mais a jusante da sub-bacia.

A Bahia possui uma boa representatividade de quase todos os ecossistemas existentes no Brasil, sendo na porção mais ao leste principalmente, mata Atlântica, restingas, mangues, várzeas e matas mesófilas.

Para o oeste, o semiárido ocupa mais de 50% do Estado e aqui, ocorre incluindo uma grande diversidade de tipos de caatingas, as lagoas temporárias nas partes mais baixas, os cerrados, diferentes tipos de Florestas (montanhas, ciliares e mesófilas) e os campos rupestres.

Os três últimos tipos de vegetação geralmente ocorrem como enclaves no bioma das caatingas e geralmente associados à Chapada Diamantina. Bem a oeste, há maior continuidade do cerrado que se liga com o Brasil Central, mas ocorre a permanência das caatingas, inclusive com as dunas do São Francisco (UEFS, 2009).

Figura 2 - Mapa da Distribuição dos Ecossistemas no Estado da Bahia



Fonte: Projeto Flora da Bahia (UEFS, 2009).

A Bahia tem hoje apenas 1,64% de seu território estadual conservada com proteção total, o que está muito abaixo da média do país. Essa estrutura de conservação relaciona cerca de 7% da sua área como protegida, apresentando-se distribuída em 110 Unidades de Conservação no Estado da Bahia, dentre 39 APA's (estaduais e municipais), 5 parques nacionais, 10 parques estaduais, 9 parques municipais, e outras categorias de Ucs.

As Unidades de Conservação, de acordo com o objetivo da sua criação, podem ser U.C's Proteção Integral, que admitem apenas o uso indireto dos recursos naturais ou de Uso Sustentável, que visam ao equilíbrio entre a conservação da natureza e o uso sustentável de seus recursos.

#### 4 ANÁLISE DA DESIGUALDADE NA BAHIA

Constatando-se a desigualdade socioeconômica do Estado da Bahia, a partir da contextualização efetuada no capítulo anterior, e especialmente observando-se o comportamento dos índices em vários setores, o que torna o estado da Bahia um dos mais desiguais do Brasil, foram adotadas, conforme recomenda Bachelard (2001), e já explicitadas anteriormente, três etapas epistemológicas. Na primeira, considera-se a ruptura com as “evidências” do senso comum que restringiriam o processo de produção de conhecimento científico; na segunda, a construção do objeto e de teorias explicativas; e na terceira etapa, a verificação da validade das teorias por comparação com os dados empíricos.

O próximo passo foi o de escolher, como objeto empírico da investigação, este Estado da Federação brasileira, no período de 1946 a 2006, e analisar três tipos de condicionantes dessa desigualdade.

No primeiro tipo, no âmbito socioeconômico, foram estudados os aspectos referentes ao comportamento dos principais setores, as estratégias governamentais adotadas e o papel das empresas e dos empreendimentos associativos. No segundo, na análise dos condicionantes políticos, abordou-se a divisão da sociedade baiana em grupos e estratos sociais organizados, e o papel de cada um deles no estabelecimento de medidas voltadas para o atendimento a seus interesses. No terceiro, em termos culturais, abordou-se a forma de engajamento da maioria da população no processo político e a existência de segregações sociais que resultam na negação de oportunidades que poderiam reduzir a desigualdade. Além disso, foram analisadas experiências de mobilização contra a desigualdade.

Assim, a hipótese central da pesquisa realizada, considerou que a desigualdade do Estado tem sido resultado da ação de três tipos de condicionantes: a) socioeconômicos; b) políticos e c) culturais, os quais, agindo em conjunto e de forma inter-relacionada, contribuíram para compor o quadro de desigualdade observado. A pesquisa estudou cada um dos três tipos valendo-se da pesquisa bibliográfica e documental e de entrevistas de qualidade.

De acordo com o método hipotético dedutivo adotado, combinado com o arcabouço dialético, cada inferência realizada foi contextualizada e submetida a um teste de coerência com as demais que compunham a mesma realidade de forma integrada e intrinsecamente inter-relacionada. A pesquisa delimitou o objeto de estudo, o seu universo e o período 1946 – 2006, inclusive tomando como marco de referência o início da implantação do segmento base da industrialização baiana, a extração do petróleo.

As entrevistas, apesar de os roteiros comuns não terem sido padronizados, foram realizadas 10 entrevistas com especialistas e profissionais dentre os que tiveram atuação destacada nesse processo, no período, a exemplo do Professor Fernando Pedrão, um dos autores do Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB), (Nota 06, APÊNDICE A), e de outros destacados instrumentos de planejamento na Bahia.

O processo de desenvolvimento brasileiro foi analisado com o apoio de um levantamento das principais linhas explicativas, segundo as várias correntes teóricas identificadas.

Os trabalhos de pesquisa foram divididos em três linhas (socioeconômica, política, cultural) que convergiram ao longo da sua realização, em vários pontos de tangência e de inter-relação. Confirmada a hipótese central, procedeu-se uma discussão dos resultados.

Na primeira linha foram estudadas as estratégias econômicas adotadas em nível federal e estadual e o processo de acumulação concentrador fortemente apoiado por um aparato estatal indiscutivelmente a serviço desse processo de acumulação e o papel das organizações econômicas convencionais e associativas.

Na pesquisa das formas associativas de organização econômica e social utilizaram-se informações da Organização das Cooperativas do Estado da Bahia (OCEB); da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); e de entidades da sociedade civil organizada. Incluindo o estudo das iniciativas de economia solidária, junto ao emergente aparato institucional como a secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) e as redes que agregam essas iniciativas.

Na segunda linha foi estudado o comportamento da estrutura política e o seu papel como fio condutor capaz de explicar a implantação das estratégias econômicas que configuraram a paisagem encontrada.

Na terceira foi feita uma análise dos aspectos culturais selecionados, a partir de dados federais e estaduais oficiais, destacando a influência da herança étnica-racial, com raízes africanas e a discriminação recebida.

Observa-se que a opção metodológica adotada foi a de apoiar-se em fontes oficiais das séries históricas de indicadores socioeconômicos, valendo-se também das pesquisas afins já realizadas e de uma ampla gama de informações disponíveis.

No que diz respeito ao processo de planejamento estadual e à análise das suas estratégias correspondentes, foram importantes neste estudo as contribuições advindas dos entrevistados, os quais tiveram ativa participação, não só como atores, mas, como também mentores ou sujeitos deste processo.



#### 4.1 ANÁLISE DOS CONDICIONANTES SOCIOECONÔMICOS

Este item é chave para desvendar a desigualdade, a partir do comportamento da economia baiana no período 1946 -2006. Inicia-se com a análise, a partir do planejamento e da ação governamental; em seguida, comenta a gênese teórica das principais estratégias adotadas no período, destacando a corrente associada ao PLANDEB, especialmente com a implantação do Polo Petroquímico.

Em seguida, prossegue comentando sobre a tentativa de “mudança” na década de 80; detém-se na investigação do neoliberalismo adotado na Bahia, a partir dos anos 90, e na forma de atração dos empreendimentos industriais; e conclui com um relato sobre as formas de organização econômica e social.

##### 4.1.1 Planejamento, Política e Estratégias Governamentais

A economia baiana entre 1914 e 1950 viveu uma estagnação, proveniente da decadência das suas principais atividades agroexportadoras, especialmente a cana e o fumo; e da dependência de um único produto, o cacau. Entretanto, esse cenário começou a mudar quando iniciativas no âmbito do Governo Federal promoveram transformações que estimularam respostas em nível estadual. São bons exemplos: a CHESF; a RLAM; e o BNB.

Como parte da Federação brasileira, a Bahia possui limites para conceber e implantar políticas públicas especialmente as econômicas, uma vez que é da alçada federal a condução da política econômica, principalmente no que concerne à monetária, cambial, fiscal e a implantação de estratégias de crescimento econômico, as quais influenciam e até determinam o nível de emprego. Desse modo, não foi unilateral nem autônoma sua forma de inserção na economia nacional.

Segundo Pedrão (1984), analisando o período de 1964 a 2005, todo o esforço de transformação empreendido, teria que ser observado, do ponto de vista da natureza do desenvolvimento capitalista brasileiro, o que permite identificar os limites da intervenção governamental, especialmente das políticas econômicas nacionais.

O governo de Lomanto Júnior, 1963-1967, que ficou mais conhecido pela sua adesão ao Golpe Militar de 1964 e à sua proposta conservadora, concebeu o CIA - Centro Industrial de Aratu, um distrito industrial localizado na Região Metropolitana de Salvador.

No governo de Luís Viana Filho 1967-1970 foi efetivamente criado o CIA, planejado para atrair empreendimentos industriais, mediante a oferta de infraestrutura e de incentivos fiscais, notadamente os conhecidos como Sistema 34/18<sup>12</sup>

No primeiro governo de Antonio Carlos Magalhães 1971-1974, iniciou-se a negociação para a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, especialmente com o Governo federal, contando com o apoio do então presidente da Petrobras, Ernesto Geisel.

No período de 1975-1979, no governo de Roberto Santos, adversário no âmbito estadual ao de Antonio Carlos Magalhães, adotou como prioridade fortalecer a industrialização recente, apoiada nos investimentos ligados ao Polo Petroquímico, e na ampliação da fronteira agrícola.

No período de 1986 - 1989, ocorreu, a emergência de uma proposta alternativa de oposição, através do governo de Waldir Pires, formulada por pelo menos 18 grupos de técnicos, a qual não conseguiu ser viabilizada, tendo sido inclusive abandonada, quando ele renunciou para concorrer ao cargo de Vice-Presidente da República, assumindo em seu lugar o governador Nilo Coelho (1989-1990).

#### **4.1.2 Efeitos das Políticas Macroeconômicas**

Como parte da federação brasileira, a Bahia possui limites para conceber e implantar políticas públicas especialmente as econômicas, uma vez que cabe a alçada federal a condução da política econômica, principalmente no que concerne à monetária, cambial, fiscal e a implantação de estratégias de crescimento econômico, as quais influenciam e até determinam o nível de emprego.

Desse modo, não foi unilateral nem autônoma sua forma de inserção no processo de reestruturação produtiva, iniciado na década de 90.

Com a abertura da economia brasileira à competição externa - iniciada durante o governo Collor, com a redução sistemática das alíquotas de importações, e acirrada pela “âncora cambial” do Plano Real, muitos segmentos do empresariado nacional não tiveram alternativa senão implementar o processo de reestruturação produtiva, com o intuito de obterem aumentos de produtividade (e competitividade, por conseguinte), para fazer frente à concorrência internacional. Sendo assim, um conjunto de mudanças associadas à abertura da

---

<sup>12</sup>A Lei nº 3.995 de 14 de dezembro de 1961, no seu artigo 34, foi alterada pela Lei nº 4.239 de 27 de junho de 1963 e pela Lei nº 4.869 de 01 de dezembro de 1965, ambas no seu artigo 18, dispõem sobre descontos do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis.

economia e ao processo de reestruturação produtiva induziu a ajustes que redundaram em drástica redução dos postos de trabalho no setor organizado da Economia Regional.

Entretanto, o perfil da economia baiana já vinha demonstrando, historicamente, a sua incapacidade em poder gerar empregos/ocupações, na proporção correspondente ao crescimento da oferta.

Segundo Borges (1999), vários são os fatores que contribuíram para a elevada taxa de desemprego na RMS, dentre os quais se destacam: a) posição periférica da economia baiana; b) perfil da indústria, centrada em ramos de capital-intensivo; c) elevada concentração da renda na região que, ao tornar extremamente restrito o mercado regional consumidor de bens e serviços, limita a expansão de inúmeras atividades urbano-industriais com maior potencial de absorção de mão-de-obra e de propiciar níveis de salário/remuneração mais elevados que os aferidos pela maior parte dos trabalhadores da região.

Em seguida, observem-se, no Quadro 2, alguns dos principais eventos do período 1946 – 2006, que foram sumarizados, a seguir.

Quadro 2 - Eventos da Economia Brasileira e da Economia Baiana no Período 1946 - 2006

| <b>PERÍODO</b> | <b>Eventos da Economia Brasileira</b>   | <b>Eventos da Economia Baiana</b>  |
|----------------|---|--|
| 1946 -1960     | Implantação da Petrobras<br>Implantação do Plano de Metas<br>Implantação da Indústria automobilística   | Criação da CPE<br>Formulação do Plandeb<br>Estagnação e dependência do cacau   |
| 1960 -1970     | Implantação do Plano Trienal Golpe militar<br>Implantação do PAEG<br>Implantação da Reforma Bancaria e Financeira de 1966                         | Criação da Reforma Administrativa de 1966<br>Implantação do CIA<br>Alinhamento com o Governo Militar   |
| 1970 -1980     | Implantação dos Plano I e II PND<br>Planejamento Regional Nacional<br>Crise do petróleo<br>Incorporação dos cerrados a agricultura (boom da soja) | Implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari<br>Implantação do Programa Polonordeste no Estado e dos PDRI's<br>Alinhamento com o Governo Militar |

| <b>PERÍODO</b> | <b>Eventos da Economia Brasileira</b>  | <b>Eventos da Economia Baiana</b>   |
|----------------|--|---|
|                | Implantação da infraestrutura básica nacional  |   |
| 1980 -1990     | Fim dos governos militares<br>Implantação dos Planos heterodoxos:<br>Cruzado, Bresser<br>Nova Constituição Federal   | Incorporação dos cerrados baianos a agricultura<br>Duplicação do Pólo Petroquímico<br>Colapso da economia cacaueteira   |
| 1990 – 2006    | Implantação do Plano Collor<br>Implantação do Plano Real e estabilização da moeda<br>Desemprego maciço<br>Ampliação e sistematização dos resultados do Plano Real<br>Governo com participação das organizações populares | Implantação da guerra fiscal<br>Implantação do Programa microusinas de leite<br>Implantação do Programa Novilho Precoce<br>Implantação dos Protocolos para as principais cadeias agroindustriais<br>Implantação dos pólos calçadistas<br>Implantação da Indústria automobilística |

Fonte: Elaboração do próprio autor deste texto.

Quadro 3 - Resumo dos Eventos da Economia Brasileira no Período 1946 – 2006

|   |
|---|
| 1946 -1960 o Planejamento nacional e o Plano de Metas de Juscelino                                  |
| 1960 -1970 o fim do modelo de Juscelino e o início da reforma conservadora dos governos militares   |
| 1970 -1980 o planejamento como paradigma de governo e a criação da infra-estrutura básica           |
| 1980 -1990 o fim dos governos militares, o desequilíbrio das contas externas e a inflação acelerada |
| 1990 – 2006 a abertura da economia, a estabilização da moeda e a retomada do crescimento do PIB     |

Fonte: Elaboração do próprio autor deste texto.

Quadro 4 - Resumo dos Eventos da Economia Baiana no Período 1946 – 2006

|  |
|--|
| 1946 -1960 a resposta da Bahia ao esforço nacional de Planejamento               |
| 1960 -1970 o legado do Plandeb e o alinhamento com os governos militares         |
| 1970 -1980 o planejamento estadual como reflexo do planejamento nacional         |
| 1980 -1990 o pólo petroquímico de Camaçari e a incorporação dos cerrados baianos |
| 1990 – 2006 a reorganização da economia baiana e a estratégia da guerra fiscal   |

Fonte: Elaboração do próprio autor deste texto.

O período de análise pode ser dividido em três subperíodos: o primeiro, **Planejando Desenvolve**, de 1946 a 1970, por dois grande eventos: o surgimento da indústria do petróleo e a implantação do processo de planejamento baiano. O Pós-Guerra trouxe a adoção pelo Brasil de um nacionalismo estatal gestado até 1945, por Getúlio Vargas, seguido com menos ênfase pelo governo do Marechal Dutra e retomado com a sua volta à presidência em 1950, até o dramático final de governo.

O presidente Juscelino com o plano de metas e a indústria automobilística, iniciou a aceleração do processo de urbanização.

Os presidentes, Janio Quadros e João Goulart pouco fizeram na medida em que governaram pressionados pelas forças conservadoras que barraram suas propostas consideradas “de esquerda”. Com a tomada do governo pelos militares em 1964, instalou-se um estatismo conservador e ufanista.

Na Bahia, registrou-se a preparação do PLANDEB e a implantação do primeiro distrito industrial, o Centro Industrial de Aratu.

O segundo período, **Planejando a Industrialização**, de 1970 a 1991, esteve referenciado pelos planos nacionais de desenvolvimento (I, II, e III PND), pela saída dos militares do poder e pelo esforço de combate ao processo inflacionário através de planos heterodoxos: o Plano Cruzado e seus sucessores, inclusive o Plano Collor. Em nível estadual, foi marcado por fatos como a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari (1980), o boom da soja no oeste do Estado e a crise do cacau, que trouxe a queda da produção e a desestruturação regional.

O terceiro, **Planejando através da Guerra Fiscal**, entre 1991 e 2006, tem-se o advento dos instrumentos criados pela nova Constituição Federal que deu um novo ordenamento institucional, e o marco representado pela estabilização da moeda, resultante do Plano Real. Com o Presidente Fernando Henrique Cardoso predominou a política do Estado regulador em detrimento do planejador. Na Bahia foi adotada explicitamente a estratégia de entrada do Estado na guerra fiscal, passando a disputar e a receber investimentos privados através da redução e/ou isenção de impostos, sendo o Projeto Amazon da Ford, em Camaçari, seu caso mais emblemático.

#### **4.1.3 Gênese Teórica das Principais Estratégias**

A subordinação às correntes nacionais, falta de autonomia e as limitações do Estado para adotar uma vertente alternativa, explicam a subordinação e até o alinhamento automático das duas últimas décadas.

Na década de 50 e 60 havia uma diferenciação. A estratégia baiana do Plandeb, de Rômulo Almeida, baseava-se na força das ações planejadas, embora dependesse, essa estratégia, do poder político e de um financiamento adequado para sua efetiva implantação dessas ações, as quais configuravam uma estratégia diferente e contrária ao GTDN de Celso Furtado. Porém, ambas se baseavam, claramente, na corrente desenvolvimentista Cepalina e Keynesiana.

Nos 70 e 80 pode-se perceber ainda um conteúdo keynesiano mais sistemático com a centralidade das estratégias, fincadas no investimento público e na capacidade de atrair em complemento, o investimento privado. O CIA e o Polo Petroquímico de Camaçari, formaram a principal matriz para a estruturação do complexo industrial baiano, na qual desaguou no alinhamento automático ao neoliberalismo.

#### 4.1.4 A Corrente Associada ao Plandeb

Em artigo baseado na sua obra, *A Trilha perdida: caminhos e descaminhos da industrialização baiana*, Spínola (2009, pag. 6), sintetiza a reação política ao Plandeb: “historicamente o Plandeb foi precedido por um conjunto de estudos enfeixados sob o título *Situação e problemas da Bahia – 1955: recomendações de medidas ao governo*, os quais foram popularizados pelo jornal A Tarde, como as pastas cor de rosa”.

Contam-se duas versões a respeito desse estranho apelido. A primeira, segundo o próprio Rômulo: [...] como essas pastas tinham capas cor-de-rosa, o jornal A Tarde, que era muito contra o Balbino, aproveitou e fez uma notinha assim: Recebemos três pastas cor-de-rosa, e deu uma chacoalhada no negócio. (ALMEIDA apud ASSIS; SOUZA, 2005, p. 225).

A segunda versão, mais irreverente, conta que o jornal A Tarde, não assimilando a derrota do seu candidato ao governo do Estado (Pedro Calmon, irmão do redator-chefe do jornal, Jorge Calmon), movia intenso combate a Antonio Balbino (SPÍNOLA, 2009).

Entretanto, o autor citado, no mesmo artigo, mostra-se convencido de que o motivo real da rejeição ao Plandeb; nesse caso desvalorizando seus estudos preparatórios, foi o receio de que as propostas ali contidas pudessem contrariar os interesses dos grupos sociais e econômicos dominantes.

[...] A Tarde representava também as forças reacionárias e conservadoras de direita no Estado e via no projeto de Rômulo tendências fortemente esquerdizantes, com a intervenção do Estado na economia através do planejamento (uma técnica que contrariava todo o paradigma liberal vigente e ainda mais implantado pelo regime dito comunista na União Soviética) das sociedades de economia mista propostas e defendidas pelo então Secretário da Fazenda de Antonio Balbino, um homem que fora vinculado a Getúlio Vargas que, pelo seu populismo e nacionalismo, atraiu contra si todo o ódio da direita brasileira. Não obstante, elaboradas sob a coordenação de Rômulo Almeida, as pastas “cor de rosa” constituíram um conjunto de estudos inéditos sobre a economia baiana produzidos entre 1954 e 1955. Modernamente, dir-se-ia, que foram os termos de referência do Plandeb. (SPÍNOLA, 2009, p. 6).

As mudanças ocorridas na CPE ilustram, com clareza, o colapso do planejamento na Bahia. De fato de instituição pioneira em planejamento no Brasil, no nível equivalente ao aparato dos países latino-americanos da vanguarda do planejamento, como o Chile e o

México, reduziu-se a uma instituição provedora de informações. O histórico fornecido pela SEI é bastante esclarecedor da sua completa desfiguração.

A SEI/BAHIA (2006, p. 6) em seu histórico, registra a criação da CPE em 1955:

A idéia de instituir um órgão responsável pela elaboração de estudos e pesquisas que subsidiasse o planejamento governamental efetivou-se com a criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) – pelo Decreto nº 16.261 em maio de 1955 – dirigida inicialmente pelo economista Rômulo Almeida. Como órgão de estudo, planejamento, coordenação e controle, a CPE constituiu-se na primeira experiência institucional de planejamento no Brasil, sendo responsável pela realização de importantes estudos e projetos no Estado da Bahia.

Nesse mesmo histórico destacam-se a primeira e a segunda mudança da referida entidade, em 1959 e em 1996, respectivamente

Em face dos bons resultados alcançados pela CPE, o Governo do Estado transformou-a em Fundação Comissão de Planejamento Econômico, dando-lhe, além de maior autonomia por meio do Decreto nº 17.260 de janeiro de 1959, novas atribuições como a de realizar estudos, pesquisas, projetos, análises e trabalhos solicitados pelo Governo. [...] Por conta da reforma administrativa, em 1966, a CPE passa a se intitular Fundação de Planejamento (CPE). Nessa mesma data, é criado o Departamento Estadual de Estatística (DEE), com o encargo de realizar análises/econômicas. Em 1973, a instituição recebe o nome de Departamento/de Geografia e Estatística (DGE), assumindo a função de realizar levantamentos geográficos no Estado. (SEI/BAHIA, 2006, p. 6).

Ainda nesse documento da SEI/BAHIA (2006, p. 6) estão discriminadas as sucessivas alterações da CPE, desde 1975, até chegar à função e à denominação, vigentes em 2006:

No ano de 1975, é extinto o DGE, assumindo suas atribuições a Fundação Centro de Planejamento da Bahia (CEPLAB). Simultaneamente, a Fundação de Planejamento (CPE) é nomeada Fundação de Pesquisas (CPE). Agregando novas atribuições, em 1979 a CPE passa a chamar-se Fundação Centro de Pesquisas e Estudos (CPE), denominação que manteria até o ano de 1980, quando é extinta juntamente com o CEPLAB, sendo suas funções absorvidas pelo recém criado Centro de Planejamento e Estudos (CPE). No ano de 1983, o Centro de Planejamento e Estudos é nomeado Centro de Estatísticas e Informações (CEI), criando-se, em paralelo, o Centro de Projetos e Estudos (CENPES), transformado em 1997 na Fundação Centro de Projetos e Estudos (CPE). Em 04 de maio de 1995, por força do Decreto nº 4.177 ocorre a fusão entre a Fundação Centro de Projetos e Estudos (CPE) e a autarquia Centro de Estatísticas e Informações (CEI), instituindo-se, então, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), que se constitui, atualmente, no principal provedor de dados do Estado.

A estratégia completa do Plandeb envolvia a indústria e a modernização da agricultura; porém, apesar da elevada qualidade e do esforço de concepção dessa ferramenta para racionalizar a tomada de decisão, o plano foi rejeitado pela Assembleia Legislativa.

Ainda, segundo Spínola (2009, p. 7), “a velha estrutura de poder via no planejamento uma séria ameaça de limitação da sua autoridade e Poder”.

O fato de o Plandeb ter tido muitas de suas propostas incorporadas às ações do governo atesta, por um lado, a qualidade do trabalho, mas, por outro, demonstra a óbvia subordinação do planejamento às forças políticas que estão no poder, as quais, só assimilaram



essas propostas quando puderam exercer um efetivo controle sobre elas ou quando se tornaram funcionais aos seus interesses.

É considerado de grande importância o depoimento de Pedrão (2000 apud SPÍNOLA, 2009, p. 7), abaixo transcrito, que revela as origens do planejamento na Bahia, localizando as raízes do planejamento baiano no IEFB - Instituto de Economia e Finanças da Bahia, no ano de 1937.

O Instituto de Economia e Finanças da Bahia era uma sociedade civil criada em 1937 por um grupo de economistas baianos, que manteve uma sede com uma biblioteca e uma revista, dirigida por Daniel Quintino da Cunha. Em 1955, foi ativado por Rômulo Almeida, que o instalou, primeiro em dependências da Escola de Enfermagem da UFBA e depois ocupando o quarto andar do prédio da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA. Entre 1955 e 1963, recebeu importantes contribuições de Aníbal Villela, John Friedman e Armando Mendes. De 1960 a 1962, foi dirigido por Manoel Pinto de Aguiar. Produziu documentação de pesquisa, apoiando o ensino de economia. Suas operações ficaram praticamente encerradas em 1963.

Esse depoimento permite observar o pioneirismo desse planejamento, e reafirma a indiscutível liderança de Rômulo Almeida nesse processo, informando, também, sobre a elevada qualidade das contribuições recebidas.

#### **4.1.5 O Neoliberalismo a partir dos anos 90**

Em essência, nesse período, o que prevaleceu foi a adoção de uma estratégia baseada no alinhamento automático às diretrizes federais. Ao não diferenciar-se das tendências, observadas no eixo dinâmico do País, reproduziu-se na Bahia, sem surpresa, o mesmo modelo de industrialização e de atração de investimentos, o qual, incapaz de gerar a descentralização industrial, ficou apropriadamente conhecido como aquele que transformou a Bahia em um estado mono-industrial e monorregional. O alinhamento com as diretrizes do Governo Federal levou inevitavelmente à fragilização do planejamento na prática.

A partir de 1991, apesar das declarações em contrário do então Governador Antonio Carlos Magalhães, em favor do regionalismo, havia uma inegável diretriz de atribuir às forças de mercado o papel de principal orientador da alocação de recursos seja do orçamento público seja de outras fontes.

Pereira (2007) comparou dois períodos de governo de ACM, 1971-1975 e 1991-1995, e concluiu que entre eles houve uma continuidade do tipo de estratégia política caracterizada pelo regionalismo político, pela defesa da racionalização administrativa, do insulamento

burocrático e da modernização conservadora, com um significativo alinhamento à política nacional.

Como consequência dessa opção, a economia baiana adquiriu uma conformação semelhante ao padrão nacional, como demonstra a composição setorial do PIB. O setor serviços responde por uma parcela maior do que dois terços, ficando a indústria e a agropecuária dividindo o terço restante, mas apresentando esse último setor, uma participação menor do que 10%.

#### **4.1.6. A Estrutura Econômica do Estado da Bahia de 1946 - 2006**

Aqui, analisa-se a estrutura econômica predominante, no período 1946 a 2006; na qual se identifica que as estratégias adotadas pelo Estado, em nível federal e estadual, caracterizaram o processo de acumulação, e de antemão concentrador e centralizador. Utilizam-se as informações do IBGE, e da SEI/SEPLAN Estadual, e de federações patronais e de trabalhadores, bem como informações das instituições de ensino de nível superior.

O traço comum, então, das estratégias adotadas é a busca do crescimento do produto através de estímulos ao capital.

A respeito dos principais elementos da estrutura e da perspectiva nacional de desenvolvimento econômico e social na América Latina, Pedrão (2004, p. 5) afirma que:

A identificação de uma perspectiva nacional de desenvolvimento econômico e social na América Latina reflete a existência de grupos sociais que corporificam interesses organizados em torno de um projeto nacional, ao tempo em que revela as limitações desses países para desempenhar esse papel. Se os projetos nacionais se formaram como contradições dos antigos sistemas coloniais, seu ulterior desempenho foi cercado pelas mudanças na organização do poder mundial, que aconteceram na primeira metade do século XX, quando os vestígios do velho colonialismo criado pelo capital mercantil do século XVI foram substituídos pelo colonialismo do capital industrial. Os efeitos acumulados da expansão internacional do grande capital em mineração e em transportes tornaram-se decisivos para o desenvolvimento dessas economias primário-exportadoras, especialmente no México, no Peru, no Chile e na Bolívia.

O mencionado autor argumenta, ainda, e conclui que o alinhamento do Brasil após 64 com as forças representativas do capital internacional, sem abrir mão dos instrumentos gerados no período do desenvolvimentismo, foi estabelecido sem questionar o contexto político.

No Brasil o período crítico do projeto de desenvolvimento nacional cobriu os governos de Dutra até Kubistchek, dando lugar à crise que se arrastou de 61 até 64, quando emergiu a proposta de um modelo de crescimento alinhado com as condicionantes da Guerra Fria e com as transformações do ambiente financeiro internacional. No entanto essa outra política econômica valeu-se dos instrumentos desenvolvidos no período anterior, desde a reforma tributária elaborada pelo

governo Goulart até o BNDE criado no governo Dutra. A visão estratégica da economia desse período, resumida por seu principal arquiteto, Roberto Campos, se define como uma linha de menor custo alternativo e baseada em remover obstáculos, em suas palavras, sem questionar o contexto político da economia ou simplesmente tomando como base um alinhamento externo não desprovido de uma visão própria em temas como tecnologia e recursos humanos [...] A questão em torno de uma Economia Política Crítica é essencial para uma compreensão atualizada do problema ideológico do desenvolvimento. Tal visão crítica permitirá avaliar com objetividade os resultados materiais do processo econômico e os seus resultados em termos de emancipação. (PEDRÃO 2004, p. 12, 14).

#### 4.1.7 História Econômica da Bahia

De acordo com Araújo e Sá Barreto (1978 apud GUIMARÃES, 2003), a história oficial transmitia uma mensagem segundo a qual antes de 1945, a visão era a de que a Bahia passara de um paraíso original de riqueza, de importância política, de proeminência cultural etc. para um vale de estagnação e pobreza.

Dessa concepção resultou uma periodização da história da Bahia representada por três grandes fases:

a) de prosperidade, recobrando os períodos colonial e imperial, e dividida segundo os anos de maior ou menor prosperidade do comércio internacional do açúcar, do fumo, do algodão e de outros produtos menores; b) de transição, marcada pela abolição da escravatura, pela decadência da cultura da cana de açúcar e pelo surgimento da cacauicultura; e c) de decadência, marcada pela perda da autonomia federativa da Bahia e pela sangria sistemática e coordenada de suas riquezas pelo governo da União, que essa geração toma em mãos, como destino seu, redimir e corrigir num concentrado esforço de bravura política, inteligência técnica e lide produtiva. (GUIMARÃES, 2003, p. 10).

Já a partir de 1945, ocorrem as grandes transformações na economia baiana, nas quais se destaca a experiência de implantação do planejamento estadual na Bahia, pioneira em todo o Brasil e a industrialização baiana em suas diversas fases.

De fato, o período de 1946 a 2006 pode ser dividido em seis subperíodos:

O primeiro de 1946 – 1956 no qual ocorre o início da exploração e refino de petróleo e corresponde ao pré-planejamento. O segundo, de 1956 a 1966 está associado à experiência de tentar implantar o desenvolvimento conduzido por uma estrutura estatal de planejamento. O terceiro de 1966 a 1979 corresponde ao planejamento nacional, promovido pelos governos militares, e à implantação tardia e precária de medidas previstas pelo PLANDEB, o plano que se tornou emblemático para o planejamento estadual. O quarto de 1979 a 1990 foi marcado pela implantação e ampliação do Polo Petroquímico de Camaçari. O quinto, de 1991 a 2000, à implantação da estratégia de atração de grandes investimentos, através dos incentivos fiscais e materiais. O sexto, de 2000 a 2006, à consolidação do modelo conhecido como “guerra

fiscal”, que inclusive viabilizou a chegada da indústria automobilística e a busca da diversificação.

#### **4.1.7.1 Concentração fundiária como base da desigualdade**

O processo de modernização da economia brasileira, realizado pelos governos militares, tem, como uma das suas principais marcas, a concepção e a implantação de mudanças, mantendo a estrutura de propriedade, conservando em grande parte a concentração da propriedade e da renda, processo conhecido como “modernização conservadora”; que resultou em manutenção da desigualdade.

A partir das Estatísticas Cadastrais do INCRA observa-se que em 1967 os 5% maiores imóveis do estado da Bahia ocupavam 55,3% da área total, enquanto que na média nacional tal proporção era de 65,3%. Tabela 10.

Já em 1998, a área apropriada pelos grandes imóveis rurais baianos ampliou-se para 66,6%, aproximando-se bastante da média referente ao conjunto do país (68,9%). Esses dados revelam um aumento do processo de concentração de terra na Bahia, num ritmo bastante mais acentuado daquele verificado para o conjunto do País.

Conforme destacam Carvalho Junior et al (2002) essa concentração se deve à expansão da silvicultura, baseada em reflorestamento com *pinus* e eucalipto no Litoral Norte e Extremo Sul da Bahia, e da agricultura em grandes estabelecimentos no oeste baiano.

Tabela 10 – Percentagem da Área Total Ocupada pelos 5% Maiores Entre os Imóveis Rurais Brasil, Grandes Regiões e Bahia, 1967 – 1998

| Brasil, Grandes Regiões e Estados Seleccionados | 1967 | 1972 | 1978 | 1992 | 1998 |
|---|------|------|------|------|------|
| Brasil  | 65,3 | 68,1 | 71,6 | 67,1 | 68,9 |
| Norte   | 71,3 | 73,4 | 76,9 | 81,5 | 81,0 |
| Nordeste  | 56,7 | 58,3 | 62,9 | 58,5 | 61,7 |
| Bahia   | 55,3 | 55,6 | 67,5 | 62,8 | 66,6 |
| Sudeste   | 50,2 | 52,4 | 54,7 | 52,1 | 53,2 |
| Sul   | 55,2 | 53,6 | 53,1 | 53,4 | 54,1 |
| Centro-Oeste                                    | 62,1 | 65,2 | 62,4 | 56,7 | 56,1 |

Fonte: INCRA (1998 apud GUIMARÃES, 2004).

Segundo dados do INCRA, referentes aos imóveis rurais cadastrados até outubro de 1999, a estrutura fundiária do Estado continuava concentrada. Do total de 437.650 imóveis rurais, 77,4% foram considerados como *minifúndio* e ocupavam uma área de 5.069.461 ha., apenas 13,9% do total.

Os imóveis considerados como *grande propriedade* eram apenas 7.407, respondiam por 1,7% do total, e ocupavam 18.288.535 há. o correspondente à metade (50,1%) da área total cadastrada, conforme Tabela 11.

Desse modo, somando-se a essa proporção a parcela de área ocupada pela média propriedade (19,9%), conclui-se que na estrutura fundiária baiana predominam a grande e a média propriedade rural, que juntas detêm cerca de 70,0% de toda a área.

Tabela 11– Total de Imóveis Rurais Cadastrados e Área Segundo a Classificação em Módulos Fiscais - BAHIA, 1999

| Discriminação          | Total   | %    | (há)       | %    |
|------------------------|---------|------|------------|------|
| Minifúndio             | 338.733 | 77,4 | 5.069.461  | 13,9 |
| Pequena<br>Propriedade | 69.482  | 15,9 | 5.883.383  | 16,1 |
| Média<br>Propriedade   | 22.028  | 5,0  | 7.248.267  | 19,9 |
| Grande<br>Propriedade  | 7.407   | 1,7  | 18.288.535 | 50,1 |
| Total                  | 437.650 | 100  | 36.489.647 | 100  |

Fonte: INCRA (1998 apud GUIMARÃES, 2004).

Outro modo de medir a concentração fundiária dos municípios baianos é através do Índice de Gini. Neste caso, o índice de GINI foi utilizado para avaliar o grau de concentração na distribuição da área dos imóveis rurais.

Com base nas informações da Tabela 12, constata-se que apenas 103 municípios baianos (24,9% do total) apresentavam Índice de Gini até 0,499. Por outro lado, mais da metade dos municípios; 217, ou melhor 52,2% apresentavam índice superior a 0,600.

Tabela 12 - Distribuição dos Municípios por Faixas de Índice de GINI, Referentes à Área Apropriada pelos Imóveis Rurais da Bahia, 1999

| Faixas de Índice de Gini | Número de Municípios | (%)  |
|--------------------------|----------------------|------|
| 0,175 a 0,400            | 48                   | 11,6 |
| 0,401 a 0,499            | 55                   | 13,3 |
| 0,500 a 0,599            | 95                   | 22,9 |
| 0,600 a 0,699            | 133                  | 32,0 |
| 0,700 a 0,916            | 84                   | 20,2 |
| Total                    | 415                  | 100  |

Fonte: INCRA (1998 apud GUIMARÃES, 2004).

De acordo com a metodologia adotada pelo INCRA (apud GUIMARÃES, 2004), existiam no Estado 623.130 estabelecimentos familiares, que representavam 89,1% do total, conforme Tabela 13. Entretanto, ocupavam cerca de 11,1 milhões de hectares, apenas 37,9% da área total. Por outro lado, os estabelecimentos patronais que somavam 66.852 estabelecimentos, apesar de corresponderem a somente 9,6% do número total, detinham 18,3 milhões de hectares; o equivalente a 61,6% do espaço agropecuário. Entretanto, a área média dos estabelecimentos familiares (18,2 há.) era 15 vezes inferior à dos patronais (274,9 ha).

Tabela 13 – Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção segundo as Categorias Familiar e Patronal da Bahia, 1995 - 1996

| Categoria | Estabelecimento<br>(número) | %    | Área<br>Total<br>(ha) | %    | Valor Bruto<br>da Produção<br>(R\$ 1.000) | %    |
|-----------|-----------------------------|------|-----------------------|------|---|------|
| Total     | 623.130                     | 89,1 | 11.317.921            | 37,9 | 837.502                                   | 39,8 |
| familiar  |                             |      |                       |      |   |      |
| Patronal  | 66.852                      | 9,6  | 18.375.281            | 61,6 | 1.244.848                                 | 59,2 |
| Total     | (*) 699.126                 | 100  | 29.842.900            | 100  | 2.102.192                                 | 100  |

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1995-1996.

Nota: Elaboração: INCRA (apud GUIMARÃES, 2004). (\*) O total inclui os ínfimos números de estabelecimentos pertencentes às instituições religiosas, entidades públicas e os não identificados.

Assim, essa concentração da propriedade provoca uma concentração da renda. Com efeito, os estabelecimentos patronais geravam 59,2% do VBP agropecuário. Esses números refletem a média estadual em alguns municípios a concentração é ainda maior. Em Mucuri, por exemplo, apenas dois estabelecimentos que exploram o reflorestamento com eucalipto, ocupavam 44 mil hectares; ou seja, 41,0%, da área total.

#### 4.1.8 Planejamento Econômico na Bahia

Na década de 50, o governo de Antônio Balbino começou a desenvolver uma estrutura de planejamento para a economia baiana. O expoente máximo desse processo foi o economista Rômulo Almeida que, juntamente com a sua equipe, criou em 1955 a Comissão de Planejamento Econômico (CPE) e, em 1956, o Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial – FUNDAGRO - que foi um importante instrumento para o desenvolvimento agroindustrial do Estado. Posteriormente, no governo Juracy Magalhães, concluiu-se, em 1959, o primeiro plano estadual de desenvolvimento, o PLANDEB. Entretanto, esse plano acabou sendo

rejeitado pela Assembleia Legislativa devido, principalmente, à resistência das oligarquias agrárias que o viam como uma grande ameaça aos seus interesses. Embora não tenha sido aprovado, o PLANDEB influenciou diretamente a política industrial do Estado nos anos seguintes.

#### 4.1.8.1 Implantação do Processo de Planejamento

A estratégia do PLANDEB, liderado por Rômulo Almeida diferia frontalmente da adotada pelo Grupo Técnico de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), conduzido por Celso Furtado. O PLANDEB propunha a implantação de uma estrutura industrial para a Bahia, através da integração com a indústria do Centro-Sul; ou seja, associar-se ao grande capital produtor de bens intermediários; e complementar o parque industrial de São Paulo com o fornecimento de insumos para a indústria de bens de consumo final dessa região.

Já o GTDN, criado em 1956, propunha o desenvolvimento de um modelo industrial no Nordeste, similar ao existente no Centro-Sul, com a instalação de pequenas e médias empresas destinadas ao mercado regional.

Esclarecendo a cronologia do processo de planejamento dessa década, a proposta de política de desenvolvimento para o Nordeste começou em 1954, com o ETENE/BNB, enquanto o planejamento na Bahia começou em 1955, com os Cadernos e as Subcomissões, que antecederam a CPE. O GTDN serviu de base para a criação da SUDENE, em 1959.

A proposta do GTDN de promoção de indústrias de bens de consumo final na região revelou-se inviável para o estado da Bahia, naquela época, pois, como já foi mencionado anteriormente, não havia condições para competir com a indústria paulista, que detinha uma estrutura menor de custos; uma tecnologia mais avançada; e, sobretudo, capacidade de suportar preços mais baixos para os seus produtos.

Apesar desse trabalho de planejamento estadual, que deu início a toda a transformação da estrutura industrial da Bahia, o planejamento teve origem no âmbito federal, objetivando a desconcentração do desenvolvimento do País, com a instalação da indústria petroquímica. De fato, observa-se que a economia brasileira tem a nítida marca da concentração de espacial e pessoal de renda, mantida inclusive no período de 1968 a 1980, quando mais se utilizou o planejamento como ferramenta para a obtenção do desenvolvimento econômico.



#### 4.1.8.2 Vertentes Estratégicas

Guimarães (2003, p. 5) discrimina as instituições propostas e implantadas pelo PLANDEB, quando afirma que:

O plano de Rômulo de Almeida significou o primeiro passo para a modernização e adaptação dos aparelhos do Estado àquelas exigências. Foi criado o Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial - FUNDAGRO, com a finalidade de "permitir e ampliar a colaboração do Estado com pessoas físicas e jurídicas de direito privado e de direito público, para a realização de projetos que interessem à economia agrícola e ao equilíbrio do abastecimento das diversas áreas do Estado" (CPE, 1958:80). A partir do FUNDAGRO são criadas a Companhia de Armazéns Gerais e Silos da Bahia, CASEB; a Companhia Matadouros Frigoríficos S.A., MAFRISA; a Companhia de Adubos e Materiais Agrícolas da Bahia, CAMAB; além de projetados o Entrepasto de Leite, a Companhia Industrial de Pesca, a Empresa de Conservação de Solos, Água e Mecanização Agrícola, a Empresa de Assistência Mecânica e Beneficiamento do Sisal e a Companhia de Energia Elétrica da Bahia, COELBA.

A Empresa de Conservação de Solos, Água e Mecanização Agrícola, (ECOSAMA) teve vida curta, tendo sido extinta ainda na década de 60 e a Companhia de Energia Elétrica da Bahia (CEEB) transformou-se na década de 70 na COELBA; uma empresa estatal, tendo sido privatizada na década de 90.

Ressalta-se a contribuição do governo Balbino, no plano energético, para a estrutura econômica do Estado:

No plano energético, o governo Balbino implanta um plano de eletrificação, que engloba a ação do governo anterior e expande-a, no sentido de dotar o sul e o sudoeste do Estado de energia elétrica. O plano de transporte dá prioridade ao reaparelhamento da Navegação Baiana e da Estrada de Ferro Nazaré e à construção e reaparelhamento dos portos do litoral sul - São Roque, Maraú, Ilhéus, Coroa Vermelha e Caravelas -, tentando recuperar o transporte de cabotagem e o transporte ferroviário nas zonas mais ricas do Estado. O plano rodoviário, seguindo a mesma orientação, concentra-se nas zonas Sul e Recôncavo, pelas maiores possibilidades imediatas de produção, ligando os centros produtores de leite, cereais, cacau e outras riquezas fora das zonas referidas. (CPE, 1958 apud GUIMARÃES, 2003, p. 34).

Guimarães (2003, p. 34) aponta também a contribuição do Governo Balbino no plano industrial.

No plano industrial, o governo preparou o bairro de Itapagipe, na sua parte alagadiça, próxima a desembocadura do Joanes, para servir de localização industrial preferencial e implantou um sistema de incentivos à instalação de indústrias, ao tempo em que pressionava o governo federal para a instalação de indústrias petroquímicas no Recôncavo. Duas características da economia baiana, forjadas ao longo do tempo e consolidadas durante a fase de industrialização dos anos 60 e 70: a concentração setorial e a concentração espacial. As décadas de 60 e 70 caracterizaram-se, sobretudo, pelo desenvolvimento da atividade industrial, que gradativamente substituiu a agricultura exportadora na função de injetar dinamismo na economia baiana. Desde a instalação da Refinaria Landolfo Alves (RLAM), ainda nos anos 50, passando pela implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA) na década seguinte, até a chegada do Pólo Petroquímico e da indústria siderometalúrgica a partir da segunda metade dos anos 70, houve um processo de elevação da importância da indústria na economia baiana. O setor secundário – que

abrange, além da indústria de transformação, a extrativa mineral e a construção civil – passou a responder por parcela significativa do PIB estadual.

Analisando o desempenho da indústria de transformação do Nordeste no período 1994-2005, Balanco e Santana (2007) observaram que o estado da Bahia ampliou sua diversificação industrial interna relativa a 1994, ao tempo em que também expandiu setores de baixa intensidade tecnológica, como o setor de calçados, além de conseguir desenvolver setores que potencialmente operam com intensidade tecnológica mais elevada, como a indústria de material de transporte, a indústria de elétrica e de comunicação e a indústria mecânica.

Entretanto, no conjunto, pode se inferir que as atividades industriais ocorridas no período abordado não foram adensadas mediante o surgimento de cadeias produtivas, enfraquecendo a lógica da industrialização pretendida pelos estados nordestinos, concebida no início dos anos 1990.

A introdução de setores industriais mais modernos e com conteúdo tecnológico mais elevado, capazes de, potencialmente, atuarem como âncoras dinamizadoras em uma perspectiva mais ampla, ocorreu de forma pontual e relativamente isolada e, além disso, concentrada em amplitudes espaciais mais reduzidas, como, por exemplo, o território de alguns municípios da região nordestina. (BALANCO; SANTANA, 2007, p. 94).

O setor secundário em 1960 respondia por 12% do PIB, e em 1998 passou a responder por 38,4%; um salto inverso do ocorrido com o setor primário, que em 1960 detinha 40% e caiu para 10,3%, em 1998 (SEI/BAHIA, 2000, p. 16).

Na Tabela 14, a seguir, percebe-se o salto expressivo que esse setor deu durante os anos 70, e que, como pode ser constatado, cresceu de maneira a se tornar, no ano de 2005, o setor mais importante da economia baiana. O Polo Petroquímico de Camaçari foi o agente econômico mais influente nessa mudança, na composição setorial da economia baiana

Tabela 14 - Composição Setorial da Economia Baiana (1960-2005)

| Setor | Primário (%) | Secundário (%) | Terciário (%) |
|-------|--------------|----------------|---------------|
| Ano   |              |                |               |
| 1960  | 40,0         | 12,0           | 48,0          |
| 1970  | 21,2         | 13,4           | 65,4          |
| 1980  | 16,4         | 31,6           | 52,0          |
| 1990  | 15,2         | 31,9           | 52,9          |
| 2000  | 10,7         | 41,1           | 48,2          |
| 2005  | 10,3         | 50,2           | 39,5          |

Fonte: SEI/BAHIA (2006).

Um aspecto importante a ser realçado é o papel desempenhado pelo setor industrial baseado na grande empresa produtora de bens intermediários.

[...] a dinâmica de acumulação de capital na Bahia passou a ser condicionada pela atividade industrial. E o parque industrial baseado na grande empresa produtora de intermediários foi fortemente apoiado pela ação federal, através de incentivos fiscais e financeiros, da realização de investimentos em infra-estrutura e também da participação acionária, sobretudo na petroquímica. (GUIMARÃES, 2003, p. 35).

Segundo Uderman (2004, p. 88), associando o planejamento com a atração de investimentos via guerra fiscal, constata-se que

A Bahia é recorrentemente citada como um dos estados precursores na montagem de um sistema de planejamento, que parece ter conseguido, em fases distintas de sua trajetória de desenvolvimento, direcionar a sua expansão industrial, com rebatimentos importantes na configuração espacial do seu território. Ao longo do período que se inicia da década de 1950, observa-se que as propostas de intervenção do governo estadual em favor do desenvolvimento da indústria têm assumido características distintas. O planejamento que associa o processo de desenvolvimento à criação de pólos de crescimento baseados na expansão de indústrias motrizes incorpora, no período mais recente, agressivos programas estaduais de atração de investimentos através da concessão de incentivos fiscais. Paralelamente, ganham destaque propostas que apóiam a formação de redes e a construção de um tecido social local considerado capaz de gerar externalidades positivas e promover a desconcentração territorial da economia.

Segundo Gonzalez e Guerra (2001), o processo de industrialização do estado estava baseado na produção de produtos intermediários até 1990, quando a guerra fiscal muda o perfil, atraindo fábricas dos setores de calçados e informática e dando início também ao desenvolvimento do segmento automobilístico, marcado pelo Complexo Ford.

A atração de investimentos passa ser a estratégia básica dos governos estaduais, que apostam na dinâmica desses empreendimentos para a geração de emprego e renda. Se fosse adotado um viés de planejamento no qual prevalecesse a racionalidade, ainda assim, essa racionalidade seria a imposta pelo grupo que detinha o poder.

Como demonstra Spínola (2003, p. 60)

Os resultados da experiência brasileira de planejamento são questionáveis. Se por um lado, promoveu o desenvolvimento econômico, sobretudo de 1968 a 1980, por outro, manteve um “considerável desequilíbrio inter-regional acentuada concentração de renda, e permanência de uma elevada parcela da população vegetando abaixo da linha da pobreza, continuando o país dependente, em grande escala, dos interesses e estratégias dos capitais externos”. O autoritarismo foi a marca desse planejamento. Os governos militares dissociaram a nação do Estado, reduziram o exercício da cidadania e afastaram a comunidade do processo de planejamento. Além desses percalços a economia brasileira nesse período dos governos autoritários (1964 -1986) enfrentou um processo inflacionário crônico, uma grave crise do endividamento externo e o planejamento regional, diminuiu a eficácia, diante da ausência de uma coordenação nacional e da pulverização de recursos em vários órgãos.

Apesar das limitações em termos de geração de emprego e de concentração da renda da estratégia básica voltada para a atração de investimentos externos, observa-se que foi mantida, conforme trecho contido do Plano Plurianual de Investimentos (PPA), abaixo transcrito:

O Estado possui vantagens competitivas capazes de atrair boa parte dos investimentos direcionados para o Nordeste brasileiro, pois no campo industrial está bem posicionado geograficamente, próximo dos mercados nordestino, do Centro-Oeste e do Sudeste brasileiro, e com saída estratégica pelo mar para os mercados da América do Norte, do Mercosul e da Europa. (SEPLAN, 2007, p. 8).

Acerca das características mais marcantes da economia baiana durante o período de 1992 a 2000, Carvalho Júnior et al (2002, p. 18) destacam:

a) Crescimento na média nacional; b) Consolidação e ampliação da indústria petroquímica e metalúrgica; c) Consolidação de setores que se beneficiaram com a política nacional de incentivo às exportações e que tiveram vantagens comparativas no estado, a exemplo da silvicultura, da produção de papel e celulose, dos frutos e grãos; d) Alcance, pela agricultura, de um novo patamar de produção, com base na política nacional de incentivo às exportações iniciada entre 1986 e 1992; e) Esgotamento dos produtos agrícolas tradicionais, que chegam ao fundo do poço, e esboço de recuperação dos níveis de produção de outros, graças às políticas dos governos Estadual e Federal; f) Surgimento de novos setores industriais, notadamente de bens finais, portadores de mudanças futuras na estrutura econômica do estado e promotores de sua inserção na divisão nacional do trabalho; g) Arranque do turismo, que passa a operar em um patamar mais elevado, a partir de investimentos do governo estadual e de programas nacionais com parceiros internacionais, a exemplo do PRODETUR.

No que tange ao comércio exterior, entre 1998-1999, apesar da retração das exportações (de US\$ 1.829 para US\$ 1.581 milhões) o Estado apresentou superávit (US\$ 114 milhões) refletindo o dinamismo de alguns setores, como grãos, metalúrgicos, derivados de petróleo e frutas. No ano de 2000 a Bahia acompanhou a tendência nacional, apresentando um déficit em sua Balança Comercial da ordem de US\$ 300 milhões — provenientes de um volume de importações de US\$ 2.256 milhões *versus* US\$ 1.943 milhões de exportações.

#### **4.1.9 Estratégias de Desenvolvimento da Bahia**

Desde a década de 60 que as estratégias de desenvolvimento da Bahia adotam a visão de que o desenvolvimento pode ser alcançado com a atração de investimentos, confundindo, dessa forma, crescimento do produto e da renda com desenvolvimento que envolve o compromisso com a melhoria da vida das pessoas e o respeito ao meio ambiente.

### Ênfase no Capital –

Segundo Ferraz (2005, p. 20), existe uma relação que contribui para entender como os empresários e Governo tentam pavimentar, no Estado da Bahia, o caminho em direção à Sociedade Competitiva:

Ao longo dos anos 90, o Governo do Estado da Bahia vem modificando a institucionalidade estatal e sua política para o desenvolvimento socioeconômico, em direção às demandas atuais do Capital, que passa também pela privatização do fundo público e pelo avanço do *ethos* empresarial no cotidiano.

O autor mencionado identifica, também, algumas tendências sobre as atuais transformações do Estado e do modelo de desenvolvimento na Bahia que possam atenuar a busca do desenvolvimento pela ótica do empresário e do capital, e manifesta sua esperança de que possam vir a ter um conteúdo vinculado a uma proposta de real desenvolvimento social para todos.

### Baseada na Guerra Fiscal

Ferraz (2005) afirma que a guerra fiscal é fomentada pela internacionalização, na medida em que a disputa por capitais externos obriga a crescentes concessões dos estados. Na origem desse processo estão as desigualdades regionais do país e a limitação de recursos internos para investimentos capazes de atenuar tais desigualdades. Os Estados normalmente participam da disputa quando consideram que possuem poucas chances de atrair investimentos sem incentivos e porque a chegada de novos negócios provoca um impacto em termos de criação de novos empregos e diversificação da produção local; as indústrias incentivadas atraem outras que são suas fornecedoras, o que, por sua vez, expande o nível de emprego e de renda da região.

Para o País, no conjunto, de acordo com Ferraz (2005), as consequências são negativas: além das tensões políticas entre os estados, cabe ponderar qual o impacto social das renúncias fiscais, promovidas por governos estaduais que nem sempre estão em condições de fazê-lo sem sacrificar ainda mais suas populações.

Segundo Diniz (2000, p. 343) a guerra fiscal corrói as finanças públicas, compromete receitas futuras e desvia os preços relativos porque nessa guerra, ganham os estados mais desenvolvidos, com melhores condições locais e maior cacife financeiro e político, o que agrava as desigualdades regionais.

Ferraz (2005) elenca alguns efeitos: no cenário empresarial, por exemplo, as empresas multinacionais às quais se destinam os maiores incentivos, são as mais beneficiadas; as grandes empresas nacionais arranjam-se, pelo volume de vendas internas, mas perdem

relativamente se não receberem incentivos; e os micro e pequenos empresários perdem em competitividade de seus concorrentes dos estados que adotam esquemas de incentivo.

Ainda, para Ferraz (2005) estabelece-se uma situação de desigualdade: enquanto algumas empresas maiores são beneficiadas, as demais são oneradas com a carga normal de impostos, que tendem a considerar muito alta por conta da má distribuição, e tendo um tratamento dos governos identificado por inadimplência com sonegação.

Dessa forma, uma das consequências é o avanço da economia informal, que corresponde à fatia substancial das atividades econômicas no Brasil.

O referido autor complementa, ainda, que o resultado principal da guerra fiscal vem sendo a reconcentração da economia nacional em direção ao Centro-Sul do Brasil, de acordo com o estudo da Secretaria de Assuntos Fiscais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, feito com base em análise do Produto Interno Bruto (PIB), que relata que entre 1970 e 1985, a região Sudeste havia sofrido uma redução de 6,4% na participação do PIB (BNDES, 2000 apud FERRAZ, 2005).

O estudo mostra que o Sudeste aumentou sua participação no PIB da indústria geral de 66,3% para 68,9%, enquanto o Nordeste caiu de 11,2% para 7,9% no período de 1985 a 1998.

Entretanto, em referência aos estados, a maior perda nesse quesito acontece no da Bahia, que teve sua participação reduzida de 4,2% para 2,1%. A participação de São Paulo aumentou de 46,5% para 50,6% em treze anos.

De 1989 a 1999. A participação da Bahia no ICMS Nacional caiu de 4,5% para 4,1% e entre 1985 e 1998 a sua participação no PIB total do País decresceu de 5,1% para 4,1%. Na Bahia, ao mesmo tempo em que promovia a renúncia fiscal para as empresas que viessem a se instalar no Estado, o Governo iniciou um processo de saneamento das contas públicas “reativando a fiscalização e deflagrando o combate à sonegação, que deverá prosseguir, sempre em escala maior”.

Isso porque para dar vulto à sua proposta de estímulo ao desenvolvimento via privatização do fundo público, o Governo precisaria gerar, inclusive à custa da população local, um “caixa” que viabilizasse os financiamentos iniciais destinados à iniciativa privada.

Segundo Ferraz (2005), esse processo apresentava uma espécie de acumulação primitiva, caracterizada pela expropriação da população local, em nível de impostos, necessária ao avanço da industrialização no Estado, particularmente fora da Região Metropolitana de Salvador (RMS), que compreende as seguintes cidades: Lauro de Freitas,

Simões Filho, Candeias, Camaçari, São Francisco do Conde, Madre Deus, Itaparica, Vera Cruz e Dias D'Ávila.

### A Atração de Empreendimentos Industriais

O Governo da Bahia, através da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), conforme divulgou a Assessoria Geral de Comunicação Social do Governo do Estado da Bahia no seu boletim eletrônico, realizou ao longo de 2005 um elenco de ações voltadas para atração de novos empreendimentos industriais. A ênfase dessas ações esteve restrita ao setor petroquímico (AGECOM, 2006).

Segundo essa fonte oficial, o Governo baiano tem como diretrizes a integração industrial e a sua interiorização e o modelo industrial baiano confere prioridade aos empreendimentos considerados estruturantes e de sinergia, requeridos para o fortalecimento e consolidação dos arranjos produtivos locais.

Ainda segundo a AGECOM (2006), o esforço governamental para atrair e promover oportunidades industriais para o Estado vem sendo apoiado por um trabalho contínuo de divulgação e valorização das condições favoráveis da Bahia, direcionado aos empresários que, para tomada de suas decisões, analisam as vantagens locais e comparativas oferecidas pelo Estado e não exclusivamente, os incentivos fiscais e apoios de infraestrutura concedidos.

O governo da Bahia acredita que como resultado prático dessa atuação, vem ocorrendo um processo de desenvolvimento da industrialização baiana, explicada pela opção preferencial do perfil selecionado de investidores e de suas empresas, que, segundo o Governo, representam líderes de seus segmentos industriais, detentoras de tecnologia, com mercados bem desenvolvidos e capacidade exportadora na grande maioria dos casos.

Segundo dados da AGECOM (2006), A Bahia ocupa a primeira posição no *ranking* da indústria nordestina; constituindo o maior polo petroquímico do Hemisfério Sul, e o terceiro maior produtor de celulose e de minerais, e despontando com investimentos em outros setores. Até 2009, a previsão é de que sejam implantados 363 novos empreendimentos industriais e outros 81 serão ampliados, por conta do crescimento da economia local.

No período de 2003 a 2005, ressalta-se que 126 empreendimentos industriais entraram em operação, gerando mais de 28 mil empregos. Muitos empreendimentos, principalmente no setor automobilístico, vieram em função da implantação no Estado de uma fábrica da montadora Ford, considerada a mais moderna do mundo e que teve como investimento inicial US\$ 1,9 bilhão, gerando cinco mil empregos, alcançando no ano passado a produção de 247 mil automóveis e o impacto de US\$ 872 milhões nas exportações baianas.

Além do setor de automóveis, outros segmentos industriais, como pneumáticos, calçados, móveis, informática, agroindústria, alimentos e bebidas, têxtil, naval, cosméticos e perfumaria fazem parte da matriz industrial baiana. (AGECOM, 2006),

No setor de pneus destaca-se a implantação de duas novas fábricas no município de Camaçari: a Continental e a Bridgestone. A Pirelli também investiu na ampliação de sua unidade em Feira de Santana. O investimento conjunto das três empresas soma US\$ 600 milhões. No setor de papel e celulose os principais investimentos são da Veracel e da Bahia Sul Celulose, no sul do estado. O investimento das duas empresas alcança US\$ 2,25 bilhões. O grupo Bahia Pulp também vai ampliar a indústria no Polo Petroquímico, visando a produção de celulose solúvel para uso industrial (AGECOM, 2006).

Esse conjunto de empreendimentos veio fortalecer a concentração industrial. Uma evidência são as exportações que estão concentradas em setores nos quais predominam as grandes empresas, a exemplo de Petrobras; Carafba Metais; Braskem; Suzano Papel e Celulose; Veracel Celulose; e Ford. O crescimento do valor total das exportações reflete a forte concentração da produção e da renda e a debilidade para reverter essa concentração das políticas: industrial, comercial e de ciência e tecnologia; comprovada pela incapacidade dos estímulos disponíveis.

Desse modo, não há consenso a respeito dos resultados da estratégia de industrialização adotada no período 1994 a 2004.

Alguns autores consideram que houve uma melhoria da verticalização da economia baiana com “maior adensamento das relações intersetoriais [...] em direção aos bens de consumo final.” (UDERMAN; MENEZES, 1998, p. 734).

Outros autores, entretanto, negam esta desconcentração e consideram a dificuldade que esses novos setores têm de se verticalizar, trazendo efeitos de encadeamento para a economia como um todo, ou seja, tiveram “impactos limitados e localizados que, na melhor das hipóteses, *ceteris paribus*, podiam contribuir para uma trajetória de crescimento vegetativo do PIB da Bahia no novo século”. (GONZALEZ; GUERRA, 2001, p. 314).

Nem adensamento como dizem os primeiros, nem impactos limitados com afirmam os segundos, pelo ângulo selecionado para observar essa estratégia, que toma como referencia a geração de empregos e a concentração da renda, os resultados são modestos.



#### 4.1.9.1 Organizações Econômicas e Sociais

Através de um estudo realizado pela Unicamp, Souza (2002) comparou a América Latina (representada pelos países da Argentina, Brasil, Costa Rica, México e Peru) ao Leste Asiático (representado pelo Japão, Coréia do Sul, Cingapura e Taiwan, e constatou que os pequenos negócios se desenvolvem de forma diferente nas duas regiões. Na América Latina, 28% dos pequenos negócios provêm de empreendedores oriundos dos estratos sociais de média ou baixa renda, enquanto que no Leste Asiático esse percentual é de 48%; no que se refere ao mercado, na América Latina, apenas 10% das pequenas empresas visam o mercado externo; no Leste Asiático, essa participação é muito maior: (40%).

##### **a) Empresas Convencionais**

Segundo levantamento feito pelo Sebrae - SP em 2004, os pequenos negócios no Brasil respondem por 98% das empresas já estabelecidas, sendo que cerca de 56 % delas encontram-se no comércio, 30% no setor de serviços e 14% na indústria. Além disso, abriga 57% dos trabalhadores com registro em carteira (carteira assinada), e dois terços dos postos de trabalho existentes em todo o setor privado da economia.

Analisando a experiência da Bahia na organização econômica, Pedrão (1992) comenta que no período compreendido entre 1870 e 1945 a economia baiana organizou-se com um leque de atividades exportadoras, e com uma pequena produção industrial, que dependeram do extrativismo, como supridor de matérias primas e como mecanismo indireto de resolver a reprodução da força de trabalho.

A decomposição da produção açucareira escravista significou desorganização da produção comandada pelos engenhos; e desmobilização de trabalhadores, concomitante com a entrada de um grande número de pequenos grupos de imigrantes. A periferia do trabalho passou a depender mais das tecnologias primitivas que podia praticar nas suas pequenas roças.

Ao final da primeira metade do século XX as atividades econômicas baianas, estavam voltadas para o setor agroexportador, e predominantemente dominadas pelo capital mercantil e com uma grande dependência do mercado externo (TAVARES, 1966, p. 5).

Os produtores de cacau, principal produto da pauta de exportação do Estado, embora tivessem nesse período reunido condições financeiras para uma migração para a indústria, limitaram ao consumo, notadamente em outras regiões do País.

Para Aragão e Baiardi (2010) as estratégias, em vigor, fazem concessões e incentivos visando atrair empresários de fora do Estado, e se valem da justificativa técnica de que seus

investimentos irão gerar emprego e renda e os embriões de empreendimentos ou atividades locais com potenciais de crescimento não devem ser fortalecidos? As empresas localizadas no Estado que já estão gerando emprego e renda, será que não merecem concessões? Em um mesmo segmento, criar empregos novos e deixar desaparecer empregos existentes, não significa um jogo de resultado zero?

Por outro lado, comentam que os efeitos causados pelos baixos investimentos em atividades de aprendizado em inovação tecnológica e gerencial, concluindo que a famosa “criatividade do baiano” não tem sido suficiente para superar as deficiências competitivas das empresas locais.

[...] sem dúvida que boa parte da explicação para as deficiências competitivas das empresas locais está relacionada com os baixos investimentos em atividades de aprendizado e inovação tecnológica e gerencial. O conservadorismo e a aversão ao risco do nosso empresariado podem ajudar a explicar essa situação. Mas isso, certamente, não é tudo. Temos carência de pessoal capacitado em todos os níveis. A suposta criatividade da mão-de-obra baiana não parece ser suficiente para engendrar um processo virtuoso de aprendizado neste momento em que o mundo vive uma fase de transição entre dois distintos paradigmas técnico-econômicos. (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p.14).

O Sebrae encomendou à Vox Populi uma pesquisa sobre os fatores condicionantes da taxa de mortalidade das médias e pequenas empresas em 2005, no Brasil. O referido estudo foi publicado em 2007, e contém subsídios que ajudam a entender como opera esse tipo de organização econômica na Bahia.

Dentre as variáveis estudadas, destacam-se as dificuldades no gerenciamento da empresa. Nesse aspecto verificou-se que o pequeno empresário de empresa extinta, quando indagado quais foram as principais sugestões para resolver dificuldades encontradas na condução das atividades de sua empresa as respostas obtidas foram: tratamento tributário diferenciado 75%; crédito preferencial (juros e prazos) 68%; desburocratização do registro/baixa de empresas 36%; programa de treinamento pessoal 32%; disponibilização de informações de mercado 25%; acesso às compras governamentais 18%; programa de cooperativismo 18%; programa para facilitar as exportações 14%. Perguntado também se participava de alguma rede Associativa, 93% dentre as empresas ativas disseram não e entre as extintas, o percentual subiu para 96%. O tratamento tributário foi apontado por 75% dos empresários como a principal dificuldade.

Lima (1999, p. 62) analisou a cooperação entre universidades e empresas na Bahia, e chegou à conclusão que ela é praticamente inexistente, e realça o depoimento de um dos entrevistados:

As universidades estaduais são ainda muito recentes. Têm um corpo diretivo comprometido, mas ainda estão muito distantes de poder proporcionar soluções

tecnológicas para tornar o seu meio externo mais competitivo. Para tanto é preciso atingir um determinado nível de capacidade de pesquisa interna e qualificação de recursos humanos; estas universidades ainda estão longe de alcançá-lo. E como não há uma ação de Estado voltada para isto, a atuação destes dirigentes é ainda mais heróica.

Mesmo na UFBA a cooperação formal é pouco expressiva, como aponta o depoimento de um dos entrevistados, destacado por Lima (1999, p. 62):

A Universidade entrou num processo progressivo de desvinculação com a realidade até se tornar um enclave na sociedade baiana. Este movimento começa a sofrer agora um processo de reversão. Por questões vinculadas a preconceitos e pela ausência de visão estratégica, foi negligenciado pelo projeto hegemônico político no Estado da Bahia, o que combinado ao corporativismo característico da instituição levou à situação de isolamento.

A concentração nas grandes empresas e a fragilidade das micro, pequenas e médias, sintetizam o panorama das empresas na Bahia.

#### **b) As Cooperativas**

Identifica-se a natureza e o comportamento das principais formas associativas de organização das pequenas e médias empresas, das cooperativas e das iniciativas solidárias, a partir de dados federais estaduais e municipais. Utilizam-se informações do Sebrae; da Organização das Cooperativas do Estado da Bahia (OCEB); da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); e de entidades da sociedade civil organizada. Essa linha também incluirá a análise do Atlas da Economia solidária do Ministério do Trabalho e do Emprego. Os arranjos socioprodutivos foram incluídos neste item, valendo-se da convergência desse agrupamento empresarial valorizar os aspectos socioambientais, em lugar da busca da competitividade a qualquer custo.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras OCB (2004), o cooperativismo no Brasil iniciou-se com a criação da primeira cooperativa de consumo em Ouro Preto (MG), em 1889, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto.

Em 1902, surgiram as cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, por iniciativa do padre suíço Theodor Amstadt, e a partir de 1906, nasceram as cooperativas no meio rural, idealizadas por produtores agropecuários, muitos deles de origem alemã e italiana que trouxeram de seus países bagagem cultural e experiência com trabalho associativo e atividades comunitárias. (NOTA 07, APÊNDICE A)

Um levantamento realizado pela OCB (2004) demonstrou que municípios que sediavam cooperativas possuíam um IDH superior aos municípios que não sediavam, conforme se observa na Tabela 15.

Tabela 15 - IDH e municípios com sede de cooperativas - 2003

| Itens         | Centro<br>Oeste | Nordeste | Norte | Sudeste | Sul   | Brasil |
|---------------|-----------------|----------|-------|---------|-------|--------|
| Coop.         | 708             | 1634     | 582   | 3161    | 1270  | 7355   |
| %dos Mun.     | 28,72           | 30,31    | 35,63 | 31,53   | 30,63 | 31,04  |
| Com Coop.     |                 |          |       |         |       |        |
| Coop por Mun. | 1,51            | 0,91     | 1,29  | 1,89    | 1,07  | 1,32   |
| IDH dos mun.  | 0,727           | 0,600    | 0,647 | 0,730   | 0,763 | 0,666  |
| Sem Coop      |                 |          |       |         |       |        |
| IDH dos mun.  | 0,750           | 0,633    | 0,694 | 0,760   | 0,789 | 0,701  |
| Com Coop      |                 |          |       |         |       |        |

Fonte: OCB (2004).

Partindo-se da premissa de que as cooperativas promovem o desenvolvimento e a inclusão social, tornando-se uma ferramenta muito útil para as sociedades reduzirem o seu atraso, observa-se que segundo a OCB (2004), no mundo, 40% das pessoas estão ligadas às cooperativas.

O Brasil, tendo 6.159.658 cooperados, e considerando mais dois agregados, por cooperado, registra assim, 18,5 milhões de pessoas vinculadas às cooperativas, o que representa pouco menos de 10,6% da população brasileira naquele ano (174 milhões).

Mas, sintomaticamente, na Bahia são apenas 107.659 cooperados, portanto, 322.944 pessoas ligadas às cooperativas; ou seja, apenas 2,4% da população (13,5 milhões), conforme Tabelas 16, 17 e 18.

Tabela 16 – Números do Cooperativismo por Ramo de Atividade, 31 DEZ. 2004

| RAMO DE ATIVIDADE | COOPERATIVAS | ASSOCIADOS | EMPREGADOS |
|-------------------|--------------|------------|------------|
| Agropecuário      | 1398         | 865.473    | 116.919    |
| Consumo           | 144          | 1.820.531  | 7.463      |
| Crédito           | 1068         | 1.890.713  | 26.068     |
| Educacional       | 311          | 66.569     | 2827       |
| Especial          | 9            | 326        | -          |
| Habitacional      | 356          | 128940     | 1126       |
| Infraestrutura    | 171          | 585.857    | 5.299      |

|                 |       |           |         |
|-----------------|-------|-----------|---------|
| Mineral         | 37    | 48846     | 27      |
| Produção        | 136   | 25490     | 373     |
| Saúde           | 883   | 326579    | 28249   |
| Trabalho        | 1894  | 346100    | 4154    |
| Transporte      | 715   | 52793     | 2590    |
| Turismo e Lazer | 14    | 1741      | 5       |
| TOTAIS          | 7.136 | 6.159.658 | 195.100 |

Fonte: OCB (2004).

A OCB (2004) fornece, ainda, dados relativos ao número de cooperativas, cooperados por unidade da federação onde se observa a liderança do Estado de São Paulo com 37,3% do total dos cooperados brasileiros, tendo o estado da Bahia, apenas 1,7%. Tabelas 17 e 18.

Tabela 17 – Número de Cooperativas, Cooperados e Empregos Diretos por Unidade Federativa, dez., 2004

| ESTADO             | COOPERATIVAS | COOPERADOS | EMPREGADOS |
|--------------------|--------------|------------|------------|
| Acre               | 29           | 5466       | 120        |
| Alagoas            | 80           | 20.689     | 1769       |
| Amapá              | 62           | 3.231      | 406        |
| Amazonas           | 93           | 13.243     | 788        |
| Bahia              | 493          | 107.659    | 2.796      |
| Ceará              | 213          | 72.512     | 3.709      |
| Distrito Federal   | 256          | 133.939    | 2.050      |
| Espírito Santo     | 136          | 77.625     | 3.329      |
| Goiás              | 165          | 88.296     | 6.295      |
| Maranhão           | 187          | 19.602     | 277        |
| Mato Grosso        | 192          | 119.965    | 4.429      |
| Mato Grosso do Sul | 95           | 34.304     | 2.292      |
| Minas Gerais       | 775          | 697.147    | 22.718     |
| Pará               | 298          | 90.322     | 582        |
| Paraíba            | 114          | 29.917     | 1.799      |
| Paraná             | 209          | 348.309    | 40.942     |
| Pernambuco         | 221          | 102.572    | 1.516      |
| Piauí              | 110          | 15.521     | 216        |

| ESTADO              | COOPERATIVAS | COOPERADOS       | EMPREGADOS     |
|---------------------|--------------|------------------|----------------|
| Rio de Janeiro      | 883          | 161.336          | 6.922          |
| Rio Grande do Norte | 125          | 59.313           | 1.298          |
| Rio Grande do Sul   | 844          | 1.083.996        | 34.161         |
| Rondônia            | 50           | 18.809           | 280            |
| Roraima             | 52           | 1.463            | 3              |
| Santa Catarina      | 292          | 538.684          | 17.369         |
| São Paulo           | 1.045        | 2.297.175        | 38.199         |
| Sergipe             | 75           | 12.254           | 322            |
| Tocantins           | 42           | 5.314            | 513            |
| <b>TOTAL</b>        | <b>7.136</b> | <b>6.159.658</b> | <b>195.100</b> |

Fonte: OCB (2004).

Tabela 18 – Participação da Bahia no Número de Cooperativas, Cooperados e Empregos Diretos no Brasil, dez. 2004

| ESTADO           | COOPERATIVAS | COOPERADOS | EMPREGADOS |
|------------------|--------------|------------|------------|
| Brasil           | 7.136        | 6.159.658  | 195.100    |
| Bahia            | 493          | 107.659    | 2.796      |
| Bahia/Brasil (%) | 6,9          | 1,7        | 1,4        |

Fonte: OCB (2004).

### c) Demais Organizações Associativas

#### 4.1.9.2 A Economia Solidária e Empreendimentos Afins

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, através do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), (2005, p. 15), a Economia Solidária é compreendida como “o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito - organizadas e realizadas, solidariamente, por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária”.

É pacífico o entendimento de que o capitalismo mesmo sendo hegemônico, não impede o desenvolvimento de outros modos de produção porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país.

Em Salvador, em 2005, existiam 54 empreendimentos solidários distribuídos do seguinte modo: 28 cooperativas; 14 associações; 11 grupos informais e 1 outra forma não especificada (SIES, 2005).

Esses empreendimentos operavam com os seguintes produtos: alimentos, 12; reciclagem, 10; artesanato, 13; fitoterápicos, 1; serviços pessoais, 4; fabricação de têxteis e acessórios que compreendem Confecção, acessórios, artigos de cama, mesa e banho, 32; brinquedos, 6; cursos, 6; tapetes, 3; material de limpeza, 1; sandálias, apresentação artística, 1; utensílios, 2; chaveiro, 1; construção civil, 3; enfeites decorativos, 1; e serviços gráficos, 1, e contavam com 2634 participantes sendo 1826 mulheres e 808 homens.

Um dos principais desafios enfrentados por esses empreendimentos continua sendo a dificuldade em conciliar os valores de solidariedade com as áridas questões ligadas a mercado, tecnologia, rentabilidade econômica etc. Daí vem o dilema: fazer diferente, mas, sem esquecer esses fundamentos básicos.

O SIES (2005) informa ainda que em todo o Brasil, apenas 39% dos empreendimentos apresentaram um superávit financeiro, enquanto que 13% enfrentaram um déficit e 34% se encontravam em situação de equilíbrio. Esses números sugerem alguma negligência com as questões ligadas à mercado, tecnologia, rentabilidade econômica etc. e apontam para o enorme desafio desses empreendimentos: fazer diferente, mas sem esquecer esses fundamentos básicos.

Já o SEBRAE, em termos de apoio aos empreendimentos de economia solidária, lidera uma iniciativa que pretende aliar inclusão social à valorização da arte e da cultura da Bahia. O Projeto de Empreendedores da Economia Solidária, desenvolvido por esse Órgão, na Bahia desde 2006, em parceria com o Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil, promove o trabalho de 14 cooperativas e associações localizadas principalmente no Bairro da Paz, em Salvador. Também começou um projeto com 200 terreiros e quilombos para geração de emprego e renda para estas comunidades.

Nossa meta é promover o desenvolvimento no sentido mais amplo, para melhorar o quadro social em que essas pessoas vivem, e formar uma grande rede sustentável de economia solidária, com qualidade na produção para se chegar ao mercado. Os Empreendedores da Economia Solidária fazem parte da Carteira de Comércio do Sebrae/BA. (SEBRAE, 2006, p. 8).

São várias as associações e cooperativas que recebem a capacitação em gestão empresarial do SEBRAE, através desse Programa.

O projeto trabalha com associações de diversos ramos. A Cooperativa Semente da Paz produz peças de artesanato a partir de material reciclado como papel jornal. A Cultura Artes e Percussão (CAP) cria instrumentos musicais de percussão como berimbau, pau-de-chuva e surdo. A Cooperativa NOVODENOVO constrói móveis

como poltronas e pufs com garrafas PET. A Cooperativa Raízes do Povo de Israel (COOPRPI) é formada por mulheres que costuram e bordam bolsas. O programa leva capacitação em gestão empresarial às associações e cooperativas participantes. Também promove os produtos criados por estes artesãos e artistas em desfiles de moda e feiras. As cooperativas de economia solidária apoiadas pelo Sebrae puderam mostrar um pouco de seu trabalho na Feira do Empreendedor de Salvador, no estande da Carteira de Comércio, realizada de 8 a 11 de novembro. Quando alguém compra um dos produtos apoiados pelo projeto recebe um cartão que traz uma sinopse sobre a cooperativa que criou aquele artigo junto com os contatos como telefone, endereço e e-mail. Os produtos que trabalhamos não são comerciais. Eles agregam um valor social e trazem junto uma história de vida cheia de luta. (SEBRAE, 2006, p. 9).

No âmbito do SIES, compreendem-se como políticas públicas de economia solidária aquelas ações, projetos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal, estadual ou federal, com o objetivo de fortalecimento da economia solidária.

A Prefeitura Municipal de Salvador não tem uma ação articulada com as Incubadoras Técnicas de Cooperativas Populares (ITCP's), situadas nas seguintes instituições de ensino superior: UNEB, UFBA, UNIFACS e CEFET.

Essas ações de incubação poderiam produzir como ocorrem em outros estados, impactos em dois níveis: a) Impactos em relação aos indivíduos, envolvendo: elevação da auto-estima; aumento da escolaridade e da consciência político-social; incremento da renda (ainda que muitas vezes em escala reduzida); maior acesso a serviços e políticas públicas (em áreas como documentação, saúde, educação, habitação, etc.); e b) Impactos em relação aos grupos, incluindo entre outros itens: agregação de novas tecnologias ao processo produtivo; elevação da capacidade gerencial e qualificação profissional, aumento das iniciativas para a captação de apoios e recursos, e maior vinculação com as comunidades e movimentos sociais.

#### 4.1.9.3 Associações e Outras Formas

Ao contrário do arraigado entendimento que informa a inexistência de antecedentes de associação e auxílio mútuo na Bahia e se detém unicamente nas formas de cooperação convencional (Nota 08, APÊNDICE A). Vale destacar que em 1832 foi fundada pelo africano livre e “ganhador” (Nota 09, APÊNDICE A) Manoel Victor Serra, a Sociedade Protetora dos Desvalidos, (Sociedade de Previdência, Assistência Social, Pecúlio e Fomento Econômico e Social).



Uma associação inicialmente denominada Irmandade de Nossa Senhora da Sociedade Amparo dos Desvalidos que previa, entre as suas finalidades, associar "homens de cor preta" e contribuir para a compra da alforria dos que ainda fossem cativos.

Para o antropólogo Julio Braga (2008) a referida sociedade era uma importante agência de prestígio e de auxílio mútuo, principalmente logo após a Abolição, quando o número de recém-ingressos ultrapassou o de antigos sócios.

Por outro lado, em todo o Estado é comum a ajuda mútua feita a fim de poupar esforço e de reduzir o tempo usado no trabalho. O "dia trocado", por exemplo, é uma prática utilizada a partir de um trato verbal, com a finalidade de colaborar com determinada família na realização de uma tarefa específica, visando o mesmo auxílio em momento oportuno.

Desse modo, em muitos momentos, as chamadas relações de solidariedade entre os camponeses consistiam, também, em uma relação de ajuda mútua, ou de troca, cuja manutenção dependia continuamente da retribuição do favor realizado, com cooperação e reciprocidade.

Acompanhando esse raciocínio, ocasiões como a bata do feijão, o "sobaco", o "corte", o "boi roubado", a separação das folhas de fumo em "manocas" e o "empréstimo" da casa de farinha fazem parte de uma rede de cooperação no cotidiano rural.

#### 4.1.9.4 Arranjos Socioprodutivos

A ideia de redes de empreendimentos, operando com infraestrutura comum, não é nova. Alfred Marshall (1982), já propunha distritos que agrupariam indústrias e atuariam com a interação entre os vários agentes. A novidade é propor uma convergência entre essas redes e a valorização dos aspectos socioambientais.

A partir dos anos 70 ocorre uma expansão desses aglomerados denominados de "Clusters" e de "Arranjos Produtivos", como são conhecidos no Brasil. O fenômeno conhecido com "Terceira Itália" (NOTA 10, APÊNDICE A) contribuiu para essa expansão.

Putnam (1999) em seus estudos sobre este fenômeno observou um maior dinamismo nas empresas situadas no norte Italiano, enquanto verificava pouco desempenho e produção no sul da Itália. Daí verificou-se que nas cidades onde ocorria prosperidade econômica e boa governança existia um histórico de organização e formação de uma sociedade civil, enquanto que nas outras onde havia pouco desenvolvimento foi comprovado que a sociedade civil era menos dinâmica e ativa, com baixos índices de desenvolvimento. Então, a estrutura de uma sociedade civil adequada era determinante para o desenvolvimento local.

Conforme adota o SEBRAE (2003, p. 10)

A união de pequenos empresários e a organização destes em arranjos constituem-se como uma importante fonte geradora de vantagens competitivas tais como: a capacidade de gerar economias de escala, de investir em inovação produtiva e gerencial, inserir firmas de pequeno porte no mercado externo e contribuir para o aumento do padrão de qualidade dos produtos. Torna-se então necessário o estabelecimento de novas formas de organização e de ação junto aos pequenos negócios, de forma a superar as deficiências originadas do porte e do isolamento das micro e pequenas empresas brasileiras. Ao estimular processos locais de desenvolvimento, é preciso ter em mente que qualquer ação nesse sentido deve permitir a conexão do arranjo com os mercados, a sustentabilidade por meio de um padrão de organização que se mantenha ao longo do tempo, a promoção de um ambiente de inclusão de micro e pequenos negócios em um mercado com distribuição de riquezas e a elevação do capital social por meio da promoção e a cooperação entre os atores do território.

O Sebrae (2003) reconhece que a tendência é fazer dos APL um dos focos de ação das políticas de desenvolvimento econômico e social do país, sabendo que elas não podem se tornar apenas mais um modelo de gestão, virando um modismo, é sempre conveniente checar seus elementos, seu alcance e eficácia.

Na perspectiva da abordagem convencional, Kuppfer (2001) considerou quatro grupos de diretrizes de uma política industrial: a) cadeias produtivas que apresentem elevada competitividade no plano setorial como o café, a celulose, minério de ferro, siderurgia, etc.; b) redes de produção que apresentam estrutural deficiência competitiva que o torna refém de amplos programas de investimentos como as indústrias: química, petroquímica e de bens de capital; c) indústrias que necessitam de estratégias bem elaboradas de fomento para que materialize a sua evolução no processo de modernização produtiva, devendo aumentar sua capacitação em atividades de pré e pós-produção, como as indústrias de alimentos, de cosméticos, de implementos agrícolas, de mobiliários

Essa rede requer estímulos aos arranjos de produção locais; d) as filiais de empresas multinacionais, para as quais a ênfase deve recair sobre políticas de atração e de regulação de capital externo, como a indústria farmacêutica, a automobilística, a eletroeletrônica, dentre outras. Numa abordagem que considere outros critérios socioeconômicos e ambientais, a ênfase na competitividade teria que ser reduzida.

Face ao exposto, e referindo-se aos **arranjos socioprodutivos na Bahia**, ressalta-se que o governo do Estado adotou manter o foco em arranjo produtivo local (APL), através de políticas públicas, atuando como um importante gerador de vantagens competitivas e de fortalecimento de setores produtivos. Entretanto ainda existe dificuldade em se encontrar uma definição precisa para APL.

Na Bahia, a complexidade dos problemas sociais e econômicos aponta para a importância das políticas públicas e da integração entre elas, onde é preciso a

ligação e viabilização das interações e do compromisso de todos os envolvidos com os propósitos do desenvolvimento. Nesse contexto, necessita-se pensar no fortalecimento dos setores produtivos com maior capacidade de ganhos a partir da articulação, criando as bases para institucionalizar os Arranjos Produtivos Locais [...] O Governo Estadual iniciou no ano de 2003 a Rede de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais da Bahia, primeira do gênero no Brasil, resultado da parceria entre Governo, Empresas, Instituições Financeiras e Universidades visando promover uma maior articulação entre os diversos atores que realizam ações em APL. A rede é coordenada Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação (SECTI), e conta com diversos projetos em regiões distintas. (AGECOM, 2004, p. 34).

Entre os arranjos produtivos locais destacam-se: a) rochas ornamentais, em Ourolândia; b) confecções, em Salvador e Feira de Santana; c) floricultura, em Maracás; d) sisal, em Valente; e) ecoturismo, em Ilhéus e Itacaré; f) caprinovinocultura, em Jussara; g) piscicultura, em Paulo Afonso; h) tecnologia da Informação, na RMS e Ilhéus; i) transformação plástica, na RMS; e j) fruticultura, em Juazeiro.

Segundo Uderman (2004, p. 90), avaliando a implantação desse tipo de intervenção, foram variáveis externas que provocaram o surgimento dessa alternativa na Bahia.

No final da década de 1990, a disseminação dos conceitos de *clusters* e APLs, a orientação proveniente das instituições multilaterais de crédito, as mudanças na concepção e operacionalização dos programas regionais instituídos em nível federal, a redução das margens de intervenção financeira das instâncias públicas subnacionais e a crescente preocupação manifesta com a identificação de potencialidades regionais e o desenvolvimento de empreendimentos locais de pequeno e médio porte apareciam como fatores cruciais na definição de novas propostas de desenvolvimento estadual.

Uderman (2004, p. 91) sintetiza os argumentos que convenceram os dirigentes locais a fazer a opção por essa alternativa de intervenção.

Como regra geral, destacava-se a importância da construção de um ambiente local propício a iniciativas empreendedoras, valorizando-se a percepção de que a interação dos diversos agentes moldaria o desempenho competitivo e que o processo de desenvolvimento pressupunha a formação de redes de cooperação e arranjos produtivos locais. Disseminava-se a visão da indústria como parte de um conjunto de atividades mais amplo, condizente com a intensificação dos processos de desverticalização e flexibilização produtiva e a necessidade de integrar atividades associadas à produção industrial propriamente dita.

Apesar de se reconhecer que ações de mobilização podem exercer um papel importante na articulação de fornecedores locais a indústrias dinâmicas, na internalização dos efeitos decorrentes da atração de investimentos de grandes dimensões, elencam-se algumas razões que parecem ter limitado os impactos desse tipo de intervenção: a) dificuldades provenientes da trajetória industrial e da estrutura dela decorrente; b) fragilidades da base produtiva local, do ambiente empresarial; c) e da infraestrutura disponível; d) além da própria fragmentação dos recursos aplicados.

## 4.2 ANÁLISE DOS CONDICIONANTES POLÍTICOS

Aqui se analisa o comportamento da estrutura política e a sua condição de tornar-se um fio condutor para explicar a implantação das estratégias econômicas, que configuraram a paisagem encontrada. Utilizando informações das instituições acadêmicas e especialmente dos centros de ciências políticas.

### 4.2.1 Grupos e Estratos Sociais Organizados

A organização política dos grupos e estratos sociais no Brasil em partidos políticos tem uma característica que é o descumprimento de seus programas e distorções, quanto à representatividade, os quais, entretanto, na essência, não se constituem empecilho para que o poder seja exercido pela classe dominante.

Segundo Carvalho (2001, p. 23), “até 1837 não se pode falar em partidos políticos no Brasil: a partir dessa data formaram-se as duas agremiações que caracterizaram o Segundo Reinado, a dos Conservadores (saquaremas) e a dos Liberais (luzias)”.

Os conservadores defendiam um regime forte, com autoridade concentrada no trono e pouca liberdade cedida às províncias. Os liberais, o fortalecimento do parlamento e maior autonomia provincial. Ambos defendiam o regime escravista. Como ambos pertenciam à mesma classe social, a dos proprietários, de bens e de escravos não havia discordâncias significativas. Assim, o primeiro programa partidário só apareceu em 1864. A Política da Conciliação adotada e a estratégia do gabinete misto (conservador-liberal) foram capazes de estabilizar politicamente o Segundo Reinado.

A Proclamação da República contou com escassa presença de republicanos autênticos e a partir dela formou-se uma máquina político-eleitoral - composta pelo coronel, pelo cabo-eleitoral e pelo curral eleitoral com a função de garantir resultados ao grupo governante. O que não foi suficiente para impedir a violência política como nos casos do Movimento Tenentista, de 1922-27; da Revolução de 1923 no RGS, ou o da Revolta da Princesa na Paraíba, em 1928.

Com a revolução de 1930 e a ascensão da ditadura de Getúlio Vargas, os partidos foram impedidos de atuar. Entre 1945 e 1964 o cenário político foi dominado por partidos getulistas: Partido Social-Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo principal partido antigetulista: a União Democrática Nacional (UDN). O PSD abrigou lideranças rurais e o PTB agregava as lideranças sindicais. A UDN congregava a burguesia e

a classe média urbana, favorável ao capital estrangeiro e à iniciativa privada, sendo a principal força política mentora do Golpe Militar de 1964.

O Regime Militar destruiu o sistema partidário democrático existente desde 1945, e a partir de 1965, com o Ato I-2, somente permitiu a existência de duas associações políticas nacionais, nenhuma delas podia usar a palavra: partido. Criou-se então a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), base de sustentação civil do regime militar, formada majoritariamente pela UDN e egressos do PSD, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), com a função de fazer uma oposição bem-comportada que fosse tolerável ao regime.

O Regime Militar adotou o sistema de cassações de mandatos para livrar-se dos seus adversários (foram 4.682 os que perderam seus direitos políticos). Juntaram-se na ARENA lideranças conservadoras e fascistas, enquanto os liberais e os escassos trabalhistas sobreviventes dos expurgos entraram para o MDB: situação de congelamento que se prolongou por quase vinte anos.

A Campanha das Diretas-Já, de 1984, foi o último momento em que houve um conagraçamento geral das forças de oposição, fazendo com que a partir dali cada agremiação buscasse seu rumo próprio. No lugar da extinta ARENA surgiram o Partido da Frente Liberal (PFL) e Partido Popular Brasileiro (PPB), e de dentro do MDB emergiram o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) o Partido Social-Democrático Brasileiro (PSDB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), e o Partido dos Trabalhadores (PT) e a volta dos partidos comunistas.

Esse número de partidos aumentou e em 2005 já eram mais de 30 as representações políticas legais. Com algum rigor se reconhece a existência de apenas quatro ou cinco grandes correntes ideológicas (de esquerda, do centro-esquerda, do centro-direita e da direita), formando o espectro político nacional.

A tendência mais comum dos partidos tem sido a de desapego às idéias, aos programas e à representatividade, em nome da ordem e da estabilidade política, uma estratégia que minou a confiança da população pelos partidos e suas propostas.

Dentre os episódios marcantes da política brasileira que gerou uma dívida ainda pendente nos dias atuais, destaca-se a política oficial do Governo, na Primeira República de abandonar os ex-escravos e ignorar a forma como esse imenso contingente de pessoas iria sobreviver, tornando-se um dos agravantes da grande disparidade socioeconômica prevalecente no Brasil. Os libertos realizaram o “milagre” da sobrevivência, apesar de excluídos da sociedade brasileira, através dessa política deletéria.

Fernandes (1978, p. 19) dá uma boa ideia da dificuldade de integração enfrentada pelo liberto, quando afirma que

A sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo.

Carvalho (2001, p. 229) resume e atualiza essa questão, associando-a à dificuldade para a construção da cidadania. “A desigualdade é a escravidão de hoje, o novo câncer que impede a constituição de uma sociedade democrática”.

#### **4.2.2 O Pacto Político de Getúlio Vargas**

Como um pano de fundo pertinente, em nível nacional, vale salientar que o Pacto Político de Vargas, juntando-se a burguesia industrial; setores da oligarquia substituta de importações; tecnoburocratas no aparelho do Estado; e trabalhadores; tornou-se inviável, na segunda metade dos anos 50, e relata qual foi o motivo:

De um lado, já se manifestava naquele ano a crise da estratégia de substituição de importações e do financiamento inflacionário do déficit público que fora levada ao paroxismo nos cinco anos do governo Kubitschek (1956-61), e de outro, porque fatos históricos novos levavam as elites, que haviam se dividido em torno da industrialização e do confisco cambial, a novamente se unir e a romper sua aliança com a esquerda. (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 63).

O citado autor reconhece a liquidação do pacto populista de Vargas e conclui que o Golpe Militar de 64 foi consequência do colapso do pacto populista, e assim complementa:

Novos fatos, que mais tarde seriam a base da "interpretação da nova dependência", liquidavam a grande coalizão de classes - o pacto populista ou nacional-desenvolvimentista - que Getúlio Vargas arquitetara e que durante trinta anos dominara o Brasil. A consolidação da indústria e o enfraquecimento do café uniam as duas classes. O próprio café era, agora, produzido e comercializado de forma crescente por imigrantes e seus descendentes. A entrada das multinacionais na indústria, que efetivamente só ocorreu nos anos 50, acabava da vez com a tese de que "o capital estrangeiro se opunha à industrialização". Os empresários industriais, agora defendidos de importações por uma lei de tarifas que seria um pouco mais tarde complementada pela Lei do Similar Nacional, podiam associar-se, tornarem-se fornecedores e distribuidores dos bens produzidos localmente pelas empresas multinacionais manufatureiras. Com o colapso do pacto populista produz-se, então, um vácuo político, ao mesmo tempo em que a esquerda e a direita radicalizam seu discurso e sua ação. As eleições de 1960, particularmente o apoio ao general Lott, que era um homem de direita, pelas forças de esquerda, revelavam esse vácuo e esse impasse. Sua derrota leva Jânio Quadros ao poder. Com sua renúncia, entretanto, João Goulart, o herdeiro por excelência de Getúlio Vargas, sobe ao poder. A reação contrária da burguesia e dos militares se explica dessa forma. Jango chegava ao poder quando já naufragara o pacto político que deveria dar-lhe sustentação. O golpe militar de 1964 é a consequência desse fato. (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 63).

### 4.2.3 Representação Política da Bahia

A representação política na Bahia reproduz, com suas peculiaridades, o quadro nacional. As forças políticas nacionais refletem o poder econômico e sua capacidade de organização política. A perda de força econômica do Estado, a partir do século XVII, explica o papel coadjuvante representado. A concepção e implantação de ações do poder executivo são orientadas a beneficiar os grupos dominantes, ou no mínimo, a não provocar perdas que eles considerem inaceitáveis.

Uma das peculiaridades do Estado é o processo de formação da sua elite dominante que passa necessariamente por um processo de classe ao contrário do que aparentemente levam a crer os destaques e até o brilhantismo de certos personagens da política baiana, a exemplo de José Joaquim Seabra, Juracy Magalhães, Otávio Mangabeira, e, sem dúvida, Antonio Carlos Magalhães.

Não se pode compreender a política baiana sem considerar o papel de quatro grupos intervenientes: a) a velha elite açucareira; b) os grandes proprietários; c) os comerciantes e d) os exportadores. Os comerciantes cresciam com a urbanização, fortaleciam-se com a criação de bancos e se aliavam aos grandes proprietários, para compor e articular um grupo político dominante e dirigente.

Até a metade do século XIX, a Bahia ocupou uma posição de destaque no cenário nacional. A velha "classe" açucareira passou por uma breve recomposição com os engenhos centrais e por uma modernização que se estendeu até as primeiras décadas do século XX.

Desse modo, é de uma perspectiva de classe que Pinheiro (2003, p. 279) define a revolução de 30:

A chamada revolução de 30 foi um acerto de contas entre o avanço e o atraso na política brasileira. De um lado estava a industrialização, incipiente, mas já muito presente, o surgimento de uma classe média, ávida por espaço político e um proletariado que já havia marcado sua presença nas greves da década de 1910/20.

O movimento de 30 foi conduzido pela Aliança Liberal. No entanto, uma vez no poder, esta aliança se desfez porque dois projetos muito diferentes se cruzaram. O projeto dos tenentes que passava por uma orientação claramente centralizadora, de reforço dos poderes intervencionistas da União e o da oligarquia, que só queria derrubar o Governo central.

Na Bahia, a Revolução de 1930 teve um curso muito próprio. Aqui ela só chegou com os Tenentes Juracy Magalhães e Agildo Barata, e ficou sob comando do primeiro, a contra gosto da oligarquia local. A oligarquia rural apoiou a interventoria porque esta não liquidou os seus interesses locais e estabeleceu com ela uma relação de clientelismo.

O surgimento da Petrobrás, nos anos 50, colocou a Bahia num polo privilegiado do eixo Norte-Sul da produção nacional de energia. Instalou-se, aqui, no âmbito da Petrobrás, um proletariado numeroso, e relativamente bem pago, que se sintonizou com as lutas sindicais e políticas de seus colegas do Sul.

Enfim, a Bahia a partir dos anos 50, recomeçou sua participação na economia nacional, sendo emblemática a criação da CPE (Comissão de Planejamento Econômico) no governo Antonio Balbino (1954-58), por Rômulo Almeida. Apesar disso, continuou o atraso e o atrelamento às iniciativas econômicas de pequeno porte.

De fato, é revelador que o projeto de modernização para a Bahia, concebido por Rômulo Almeida tenha sido inviabilizado pela política tradicional que retomara o poder desde o final do governo Balbino.

Já o Golpe Militar de 1964, ao contrário da Revolução de 1930, não foi uma reação ao progresso político do Brasil; os militares na realidade procuraram deter um processo de transformação social, em curso. Também ao contrário de 1930, o Golpe de 1964 teve ampla repercussão na Bahia. Foram muitas as manifestações de apoio, sendo impressionante a do Governador Lomanto Junior, o qual, recém eleito, aceitou pacificamente a mudança política; adaptou-se, automaticamente, à nova ordem institucional, e assimilou integralmente o discurso dos militares golpistas.

Em seguida, os partidos políticos foram extintos, as lideranças mais expressivas foram neutralizadas, e foram criados dois partidos. A oligarquia apoiou o partido da situação, a Arena; tendo restado à oposição articular-se com o MDB.

Nesse contexto surgiu a liderança de Antônio Carlos Magalhães. A partir de seu primeiro governo (1971-74), ACM se impôs aos demais como a única liderança do Estado, inclusive sobre Luiz Viana Filho, que o antecedeu e o indicara para sucedê-lo. A oligarquia se identificou com o Governo estadual e este com o federal. O poder local estava resguardado pelo poder central.

Com a volta do Estado de Direito, das liberdades individuais e, sobretudo, com a liberdade de imprensa a situação se modificou. Passou a existir uma vigilância do executivo pela sociedade, pela imprensa e mesmo pelo Poder Legislativo e Judiciário.

Na Bahia, entretanto, essa situação perdurou. Personagem central da política baiana desde o início dos anos 70, ACM acumulou muito poder, a partir da forma como se aproximou do poder central durante o Regime Militar. Justamente por isto, passou a ser apoiado pelos políticos do interior e também da capital; e o círculo então se fechou.

Sintetizando esse comportamento político na Bahia, Pedrão (2010, p. 5) comenta que



Em momentos de ruptura do processo político nacional, como no advento da República, na Revolução de 30, na tentativa de golpe de Estado em 1961 e no golpe em 1964, esse bloco de poder se alinhou com posições conservadoras e se moveu mediante lideranças personalizadas, com mecanismos pré-industriais de comando. Assim, a vida política e a concentração de poder econômico encaminharam um individualismo exacerbado, que foi passado como ideologia para os segmentos de burguesia em ascensão. As regras não escritas de obediência são passadas do alto até a base da pirâmide, resultando em uma sociedade em que não se tolera a discordância e na qual prevalece um sistema de concorrência e proteção mútua.

A Bahia não se desenvolveu o suficiente para estabelecer novas relações sociais de poder; mais horizontais, mais abertas, mais modernas, onde os antigos “chefes” dessem lugar a personagens modernos da política, resultantes da sua liberdade de escolha.

Assim, a parte moderna e emancipada da Bahia não determinava a sua política. A industrialização mais recente, começando com a Petrobrás nos anos 50 e se prolongando com o Centro Industrial de Aratu nos anos 60, e o Polo Petroquímico de Camaçari, nos anos 70, não modificou este quadro por se tratar de um tipo de indústria que por suas características técnicas não absorveu mão de obra massiva; pelos seus objetivos econômicos voltou-se para a exportação e o mercado do Centro-Sul do País.

Por isto, a população baiana esteve pouco envolvida nesse processo. Permaneceu na marginalidade econômica, na pendência de alguém, uma dependência que tem sempre um preço político, que na Bahia foi muito alto, porque além do atraso material para a maioria, criou barreiras a um processo de mobilização efetiva da sociedade, por mudanças.

#### **4.2.4 Política e Projetos Econômicos na Bahia**

Torna-se ilustrativo tratar do processo político nesse período e de como ele gerou alguns projetos econômicos. Guimarães (2003 p. 33) analisa a Revolução de 30 e o que ela acarretou de transformação política para a Bahia através do desarmamento dos coronéis e o fim do banditismo:

No plano econômico, o estado revolucionário procurará consolidar o desenvolvimento do modo de produção capitalista, substituindo-se à burguesia mercantil nas relações com o exterior, através da regulamentação das trocas internacionais e do privilégio do lucro industrial e agrícola sobre o lucro comercial e financeiro, por um lado e, por outro, no incentivo à produção e na proteção de mercado interno. No plano político, considerará imprescindível o desarmamento dos coronéis e a extirpação do banditismo, de modo a garantir a unidade do estado nacional.

Guimarães (2003, p. 33) considera relevante a articulação política de SEABRA, para a nomeação de Leopoldo Amaral como interventor, e representante das forças política conservadoras.

[...] em 1930, as classes dominantes baianas assistem apreensivas ao levante militar e à instalação do novo governo, que significava, para elas, o afastamento do poder de seu representante, o governador Vital Soares, candidato situacionista eleito para a vice-presidência pela chapa de Júlio Prestes. Mas significava, mais que isto, para a grande quantidade de forças que se aglutinavam em torno do antigo governador, a perda do governo estadual. O sistema de dominação procura, entretanto, recompor-se pelas mãos dos políticos de oposição a Vital Soares, o mais eminente dos quais é J.J. Seabra, que se articulam com Vargas e com os tenentes de modo a colocar na Interventoria Federal da Bahia Leopoldo Amaral.

O mencionado autor comenta a nomeação de Juracy Magalhães como o novo interventor, após os fracassos de Leopoldo Amaral e Artur Neiva como interventores; os quais não conseguiram construir um novo pacto político que contemplasse os interesses da Revolução.

Os três meses de Amaral na Interventoria foram suficientes para mostrar a incompatibilidade entre os objetivos revolucionários e os políticos tradicionais. Em 1931, Seabra faz uma tentativa frustrada para ver-se nomeado interventor, o que acaba por conduzi-lo e à totalidade da representação política da burguesia mercantil para a oposição ao novo regime. Em seu lugar é nomeado Artur Neiva, um baiano radicado em São Paulo e alheio à política regional, que embora seguindo uma orientação adequada à Revolução, revelada, sobretudo pela reorganização dos municípios e pela quebra do poder oligárquico que isso representava, não consegue construir um novo pacto político em torno dos ideais revolucionários. o que, com a revolta constitucionalista de revelava-se ainda mais essencial para o novo governo. Em 1932, assume a Interventoria o tenente Juracy Magalhães com uma missão clara: aniquilar os resquícios do antigo pacto e construir um outro mais condizente com a correlação de forças nacionais. (GUIMARÃES, 2003 p. 33).

Guimarães (2003) enfatiza ainda o erro de avaliação de Mariani, a quem chama de “o mais orgânico dos intelectuais burgueses baianos”, em não ter compreendido a ruptura que representou a abolição para a economia do país, uma vez que para Mariani, a Revolução de 1930, que consolida aquela ruptura, foi a causa da decadência baiana.

Continuando, o autor citado descreve o papel dos intelectuais após a Segunda Guerra:

A historiografia baiana esteve profundamente marcada pela visão dos intelectuais que, após a Segunda Guerra Mundial, forjaram e assumiram o sistema de idéias e os projetos econômicos e políticos que possibilitariam o desenvolvimento industrial da Bahia. Assim, ao estudar o processo de formação da burguesia baiana, esbarrávamos sempre com um conjunto de justificativas consensuais a respeito dos mais variados aspectos históricos do desenvolvimento econômico e social do Estado, que colocava um sério obstáculo à reapreciação dos fatos. (GUIMARÃES, 2003, p. 23).

Mas, esse papel sempre esteve subordinado às forças políticas dominantes, pois, segundo Guimarães (2003), a burguesia apresentava-se frente à história como a descendente do passado heróico e grandioso do estado da Bahia, e assim tornou-se impossível entender

tudo aquilo que estava se construindo nos anos 40 e 50 do século XX, sem, no entanto, deixar de compreender o passado.

Um exemplo marcante foi o da atuação do Governador Antonio Balbino, no episódio da carta ao presidente Kubitschek, na qual procurava relatar a compatibilidade e a complementaridade das suas propostas com o programa de metas; e fazer-se o porta-voz das classes produtoras baianas, como sinônimo da classe dominante; uma vez que essas não se achavam representadas.

Balbino, no nível federal, procurou desenvolver uma representação coerente e unificada dos interesses das classes burguesas, enviando, inclusive, a 15 de agosto de 1957, uma carta ao Presidente da República que sintetiza o seu plano de governo, mostrando sua compatibilidade e complementaridade com o programa de metas; e não perdeu ocasião, em todas as oportunidades, de fazer-se o porta-voz das classes produtoras. (GUIMARÃES, 2003, p. 24).

Mas, Balbino não conseguiu o seu intento por três razões. A primeira foi a natureza do seu governo. A segunda consistia no fato de Balbino, mais do que não representar os interesses das "classes produtoras", constituir-se em uma grave contradição entre os seus propósitos e os da classe dominante, como demonstrava o Projeto formulado por Rômulo Almeida. A terceira razão tinha a ver com o fato da burguesia mercantil-financeira baiana não ser parte da estratégia econômica de presidente Kubitschek, baseada na inversão maciça de capitais estrangeiros no país.

[...] o novo governo sofria de um mal de origem. Nascido da desorganização das maiores forças partidárias do Estado será sempre encarado como fruto do logro e da fraude o que o obrigava, de fato, a usar essas armas para neutralizar uma oposição ferrenha e inconciliável. Essa oposição significará, antes de tudo, uma campanha contínua de desestabilização das forças governamentais. "A Tarde", por exemplo, o jornal de maior circulação no Estado, fez uma campanha sistemática de desmoralização do governador, a quem acusou de corrupção e de favorecimento ilícito de empresas, algumas, na verdade, extremamente importantes dentro da estratégia burguesa de industrialização do Estado. [...] o projeto de Rômulo Almeida feria mortalmente os interesses da oligarquia agrária, uma classe que tinha um peso desmesurado no plano político apesar da estreiteza de sua perspectiva. Sua posição estratégica no sistema político de dominação, controlando o voto da maioria do eleitorado, transformava-a em peça fundamental do estado burguês. Ela podia contar ou manipular com um número tão grande de representantes que era impossível para a burguesia governar sem ela. [...] de fato, a entrada desses capitais significava uma solução para os conflitos de interesse entre os capitais financeiros e industriais estrangeiros e os grupos industriais nacionais que já começavam a integrar-se mais intimamente com a burguesia financeira e comercial brasileira. (GUIMARÃES, 2003, p. 34, 35).

Por essa ótica, a criação da SUDENE seria uma espécie de compensação para o isolamento da Bahia.

Esse pacto de forças prescindia, pelo menos temporariamente, de uma aliança com a burguesia mercantil baiana, o que explica, aliás, o fato de pela primeira vez, na terceira república, essa facção não estava representada em nenhum Ministério ou empresa pública de importância. Para compensar esse alijamento, compartilhado

por outros estados nordestinos, o presidente dará, como se sabe, uma solução global aos problemas do Nordeste, congruentes com os interesses burgueses nacionais, criando a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. (GUIMARÃES, 2003, p. 36).

Segundo Pedrão (2010, p. 6), com o fim da dominação de Vargas, surgia espaço para a modernização do governo estadual e para a “concepção de um caminho próprio para o desenvolvimento econômico e social da Bahia, envolvendo a valorização de grupos marginalizados”.

Então, a CPE - Comissão de Planejamento Econômico - seria utilizada para essa concepção, com a elaboração do PLANDEB. De fato, o PLANDEB implicava na mobilização das forças políticas do Estado, apesar de propor a implantação de uma estrutura industrial, através da integração com a indústria do Centro-Sul do Brasil; e o comportamento da classe dominante foi revelado no episódio da implantação do PLANDEB:

Caso o PLANDEB tivesse sido executado integralmente (o plano não foi aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado da Bahia) provavelmente a história econômica baiana teria sido outra. Entretanto, havia um grande descompasso entre a mentalidade técnica progressista emergente na época e os interesses políticos e econômicos dominantes que eram marcados por posições retrógradas e conservadoras. (SPÍNOLA, 2001, p. 35).

Spínola (2001, p. 35) também comenta a ascensão de Antônio Carlos Magalhães:

O percurso político de Antônio Carlos Magalhães deve-se, principalmente, à sua vertiginosa ascensão durante os anos da ditadura. Hoje, ele ocupa, simbolicamente ou não, a cátedra dos mais influentes líderes da elite política na Bahia no século XX, em nível semelhante à José Joaquim Seabra, Otávio Mangabeira, Luís Viana Filho e Juracy Magalhães.

É impossível tratar do desenvolvimento da Bahia sem destacar o Carlismo como uma expressiva força política. Segundo Dantas Neto (2003), Antonio Carlos Magalhães promoveu uma obra de simultânea estratégia de coação e cooptação de aliados e adversários políticos.

O citado autor acrescenta, ainda, que

Nos limites restritos do campo político regional em que se forjou, onde claras antíteses estavam ausentes, a síntese carlista – obra de simultânea estratégia de coação e cooptação de aliados e adversários políticos; operada sob proteção e patrocínio do regime autoritário e em contexto de modernização do estado e de consolidação de uma classe média urbana – dissolveu aporias e nuances, reunindo, sob o bordão da modernização econômica, o que se pode chamar, usando categorias de análise mobilizadas por Vianna (1994), de ânimo estatal ibérico (territorialista, personalista, centralizador e formatador da economia e da sociedade). (DANTAS NETO, 2003 p. 224).

Destaca, também, que tal força política foi marcada por um caráter liberal e por uma abissal assimetria, entre economia, política e organização social. “[...] resumo da obra: advento, na Bahia, de sociedade de mercado americanizada por cima, onde, já nos anos 70,

flagrava-se, enredada na teia dos empreendimentos estatais, a abissal assimetria, a que alude o autor citado, entre economia, política e organização social.” (DANTAS NETO, 2003 p. 224).

O referido autor enfatiza ainda que Antonio Carlos Magalhães, mesmo às vezes parecendo o contrário, não foi um departamento separado da sociedade em que é praticada.

[...] O carlismo, insisto, nunca foi mera obra do talento político ou do apetite pessoal de poder de ACM. Sem embargo de ambos, ele sempre foi muito a expressão política de interesses, valores e atitudes de elites baianas e nacionais que apostaram na supressão autoritária do pluralismo para apressar, por cima, uma modernização que lhes preservasse dedos e anéis. (DANTAS NETO, 2003 p. 250).

Essas especificidades explicam o atraso e a presença da elite agrária baiana, defendendo propostas conservadoras no cenário nacional. O quadro, a seguir resume a obra dos Governadores do Estado da Bahia no período 1946 -2006.

Quadro 5 - Governadores do Estado da Bahia 1946 – 2006 Propostas e Avaliação

| PERÍODO                            | PRINCIPAIS PROPOSTAS   | AVALIAÇÃO  |
|------------------------------------|--|--|
| 1947 -1951<br>Interinos            | Crescimento da Economia  | Resultados insignificantes   |
| 1947 -1951<br>Otávio<br>Mangabeira | Implantação de um modelo de educação em tempo integral   | Criação do primeiro Centro de Educação Popular (CEP) - a Escola Parque de Anísio Teixeira          |
| 1951 -1955<br>Regis Pacheco        | Crescimento da Economia  | Resultados insignificantes   |
| 1955 -1959<br>Antonio<br>Balbino   | Implantação do processo de Planejamento Estadual<br><br>Incorporação da Economia Baiana ao Plano de Metas do Governo Federal | Implantação do processo de Planejamento Estadual com a criação da CPE<br><br>Formulação do PLANDEB |
| 1959-1963<br>Juracy<br>Magalhães   | Crescimento da Economia  | Resultados insignificantes   |
| 1963 – 1966<br>Lomanto             | Implantação do Centro Industrial de Aratu  | Concepção e Formulação do Centro Industrial de Aratu   |

| PERÍODO                                 | PRINCIPAIS PROPOSTAS  | AVALIAÇÃO  |
|---|---|--|
| Junior                                  | Implantação da Reforma Administrativa do Estado   | Implantação da Reforma Administrativa do Estado  |
| 1967 – 1970<br>Luis Viana Filho         | Implantação do Centro Industrial de Aratu   | Implantação do Centro Industrial de Aratu  |
| 1971 – 1974<br>Antonio Carlos Magalhães | Implantação do Centro Administrativo  | Implantação do Centro Administrativo em Salvador   |
| 1975 – 1978<br>Roberto Santos           | Incorporação dos cerrados baianos à agricultura<br>Implantação de um Centro de Convenções<br>Implantação de um Parque de Exposições<br>Implantação do Pólo Petroquímico | Implantação das ações de pesquisa, extensão e titulação de terras dos cerrados baianos<br>Implantação de um Centro de Convenções<br>Implantação de um Parque de Exposições<br>Implantação do Pólo Petroquímico |
| 1979 – 1982<br>Antonio Carlos Magalhães | Implantação do Pólo Petroquímico<br>Incorporação dos Cerrados Baianos à Agricultura   | Implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari   |
| 1983 – 1986<br>João Durval Carneiro     | Estratégia de Continuidade (mais do mesmo)  | Valorização do funcionalismo público   |
| 1987 – 1988<br>Valdir Pires             | Diversificação e descentralização industrial  | Não produziu resultados relevantes   |
| 1989 – 1990<br>Nilo                     | Redução da intervenção do Governo Estadual na economia  | Não produziu resultados relevantes   |

| PERÍODO                                    | PRINCIPAIS PROPOSTAS   | AVALIAÇÃO   |
|--|--|---|
| Coelho                                     |  |   |
| 1991 – 1994<br>Antonio<br>Carlos Magalhães | Equilíbrio orçamentário e aumento da eficiência do aparato estatal<br>Atração de empreendimentos industriais<br>Revitalização da economia cacaeira | Implantação do Programa micro usinas de leite<br>Implantação do Programa Novilho Precoce<br>Implantação dos Protocolos de atuação para as principais cadeias agroindustriais<br>Equilíbrio orçamentário<br>Reforma do Pelourinho<br>Programa “DESENVOLVE” de incentivos fiscais |
| 1995 – 1998<br>Paulo<br>Souto              | Implantação de indústria automotora<br>Implantação de pólo calçadista  | Implantação de indústria de calçados em algumas cidades do Interior   |
| 1999 – 2002<br>Cesar<br>Borges             | Implantação de indústria automotora  | Implantação do Projeto Amazon – Complexo automotivo da Ford   |
| 2003 – 2006<br>Paulo Souto                 | Diversificação e descentralização industrial<br>Implantação de um novo modelo de educação – “educar para vencer”                                   | Mantida a concentração industrial<br><br>Novo modelo de educação não produziu resultados relevantes   |

Fonte: Elaboração do próprio autor do texto.

#### 4.3 ANÁLISE DOS CONDICIONANTES CULTURAIS

Reconhecer na cultura um condicionante da desigualdade implica em selecionar elementos culturais que apresentem uma relação de causa e efeito. A alienação das pessoas é capaz de gerar e manter desigualdades.

A alienação social é o desconhecimento das condições histórico-sociais concretas em que vivemos, produzidas pela ação humana também sob o peso de outras condições históricas anteriores e determinadas. Há uma dupla alienação: por um lado, os homens não se reconhecem como agentes e autores da vida social com suas

instituições, mas, por outro lado e ao mesmo tempo, julgam-se indivíduos plenamente livres, capazes de mudar suas vidas individuais como e quando quiserem, apesar das instituições sociais e das condições históricas. No primeiro caso, não percebem que instituem a sociedade: no segundo caso, ignoram que a sociedade instituída determina seus pensamentos e ações. (CHAUÍ, 2003, p. 37).

A mentalidade e a cultura das classes populares, mantidas distantes do poder, por uma ideologia, baseada na alienação, revelam o afastamento desse grupo das oportunidades criadas por esse poder e alheio à vontade da maioria.

A análise do nível de engajamento revela o nível de consciência dos diversos grupos sociais, requisito para a geração de comportamentos reivindicatórios que reflitam insatisfação com a desigualdade existente.

A análise das especificidades da sociedade baiana indica que a concentração da produção e da propriedade são elementos determinantes das desigualdades, e que a situação socioeconômica de expressivas parcelas da população pode ser ainda mais precária do que a demonstrada nos indicadores para o Estado, como um todo de forma agregada.

A análise das desigualdades étnicas no mercado de trabalho revelará restrições concretas para o exercício da cidadania, que deveria ser parte do ideário da sociedade como um todo, mesmo porque se trata de uma parcela que representa a maioria da população.

A análise do componente étnico-cultural da sociedade baiana permitirá compreender suas características reais, pré-requisitos para a remoção das forças mantenedoras das desigualdades e da baixa-estima.

O grupo social integrante da chamada classe subalterna para obter a valorização da sua cultura deve contar com a contribuição dos intelectuais; não os convencionais, e sim os orgânicos, para poder impor esses valores à sociedade como um todo.

Analisando-se a estrutura cultural, identificam-se as condições para o surgimento de pessoas que se ocupem em pensar a realidade social, e em atuar como mediadoras entre os movimentos sociais e o Estado; ou seja, os chamados intelectuais orgânicos.

Segundo Gramsci (2001, p. 78), o intelectual é:

Um filósofo, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isso é, para promover novas maneiras de pensar.

As diversas estruturas culturais existentes, especialmente as das classes subalternas, podem conter elementos que reflitam a concepção de mundo dos grupos hegemônicos. Assim, a cultura deve ser estudada, evitando-se que deformações inerentes aos interesses dos grupos dominantes impeçam uma atitude crítica, uma nova cultura, popular e libertadora.



A premissa aqui adotada é a de valorização da cultura popular, ainda que considerada atrasada, tendo em vista fazer como disse o citado autor “um cálculo mais cauteloso e exato das forças agentes na sociedade.” (GRAMSCI, 2001, p.136).

#### **4.3.1 Engajamento da Sociedade**

A Bahia, tendo a sua população residente formada por quase 80% de pessoas das etnias preta e parda, reflete, necessariamente, a vertente da cultura africana, em suas várias origens e manifestações.

Todavia, o traço principal dessa cultura tem sido a sua subordinação aos interesses da classe dominante que a coloca a seu serviço. O discurso de valorização dessa vertente é negado pela prática, uma vez que essa valorização tem sido voltada para uma minoria, que se vale de uma certa alienação dos portadores dessa cultura para dela apoderar-se, instrumentalizando-a para seus ganhos econômicos, aprofundando, ou no mínimo mantendo, a “fratura” da sociedade.

O resgate dessa cultura, em termos de incorporação e de socialização dos valores culturais implicará na geração de oportunidades econômicas capazes de redirecionar para os seus legítimos donos, que passariam a ser os protagonistas desse processo, os ganhos que a cultura tem proporcionado, ou no mínimo, estancar essa drenagem de recursos.

A desigualdade persiste, apesar da ampla mobilização brasileira, contra a discriminação social e racial, consubstanciada em seus vários movimentos, principalmente no estado da Bahia.

Abdias do Nascimento (2002), um dos pioneiros nessa militância, denunciava que no Brasil o sistema educacional tem sido utilizado para favorecer a discriminação cultural dos negros. Assim, o mito da democracia racial vem sendo desmontado.

Fernandes (2007) categoricamente propõe uma estratégia de acumulação de forças dos negros e mestiços que conduza a maioria do povo ao poder político do Brasil quando defende uma perspectiva negra para a luta pela hegemonia.

Entretanto, Risério (2003) chama a atenção para o risco da transposição da agenda do movimento negro dos Estados Unidos para o Brasil, e com ela a ausência de centralidade para a busca da hegemonia; A busca da hegemonia implica na disseminação de um novo senso comum, de uma nova visão de mundo que ocuparia o lugar da visão difundida pela hegemonia anterior.

Conceição (2007) analisando a cultura baiana comenta que o mercado moderno, com todas as suas exigências, transformou as culturas de matrizes africanas na Bahia, principalmente na grande Salvador e no Recôncavo baiano, quase que em um bem material utilizado pelos negros na função de capital simbólico; e alerta para o fato de que, com a transformação em mercadoria, negociada na sociedade de consumo, a cultura popular perde a função subjetiva, ideologicamente emancipável, para ser um valor de produção – quase que o único e quase exclusivo – do grupo étnico discriminado no mercado de trabalho.

Pedrão (1992, p. 14) fortalece essa abordagem quando explica o papel dos negros na Bahia industrializada:

Entende-se por que os negros tenham sido atraídos, primeiro para o sistema educativo e para aquelas formas de prestação de serviços urbanos em que não era necessário dispor de equipamento próprio. Do mesmo modo, entende-se por que tenham sido atraídos às atividades ligadas ao lazer – artes e esportes – e que tenham sido atraídos a identificarem-se com formas de pseudo-afirmação numa linguagem cultural, que na verdade constituem uma colagem de elementos culturais díspares, contraditórios com a reprodução de sua memória cultural. Os negros são, assim, atraídos a constituir elementos de um mercado de trabalho urbano, por definição dependente do mercado externo, ou extra-cidade; o turismo.

Conceição (2007, p. 20) conclui, demonstrando a utilização da cultura de raízes africanas pelo Governo, como via de atração de turistas.

Para aquém de uma suposta busca de alteridade ou afirmação da identidade negra, com o advento da indústria turística e das políticas governamentais voltadas ao setor, a supervalorização dos aspectos manifestos da cultura de matriz africana na Bahia parece ter transformado a massa negra em prisioneira daqueles aspectos. Os governos locais, desde meados dos anos 1980 vêm se esforçando para administrar as manifestações culturais e seus produtores, visando a atração de turistas – e, portanto, divisas – a partir da montagem de uma máquina burocrática que se capilariza por todos os domínios culturais e se expressa em momentos como o Carnaval ou na junção dos dois conteúdos na montagem da Secretaria Estadual de Cultura e Turismo.

Putnam (1999) afirma que é necessário um forte engajamento cívico onde a população participe através de suas representações legais. Desta forma é que se conseguirá integração através dos grupos e instituições que formarão redes, e através de meios cooperativos obterão recursos e capacidades para inovar e preparar-se para o alto grau de competitividade existente no mercado.

A experiência da *APAEB - Valente* foi tema da dissertação de mestrado de Humberto Miranda do Nascimento, onde o citado autor registra a formação de capital social no interior da Bahia, quando afirma nas considerações finais que,

As parcerias entre movimento social entidades civis e governos podem fomentar a formação ativa de capital social em escala regional e em cada localidade, revitalizando as bases materiais (sociais e econômicas) ecológicas (convivência com o semi-árido) e imateriais (cultura, valores e tradições) do processo de

desenvolvimento. A experiência da APAEB-Valente, portanto, se insere nesse processo como sua principal referência visto que a própria associação é fruto de uma protagonização local bem sucedida entre pequenos agricultores e sociedade civil organizada. (NASCIMENTO, 2000, p. 52).

Entretanto, a existência de capital social por si só não é a panacéia; ela funciona como um catalisador positivo, no sentido de gerar respostas melhores e mais rápidas para as políticas públicas. O capital social atua desde que exista um vetor que direcione a ação coletiva no sentido de objetivos, deliberadamente pactuados, a partir de um escala de prioridades negociada; ou seja, democracia.

#### **4.3.2 As Características Específicas do Estado da Bahia**

Os números divulgados pela publicidade oficial em termos de crescimento do produto estadual (“a Bahia cresce mais do que o Brasil”) escamoteiam os efeitos deletérios da face avançada do capitalismo internacional aqui internalizada. Amparados na ideologia neoliberal, acoberta o que Cattani (2003, p. 2) chama de “truculência dos poderosos grupos econômicos e dos gestores do capital especulativo internacional”.

Esses grupos adotam práticas predatórias centradas nas grandes implantações industriais, no domínio da produção das inovações tecnológicas de ponta, assegurando ilhas de excelência e de produtividade que garantem, entre outros aspectos, o controle sobre a extração de lucros com o apoio dos meios de comunicação de massa. Essa visão geral é percebida a partir dos dados do IBGE e em seguida do cálculo dos índices de desenvolvimento humano. O Estado da Bahia ocupa uma área de 564,7 mil km<sup>2</sup>, sendo o quinto estado em extensão territorial, representado 6,6% da área total do Brasil e 36,6% da extensão da região Nordeste.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE/PNAD (2006), a população estadual totalizava 13,8 milhões de habitantes no ano de 2005, mantendo a Bahia na condição de ser o Estado mais populoso do Nordeste, e o quarto do País; abrigando 27,1% da população nordestina, e 7,5% da população brasileira. Nessa pesquisa os residentes declararam que a respeito da cor ou raça que cerca de 64,4% da população baiana eram compostos por pardos, 14,4% de negros, 21% de brancos, 0,3% de amarelos e indígenas, perfazendo, portanto, cerca de 79% de negros e pardos.

Assim, o território baiano inserido na região semiárida totaliza 391,6 mil km<sup>2</sup>; ou seja 69,3% do território baiano. Nessa região se localizam 266 municípios e residiam em 2006, 6.451.835 pessoas, equivalendo a 48,4% da população do Estado (IBGE/PNAD, 2006).

Segundo Vieira (2006), o estado da Bahia ocupa os últimos lugares no “ranking” nacional: em termos de índice de desenvolvimento humano (IDH), 22º em 2000 e em termos de renda per capita, o 16º em 2002, embora nesse mesmo ano ocupe o sexto lugar no “ranking” do Produto Interno Bruto, por Estados.

Tabela 19 - IDH por Estados brasileiros 1991-2000

| Ranking | Estados             | IDH 1991 | IDH 2000 |
|---------|---------------------|----------|----------|
| 1º      | Distrito Federal    | 0,799    | 0,844    |
| 2º      | Santa Catarina      | 0,748    | 0,822    |
| 3º      | São Paulo           | 0,778    | 0,820    |
| 4º      | Rio Grande do Sul   | 0,753    | 0,814    |
| 5º      | Rio de Janeiro      | 0,753    | 0,807    |
| 7º      | Mato Grosso do Sul  | 0,716    | 0,778    |
| 8º      | Mato Grosso do Sul  | 0,716    | 0,778    |
| 9º      | Mato Grosso         | 0,685    | 0,773    |
| 10º     | Minas Gerais        | 0,697    | 0,773    |
| 11º     | Espírito Santo      | 0,690    | 0,765    |
| 12º     | Amapá               | 0,691    | 0,753    |
| 13º     | Roraima             | 0,692    | 0,746    |
| 14º     | Rondônia            | 0,660    | 0,735    |
| 15º     | Pará                | 0,650    | 0,723    |
| 16º     | Amazonas            | 0,664    | 0,713    |
| 17º     | Tocantins           | 0,611    | 0,710    |
| 18º     | Pernambuco          | 0,620    | 0,705    |
| 19º     | Rio Grande do Norte | 0,604    | 0,705    |
| 20º     | Ceará               | 0,593    | 0,700    |
| 21º     | Acre                | 0,624    | 0,697    |
| 22º     | Bahia               | 0,590    | 0,688    |
| 23º     | Sergipe             | 0,597    | 0,682    |
| 24º     | Paraíba             | 0,561    | 0,661    |
| 25º     | Piauí               | 0,566    | 0,656    |
| 26º     | Alagoas             | 0,548    | 0,649    |
| 27º     | Maranhão            | 0,543    | 0,636    |

Fonte: IBGE/PNAD (2006).

Em termos de renda, observando-se o grau de concentração através do índice de Gini dos Estados brasileiros, calculado pelo IPEADATA (2007), vê-se que a Bahia em 2001 ocupava o 18º lugar com um índice de 0,593, ligeiramente abaixo do índice do Brasil, calculado em 0,596. Tabela 20

Tabela 20 - Índice de Gini dos Estados brasileiros – 2001

| Estados                 | Índice de Gini |
|-------------------------|----------------|
| 1 Amapá                 | 0,476          |
| 2. Santa Catarina       | 0,497          |
| 3. Roraima              | 0,538          |
| 4. Rondônia             | 0,548          |
| 5. Pará                 | 0,551          |
| 6. São Paulo            | 0,553          |
| 7. Rio Grande do Sul    | 0,554          |
| 8. Minas Gerais         | 0,561          |
| 9. Paraná               | 0,566          |
| 10. Goiás               | 0,567          |
| 11. Mato Grosso do Sul  | 0,571          |
| 12. Mato Grosso         | 0,571          |
| 13. Sergipe             | 0,571          |
| 14. Rio de Janeiro      | 0,572          |
| 15. Maranhão            | 0,574          |
| 16. Amazonas            | 0,576          |
| 17. Rio Grande do Norte | 0,582          |
| 18. Bahia               | 0,593          |
| 19. Espírito Santo      | 0,594          |
| 20. Paraíba             | 0,597          |
| 21. Piauí               | 0,598          |
| 22. Tocantins           | 0,599          |
| 23. Alagoas             | 0,607          |
| 24. Ceará               | 0,612          |
| 25. Pernambuco          | 0,617          |
| 26. Acre                | 0,625          |
| 27. Distrito Federal    | 0,625          |
| Brasil                  | 0,596          |

Fonte: IPEADATA (2007).

O PIB baiano, por exemplo, é concentrado nas regiões litorâneas, conforme Tabela 21, onde se vê que a soma das participações no PIB estadual dessas regiões chegou a 70,35% em 2000, destacando-se a RMS com 52,59% e a 71,99% em 2004, mantendo-se a concentração na RMS com 53,17%.

Tabela 21 - Concentração econômica do PIB estadual 2000-2004

| Regiões                   | 2000   | 2001   | 2002   | 2003   | 2004   |
|---------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| RMS                       | 52,59  | 52,37  | 50,65  | 52,01  | 53,17  |
| Litoral Norte             | 4,00   | 4,95   | 4,79   | 5,26   | 5,02   |
| Recôncavo Sul             | 2,65   | 2,52   | 2,58   | 2,52   | 2,46   |
| Litoral Sul               | 6,71   | 6,81   | 7,48   | 7,05   | 6,66   |
| Extremo Sul               | 4,60   | 4,90   | 5,01   | 4,78   | 4,68   |
| Nordeste                  | 4,38   | 4,06   | 4,74   | 4,37   | 4,47   |
| Paraguaçu                 | 5,85   | 5,76   | 5,58   | 5,42   | 5,22   |
| Sudoeste                  | 4,84   | 4,84   | 4,62   | 4,28   | 4,24   |
| Baixo Médio. S. Francisco | 2,59   | 2,21   | 2,52   | 2,28   | 2,29   |
| Piemonte da Diamantina    | 1,83   | 1,86   | 1,85   | 1,87   | 1,85   |
| Irecê                     | 1,27   | 1,10   | 1,16   | 1,04   | 1,01   |
| Chapada Diamantina        | 1,57   | 1,59   | 1,63   | 1,49   | 1,45   |
| Serra Geral               | 2,01   | 1,94   | 1,95   | 1,85   | 1,86   |
| Médio S. Francisco        | 1,07   | 1,01   | 1,10   | 1,06   | 1,00   |
| Oeste                     | 4,04   | 4,09   | 4,33   | 4,71   | 4,62   |
| Bahia                     | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: Pessoti (2008).

A Bahia reflete um descompasso entre o dinamismo da economia baiana e seus respectivos impactos sociais, principalmente sobre os níveis de rendimento da maioria da população. A concentração da produção e da propriedade e as consequentes desigualdades internas existentes nos seus subespaços indicam que a situação socioeconômica de expressivas parcelas da população pode ser ainda mais precária do que a demonstrada nos indicadores para o Estado, como um todo de forma agregada.

Os subespaços de maior dinamismo tendem a elevar a média estadual, e diante desse complexo conjunto de constatações, fica evidente a contradição entre o crescimento da economia baiana e o desenvolvimento social.

### 4.3.3 Desigualdades Étnicas no Mercado de Trabalho

Segundo o PNAD de 2002, a população de negros e pardos na Bahia era de 77,9%.

Essa constatação, entretanto, leva a se observar que:

A diferença salarial do homem negro com relação ao homem branco cresce com o aumento da renda do primeiro, evidenciando que a obtenção de educação e a experiência não são suficientes para dar fim à discriminação contra os negros. A situação das mulheres negras é indubitavelmente a pior, pois experimentam dupla discriminação: por serem mulheres e por serem negras recebem cerca de 33% do salário dos homens brancos em 1987, e atingem 40% em 1998. Aliás, essa tendência, vagarosa, de diminuição do diferencial de salário segundo gênero, é a única constatação positiva na análise realizada por Soares, em 2000, não tendo sido constatada para as desagregações segundo a raça. (BGE/PNAD, 2002 apud DULCI, 2002, p. 13).

Em estudo realizado, o DIEESE (2003) constatou que na Região Metropolitana de Salvador, na média, com relação aos homens brancos, os homens negros ganham o equivalente a 47,5%, de seu rendimento, as mulheres negras, 35,7% e as mulheres brancas, 78,6%. Percentuais semelhantes foram observados em outras regiões metropolitanas, como São Paulo, por exemplo, que correspondem a 53,7%; 42,3%; e 76,6%, respectivamente; maiores do que os encontrados para os homens negros e mulheres negras.

Esses resultados mostraram dois ajustes principais:

O primeiro é o censo comum, confirmado por estudos especializados, que no Brasil a herança escravocrata, de um lado, e a herança patriarcal, de outro, ainda implicam elevado grau de desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho. Negros e mulheres enfrentam um ambiente de oportunidades desiguais, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação para os negros. O segundo é que as condições anteriores criaram e mantêm um tecido social impregnado de preconceitos que levam à discriminação social e no mercado de trabalho das mulheres, dos pardos e negros, resultando em piores condições de vida material e de mobilidade vertical para essas pessoas e para os grupos sociais nos quais predominam. (DIEESE, 2003, p. 8).

Assim, observa-se que uma importante forma de manifestação da pobreza e da desigualdade social na Bahia e, conseqüentemente, das condições de vida da população, vincula-se fortemente à questão étnica.

A Tabela 22, a seguir, apresenta a população ocupada, por cor ou raça, com indicação do rendimento médio (em salário mínimo) e de anos médios de estudo na Bahia e no conjunto das nove principais regiões metropolitanas do País, abarcadas pela PNAD. Era na RMS onde a população ocupada de cor ou raça branca auferia maiores níveis de rendimento e possuía escolaridade mais elevada, tanto em 1992 quanto em 1999.

Esse dado surpreendeu porque a expectativa era a de encontrar maiores níveis de rendimento e de estudo em alguma das regiões metropolitanas do eixo Sul-Sudeste. De fato,

em 1999, na RMS, o rendimento médio alcançava 8,04 salários mínimos enquanto que na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) era de 7,69 SM e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) era de 6,53.

A mesma tendência é observada em relação aos níveis de escolaridade. Na RMS, a população ocupada branca apresentava uma média de 10,4 anos de estudo, sendo que esta, além de ser a maior média do país, corresponde à única região metropolitana onde a escolaridade média alcançava o patamar de dez anos de estudos completos. As RMs de Belém (9,3 anos de estudo) e Rio de Janeiro (9,1 anos) detinham a segunda e terceira posição, respectivamente.

Considerando-se a população ocupada por cor ou raça preta a tendência é inversa. Com efeito, os trabalhadores da RMS de cor ou raça preta apresentavam o segundo menor nível de rendimento (2,33 SM) dentre as principais RMs do País, em 1999, à frente apenas da Região Metropolitana de Fortaleza (1,57 SM). Já no âmbito da escolaridade, a situação era um pouco mais favorável, já que os trabalhadores da RMS de cor ou raça preta possuíam 6,6 anos médios de estudo e se situavam numa posição intermediária, figurando atrás das RMs de Belém (7,5 anos de estudo), Curitiba (7,0), São Paulo e Porto Alegre (6,7), e à frente de Fortaleza (4,5), Recife e Belo Horizonte (5,9).



Tabela 22 – População Ocupada, por Cor ou Raça, com Indicação do Rendimento Médio em Salário Mínimo e dos Anos Médios de Estudo na Bahia e Regiões Metropolitanas, 1992 e 1999

| BAHIA E<br>REGIÕES<br>METRO<br>POLITANAS | BRANCA                                |                              | PRETA                                |                                 | PARDA                                |                                |
|--|---------------------------------------|------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------|
|  | Rendimento<br>médio em<br>sal. mínimo | Anos<br>médios de<br>estudos | Rendimento<br>médio em<br>sal.mínimo | Anos<br>Médios<br>de<br>Estudos | Rendimento<br>médio em<br>sal.mínimo | Anos<br>Médios<br>de<br>Estudo |
| 1992                                     |                                       |                              |                                      |                                 |                                      |                                |
| Bahia                                    | 3,30                                  | 5,30                         | 1,50                                 | 2,90                            | 1,80                                 | 3,60                           |
| Salvador                                 | 6,90                                  | 9,80                         | 2,10                                 | 5,10                            | 2,80                                 | 6,50                           |
| Recife                                   | 4,20                                  | 8,40                         | 1,60                                 | 4,70                            | 2,20                                 | 5,80                           |
| Fortaleza                                | 3,60                                  | 7,40                         | 1,00                                 | 2,60                            | 1,90                                 | 5,00                           |
| Belém                                    | 4,60                                  | 8,80                         | 3,10                                 | 5,50                            | 2,70                                 | 6,90                           |
| B.Horizonte                              | 4,90                                  | 8,00                         | 1,90                                 | 4,80                            | 2,70                                 | 5,60                           |
| R. de Janeiro                            | 5,40                                  | 8,40                         | 2,50                                 | 5,80                            | 2,70                                 | 6,30                           |
| São Paulo                                | 5,60                                  | 7,80                         | 3,00                                 | 5,50                            | 3,00                                 | 5,30                           |
| Curitiba                                 | 4,20                                  | 7,40                         | 2,10                                 | 5,00                            | 2,60                                 | 5,10                           |
| Porto Alegre                             | 4,30                                  | 7,40                         | 2,50                                 | 5,50                            | 2,20                                 | 5,10                           |
| 1999                                     |                                       |                              |                                      |                                 |                                      |                                |
| Bahia                                    | 3,65                                  | 5,70                         | 1,71                                 | 4,10                            | 2,09                                 | 4,40                           |
| Salvador                                 | 8,04                                  | 10,40                        | 2,33                                 | 6,60                            | 3,30                                 | 7,30                           |
| Recife                                   | 5,56                                  | 8,70                         | 2,48                                 | 5,90                            | 2,62                                 | 6,60                           |
| Fortaleza                                | 4,95                                  | 8,20                         | 1,57                                 | 4,50                            | 2,67                                 | 6,00                           |
| Belém                                    | 5,85                                  | 9,30                         | 4,47                                 | 7,50                            | 3,44                                 | 7,70                           |
| B.Horizonte                              | 6,25                                  | 8,70                         | 2,83                                 | 5,90                            | 2,95                                 | 6,40                           |
| R. de Janeiro                            | 6,53                                  | 9,10                         | 3,27                                 | 6,40                            | 3,62                                 | 6,90                           |
| São Paulo                                | 7,69                                  | 9,00                         | 3,81                                 | 6,70                            | 3,90                                 | 6,50                           |
| Curitiba                                 | 6,07                                  | 8,40                         | 3,54                                 | 7,00                            | 3,08                                 | 6,00                           |
| Porto Alegre                             | 5,88                                  | 8,30                         | 2,95                                 | 6,70                            | 2,84                                 | 6,10                           |
| Variação (%)<br>1992/1999                |                                       |                              |                                      |                                 |                                      |                                |
| Bahia                                    | 10,60                                 | 7,50                         | 14,00                                | 41,40                           | 16,10                                | 22,20                          |
| Salvador                                 | 16,50                                 | 6,50                         | 11,00                                | 28,80                           | 17,90                                | 12,20                          |
| Recife                                   | 32,40                                 | 3,50                         | 55,00                                | 26,00                           | 19,10                                | 13,80                          |
| Fortaleza                                | 37,50                                 | 11,40                        | 57,00                                | 72,70                           | 40,50                                | 20,00                          |

|               | BRANCA      |           | PRETA      |         | PARDA      |        |
|---------------|-------------|-----------|------------|---------|------------|--------|
|               | Rendimento  | Anos      | Rendimento | Anos    | Rendimento | Anos   |
| BAHIA E       | médio em    | médios de | médio em   | Médios  | médio em   | Médios |
| REGIÕES       | sal. mínimo | estudos   | sal.mínimo | de      | sal.mínimo | de     |
| METRO         |             |           |            | Estudos |            | Estudo |
| POLITANAS     |             |           |            |         |            |        |
| 1992          |             |           |            |         |            |        |
| Belém         | 27,20       | 5,10      | 44,20      | 35,50   | 27,40      | 11,70  |
| B.Horizonte   | 27,60       | 8,30      | 48,90      | 23,80   | 9,30       | 14,10  |
| R. de Janeiro | 20,90       | 8,10      | 30,80      | 10,50   | 34,10      | 9,50   |
| São Paulo     | 37,30       | 15,30     | 27,00      | 22,50   | 30,00      | 22,60  |
| Curitiba      | 44,50       | 13,60     | 68,60      | 39,40   | 18,50      | 18,00  |
| Porto Alegre  | 36,70       | 11,90     | 18,00      | 22,40   | 29,10      | 18,60  |

Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais (2000).

Nota: Em 1992, valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 1999 e expressos em salários mínimos de 1999.

As informações referentes aos trabalhadores da RMS de cor ou raça parda apontam para uma situação mais favorável em relação aos de cor preta, mas ainda bastante distante na comparação com os de cor branca. Em 1999, o rendimento médio (3,30 SM) era o quarto maior dentre as nove RMs, em análise, ao passo em que a escolaridade (7,3 anos médios de estudo) era a segunda maior, atrás apenas da RM de Belém (7,7 anos).

A situação de rendimento e escolaridade dos trabalhadores da RMS de cor ou raça branca se destaca favoravelmente no cenário nacional, entretanto, a dos trabalhadores pretos e pardos causa grande inquietação, porque a RMS apresenta o pior quadro de desigualdade racial, dentre as principais regiões metropolitanas do País.

Observando-se na Tabela 23 a distribuição da população brasileira segundo raça/cor por anos de estudo, verifica-se que no ano de 2006, cerca de um quarto da população negra não era instruída ou possuía menos de um ano de estudo e que pouco menos de 4% estudaram além do ensino médio (11 anos ou mais de estudo). Por outro lado, 18% da população branca declararam-se sem nenhuma instrução, ou com menos de um ano, e cerca de 31% estudaram 11 anos ou mais.

Tabela 23 - Distribuição da População Brasileira (1) Segundo raça/cor por anos de estudo – 1996/2006 (%)

|                                | BRANCA |       | PRETA |       | PARDA |       | NEGRA<br>(2) |       |
|--------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|--------------|-------|
|                                | 1996   | 2006  | 1996  | 2006  | 1996  | 2006  | 1996         | 2006  |
| Sem instrução e menos de 1 ano | 24,17  | 18,03 | 34,94 | 21,80 | 36,52 | 25,32 | 36,31        | 24,82 |
| 1 ano                          | 3,93   | 3,05% | 5,53  | 4,13  | 6,13  | 4,77  | 6,05         | 4,68  |
| 2 anos                         | 5,52   | 4,03  | 7,25  | 5,32  | 7,52  | 5,65  | 7,48         | 5,60  |
| 3 anos                         | 7,06   | 5,19  | 8,28  | 6,19  | 8,15  | 6,59  | 8,17         | 6,53  |
| 4 anos                         | 13,66  | 10,79 | 12,60 | 10,47 | 11,26 | 10,57 | 11,44        | 10,56 |
| 5 anos                         | 6,88   | 5,78  | 7,00  | 6,92  | 6,62  | 7,00  | 6,67         | 6,99  |
| 6 anos                         | 4,43   | 3,76  | 4,06  | 4,65  | 4,02  | 4,70  | 4,02         | 4,69  |
| 7 anos                         | 4,22   | 4,09  | 3,93  | 4,92  | 3,69  | 4,88  | 3,73         | 4,88  |
| 8 anos                         | 7,76   | 8,17  | 6,21  | 8,13  | 5,40  | 7,13  | 5,51         | 7,27  |
| 9 anos                         | 2,26   | 2,81  | 1,55  | 3,23  | 1,58  | 3,04  | 1,58         | 3,07  |
| 10 anos                        | 2,45   | 3,05  | 1,61  | 3,25  | 1,55  | 2,95  | 1,56         | 2,99  |
| 11 anos                        | 9,67   | 17,96 | 5,02  | 15,88 | 5,52  | 13,20 | 5,45         | 13,58 |
| 12 anos                        | 1,13   | 1,86  | 0,39  | 0,95  | 0,37  | 0,79  | 0,37         | 0,81  |
| 13 anos                        | 0,78   | 1,50  | 0,20  | 0,70  | 0,21  | 0,53  | 0,21         | 0,56  |
| 14 anos                        | 0,94   | 1,60  | 0,31  | 0,59  | 0,25  | 0,50  | 0,26         | 0,51  |
| 15 anos ou mais                | 4,89   | 8,04  | 0,86  | 2,41  | 1,00  | 2,03  | 0,99         | 2,08  |

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do PNAD/IBGE, 1996-2006

Nota: (1) Não inclui a população rural da Região Norte e a população sem declaração de raça/cor.

(2) Inclui a população declarada preta e parda.

Essa diferença de anos médios de estudo entre a população ocupada branca e a preta e parda implica na ocorrência de diferenciais de rendimento médio.

Assim, o quadro de desigualdade racial guarda estreita relação com o legado da escravidão no Brasil. Afinal de contas, após a data da Abolição da Escravidão no Brasil (13 de maio de 1888), os escravos recém-libertos foram entregues à sua própria sorte sem que houvesse nenhum tipo de compensação ou projetos de integração dos mesmos na sociedade e no mercado de trabalho.

Desse modo, grande parte da vulnerabilidade social e da exclusão racial resulta de severas desvantagens provenientes do regime escravista e que foram transmitidas de geração a geração.

#### **4.3.4 O Aspecto Étnico-Cultural da Sociedade Baiana**

Verificou-se, mediante a presente investigação, a existência de um agudo quadro de desigualdades no mercado de trabalho metropolitano, quando se constatou que a sua explicação se situa no âmbito das origens étnicas, e que a sua dimensão não encontra similaridade no âmbito nacional.

A situação assume maior gravidade pelo fato da população de Salvador ser composta por cerca de 80,0% das etnias preta e parda. Nesse sentido, as pesquisas voltadas para o planejamento e ações de políticas públicas não podem prescindir do recorte étnico.

##### **a) Gestão da diversidade étnico-cultural**

A complexidade e a atualidade desse tema merecem maior aprofundamento, especialmente quanto a discussão da natureza das políticas reparadoras seja as que estão em vigor no Brasil, a exemplo das “cotas para ingresso nas universidades”; seja o estudo de novas propostas para eventual incorporação à nossa realidade, a partir de experiências bem sucedidas de integração e respeito à diversificação em vários países, como Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia e Canadá.

A respeito desse último, pode-se dizer que desde 1982 mantém o status de “país multicultural”, o que significa que foram criados mecanismos que nivelaram as oportunidades econômicas, e impedem o preconceito de qualquer natureza contra todas as minorias, especialmente impedem manifestação de desprezo a culturas não europeias.

A conduta desses países, aliás, está de acordo com o princípio de que “a riqueza cultural do mundo reside na sua diversidade em diálogo”. Nesse sentido, em 2 de novembro de 2001, a UNESCO aprovou a “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural”, que reflete a orientação para a gestão da diversidade étnico-cultural.

##### **b) Quantificação das desigualdades Étnico-culturais**

A título de exercício, pode-se estimar o montante das perdas que sofreu (e vem sofrendo) a maioria da população baiana, em grande parte devido ao baixo nível educacional e à discriminação étnico-racial.

A população total, ocupada em 1999, era de 5,6 milhões de pessoas, sendo que dessas, 73% era de pessoas que se declararam ser da cor preta ou parda; ou seja, 4,09 milhões; sendo 3,36 milhões (60%) da parda; e 730 mil (13%) da preta.

Estima-se que cada uma dessas pessoas recebeu, em media, IBGE 1999, (ver tabela 20) por mês: 2,09 salários mínimos (SM), os de etnia parda; 1,71 SM, os de etnia preta; e 3,65

SM os de etnia branca. Considerando a população ocupada por etnia, os valores totais recebidos foram 7,0 milhões de SM pelos de etnia parda (3,36 milhões x 2,09 SM); 1,2 milhões de SM pelos de etnia preta (730 mil x 1,71 SM), totalizando 8,2 milhões de SM.

Caso tivessem recebido o mesmo numero de SM dos de etnia branca (3,65 SM) isto é, se tivessem o mesmo nível educacional e se não houvesse qualquer tipo de discriminação étnica/racial/social, o total de SM que eles receberiam teria sido de 14,9 milhões de SM (4,09 milhões x 3,65 SM).

Diante disso, fica claro que essa parcela da população deixou de receber, em termos hipotéticos, uma diferença de 6,7 milhões de SM (14,9 milhões - 8,2 milhões). Em 1999, o SM em dezembro era de R\$ 136,00; logo, a perda estimada total foi de R\$ 911,2 milhões, (6,7 milhões x R\$ 136,00), em apenas um mês.

#### 4.4 MOBILIZACAO CONTRA A DESIGUALDADE

O traço comum das estratégias econômicas governamentais adotadas na Bahia foi a busca do crescimento do produto interno, através de estímulos ao capital, ignorando totalmente a perspectiva mais ampla da sustentabilidade. Isto significa dizer que foram estratégias estreitas que acreditavam no “mito” do desenvolvimento econômico e passaram ao largo da preocupação com a exclusão das pessoas e com o meio ambiente. A maioria da população esteve sub-representada politicamente, de modo que as ações tinham sido voltadas para atender aos interesses da minoria. A cultura foi um fator de manutenção das desigualdades, quando não se tornou um vetor de mudança ou ameaça ao “status quo”.

Observando as experiências de participação no Estado da Bahia tem-se o exemplo do MOC, um movimento pioneiro que realiza uma ação transformadora na porção semiárida baiana, sem confundir o seu trabalho com o das instituições de caridade.

Outra entidade baiana que merece destaque é a APAEB, que promove uma ação valorizadora da comunidade na região do sisal.

A respeito da participação nas políticas públicas Milani (2006) relata quatro experiências que buscam integrar o princípio da participação social na formulação de políticas públicas locais.

O propósito desse autor foi o de ilustrar o quadro baiano da participação cidadã, quando afirma:

[...] que nos parece, ainda nos dias de hoje, marcado por uma cultura política regional assentada na reprodução de um Estado patrimonialista autoritário e em relações sociais mediadas por estruturas corporativistas e clientelistas, ou seja, um

quadro muito pouco efetivo no enfrentamento das desigualdades sociais na distribuição de bens públicos. (MILANI, 2006, p. 12).

Primeira experiência: orçamento participativo de Vitória da Conquista. Do ponto de vista da cultura política, inexistiu demanda social por participação quando da implantação do OP, e quanto às condições orçamentárias, a Prefeitura dispôs de poucos recursos disponíveis para investimentos. Por outro lado, o processo estabelecido em Conquista demonstra que a participação efetiva dos membros da administração municipal foi central (vontade política), mesmo na promoção de adaptações do desenho institucional do OP, por meio de uma ação preventiva no ano de 2001 (AMARAL et al, 2006).

Segunda experiência: gestão municipal da saúde em Salvador. Teve como ambiente institucional para a sua concretização a regulamentação e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde (CMS) em 1990, pela Secretaria Municipal de Saúde de Salvador. Após algumas turbulências, que objetivaram reduzir o seu caráter participativo, o CMS em 2006 era integrado por representantes dos prestadores de serviços público e privado; das entidades de profissionais de saúde; e das entidades representativas dos usuários (incluindo a pastoral da saúde; o culto afro-brasileiro; associações de portadores de deficiência, dentre outras).

Uma pesquisa realizada por Souza e Souza (2006 apud MILANI, 2006, p. 13) revela

que esse Conselho se apresenta como um palco potencial para a deliberação pública acerca das políticas de saúde do município de Salvador, mas é flagrante o despreparo do segmento dos usuários para a deliberação política e a real influência que podem exercer nas decisões políticas municipais.

Terceira experiência: elaboração do Plano diretor de desenvolvimento urbano (PDDU) de Salvador. Considera esse “um contra-exemplo do que seria o ideal democrático do princípio participativo”. A legislação municipal prevê requisitos políticos e administrativos que incluem a realização de audiências públicas e debates com a população, grupos associativos e representantes dos vários grupos de interesse da sociedade, e o Executivo municipal também deve garantir acesso, a todos os interessados, a informações e documentos considerados relevantes para a compreensão das estratégias do referido plano, cuja elaboração foi iniciada oficialmente em 1999, e que segundo Milani (2006, p. 13),

estendeu-se por longo período atravessado de denúncias, publicadas na imprensa local, de falta de transparência e autoritarismo e quando o projeto de lei entrou na fase de proposição de estratégias de implementação, estas foram discutidas a portas fechadas, muitas vezes sem a participação das próprias coordenações da Secretaria de Planejamento municipal. (CARIBÉ, 2006 apud MILANI, 2006, p. 14).

Diante da tendenciosidade que descaracterizava o processo de participação e o manipulava em favor dos interesses dos defensores das empreiteiras ligadas ao mercado

imobiliário, a Federação de Associações de Bairros de Salvador (FABS), alguns movimentos ambientalistas e a Ordem dos Advogados do Brasil (seção Bahia) formularam representação à Promotoria de Meio Ambiente, solicitando ao Ministério Público Estadual, que viabilizasse a discussão do PDDU junto às comunidades de Salvador, de acordo com o que determina o Estatuto da Cidade. Em seguida, a Promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público Estadual, sentenciou que

informar qual é a cidade que se quer viver através de uma análise da cultura, dos anseios, da troca com o poder público daquilo que lhe pertence é fundamental; a realização de apenas duas audiências públicas, sem entrega de material com antecedência suficiente, sem tradução para uma linguagem mais acessível e sem possibilidade de acesso ao material completo, torna a participação popular irrisória. (CARIBÉ, 2006 apud MILANI, 2006, p. 14).

Embora a gestão da prefeitura tenha adotado slogan político, comprometendo-se com a participação popular, no caso específico do PDDU, demonstra que “são claras as limitações das práticas participativas na gestão pública soteropolitana, porquanto tendem a transformar a participação em mera consulta, a fim de validar simbolicamente o processo institucional de tomada de decisões”. (MILANI, 2006, p. 14).

Quarta experiência - Congresso Popular (CP) de Pintadas. O mencionado autor descreve o evento, realizado em junho de 2002, destacando que o mesmo

contou com a participação de todos os membros da rede de associações locais, a apresentação de experiências e propostas de políticas públicas, bem como a eleição e designação de delegados para a plenária do Congresso. Professores universitários e técnicos voluntários, agindo enquanto elementos externos ao conjunto de cidadãos de Pintadas, também participaram dessa iniciativa. (MILANI, 2006, p. 15).

Segundo esse autor, o Congresso Popular (CP) é considerado de acordo com as lideranças locais, como um novo salto qualitativo, após a obtenção de conquistas políticas relevantes, que culminaram com a organização das associações em torno da Rede Pintadas de Solidariedade. O evento teve como objetivo “avaliar, integrar e harmonizar estrategicamente as políticas e ações públicas, estatais e de auto-gestão”. E “visou também à intensificação da participação popular nas avaliações e decisões e no controle social sobre as práticas públicas locais”. (MILANI, 2006, p. 15).

Para esse autor a organização do CP em Pintadas pode ser vista como o resultado de um longo processo histórico iniciado nos anos 1960 e que contou com a cooperação internacional como um elemento diferencial da participação política em Pintadas.

Desde então, o movimento popular em torno dos pequenos produtores rurais de Pintadas tem mobilizado seus recursos e repertórios políticos em parceria direta com os setores mais progressistas da Igreja Católica. As comunidades eclesiais de base incentivaram a formação do Conselho Pastoral das comunidades e do Conselho Pastoral de jovens. A presença da Pastoral da Terra, a partir da década de 1980,

também fortaleceu as práticas solidárias entre os trabalhadores rurais em torno dos mutirões a serviço principalmente da população rural pintadense, que representa quase dois terços do total da população. (MILANI, 2006, p. 15).

Assim, diante da rejeição política enfrentada na esfera estadual, a iniciativa desse município, o projeto econômico comunitário passou a ser visto como um meio para organizar os pequenos produtores, oferecendo-lhes possibilidades de ampliar sua participação na sociedade, tentando estimular-lhes o senso crítico e a consciência sobre a liberdade, a responsabilidade e os direitos dos cidadãos (MILANI, 2006).

Após a análise das quatro experiências, o referido autor concluiu que há uma tentativa, em alguns contextos locais, de incipiente inovação democrática na gestão de políticas públicas municipais, visando também combater o processo de infantilização cívica a que se tem submetido majoritariamente a população baiana nos últimos anos, e afirma que “permanecem os dilemas e os desafios da participação cidadã na tentativa de construir novos modos de formular, implementar, e monitorar políticas públicas locais baianas.” (MILANI, 2006, p. 16).

Aragão (2005) teve uma experiência como gestor de uma unidade industrial de laticínios, pertencente a pequenos produtores de leite, organizados em uma cooperativa central<sup>13</sup>; e relatando essa experiência, chegou à conclusão que o voluntarismo dos produtores envolvidos foi insuficiente. Reestruturar um parque industrial falido só seria possível se houvesse apoio externo e mobilização dos associados. Faltaram ambas as condições. O apoio dos governantes não foi suficiente, uma vez que os compromissos programáticos dos líderes e gestores e as estratégias adotadas pelos mesmos, não contemplavam efetivamente o apoio a esse tipo de agricultor; o familiar.

A desmobilização dos produtores era real devido à descrença no cooperativismo e à incapacidade da assistência técnica ao produtor de beneficiar a todos os produtores.

Aragão (1988), em sua tese de mestrado alertou que as cooperativas poderiam assumir um importante papel no complexo agroindustrial baiano, e influir, enquanto grupo organizado da sociedade civil, nas decisões políticas e na concepção e implantação de medidas, em favor dos agricultores associados às cooperativas, e da sociedade, como um todo.

---

<sup>13</sup> A CCLB congrega cerca de 6.000 pequenos produtores de leite, a maioria deles na porção semi-árida do Estado e operava duas usinas de laticínios na Bahia: uma em Teodoro Sampaio e a outra em Feira de Santana.



## **5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Este capítulo contém uma discussão do significado das informações e dos dados estatísticos apresentados no capítulo anterior, segundo os três tipos de condicionantes investigados, confrontando-os com a contextualização realizada.

### **5.1 SOBRE A ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA**

Observou-se que a vertente composta por ações voltadas para o desenvolvimento endógeno não esteve presente, salvo em trechos do discurso oficial, e em ações periféricas à vertente majoritária. A pretensa chegada dos benefícios para todos, a partir das estratégias adotadas, não se confirmou; bastando apenas se observar em os principais indicadores sociais do estado da Bahia.

Nas estratégias adotadas pelo Estado, desde 1946, predominaram as ideias e as concepções oriundas de doutrinas econômicas ortodoxas, as quais têm como características básicas excluírem das suas formulações: a atenção às vertentes empreendedoras endógenas; a valorização de frações de capital internas; e a força de trabalho disponível no Estado.

Com isso, negligenciou-se a ocupação da força de trabalho local, o que gerou impactos socioeconômicos negativos, especialmente o baixo nível de vida da maioria da população.

#### **5.1.1 Limitações do Planejamento Econômico**

As forças políticas predominantes, ao se organizarem com vistas à implantação das estratégias econômicas que preservassem os seus interesses, foram portadoras de ideias e de propostas conservadoras, que concentraram a renda, e impediram a integração da maioria da população do Estado no processo da transformação nacional; ele próprio, concentrador e voltado para as regiões localizadas no Centro Sul.

Dessa forma, impediram que germinassem estratégias econômicas alternativas que não estivessem alinhadas com o interesse dos grupos que detinham a hegemonia política no Estado. O caso do PLANDEB foi emblemático; sua implantação não foi aprovada pela Assembléia Legislativa, uma vez que a maioria dos membros do parlamento estadual não concordava com suas propostas, as quais seguramente iriam ferir os interesses dos estratos sociais organizados que eles representavam.

O estado da Bahia sofreu as consequências da internalização no país das estratégias mundiais, formuladas e adotadas pelo grande capital, a exemplo das preconizadas pelo Consenso de Washington.

Essas estratégias adotadas resultaram na construção de setores industriais dependentes e de baixa capacidade de competição, a exemplo do Polo Petroquímico de Camaçari que vem sendo objeto de múltiplas reestruturações tecnológicas e patrimoniais. A base técnica industrial analógica foi substituída pela digital, a relação Capital – Trabalho elevou-se, a produção física aumentou e diversificou-se, enquanto a formação tripartite inicial (Estado – Capital nacional - Capital externo) foi abandonada.

O setor calçadista consistiu basicamente na extensão dos polos tradicionais de outros Estados e teve sua implantação baseada na Teoria Ricardiana das “vantagens comparativas”, concebida no século XIX, segundo a qual, para obter melhores resultados o empreendedor deve aproveitar a oportunidade e mobilizar recursos abundantes e de baixo custo, especialmente a força de trabalho. De fato, esses grupos industriais pagam na Bahia salários mais baixos do que os pagos nos seus Estados de origem, além de receberem generosos incentivos fiscais, materiais e financeiros.

A indústria automotora implantada em 2001, o Projeto Amazon, da Ford, apesar de sua avançada concepção tecnológica, representa um empreendimento cujos impactos esperados foram abaixo dos padrões dessa indústria, a qual passou por automatismos que reduziram a capacidade de geração de empregos, se comparada com os padrões anteriores.

A produção de *commodities* agrícolas e minerais continua, como se fosse uma vocação inevitável, desprezando os desdobramentos de uma cadeia produtiva estruturada, e integrada a partir da implantação de arranjos sócio-produtivos que articulassem e incorporassem empreendimentos associativos e solidários.

Por fim, os empreendimentos que possuem sua origem fora do Estado não incluíram em suas operações, salvo nos discursos formais, o compromisso de capacitar e absorver a força de trabalho local, a exceção da não especializada; de transferir tecnologia e de interagir efetivamente com a sociedade local. É sintomático que uma parte dos agricultores do oeste da Bahia, instalados nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, dentre outros, que vieram do Paraná e Rio Grande do Sul, e que criaram um dos mais expressivos vetores de crescimento agrícola do Estado, defendam a separação daquela região do estado da Bahia.

### 5.1.2 A Concentração Empresarial e o Desamparo das Médias e Pequenas Empresas

Não foi observado o comprometimento ou o estabelecimento de prioridade dos grandes empreendedores de origem no Estado, possuidores de inequívoca capacidade de formação e mobilização de poupança, em aplicar no potencial produtivo e nas múltiplas oportunidades identificadas dentro das fronteiras do Estado.

O caso da cadeia produtiva dos caprinos é emblemático: não foi capaz de se tornar objeto de interesse desses grupos econômicos, embora tenha potencial produtivo em praticamente todo o Estado e demonstre condições de gerar expressivos resultados.

Outro caso relevante é o da alternativa de valorização econômica do agronegócio baiano, incluída a agricultura familiar, através da produção e exportação de produtos orgânicos, aproveitando o trunfo de a Bahia dispor de uma grande parcela da população residindo no campo, e de ter uma grande parte da produção agropecuária obtida sem o uso de produtos agroquímicos. Essa oportunidade tem sido reconhecida apenas por uma pequena parcela de produtores não convencionais, situados no Sul e no Recôncavo.

De fato, o relativo atraso tecnológico da maioria dos estabelecimentos agropecuários do Estado gerou, involuntariamente, uma vantagem: a agricultura baiana está próxima da agricultura orgânica; estando o uso de agroquímicos concentrado em poucas regiões e considerando as demais áreas onde esse uso é baixo.

Deduz-se facilmente que parte da produção agrícola baiana obedece a padrões próximos da agricultura orgânica, diferenciando-se desta pela falta de certificação e baixo uso de fertilização orgânica.

A concentração empresarial verifica-se nos âmbitos: espacial, (no litoral); em poucos setores econômicos (químico e petroquímico); em um pequeno número de grandes grupos empresariais (industriais e comerciais). É notório que uma grande parcela dos executivos baianos é formada por meros auxiliares do capital internacional, sendo a forte presença de empresas estrangeiras, com seus critérios específicos de recrutamento e seleção, um fator determinante do alijamento dessa força de trabalho.

Assim, não há dúvida da forte contribuição dessas razões para que a maioria da população baiana continue a apresentar baixos indicadores socioeconômicos, especialmente baixos níveis de renda que resultam em baixos níveis de consumo de bens e serviços, dentre os quais, educação, saúde e habitação.

Encontrar evidências do atraso e desigualdade é algo recorrente, a novidade é analisar as condicionantes associadas às alternativas que podem reduzir/minimizar ou eliminar essas características da sociedade capitalista.

Existe, então, um arcabouço de estudos que fornece elementos que podem subsidiar a concepção e implantação de estratégias que construiriam um processo alternativo.

### **5.1.3 A Fragilidade das Organizações Associativas**

O descaso com as cooperativas e com as demais entidades da economia social (NOTA 12, APÊNDICE A), calcadas nas iniciativas locais têm sido evidentes, quando se observam os baixos índices de participação em cooperativas e entidades associativas e o baixo nível de contribuição dessas instituições para o produto, renda e emprego.

Diante do quadro observado, tornou-se necessário perguntar: o que fazer? Destaque-se inicialmente que qualquer projeto econômico para o Estado reflete necessariamente os interesses de uma determinada correlação de forças políticas e assim não se pode esperar de forças conservadoras, projeto econômico contrário a seus interesses. Não foi prioritário, estimular e fortalecer os empreendimentos associativos, especialmente as cooperativas, vinculadas ou não ao segmento da chamada economia solidária.

A cooperativa contribui de duas formas para a construção da nova hegemonia. Como empresa é um segmento econômico que dá sustentação política, e como associação, é um segmento atuante da sociedade civil, também chamada a ampliação do Estado. A prática do cooperativismo requer educação associativa que viabiliza a concepção de mundo que relativiza o individualismo. O cooperado passa a ser o sujeito histórico e a prática da cooperação e da solidariedade o estimula a ter maior participação política.

As cooperativas contribuem para uma nova superestrutura jurídica e política, na medida em que comendo a sociedade civil constroem uma nova hegemonia com vistas a participar, de um projeto de domínio do Estado, exercendo um papel estratégico.

Conforme afirmou Cruz (2006, p. 24), o êxito econômico das experiências associativas, especificamente das iniciativas de economia solidária,

dependerá, também da capacidade, por parte dos grupos que conformam as iniciativas, de apropriarem-se das ferramentas técnicas e tecnológicas de gestão de pequenas e médias empresas sob mercados oligopolísticos. Para, a partir dessa apropriação cognitiva, desenvolverem ferramentas específicas que permitam colocar os empreendimentos em condições de concorrência efetiva, sem perder suas características cooperativas e autogestionárias.

Desse modo, o segmento representado pelos empreendimentos associativos deverá se beneficiar de políticas públicas que objetivem fornecer apoio, mas, também, precisará entender que deve fazer o esforço de apropriação das ferramentas de gestão adaptadas às suas especificidades.

## 5.2 SOBRE A ESTRUTURA POLÍTICA

Aqui não se entendeu a política como simples reflexo da economia, nem vice versa. Ao se examinarem as transformações ocorridas no período estudado, buscou-se identificar como elas rebatiam na manutenção, no agravamento ou na atenuação das desigualdades. A sociedade baiana nesse período tornou-se mais complexa e adensaram-se as formas de estruturação das classes sociais e a sua relação com a política. Entretanto não ocorreram mudanças substanciais, seja no discurso, seja na prática.

Como as possibilidades de melhoria das condições de vida das classes subalternas, dependem, necessariamente, da construção de uma nova hegemonia, esta construção dependerá do comportamento dos condicionantes socioeconômicos, políticos, e culturais.

A organização e a gestão política do estado na Bahia não evidenciam conteúdos que indiquem uma etapa, que ultrapasse as lutas econômico-corporativas, para atingir lutas mais duradouras e universais, voltadas à construção de uma nova hegemonia.

Agir como sujeito no processo de transformação da sociedade, exige como Gramsci (1987) concebeu uma passagem do momento corporativo ao momento ético-político, da estrutura à superestrutura, para daí, estar em condições de construir um novo bloco histórico.

Essa transição foi chamada pelo citado autor de "catarse"; que significa a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) para o momento ético-político; ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa, também, a passagem do objetivo ao subjetivo. A estrutura, a força exterior que esmaga o homem, que o assimila a si, que o torna passivo, transforma-se, em meio de liberdade, em instrumento para criar um novo modelo ético - político, na origem de novas iniciativas (GRAMSCI, 1987).

Isto também implica dizer que essa "catarse" depende, necessariamente, como pré-requisito fundamental, da internalização de valores ético-morais indiscutíveis, e capazes de tornar esse grupo dirigente uma referência para toda a sociedade. No Brasil e na Bahia, esse conjunto de valores pouco se internalizou, além do discurso.

Essa sofisticada construção da hegemonia não teve condição de progredir, e uma das razões foi o descaso com a educação, o qual fica evidente com a análise dos indicadores que demonstram a deficiência das políticas educacionais e o baixo desempenho dos estudantes. Além disso, também é muito baixo o percentual de pessoas na idade de 18 a 25 anos, que frequentam instituições de nível superior: uma dos mais baixos do país. A educação fragilizada dificultou o desenvolvimento do senso de cooperação, o empreendedorismo, o protagonismo, o empoderamento e reduziu a auto-estima.

Assim, enquanto a maioria da população não alcançar a cidadania plena, estará exposta à manipulação e à alienação política.

### 5.3 SOBRE A ESTRUTURA CULTURAL

Identificando-se a cultura como um dos condicionantes da desigualdade, foram selecionados elementos culturais capazes de apresentar uma relação causa-efeito.

A mentalidade e a cultura das classes populares foram mantidas distantes do poder, revelando o afastamento desse grupo das oportunidades criadas, configurando-se uma relativa alienação. A valorização da cultura das classes subalternas não tendo ocorrido, verificou-se que não foi suficiente o trabalho de um grupo de pessoas ocupadas em pensar a realidade social e atuar como mediadoras entre os movimentos sociais e o Estado; ou seja, os chamados intelectuais orgânicos, empenhados em impor esses valores à sociedade como um todo.

O Estado age a partir do consentimento ativo dos grupos hegemônicos, os quais abrem mão de seus projetos em nome de um projeto universal abstrato, materializado por ações que beneficiam a todos sem distinção e inibem a visão de mundo dos grupos não hegemônicos.

É do interesse dos grupos hegemônicos desenvolverem uma cultura de passividade e de conformismo, no seio das classes subalternas, estimulando o corporativismo e negando o mérito nas ações de cunho coletivo, gerando a desvalorização das iniciativas dessa grande parcela da população.

Desse modo a busca da hegemonia tende a ocorrer nas várias instâncias: econômica, política e cultural. A elevação cultural da maioria da população torna-se necessária visando superar a pressão ideológica dos grupos dominantes. A cultura, portanto, constitui um pilar importante na construção da hegemonia, mediante a conquista do consenso e da direção político-ideológica por parte dos grupos subalternos.

Dentre as manifestações culturais de matrizes africanas na Bahia, principalmente na grande Salvador e no Recôncavo baiano, aquelas que se não se propõem, nem implícita nem

explicitamente, a questionar o lugar que o grupo social ocupa e qual lugar deveria ocupar, legitimam o papel inferior a que são relegados, mantendo-se desse modo, a desigualdade por esse mecanismo quase invisível.

De fato, o carnaval, é um exemplo: sendo uma manifestação cultural que expressa alegria, contentamento em geral, ignorando a flagrante estratificação social, contribui para acomodação/cooptação dos estratos que poderiam demonstrar insatisfação com as condições de atraso, pobreza e discriminação em que vivem. Apesar da existência de expressivos movimentos sociais, portadores de reivindicações, visando reverter desigualdades em geral, ou especificamente as étnicas no mercado de trabalho, a mudança tem sido lenta.

## 6 CONCLUSÃO

Os estudos realizados confirmam as hipóteses e permitem concluir, sem a pretensão de exaurir o tema, que a desigualdade socioeconômica e o atraso na Bahia resultaram dos condicionantes socioeconômicos, políticos e culturais abordados, no presente trabalho.

De fato, a análise da estrutura econômica indica que a mesma, montada historicamente pelos representantes do capital comercial, industrial e financeiro, definiu estratégias econômicas que preservaram o *status quo*, e não tomaram conhecimento dos interesses dos grupos sociais que representam a maioria da população.

A análise da estrutura política demonstrou a organização dos representantes do capital, os quais como intelectuais convencionais, colocaram-se a serviço do capital, apesar de elaborarem um discurso que supostamente contemplaria todos os estratos sociais.

A análise da estrutura cultural demonstrou que o principal grupo étnico da Bahia tem sido segregado e suas manifestações limitadas e subalternizadas aos interesses do capital.

Constata-se, então, que essa estrutura efetivamente condicionou a desigualdade, a qual, para ser reduzida, demandará medidas: a) no âmbito econômico, de estratégias nacionais que enfrente a dependência típica de um país periférico; estratégias estaduais que se voltem para a valorização das potencialidades físicas e socioeconômicas do Estado; b) no âmbito político, da elevação dos níveis de organização e de participação política dos estratos majoritários da população, que proporcione o alcance da cidadania plena; c) e no âmbito cultural, da assimilação dos valores que fomentem o respeito à comunidade como um todo, o estímulo ao planejamento participativo, garantidos por uma estrutura educacional que universalize o saber científico para todas as pessoas, sem prejuízo da adoção de medidas compensatórias, voltadas para grupos específicos, em um horizonte temporal determinado.

Como exemplo de estratégia atual de desenvolvimento que envolve a sociedade civil organizada e contempla o planejamento participativo é a atualmente implantada na província de Quebec no Canadá (NOTA 11, APÊNDICE A).

Desse modo, a pesquisa realizada para a elaboração da presente tese apresentou uma análise dos condicionantes socioeconômicos que incluiu o processo de planejamento, a política econômica estadual, as suas organizações econômicas; uma análise dos condicionantes políticos que informou sobre a organização e a representação política; e uma análise dos condicionantes culturais, enfatizando as suas especificidades. Isto significa dizer que se tratou de um conteúdo que revelou elementos que podem contribuir para a construção de uma nova “hegemonia”, sendo esta, entendida como a criação de um movimento social



hegemônico de direção intelectual e moral; de construção de consenso e de um novo bloco histórico.

Diante dos indicadores observados e dos condicionantes estudados, procurou-se compartilhar as preocupações referentes ao processo de reflexão e transformação do capitalismo, especialmente como ele se reproduz no estado da Bahia, considerando que os paradigmas conservadores não conseguem explicar a persistência da desigualdade.

Buscando aprimorar a percepção da realidade estadual, contextualizou-se o diagnóstico e ao mesmo tempo, procurou-se ignorar as interpretações dogmáticas e economicistas, que se por um lado concordam com a previsão do colapso do capitalismo, conforme teorizou Marx, por outro lado, insistem em não perceber que a construção de uma nova sociedade não se faz simplesmente negando a ordem existente e sim dialeticamente, interagindo com propostas concretas.

Concluiu-se que no período escolhido para a pesquisa, 1946-2006, os esforços contra a desigualdade foram insatisfatórios, e assim permanecem os desafios para se desenhar um novo perfil socioeconômico para o Estado da Bahia.

Assim, diante da gênese e da evolução do processo de desigualdade social, torna-se necessário implantar um projeto de organização da sociedade que não negligencie o atendimento das demandas sociais, ou seja, um projeto que possa efetivamente atuar sobre a histórica dívida social que vem marcando a sociedade baiana.

Partindo-se dessa premissa, as estratégias de intervenção devem ser capazes de buscar o desenvolvimento sustentável, contemplando eficiência econômica, equidade social e preservação ambiental, ao tempo em que a infraestrutura e os serviços devem estar voltados para todos os segmentos da sociedade, ampliando-se o acesso à plenitude da cidadania e à melhoria das condições de vida da população.

Concordando com autores que defendem que o planejamento deve ter um papel central na atuação contra a desigualdade, viabilizando o controle social, pode-se compreender que um processo dessa natureza estimula e ao mesmo tempo cria condições para a reconstrução da hegemonia, na medida em que articula técnica e politicamente os atores sociais para escolhas e opções sociais.

A adoção do planejamento como instrumento técnico e político, deve levar a uma reformulação da posição dos técnicos na definição das prioridades do desenvolvimento e a uma necessidade de se criar uma estrutura de participação e mobilização da sociedade para a tomada das decisões orientadas pela reflexão técnica.

Além disto, considerando-se que a velocidade de utilização dos recursos naturais, aliada à ampliação dos mercados em escala global, vem provocando o elevado crescimento do consumo em geral, no mundo, fenomeno incompatível com a disponibilidade dos recursos existentes, não renováveis, é lógico deduzir-se que a humanidade fará ajustes, no seu “*modus vivendi*” voluntariamente ou não, mais cedo ou mais tarde, ou então sofrerá um choque que implicará na compulsória geração de novas tecnologias, inclusive tecnologias sociais. Neste processo, cada comunidade, independentemente de seus níveis de atraso e de desigualdade, está convocada a fazer sua parte.

Quando se trata de uma unidade pertencente a um país federativo como o Brasil, a subordinação às normas nacionais representam um obstáculo, se não houver convergencia entre ambas, mas a redução dos graus de liberdade para agir, não justifica a ausencia de iniciativas estaduais. Um exemplo disso ocorre nos Estados Unidos: 28 dos 50 Estados norte-americanos, contrariando a posição oficial do Governo Federal, estão adotando medidas que objetivam a redução nas emissões de gases poluentes, conforme previsto no Protocolo de Kyoto<sup>14</sup>.

A opção pelo planejamento é reforçada pela perspectiva teórica segundo a qual o desafio da sustentabilidade deve ser enfrentado, considerando-se as dimensões culturais e éticas no processo de tomada de decisão, caracterizando-se como um processo supra-individual, de escolha pública da sociedade civil organizada. Essa opção, que relativiza as decisões individuais maximizadoras do bem estar de cada agente econômico e se baseia em ações coletivas, torna-se a mais apropriada, tendo em vista que em longo prazo, a sustentabilidade só será possível com a estabilização dos níveis de consumo, per capita, de acordo com a capacidade de carga do planeta.

Desse modo, o planejamento pode construir um projeto coletivo, reconhecido pela sociedade, e em torno do qual todos os estratos sociais estejam efetivamente comprometidos e o seu porte e autonomia dependam da natureza e da quantidade de recursos naturais e do nível de organização da sociedade em torno desse projeto coletivo.

Esse projeto, sendo coletivo, permite formular e implantar estratégias de transformação compostas por ações mitigadoras compatíveis com o que Gramsci (1987) chamou de guerra de posição; ações apropriadas para a sociedade brasileira, consideradas ocidentais, que passam, necessariamente, pelo seu fortalecimento político.

---

<sup>14</sup> Acordo assinado ao fim da quarta Conferência das Partes da Convenção Mundial do Clima, em 1997, na cidade japonesa de Kyoto, onde os países signatários se comprometeram em reduzir respectivamente suas emissões de gases poluentes.

Nesse contexto, o planejamento deve promover o fortalecimento das pequenas e médias empresas, das cooperativas e dos empreendimentos solidários, os quais teriam um papel estratégico nessa transformação. As demais empresas, até então comprometidas exclusivamente com a busca do lucro máximo, numa visão estritamente competitiva da geração de lucro, seriam estimuladas a incluir em seus respectivos processos de formulação do planejamento estratégico, um rompimento com certo tipo de visão formal do desenvolvimento sustentável, para, em lugar disso, realizar efetivamente uma mudança de foco, assumindo como diretriz e linha de ação, a sustentabilidade e a busca de lucro mediante a utilização dos recursos e da força de trabalho regionais.

Afinal, mesmo sendo inegável que no sistema capitalista, exista uma tendência à concentração, como mostra a lei da tendência decrescente da taxa de lucro de Marx, isso não autoriza o determinismo de afirmar de que sejam inócuas quaisquer tentativas de descentralização.

O conjunto dessas iniciativas empresariais formaria um segmento diferenciado, que na medida em que fosse se adensando, passaria a concorrer em importância na geração de renda e na criação de emprego com os setores convencionais, e a ocupar um espaço cada vez maior em decorrência da adesão e efetiva agregação de parcelas da sociedade, especialmente as mobilizadas pelo processo do planejamento participativo.

Coerente com o conceito de governança, este conjunto de ideias, só faz sentido, se se acredita que as sociedades humanas, tanto as nações como as empresas podem se governar, quando se organizam através de sistemas de representação, de instituições e de processos sociais. E portanto quando dispõem de um elevado nível de consciência para atuar voluntariamente; de capacidade de organização para gerir as instituições e para criar e manter os sistemas de representação; e de um alto nível de resiliência para adaptar-se e superar novas situações e novos problemas.

Por fim, o conteúdo aqui analisado mostra-se coerente com a plena consciência da necessidade de interpretar o momento histórico, vislumbrar a missão de cada sujeito e atuar na elaboração de um projeto para a sociedade, que conduza a adoção de medidas necessariamente voltadas para o combate do atraso econômico e da desigualdade social.

## REFERÊNCIAS

AHUMADA, J. **Teoria y programacion del desarrollo económico**. Curso Intensivo de Treinamento em Problemas do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: CEPAL-DOAT, 1960.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (Orgs). **Planejamento e orçamento governamental**. Brasília: ENAP, 2006. v.2.

ALMEIDA, Rômulo. **Rômulo voltado para o futuro**. Fortaleza : Banco do Nordeste do Brasil - BNB, 1986.

\_\_\_\_\_. História econômica da Bahia no último século e meio. In: CONFERÊNCIA INAUGURAL DO CURSO DE ECONOMIA BAIANA, 1949. Salvador. **Anais...** Salvador: Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1950.

AMARAL, et al. **Orçamento participativo e estudo comparativo sobre duas experiências no interior da Bahia**. Salvador: Escola de Administração, 2006, mimeo.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO, 2008. **Anais...** São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 9. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAGÃO, Gilton; BAIARDI, Amílcar. Culturas de desenvolvimento da Bahia: uma análise da vertente alternativa baseada na cooperação e na solidariedade. **Revista Eletrônica Recôncavos**, n. 3, 2010.

ARAGÃO, Gilton. **Cooperativismo e gestão agroindustrial: o caso da CCLB**. Salvador: Edição do Autor, 2005.

\_\_\_\_\_. **Agroindústria e cooperativismo: uma análise do complexo agroindustrial baiano e das possibilidades do cooperativismo transformá-lo**. 1988. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia/UFBA, Salvador, 1988.

ARBIX, Glauco. A queda recente da desigualdade no Brasil. **Revista Nueva Sociedad**, especial em português, 2007. Disponível em: <<http://www.nuso.org>>. Acesso em: 10 out. 2010.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Tradução de Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. Petrópolis: Vozes, 1997.

ASSIS, S. G; SOUZA, E. R. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

BACELAR, Tânia. Nordeste: heranças, oportunidades e desafios. **Teoria e Debate**, n.77, Fundação Perseu Abramo, Teresina, maio/jun. 2008.

BACHELARD. Gastón. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

BAER, Werner. **A Economia brasileira**. Tradução de Edite Sciulli. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

\_\_\_\_\_. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

BAHIA. AGEKOM - ASSESSORIA GERAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Bahia terá US\$ 16,6 milhões para ciência e tecnologia**, 2006. Disponível em: <<http://www.agecom.ba.gov.br/informes>>. Acesso em: 12 de jun. de 2010

\_\_\_\_\_. **APL de confecções terá financiamento inédito**. 2004. Disponível em: <<http://www.agecom.ba.gov.br>>. Acesso em: 12 de jun. de 2010.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. **Relatório de Atividades de 1991. Mensagem do Governador**. Salvador, 1992.

BAHIA. SEI. FUNDAÇÃO DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO – CPE. 2006. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 12 jun. de 2010.

\_\_\_\_\_. **PIB da Bahia: 30 anos em análise**. 2006. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 12 jun. de 2010.

\_\_\_\_\_. **Aspectos de tecnologia: educação e ensino formal e técnico**. 2002. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br>>. Acesso em 13 jun. de 2010.

\_\_\_\_\_. **Aspectos demográficos e projeções da SEI sobre a população baiana**. 2000. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

BAHIA. SEPLAN. **Plano Pluri Anual (PPA) 2008-2011 Bahia**. 2007. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

BAIARDI, Amílcar. **A moderna agricultura do Nordeste**. Salvador: EDUFBA, 1999.

\_\_\_\_\_. **Submissão do trabalho ao capital na região cacaueteira**. São Paulo: Hucitec, 1984.

BAIARDI, Amílcar; Mendes, Janúzia. Os APL's como habitats da inovação: potencial e possibilidades no caso da Bahia. In: SEMINÁRIO DE MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E PERIFERIA, 9., 2005. Recife. **Anais...** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2005, v. 1, p. 79-98.

BALANCO, Paulo Antonio de Freitas; SANTANA, Geidson Uilson Seixas. A indústria de transformação do Nordeste no Período 1994-2005: uma análise espacial e estrutural. Salvador: **Revista Desenhahia**, n. 7, p. 89-103, set. 2007.

BALASSA, Bela. **Teoria da integração econômica**. 3. ed. Lisboa: LCE, 1980.

BANFIELD, Edward C. **The moral basis of a backward society**. 1958. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/49095975/Edward-C-Banfield-The-Moral-Basis-of-a-Backward-Society>>. Acesso em: 10 out. 2010.

BAPTISTA, Creomar. **Distritos flexíveis e desenvolvimento endógeno: uma abordagem marshalliana**. 1999. Disponível em: <<http://www.geocities.com/statprof/distrit.html>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

BARAN, Paul. **A economia política do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

\_\_\_\_\_. **Economia política do crescimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BEDE, Marco Aurélio. **Onde estão as micro e pequenas empresas no Brasil**. São Paulo, Sebrae/SP, 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na Cepal: uma resenha. In: \_\_\_\_\_. (Org). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Pensamento econômico brasileiro 1930-1964. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio C. Transição, revolução social socialista e a economia solidária. In: BOCAYUVA, Pedro Cláudio C. **Metamorfoses do trabalho e cooperação produtiva: a gênese, as vertentes e a plataforma da economia popular e solidária**. Proposta n. 97. [S.l.]: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, 2003.

BOFF, Leonardo. O semi-árido: o mais chuvoso do planeta. **Revista TriploV de Artes, Religiões e Ciências**, p. 19-20, set./out. 2008, .

BORGES, Ângela. **Trabalho e emprego na Bahia: mudanças e desafios no final do século**. Salvador: SEI, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992

BRAGA, Júlio Santana. **A Irmandade de Nossa Senhora da Sociedade Amparo dos Desvalidos**. 2008. Disponível em: <<http://www.mrquerino.blogspot.com/2008>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

BRASIL. ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO. **Articulações para o semiárido**. 2009. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/portal/default.asp>>. Acesso em: 20 jun.2010.

BRASIL. IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Nordeste e a má distribuição de renda**. 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 jul. 2009.

\_\_\_\_\_. **Projeções de população por sexo e idade, Bahia 1991-2000.** 1997. (Série Estudos e Pesquisas). Disponível em: <<http://www.ibge.com.gov.br>>. Acesso em 24 jul. 2009.

BRASIL. IBGE/PNAD - **O sistema integrado de pesquisas domiciliares amostrais e a informação conjuntural sobre mercado de trabalho.** 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 10 out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese dos Indicadores de 2002.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

BRASIL. MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Desenvolvimento territorial.** 2005. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/index.php>>. Acesso em: 20 jun. de 2010.

BRASIL. SIES – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Economia Solidária.** 2005. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>. Acesso em: 13 mar. de 2011.

BRESSER- PEREIRA, Luis Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

BUARQUE, Sérgio C. **O que falar quer dizer:** a economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1998.

\_\_\_\_\_. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento sustentável.** Recife: IICA, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO JUNIOR et al. Panorama da economia baiana sob a ótica do PIB – 1975/2000. In: SUPERINTENDÊNCIA E ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Dez anos de economia baiana.** Salvador, 2002. p. 7-23. (Série Estudos e Pesquisas, 57).

CATTANI, Antonio David. **As desigualdades ampliadas e a construção de alternativas.** 2003. <[http://www.anped.org.br/reunioes/26/outrostextos/tegt09\\_2.doc](http://www.anped.org.br/reunioes/26/outrostextos/tegt09_2.doc)>. Acesso em: 21 out. 2010.

CAVALCANTI, Clóvis. Uma tentativa de caracterização da economia ecológica. **Revista Ambiente & sociedade,** Campinas, ANPPAS/UNICAMP, v. VII, n. 1. p. 149-156, jan./jun. 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 2003.

CONCEICAO, Fernando. Cultura como alienação: poder e blocos afros na Bahia. In: ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007. Salvador. **Anais...** Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBa, 23/25 de maio de 2007, Salvador.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. **Gramsci**. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CRUZ, Antônio. **A diferença da igualdade a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do MERCOSUL**. 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas/SP, 2006.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. "Surf" nas ondas do tempo: do Carlismo histórico ao Carlismo Pós-Carlista. **Caderno CRH**, Salvador, Faculdade de Comunicação/UFBA, n. 39, 2003, p. 213-255,

DARZÉ FILHO, Elias. **A problemática da verticalização com adensamento e articulação da estrutura industrial da Bahia**. 2002. Trabalho final (Pós-Graduação em Economia Baiana) - Universidade Salvador/Unifacs, Salvador, 2002.

DESJARDINS. **Estudos econômicos**. Para um futuro melhor em Quebec, os desafios e oportunidades para a superação de compreender: identificar, selecionar e priorizar fulcros. 2011. Disponível em: <<http://www.desjardins.com/economia>>. Acesso em: 2 maio 2011.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Mercado de trabalho**. 2003. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 12 out. de 2010.

DINIZ, Clélio Campolina. A nova geografia econômica do Brasil. In: VELLOSO, J. P. R. (Org.). **Brasil 500 anos, futuro, presente, passado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

DISPUTA concentra economia, diz BNDES. **Jornal Folha de São Paulo**. Seção Brasil, ano 80, n. 25.890, São Paulo, p.15, 20 de fevereiro de 2000.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

DRUMOMND, José Augusto; FELIPPE, Carlos Artur. O capital social à beira da baía da Guanabara. In: **O capital social no desenvolvimento regional**. Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (CEPEDEB) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), Universidade Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2004, p. 155-215.

DUARTE, A. O. **Crescimento econômico e especialização produtiva do Nordeste do Brasil: uma abordagem heterodoxa do período de 1960 a 1999**. 2008. Tese (Doutorado em Economia)- Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

DULCI, Otávio Soares. **Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil**. Curitiba: UFMG, 2002.



\_\_\_\_\_. Itinerários do Capital e seu Impacto no Cenário Inter-regional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, out. 1999.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA - FIEB – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA. **Industrialização na Bahia**: construindo uma nova estratégia. Salvador: FIEB, 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2004. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br>>. Acesso em: 12 out. 2010.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ótica, 1978.

FERNANDES, Valdísio. **A luta pela hegemonia uma perspectiva negra**. Salvador: Instituto Búzios, 2007. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/7115548/Valdisio-FernandesA-Luta-Pela-Hegemonia-Uma-Perspectiva-Negra>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

FERRAZ, Cristiano Lima. Empresários e Governo do Estado da Bahia: em direção a uma sociedade mais competitiva. **Revista Trabalho Necessário**, ano 3, n. 3, 2005.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do industrialismo no Estado da Bahia**: Estado produção e formação humana. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação/ Mestrado e Doutorado/ Universidade Federal Fluminense, Niteroi-RJ, 2002.

FERRER, Aldo. **Hechos y ficciones de la globalización**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

FRANÇA, G. Termos terceiro setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 12, n.1, p. 9-19, jun. 2002.

FRANK, André Gunder. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. **Monthly Review**, v. 18, n. 4, set. 1966.

FREIRE, Roberto. **História do PCB/PPS**. 2010. Disponível em: <<http://www.saopaulo.pps.org.br>>. Acesso em: 20 jan. de 2011.

FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GAIGER, L. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, L. (Org.) **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: Unisinos, 1996, p. 101-126.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Movilidad del trabajo y acumulación de capital**. México: Era, 1977.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ, Paulo Sérgio Hermida; GUERRA, Osvaldo Ferreira. F. Novas mudanças estruturais na economia baiana: mito ou realidade. **Revista Econômica do Nordeste**, Ceará, v. 32, p. 308-321, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Organizado e traduzido por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004. v.2.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **A questão meridional**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2. ed. Recife, 1959.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Estrutura e formação das classes sociais na Bahia. **Cadernos CRH**, Salvador, UFBA, 2004.

\_\_\_\_\_. **Formação e crise da hegemonia burguesa na Bahia**. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia/UFBA, Salvador, 1982. (revista em 2003 pelo autor).

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **Condições de vida, desigualdade e dinâmica demográfica na Bahia durante a década de 1990**. 2004. Dissertação (Mestrado em Estatística) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas/IBGE. Rio de Janeiro, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

HIRSCHMANN, Albert. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1961.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOFFMANN, R. **A estrutura fundiária no Brasil de acordo com o cadastro do INCRA: 1967 a 1998**. Convênio INCRA/UNICAMP. [S.l.]: [s.n.], 1998.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Agosto, 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2010.

\_\_\_\_\_. IPEADATA. **Evolução da desigualdade de renda**. 2007. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 out. De 2010.

\_\_\_\_\_. **Renda – Desigualdade – Índice de Gini – 2005**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

KUPFER, David. **Mudança estrutural nas empresas e grupos líderes da economia brasileira na década 90**. Rio de Janeiro: GIC-IE/UFRJ, 2001, mimeo.

LAYCOCK, David. **Co-operative/government relations in Canada: lobbying, public policy development and the changing co-operative system**. Saskatoon: Centre for the Study of Co-operatives, University of Saskatchewan, 1987, 239 p.

LECHAT, Noelle M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, 2., 2002. Campinas. **Anais...** Campinas, 20 de março de 2002.

LEITE, Maria das Graças P. M. S. P. **A avaliação da sustentabilidade dos programas de Combate à pobreza rural no Nordeste do Brasil: estudo de caso do projeto de desenvolvimento comunitário da região do Rio Gavião (1997 – 2001)**. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2003.

LÊNIN, Vladimir. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LEROY-BEAULIEU, Paul. **De la Colonisation ches les Peuples Modernes Paris**. 4. ed. Paris : Guillaumin & Cie., 1891.

LIMA, M. **Inserção de um agente indutor da relação universidade-empresa em um sistema de inovação fragmentado**. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

LIRA, Ivan Silva. Desarrollo Económico Local, y Competitividad Territorial en America Latina. **Revista de La Cepal**, n. 85. Santiago del Chile, abr., 2005.

LOSURDO, Domenico. **Fuga da História? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa Vistas de Hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia**. São Paulo: Abril Cultural e Industrial, 1982. v.1.

MARTINS, Jayme. A era Deng, passo a passo rumo ao reino da harmonia. **Revista Visão da China**, CCIBC, n. 15, 2007, p. 18-21.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem: resistências e práticas negras de territorialização no espaço da exclusão social – Salvador/BA (1850-1888)**. 2000. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC, São Paulo, 2000s.

MEC/INEP. INEP. **Educação para todos: a avaliação da década**. Brasília: MEC/INEP, 1999.

\_\_\_\_\_. **Todos pela Educação**. Brasília: MEC/INEP, 2010. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

MÉSZAROS, Istvan. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **O poder da ideologia**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O século XXI**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. Tradução de Sérgio Lessa e Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2002.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. **Sociologia Revista Eletrônica**, n.16. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 out. 2010.

MOURA, Mariluce. Roberto Santos: observações de um espectador engajado. Entrevista concedida à **Revista Pesquisa Fapesp**, n. 105, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.revistapesquisa.fapesp.br>>. Acesso em: 10 out. 2010.

MYRDALL, Gunnar. **Asian Drama**. Nova Iorque: Random House, 1968.

NASCIMENTO, Abdias do. **Brasil na mira do Pan-Africanismo**. Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO). Salvador: EDUFBA, 2002.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. **Capital social e desenvolvimento sustentável no Sertão Baiano: a experiência de organização dos pequenos agricultores no Município de Valente**. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, São Paulo, 2000.

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NOVE, Alec. **The economics of feasible socialism revisited**. London: HarperCollins Academic, 1991.

NURKSE, Ragnar. A formação de capital em países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p.11-190, dez. 1951.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele. (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local? **RAE - Revista de Administração de Empresas**, Fundação Getúlio Vargas, Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, p.11-31, maio 2002.

OCB. ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Brasil cooperativo**. 2004. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em 10 out. 2010.

ONU. Organização das Nações Unidas. **A ONU e o desenvolvimento**. Unic/Rj. 2005. Disponível em: <<http://www.unic.un.org/imucms/riodejaneiro/a-onu-e-o-desenvolvimento.asp>>. Acesso em: 10 out. 2010.

PAULANI, Leda. **Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA, 1958-1979. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. A economia baiana, retrospecto histórico e atualidade. **Boletim**. Salvador: IPS, n. 5, mar. 2010.

\_\_\_\_\_. **A economia da tecnologia imperfeita**. Blog do Fernando Pedrão, dez. 2008. Disponível em: <<http://pedraopedrao.blogspot.com/2008/12/artigo.html>>. Acesso em: 20 jan. de 2011.

\_\_\_\_\_. A produção social de hegemonia: conservação e atualização no bloco histórico. In: SANTA BÁRBARA, Sandro (Org.). **Aspectos do pensamento político de Antonio Gramsci**. Salvador: Editora FIB, 2005, p. 39-55. v.1.

\_\_\_\_\_. A ideologia do desenvolvimento Nacional e as perspectivas do capital internacionalizado. **Revista de desenvolvimento econômico**, Salvador, Unifacs, 2004.

\_\_\_\_\_. Tendências históricas e vontade política na formação espacial do Brasil. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antonio; GALVÃO, Antonio Carlos F. (Org.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. 1 ed. São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003, p. 157-170.

\_\_\_\_\_. **Pensamento econômico no Brasil contemporâneo, estudos avançados - Inácio Rangel**. São Paulo: UNESP/ANPUR, v. 41, p. 15, 2001.

\_\_\_\_\_. Uma apresentação ao pensamento de Ignácio Rangel. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Unifacs, n.3, 2000.

\_\_\_\_\_. O negro na formação econômica na Bahia. In: SEMINÁRIO O PAPEL DO NEGRO NA ECONOMIA BAIANA, 1992. Salvador. **Anais...** Salvador: FCE/UFBA, 1992. (mimeo).

\_\_\_\_\_. **As raízes da pobreza na Bahia:** a condição econômica da questão social. 1. ed. Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 1984, v.1.

PEREIRA, Galvão Carla. **Continuidade ou mudança? Análise comparativa entre os governos de Antônio Carlos Magalhães em 1971-1975 e 1991-1995.** 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PESSOTI, Gustavo Casseb. **Um estudo da política industrial na Bahia entre 1950 e 2005.** 2008. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) – Curso de Mestrado em Análise Regional, Universidade Salvador/Unifacs, Salvador, 2008.

PIMENTA, Ely de Oliveira Rosa. **A intervenção de Estado no desenvolvimento rural: o estudo do projeto integrado.** Salvador: PIDERP, 2001.

PINHEIRO, Israel de Oliveira. Atraso social e especificidades da participação do Nordeste no contexto político nacional: o caso da Bahia. In: BRAGA, Elza Maria Franco. (Org.). **América Latina:** transformações econômicas e políticas. 1 ed. Fortaleza: Editora UFC, 2003, p. 276-291.

PINHO. Jania Maria; VALENTE JUNIOR, Airton Saboya . Análise das liberações dos recursos do PRONAF - descentralização das aplicações do crédito rural? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 44., 2006. Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 24 a 26 de julho de 2006.

PINHO, Osmundo S. de Araujo. A Bahia no fundamental: notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 36, p. 109-120, 1998.

PNUD. **Relatórios de desenvolvimento humano.** 2010. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 20 jan.2011.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PREBISCH, Raúl. Interpretação do processo de desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p.7-135, mar. 1951.

PREOBRAJENSKY, Eugênio. **A nova econômica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PROJETO FLORA DA BAHIA. **Rumo ao amplo conhecimento da biodiversidade do semiárido brasileiro.** 2005. Disponível em: <<http://www.uefs.br/projetofloradabahia>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RAUFFLET, Emmanuel. **Institutional change and forest management: the case of Tlalmanalco, Mexico.** 2002. Thesis (Doctor of Philosophy) - McGill University in partial fulfillment of the requirements of the degree of. EUA, 2002.

RANGEL, Ignácio. **Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro.** Salvador: EDUFBA, 1957.

REIS, Victor M. Vaia dos. **Cabo Verde: principais estratégias de desenvolvimento em confronto após a independência.** 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social e Econômico em África: Análise e Gestão) - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2000. Disponível em: <<http://www.adelinotorres.com>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

RISÉRIO, Antonio. **Dicotomia racial e riqueza cromática.** Brasília: Ministério da Cultura. Portal da Cultura, 2003. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2003/09/08/dicotomia-racial-e-riqueza-cromatica>>. Acesso em: 10 out. 2010.

ROMÃO, Maurício; BRAZILEIRO, Girley. **Espaço e indústria. GT 4.5: organização do espaço regional e agricultura. Uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o nordeste 1960/1994.** Projeto Áridas. 1994. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso: 10 out. 2010.

ROSENSTEIN - RODAN, Paul N. **Notas sobre a teoria do grande impulso.** Relatório de Pesquisa n. 3. São Paulo: Núcleo de Pesquisas e Publicações EAESP/FGV/NPP 52/54, 1964.

SANTANA JUNIOR, Gildásio. **Economia solidária em face da acumulação capitalista: da subordinação a um novo modo de regulação social?** 2007. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, Nov. 2007,

\_\_\_\_\_. (Org.) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.) **Democratizar a democracia: os caminhos para a democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Theotonio dos. **Teoria da dependência: balanço e perspectiva.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SCOTT, James C. **Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed**. Princeton: The Institution for Social and Policy Studies; Press, 1996.

SEBRAE. **Pintadas terá o primeiro frigorífico de ovinocaprino administrado por uma cooperativa**. 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecasebrae.com.br>>. Acesso em: 13 nov.2010.

\_\_\_\_\_. **Bahia tem o segundo maior número de empreendimentos de economia solidária**. Agência Sebrae. 2006. Disponível em <<http://www.ba.agenciasebrae.com.br/noticias>>. Acesso em: 20 jan. de 2011.

\_\_\_\_\_. **As micro e pequenas empresas na exportação brasileira**. 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecasebrae.com.br>>. Acesso em: 13 nov. de 2010.

SEMERARO, G. Intelectuais “orgânicos” em tempos de Pós-Modernidade. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, set.-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Filosofia da práxis e (neo) pragmatismo. **Revista Brasileira de Educação**, ANPEAd, Rio de Janeiro, n. 29, maio./jun./jul./ago., 2005.

SEXTY, Robert W. **Canadian business and society: ethics & responsibilities**. memorial. sec. ed. Ontario: University of Newfoundland; McGraw – Hill Ryerson. Whitby, Canada, 2011.

SINGER, Paul. **Utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOUZA, Aristeu; ASSIS, J. Carlos de. **A serviço do Brasil: a trajetória de Rômulo Almeida**. Rio de Janeiro: A Souza, 2006.

SOUZA, Nali de Jesus. Teoria dos pólos, regiões Inteligentes e sistemas Regionais de inovação. **Revista análise Econômica**, Porto Alegre, UFRGS, v. 16, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2005.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, UFRGS, v. 11, n. 19, p. 29-59, mar. 1993.

SOUZA, Maria Carolina de. (Coord.). **Pequenas empresas grandes negócios, segredos do Tigre Asiático**. Campinas: UNICAMP, 2002.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. **A trilha perdida: caminhos e descaminhos da economia baiana no século XX**. 1. ed. Salvador: Editora Unifacs, 2009.

\_\_\_\_\_. A petroquímica da Bahia em uma perspectiva histórica. **Bahia Análise & Dados**, v. 17, n. 2, p. 891-918, 2007.



\_\_\_\_\_. **A inviabilidade do desenvolvimento.** Instituto de Pesquisas Aplicadas. Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.ipapesquisa.com.br>>. Acesso em 13 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. A economia baiana: os condicionantes da dependência. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Departamento de Ciências Sociais II, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, UNIFACS, ano VI, n. 10, jul. 2004.

\_\_\_\_\_. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional:** a experiência da Bahia. Salvador: Universidade Salvador/UNIFACS Departamento de Ciências Sociais II / Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, 2003.

\_\_\_\_\_. A implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento regional: o caso da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, n. 4, Salvador, 2001.

SPÍNOLA, Noélio Dantaslé; PEDRÃO, Fernando Cardoso; ZACARIAS, José. R. **A indústria no estado da Bahia:** uma proposta de política industrial. Salvador: SIC/DIC, 1983.

SUASSUNA, João. **A verdadeira segurança hídrica do Semi-Árido Nordeste.** Repórter Brasil 15/08/2008. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. **Convivência com o semi-árido.** Recife. 2007. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br>> Acesso em: 19 ago. 2009.

SWEEZY, Paul. **Teoria do desenvolvimento capitalista.** São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os Economistas).

TAPIA, Jorge Ruben Bitón. Desenvolvimento local, concertação social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. São Paulo: **Perspectiva**, v.1, n.1, jan./mar. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 19 ago. 2009.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **O problema da involução industrial da Bahia.** Salvador: UFBA, 1966.

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Osvaldo Ferreira. 50 anos de industrialização: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise e Dados**, SEI/BA, v. 10, n. 1. Salvador, 2000.

TUGAN-BARANOVSKY, M. I. **Las crises industriales em Inglaterra.** Traducción por J. Moreno Barutell. Madrid: La España Moderna, 1912. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/bas/es/tugan/crisis600.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2011.

UDERMAN, Simone. A Economia Baiana: os condicionantes da dependência. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Departamento de Ciências Sociais II, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano Salvador, Universidade Salvador – UNIFACS, ano VI, n. 10, p. 88-99, jul. 2004,

UDERMAN, Simone; MENEZES, Vladson. Os novos rumos da indústria na Bahia. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 29, n. especial, p. 715-737, jul. 1998.

UNICEF. FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Relatório Situação da infância brasileira**. 2001. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br>>. Acesso em: 13 nov. de 2010.

VACA, Giuseppe. **A guerra de posição e de movimento**. Vocabulário Gramsciano. 2006. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/texto>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

VALE, Mário. Resenha de Fontan J-M, Klein J-L, Tremblay D-G (2005) In: INNOVATION Socioterritoriale et Reconversion Économique: Le cas de Montréal. L'Harmattan, Paris. Em Finisterra, XLII, 83, 2007, p. 133-136.

VIEIRA, Marcelo Rodrigues. **A experiência de modernização da administração pública do estado da Bahia nos últimos cinquenta anos (1955 a 2004)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador/UNIFACS, Salvador, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno, a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no Século XVI**. Porto: Afrontamento, 1990.

XUE, Muqiao. **China's socialist economy**. Beijing: Foreign Languages Press, 1981.

ZANGUERI, Renato. **Bloco histórico**. Vocabulário Gramsciano. 2009. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/texto>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

## APÊNDICE A – Notas

### NOTAS

01. Filosofia da Práxis: termo utilizado como fenômeno de marxismo, entretanto trata-se de um tipo específico de marxismo: aquele que acentua a combinação entre razão (filosofia) e ação (práxis). Gramsci, o marxista responsável pela consagração do termo, acrescenta a essa definição ainda mais uma especificidade: essa razão (filosófica) deve ser uma dialética baseada tanto no “bom senso” quanto no “senso comum”, e essa ação (práxis) deve levar em consideração tanto a “experiência coletiva” quanto a “vivência individual”.

02. A categoria profissional dos economistas, por exemplo, se organizou a nível nacional em um movimento intitulado “Nova República”, através do qual se processou uma completa renovação dos quadros dos Conselhos Profissionais (CORECON’s ) e dos Sindicatos (SINDECON’s), inclusive com a criação, como foi o caso do SINDECON-BA, o qual teve como primeiro presidente eleito, o autor desta tese que cumpriu o mandato 1986-1989.

03. Um dos principais mentores dessa reunião foi Zbigniew Brzezinski, que posteriormente tornou-se um dos principais assessores do presidente Jimmy Carter dos Estados Unidos eleito em 1976. Ele fazia a analogia dessa reunião com a obra do escritor italiano Lampedusa, o qual, em seu romance *Il Gattopardo*, ilustrou a situação caracterizada pela necessidade de fazer alguma coisa para que tudo continue no mesmo.

04. O Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador foi desenvolvido pelo PNUD e Governo do Estado, através da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, em parceria com a Fundação João Pinheiro e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

05. PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO Secretaria de meio ambiente e recursos hídricos – SEMARH GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA apoio à Implantação do Programa de Desenvolvimento Ambiental Águas da Bahia. DOCUMENTO DO PROJETO BRA/05/019.

06. O PLANDEB constituiu um trabalho de amplo espectro de atuação abrangendo projetos para os setores agrícola, industrial e comercial, visando a promoção de um desenvolvimento mais equilibrado para a economia baiana. “Plano de Desenvolvimento da Bahia” (PLANDEB), que não chegou a ser implementado de maneira integral, por que a Assembléia Legislativa não o aprovou. Tratava-se de um plano que na sua concepção buscava um modelo de “desconcentração concentrada” para a industrialização na Bahia através da atração de empresas produtoras de bens intermediários que proporcionariam o desenvolvimento industrial do estado, a partir dos distritos industriais que seriam instalados, associadas a outras empresas produtoras de bens finais,

07. Segundo Paul Singer (1998), apud Bocayuva (2003) são evidentes as virtudes da forma cooperativa de organização do consumo e do fornecimento de bens e serviços para consumidores e usuários. Mesmo assim, as cooperativas operárias e de produção que conseguem viabilidade se afirmam como um instrumento de destaque no processo de multiplicação de enclaves que abrem a possibilidade de uma plataforma mais afirmativa de unificação dos esforços anticapitalistas, como pretende a noção e o projeto de economia solidária. As cooperativas são, isoladamente, vulneráveis aos limites impostos pela lógica do

domínio subjetivo e objetivo do capital na cultura empresarial e nos meios financeiros e produtivos. Estes limites manifestam-se em dificuldades, tais como, a exigência de fundos próprios, os problemas de cultura e meios de produção, as dificuldades de gestão, a competição com as empresas para o acesso ao mercado, a fragilidade dentro dos complexos produtivos e a ausência de apoio político do Estado. Por isso, as cooperativas de produção, de consumo, de comercialização e de crédito têm que estabelecer um vasto conjunto de ligações com as diferentes vertentes e implantar anticapitalistas. As cooperativas, apesar de seu potencial inovador no âmbito das forças produtivas sociais, são bloqueadas pelo sistema de relações de produção jurídicas e técnicas, que continua restringindo sua potencialidade transformadora.

08. De acordo com histórico transcrito de nota produzida por Cheli Mendes-[chelisantosmendes@hotmail.com](mailto:chelisantosmendes@hotmail.com), na terceira década do século dezenove, ano de 1827, um grupo de homens negros livres, inspirados nos ideais de **Solidariedade e Fraternidade**, agremiaram-se com o firme propósito de angariar e poupar recursos econômicos/financeiros para auxiliarem mutuamente, visando prevenir para evitar situação de indigências de suas famílias e, extensivo a outros na condição de atitudes filantrópicas. Em função dos moldes da realidade social e legal da época, que proibia a determinadas pessoas plena cidadania, conforme raça, não podendo constituir associações civis. Para obtenção de recursos financeiros a fim de executar seus programas sociais, a Sociedade além de receber contribuições dos associados, funcionou também com Casa de Empréstimos a Juros (Monte de Socorro) operando com Penhores, Hipotecas de Imóveis e até Loterias. No ano de 1851, a Sociedade assumiu definitivamente a sua situação de Sociedade Civil com a denominação de Sociedade Protetora dos Desvalidos.

09. Em Mattos, Wilson Roberto de. *Negros contra a ordem: resistências e práticas negras de territorialização no espaço da exclusão social. Salvador-BA (1850-1888)* um resumo de "NEGROS CONTRA A ORDEM..." São Paulo, PUC/SP, 2000. (Doutorado-História). Consta que a qualificação, "ganhador", referia-se aos escravos que trabalhavam nas ruas exercendo atividades mecânicas, artesanais, ou prestando algum serviço como por exemplo, carregar volumes ou cadeiras de arruar. No entanto pelo título completo do registro de 1887, Registro de Matrícula dos Ganhadores Livres, a qualificação, ganhador, se estendia também aos trabalhadores não-escravos que exerciam as mesmas atividades

10. Fenômeno ocorrido na Economia Italiana onde setores de sapatos, móveis, cerâmicas e têxteis definidos por pequenas e médias empresas de um determinado espaço geográfico, passaram a demonstrar maior desempenho no mercado internacional, do que o grande complexo industrial, formado pelo eixo: Milão-Gênova-Turim.

11. Sobre o modelo adotado pela província de Quebec no Canadá, Mario Vale (2007), em resenha do livro, publicado em 2005: *Innovation Socioterritoriale et Reconversion Économique: Le cas de Montréal*. L'Harmattan, Paris, de autoria dos pesquisadores: Fontan J-M, Klein J-L, Tremblay D-G, comenta que desde 1970, com a crise da indústria *fordista* e desenvolvimento de atividades da economia do conhecimento, o processo de reconversão econômica naquela província foi marcado pela atuação (i) do Estado, (ii) dos movimentos associativos e comunitários e (iii) do movimento social – essencialmente sindicalista. Para Mário Vale, os autores do relato avançam com a hipótese de que a inovação social desempenha um papel determinante nos processos de regeneração metropolitana e que, no caso de Montréal, a complementaridade das estratégias dos diversos atores públicos, locais (municipais e associativos) e privados permitiu obter resultados positivos. Por comparação

com os EUA, a intervenção do Estado foi muito forte, tendo liderado um processo de formação de parcerias entre agentes econômicos e a Universidade para a criação de empresas e de emprego na economia do conhecimento. Em 2000, o emprego criado pelos diversos sectores da “nova economia” atingia 155 mil postos de trabalho na região, equivalente a 9% do emprego total, com uma tendência para a especialização em funções de fabricação, embora as funções superiores de gestão e de administração se concentrem, sobretudo em Toronto. A constituição das CDEC (*Corporations de Développement Économique Communautaire*) em Montréal demonstra o papel do movimento comunitário e associativo na concertação dos diferentes atores locais mais afetados pelo processo de reestruturação.

12. Conforme França (2002), diferenças importantes subjazem às noções de terceiro setor, de economia solidária, de economia social e de economia popular (e ainda àquela de economia informal), ligadas não somente aos diferentes contextos sociopolíticos em que emergiram esses termos, mas também a interpretações distintas acerca do papel que desempenham essas práticas e/ou iniciativas na sociedade, especialmente no que se refere ao lugar que elas devem ocupar em relação às esferas do Estado e do mercado. O termo terceiro setor é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, particularmente impregnada pela idéia de filantropia. Essa abordagem identifica o terceiro setor ao universo das organizações sem fins lucrativos. Já Economia solidária e economia social remetem hoje, como ilustra o caso francês, a dois universos distintos de experiências. O termo economia social serve, inclusive, para designar, de um ponto de vista jurídico, o universo constituído por quatro tipos organizacionais fundamentais: as cooperativas, as organizações mutualistas, as fundações e algumas formas de associação de grande porte. É justamente em relação às características atuais assumidas pela economia social que vem se demarcar a noção de economia solidária, pela afirmação da dimensão política na sua ação. O que nos leva a defini-las como experiências que se apóiam sobre o desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais, concorrendo ainda para a afirmação de ideais de cidadania.